JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Diamantino 4
Camara Municipal de Reserva do Cabaçal 4
Camara Municipal de Várzea Grande 5
Consórcio Intermunicipal Alto do Rio Paraguai 5
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 6
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 6
Prefeitura Municipal de Água Boa 6
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 8
Prefeitura Municipal de Alto Garças 41
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 42
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 42
Prefeitura Municipal de Araguainha 127
Prefeitura Municipal de Araputanga 128
Prefeitura Municipal de Arenápolis 128
Prefeitura Municipal de Aripuanã 128
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 142
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 142
Prefeitura Municipal de Cáceres 148
Prefeitura Municipal de Campinápolis 156
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 157
Prefeitura Municipal de Campo Verde 166
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 166
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 167
Prefeitura Municipal de Canarana 168
Prefeitura Municipal de Carlinda 169
Prefeitura Municipal de Castanheira 170
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 170
Prefeitura Municipal de Cocalinho 171
Prefeitura Municipal de Colíder 171
Prefeitura Municipal de Comodoro 182
Prefeitura Municipal de Confresa 183
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 186
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 186
Prefeitura Municipal de Cuiabá 188
Prefeitura Municipal de Curvelândia 189
Prefeitura Municipal de Denise 189
Prefeitura Municipal de Diamantino 190
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 196
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 196
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 196
Prefeitura Municipal de General Carneiro 198
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 198
Prefeitura Municipal de Itanhangá 199
Prefeitura Municipal de Itiquira 200
Prefeitura Municipal de Jaciara 200
Prefeitura Municipal de Jangada 200
Prefeitura Municipal de Jauru 201
Prefeitura Municipal de Juruena 201
Prefeitura Municipal de Marcelândia 204

Prefeitura Municipal de Matupá 208
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 249
Prefeitura Municipal de Nobres 251
Prefeitura Municipal de Nortelândia 251
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 252
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 253
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 254
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 254
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 255
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 257
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 262
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 264
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 265
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 265
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 265
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 266
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 267
Prefeitura Municipal de Paranatinga 267
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 281
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 282
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 299
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 299
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 300
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 302
Prefeitura Municipal de Poxoréu 302
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 305
Prefeitura Municipal de Rio Branco 308
Prefeitura Municipal de Rondolândia 309
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 309
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 309
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 310
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 310
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 311
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 313
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 314
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 314
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 315
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 316
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 322
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 323
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 324
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 324
Prefeitura Municipal de Tabaporã 325
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 325
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 326
Prefeitura Municipal de União do Sul 329
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 329
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 339
Prefeitura Municipal de Vila Rica 343

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 121/2020

"*Dispõe sobre a renúncia do Vereador CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA à condição de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 1963, de 07 de outubro de 2020, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º HOMOLOGAR a renúncia do Vereador **CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA** à condição de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação, bem como sua saída desta, e seu desligamento de todas as outras Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, nos termos do §1º, *in fine*, do Art. 57, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres, a partir de 07 de outubro de 2020.

Art. 2º Determinar que proceda-se nova eleição para escolha de seu sucessor, mediante cumprimento do disposto no Art. 50, Parágrafo único do Regimento Interno, no prazo de até cinco dias depois da vacância.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 07 de outubro de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº. 007/2020

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório: nº. **007/2020**

Modalidade*:* **Carta Convite nº006/2020**

Tipo: **Menor Preço Global**

Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA.**

O Presidente de Câmara Municipal de Confresa-MT, **UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA,** no uso de suas atribuições legais, com base na Lei N.8. 666/93 e suas alterações, tendo em vista que o processo ocorreu de forma sublime atendendo aos requisitos legais segundo parecer jurídico, **RESOLVE** adjudicar e homologar o objeto da licitação na modalidade Carta Convite nº. 006/2020, à Pessoa Jurídica:

LIRA & COSTA LTDA - ME

CNPJ: 10.642.203/0001-35

Rua 10, S/Nº, Vila União, Santa Cruz do Xingu -MT.

Confresa-MT, 07 de outubro de 2020.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 059/2020

Portaria nº. 059/2020

Registra o gozo das férias do período aquisitivo de 2019/2020, da servidora Lanusa Geórgia Souza Vieira.

Edilson Mota Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Oficio nº. 104/2020/ZE07 – solicita o registro de férias da servidora cedida Lanusa Geórgia Souza Vieira.

RESOLVE:

Art. 1º - Registrar o gozo das férias do período aquisitivo de 2019/2020, da servidora Lanusa Geórgia Souza Vieira.

? 10 dias – de 07/06/2021 a 16/06/2021

? 10 dias – de 24/09/2021 a 03/10/2021

? 10 dias – de 08/12/2021 a 17/12/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 07 de outubro de 2020

Edilson Mota Sampaio

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 058/2020

Portaria nº. 058/2020

Altera as datas de gozo das férias do período aquisitivo de 2018/2019, da servidora Lanusa Geórgia Souza Vieira, registrada na Portaria 075/2019 e 012/2020.

Edilson Mota Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Oficio nº. 104/2020/ZE07 – solicita o registro de férias da servidora cedida Lanusa Geórgia Souza Vieira.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar as datas de gozo das férias do período aquisitivo de 2018/2019, da servidora Lanusa Geórgia Souza Vieira, leia-se:

? 10 dias – de 10/12/2019 a 19/12/2019

? 10 dias – de 01/06/2020 a 10/06/2020

? 10 dias – de 01/03/2021 a 10/03/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 07 de outubro de 2020

Edilson Mota Sampaio

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
PORTARIA N. 9/2020

PORTARIA N. 9, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ELCIO TEIXEIRA MACIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Presidente da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, Vereador Evanildo Venancio Ferreira, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

Art. 1º Conceder ao Servidor ELCIO TEIXEIRA MACIEL, ocupante de cargo de Técnico Legislativo do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, 30 (trinta) dias Férias Regulamentar, a contar do dia 15 de Outubro de 2020, referente ao período de aquisição de 03 de Abril de 2018 a 02 de Abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Reserva do Cabaçal – MT, 07 de Outubro de 2020.

EVANILDO VENANCIO FERREIRA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 170/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Jaqueline Aparecida de Assunção do CPF: 037.218.941-54, no cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Ver. Fábio José Tardin.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de outubro de 2020.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALTO DO RIO PARAGUAI

1º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020 – RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020.

1º Termo de Realinhamento de Preços. Referente A Ata de Registro de Preços Nº 001/2020. RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020.

PARTES: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai e E. Alves da Silva Combustíveis, inscrita no CNPJ nº 10.560.386/0001-40.

DO OBJETO: O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 001/2020, originada pelo Pregão Presencial SRP nº 001//2020, conforme requerido pela empresa E. ALVES DA SILVA COMBUSTÍVEIS.

DATA DA ASSINATURA: 07 de Outubro de 2020.

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal no artigo 65, inciso II, "d" da Lei nº 8.666/93 e na Ata de Registro de Preços.

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preço nº 001/2020, assinada entre as partes, com a modificação ora ajustada, ficando este Termo de Realinhamento de preço como parte integrante da Ata original para todos os efeitos de direito.

DA JUSTIFICATIVA: Justifica o presente realinhamento de preços o pedido encaminhado pela Empresa, acompanhado de notas fiscais da própria distribuidora, demonstrando o aumento significativo do diesel comum e diesel S10, na base de custo na sua composição. Ademais, comprova-se por pesquisa realizada que, de fato, o preço solicitado encontra-se dentro do valor praticado pelo mercado local. Percebemos então que o aumento causou desequilíbrio no valor acertado inicialmente gerando a necessidade de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

Nº Item	DESCRIÇÃO	Valor Unitário
1	óleo diesel S10	3,835
2	óleo diesel	3,794

Nortelândia – MT, 07/10/2020.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES E. ALVES DA SILVA COMBUSTÍVEIS

PRESIDENTE CONTRATADA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 11/2019

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISMO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, sito a Rua Marechal Dutra nº 248, Jd. Ze Ferino I, em São José dos Quatro Marcos – MT, inscrito no CNPJ nº 08.979.143/0001-07, devidamente qualificado no Contrato Original, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. PAULO REMÉDIO, **brasileiro, casado, empresário,** residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes, n.º 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nQ. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, por este ato denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa A S DE FREITAS SERVIÇOS - ME, inscrita no CNPJ: 28.587.072/0001-04, localizada na Rua Rondônia, n9 173, Sala 01, Bairro Jd. Das Oliveiras II, CEP: 78.285-000 em São José dos Quatro Marcos- MT, representada pelo proprietário Sr. ALESSANDRO SILVEIRA DE FREITAS, portador da Cédula de Identidade RG 1486734-6 SSP/MT, e do CPF: 936.015.301-04, doravante denominada CONTRATADA, sob a forma de execução indireta, tendo em vista o que consta nos termos do ACF nº 195/2018/FSA/CAIXA e em observância ao disposto nos termos da Lei n.9 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato que fundamenta-se, no processo de licitatório nº. 09/2018, realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Com suporte na Cláusula Terceira o prazo para a execução dos serviços **será até 15 de Setembro do ano de 2021**, podendo por conveniência administrativa, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, em conformidade com o Art, 57 item II da Lei 8.666 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato N.º 11/2019 e Aditivos anteriores que não foram alteradas pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas, justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 02 vias de igual teor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

São José dos Quatro Marcos - MT, aos 16 dias do mês de Setembro do ano de 2020.

Assessor Jurídico: Hamilton Lobo Mendes Filho //// Responsável Fiscalização: Dariu Antônio Carniel

Contratante Presidente do CIDESAT: Paulo Remédio //// Contratada: A S de Freitas Serviços ME - Alessandro S. de Freitas

Testemunhas: Danilo Ricardo Pivetta //// Ricardo Santos Dela Cruz

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 08/2019

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISMO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, sito a Rua Marechal Dutra nº 248, Jd. Ze Ferino I, em São José dos Quatro Marcos – MT, inscrito no CNPJ nº 08.979.143/0001-07, devidamente qualificado no Contrato Original, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. PAULO REMÉDIO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes, n.º 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nQ. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, por este ato denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa ROSSI & CIA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número 00.570.090/0001-56, com sede na Avenida São Paulo, n° 1796, na cidade de São José dos Quatro Marcos - MT, neste ato representado, por seu Sócio Proprietário, Sr. VALMIR SÉRGIO MENDES ROSSI, portador da Cédula de Identidade n.° 187.575, expedida pela SSP/MS e CPF n.° 338.724.141-00, doravante denominada CONTRATADA, sob a forma de execução indireta, tendo em vista o que consta nos termos do Convênio Funasa n° 538/2008 e em observância ao disposto nos termos da Lei n.° 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.° 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; Decreto n.° 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar n.° 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto n.° 6.204, de 5 de setembro de 2007; e Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato, fundamentando-se no processo de licitatório n°. 15/2018, realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS n° 07/2018, adjudicado em 11/01/2019 e homologado em 22/01/2019, que são parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Com suporte na Cláusula Terceira o prazo para a execução dos serviços **será até 30 de Dezembro de ano de 2020**, podendo por conveniência administrativa, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, em conformidade com o Art, 57 item II da Lei 8.666 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato N.º 08/2019 e Aditivos anteriores que não foram alteradas pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas, justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 02 vias de igual teor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

São José dos Quatro Marcos - MT, aos 06 dias do mês de Agosto do ano de 2020.

Assessor Jurídico: Hamilton Lobo Mendes Filho //// Responsável Fiscalização: Ricardo Santos Dela Cruz

Contratante Presidente do CIDESAT: Paulo Remédio //// Contratada: Rossi e Cia Ltda - EPP - Valmir Sergio Mendes Rossi

Testemunhas: Danilo Ricardo Pivetta //// Dariu Antônio Carniel

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020

REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, através da sua Pregoeira, torna público para todos os interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS MEDICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS 14 (QUATORZE) MUNICIPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO,** será retificado o termo de Referencia.

Data da Sessão: 20 de Outubro de 2020, as 9h00min (horário de Brasília)

Data do início da disputa: 20 de Outubro de 2020 ás 10h00min (horário de Brasília)

Edital Completo: Estará disponível na sede do Consorcio na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 3920 – Bairro: Morada do Ouro – Cuiabá/MT. No site: www.cisvarc.com.br/, e no site: www.licitanet.com.br,

Os interessados poderão obter informações detalhadas de segunda a sexta-feira, das 08:00h as 12:00h e das 14:00 às 17:00, através do telefone (65) 2123.1299 ou do e-mail: licitacao@cisvarc.com.br. Fundamento Legal: Lei Federal 10.520/2002, 11.107/2005, Decreto Federal nº 10.024/2019, subsidiada pela Lei 8.666/93 e demais legislações.

Cuiabá-MT, 07 de Outubro de 2020

Andressa Leite Faria

Pregoeira Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 60/2020

Em 25 de Agosto de 2020.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora **CRISTHEANE RABELO DIAS,** lotada nesta Instituição, no Cargo de Técnica em Radiologia, referente ao período de 2019/2020, a partir do dia 25 de Agosto/2020 a 03 de Setembro/2020, 10 (dez) dias, sem remuneração, devendo retornar suas atividades normais no dia 04 de Setembro/2020. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

LEONIA CAROLINA CLAUDIO MACEDO

PRESIDENTE DO CISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. **030/2019**.

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: **ARC ÁGUA BOA ILUMINAÇÃO SPE LTDA.**, sociedade empresaria de proposito especifico, com sede em Água Boa, Estado de Mato Grosso, na Rua B9, bairro Rodoviário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 32.654.210/0001-40.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Administrativo nº. 200/2018, referente a Concorrência nº. 009/2018.

OBJETO: **C**onsiste na outorga de Parceria Público Privada na modalidade de Concessão Administrativa para a modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública de Água Boa, obedecendo as normas técnicas pertinentes e aos critérios e parâmetros técnicos de qualidade estabelecidos neste Contrato e seus Anexos.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO ADITIVO

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Serviços Urbanos

Elemento da Despesa: 3.3.67.83 – Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, Exceto Subvenções Eco

Código Reduzido: 1144

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO

R$ 181.393,43

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Serviços Urbanos

Parceria Privada para ampliação e manutenção da rede de energia elétrica.

Elemento da Despesa: 3.3.67.83 – Despesas decorrentes de contrato de parceria público-privada.

Código Reduzido: 1322

Água Boa-MT, 06 de outubro de 2020

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 025/2020.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 025/2020

Participação Exclusiva de Microempreendedor – ME

e Empresa de Pequeno Porte – EPP.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 3397/2020, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 025/2020.

OBJETO: Aquisição de aparelhos de medição, teste e controle do tratamento de Água para o DEMAE – Departamento de Água da Prefeitura de Água Boa-MT.

DATA: 23/10/2020.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 07 de outubro de 2020.

Marcos da Silva Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2020.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que a Chamada Pública nº. 001/2020, foi FRACASSADA.

Abre-se o prazo conforme Art. 109, inciso I, alínea “a” da Lei nº. 8.666/93, ficando desde já a documentação franqueada para análise dos interessados.

Água Boa - MT, 06 de outubro de 2020.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente da Comissão de Licitação

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL 024/2020 DO RGF DO 2º QUADRIMESTRE 2020

EFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.465.143/0001-89
GESTÃO 2017-2020

EDITAL 024/2020

ALTO BOA VISTA – MT, 30 DE SETEMBRO DE 2020

O Senhor Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina o artigo 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, os anexos do **RELATORIO DE GESTÃO FISCAL – RGF**, relativo ao 2º Quadrimestre do exercício financeiro de 2020.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para analise e questionamento.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

VALTUIR CANDIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA - Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A AGOSTO/2020

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Liquidadas													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Setembro/ 2019	Outubro/ 2019	Novembro/ 2019	Dezembro/ 2019	Janeiro/ 2020	Fevereiro/ 2020	Março/ 2020	Abril/ 2020	Maio/ 2020	Junho/ 2020	Julho/ 2020	Agosto/ 2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.015.659,58	874.689,52	687.324,88	83,18	2.294.310,36	972.778,25	1.019.334,93	976.434,81	914.401,79	984.898,17	985.635,55	1.130.281,09	11.855.832,11	0,00
Pessoal Ativo	1.015.659,58	874.689,52	687.324,88	83,18	2.294.310,36	972.778,25	1.019.334,93	976.434,81	914.401,79	984.898,17	985.635,55	1.130.281,09	11.855.832,11	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras	845.393,77	873.541,52	634.860,90	0,00	2.112.687,42	877.297,69	920.408,97	887.044,74	888.731,68	967.645,34	982.242,63	1.005.022,97	10.994.877,63	0,00
Obrigações Patronais	170.265,81	1.148,00	52.463,98	83,18	181.622,94	95.480,56	98.925,96	89.390,07	25.670,11	17.252,83	3.392,92	125.258,12	860.954,48	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.015.659,58	874.689,52	687.324,88	83,18	2.294.310,36	972.778,25	1.019.334,93	976.434,81	914.401,79	984.898,17	985.635,55	1.130.281,09	11.855.832,11	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA - Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A AGOSTO/2020

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.064.800,94	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) ***2	27.064.800,94	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	11.855.832,11	43,81
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54% da RCL Ajustada (VII)	14.614.992,51	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art.22 da LRF) - (X) = (95.00*IX)	13.884.242,88	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (XI) = (90.00*IX)	13.153.493,26	48,60

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DTP-DESPESA TOTAL COM PESSOAL	QUADRIMESTRE/SEMESTRE DO EXERCÍCIO EM QUE O ENTE EXCEDEU O LIMITE			PRIMEIRO PERÍODO SEGUINTE			SEGUNDO PERÍODO SEGUINTE		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DTP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2020

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo 2

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	462.023,99	274.283,60	173.971,81	0,00
Dívida Mobiliária	745.411,80	557.671,41	457.359,62	0,00
Dívida Contratual	-283.387,81	-283.387,81	-283.387,81	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	-283.387,81	-283.387,81	-283.387,81	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	-283.387,81	-283.387,81	-283.387,81	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.781.302,04	1.190.139,00	2.831.142,39	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	1.781.302,04	1.190.139,00	2.831.142,39	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.890.067,94	1.244.662,55	2.885.140,14	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	108.765,90	54.523,55	53.997,75	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2020

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo 2

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[3] (DCL) (III) = (I - II)	-1.319.278,05	-915.855,40	-2.657.170,58	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.212.898,01	25.511.740,96	27.064.800,94	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	24.212.898,01	25.511.740,96	27.064.800,94	0,00
% DA DC SOBRE A RCL Ajustada (I/VI)	1,91	1,08	0,64	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL Ajustada (III/VI)	-5,45	-3,59	-9,82	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	29.055.477,61	30.614.089,15	32.477.761,13	0,00
LIMITE DE ALERTA - 108% - (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	26.149.929,85	27.552.680,24	29.229.985,02	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	879.563,59	836.367,12	1.112.324,22	0,00
RP NÃO PROCESSADOS	3.937,89	3.073,89	3.073,89	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2020

TABELA 2.1 TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	Quadrimestre/Semestre do Exercício em que o ente excedeu o limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c)=(b-a)	mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	% DCL (b)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	a) % DCL (l)
Trajetória de retorno ao Limite da DCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: ¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero". ² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos". Instrução de Preenchimento: *** Caso o Poder ou órgão esteja com a dívida consolidada líquida acima do limite máximo deverá apresentar, na nota de rodapé, a Tabela 2.1 (conforme página 582 do MDF 10ª Edição).

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2020

RGF Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, parágrafo 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	24.212.898,01	25.511.740,96	27.064.800,94	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT	24.212.898,01	25.511.740,96	27.064.800,94	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - %	5.326.837,56	5.612.583,01	5.954.256,20	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - %	4.794.153,81	5.051.324,71	5.358.830,59	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
MEDIDAS CORRETIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS	DESCRIÇÃO
MEDIDAS CORRETIVAS	0.00

Fonte:

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2020

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c" - Anexo 4

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Valor Realizado	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliaria	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	27064800,94	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV -V)	27064800,94	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia -IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4330368,15	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - %	3897331,33	14,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1894536,06	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	Valor Realizado	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL 023/2020 - RREO 4º BIMESTRE 2020 PREFEITURA

EFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.465.143/0001-89
GESTÃO 2017-2020

EDITAL 023/2020

ALTO BOA VISTA – MT, 30 DE SETEMBRO DE 2020

O Senhor Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina o artigo 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, os anexos do **RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO**, relativo ao 4º bimestre do exercício financeiro de 2020.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para análise e questionamento.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

VALTUIR CANDIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Av. Moises Montiel nº 975- centro **Fone/Fax (066) 3539 1113** **CGC 37.465.143/0001-89**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.061.800,00	24.061.800,00	5.464.081,82	22,70	18.114.834,56	75,28	5.946.965,44
RECEITAS CORRENTES	22.461.700,00	22.461.700,00	5.422.574,91	24,14	17.940.245,47	79,87	4.521.454,53
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.337.300,00	1.337.300,00	250.663,68	18,74	1.430.475,09	106,96	-93.175,09
Impostos	1.277.000,00	1.277.000,00	249.596,18	19,54	1.358.071,61	106,34	-81.071,61
Taxas	60.300,00	60.300,00	1.067,50	1,77	72.403,48	120,07	-12.103,48
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	210.000,00	24.886,32	11,85	181.375,38	86,36	28.624,62
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	210.000,00	210.000,00	24.886,32	11,85	181.375,38	86,36	28.624,62
RECEITA PATRIMONIAL	20.500,00	20.500,00	959,03	4,67	5.941,96	28,98	14.558,04
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	20.500,00	20.500,00	959,03	4,67	5.941,96	28,98	14.558,04
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	300,00	0,00	0,00	56.540,00	18.846,66	-56.240,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	300,00	300,00	0,00	0,00	56.540,00	18.846,66	-56.240,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.888.400,00	20.888.400,00	5.120.132,95	24,51	16.147.805,78	77,30	4.740.594,22
Transferências da União e de suas Entidades	9.443.900,00	9.443.900,00	2.989.056,07	31,65	7.757.039,05	82,13	1.686.860,95
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.168.500,00	8.168.500,00	1.563.069,91	19,13	6.071.912,21	74,33	2.096.587,79
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.276.000,00	3.276.000,00	568.006,97	17,33	2.318.854,52	70,78	957.145,48
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.200,00	5.200,00	25.932,93	498,71	118.107,26	2.271,29	-112.907,26
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	200,00	200,00	0,00	0,00	26.505,93	13.252,96	-26.305,93
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	5.000,00	5.000,00	25.932,93	518,65	91.601,33	1.832,02	-86.601,33
RECEITAS DE CAPITAL	1.600.100,00	1.600.100,00	41.506,91	2,59	174.589,09	10,91	1.425.510,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Alienação de Bens Móveis	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.600.000,00	1.600.000,00	41.506,91	2,59	174.589,09	10,91	1.425.410,91
Transferências da União e de suas Entidades	1.262.000,00	1.262.000,00	41.506,91	3,28	174.589,09	13,83	1.087.410,91
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	338.000,00	338.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.061.800,00	24.061.800,00	5.464.081,82	22,70	18.114.834,56	75,28	5.946.965,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.061.800,00	24.061.800,00	5.464.081,82	22,70	18.114.834,56	75,28	5.946.965,44
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	71.289,34	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.061.800,00	24.061.800,00	5.464.081,82	22,70	18.186.123,90	75,58	5.875.676,10
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.920.202,00	22.882.552,62	4.653.901,03	19.878.521,03	3.004.031,59	4.227.206,63	18.186.123,90	4.696.428,72	16.943.966,38
DESPESAS CORRENTES	20.015.754,00	21.509.419,98	4.307.578,64	18.575.282,41	2.934.137,57	3.939.704,22	17.257.749,35	4.251.670,63	16.034.241,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.381.568,00	10.881.112,36	2.386.508,62	10.174.290,86	706.821,50	2.115.916,64	9.278.074,95	1.603.037,41	8.572.961,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.634.186,00	10.628.307,62	1.921.070,02	8.400.991,55	2.227.316,07	1.823.787,58	7.979.674,40	2.648.633,22	7.461.279,35
DESPESAS DE CAPITAL	2.663.950,00	1.373.099,14	346.322,39	1.303.238,62	69.860,52	287.502,41	928.374,55	444.724,59	909.725,23
INVESTIMENTOS	2.393.950,00	1.011.925,17	246.322,39	942.065,37	69.859,80	237.200,39	640.322,37	371.602,80	621.673,05
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	270.000,00	361.173,97	100.000,00	361.173,25	0,72	50.302,02	288.052,18	73.121,79	288.052,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	240.498,00	33,50	0,00	0,00	33,50	0,00	0,00	33,50	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.920.202,00	22.882.552,62	4.653.901,03	19.878.521,03	3.004.031,59	4.227.206,63	18.186.123,90	4.696.428,72	16.943.966,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍV/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.920.202,00	22.882.552,62	4.653.901,03	19.878.521,03	3.004.031,59	4.227.206,63	18.186.123,90	4.696.428,72	16.943.966,38
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.242.157,52
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.920.202,00	22.882.552,62	4.653.901,03	19.878.521,03	3.004.031,59	4.227.206,63	18.186.123,90	4.696.428,72	18.186.123,90
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1° - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	22.920.202,00	22.920.202,00	4.934.773,06	20.159.393,06	100,00	2.760.808,94	4.482.613,82	18.446.127,45	100,00	4.474.074,55
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	3.187.714,00	3.762.447,68	793.857,76	3.416.444,86	16,95	346.002,82	721.097,06	3.111.882,55	16,87	650.565,13
Administração Geral	3.187.714,00	3.762.447,68	793.857,76	3.416.444,86	16,95	346.002,82	721.097,06	3.111.882,55	16,87	650.565,13
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	1.341.100,00	1.826.811,58	404.369,09	1.660.536,84	8,24	166.274,74	345.370,77	1.526.913,11	8,28	299.898,47
Assistência ao Idoso	1.500,00	112,63	0,00	0,00	0,00	112,63	0,00	0,00	0,00	112,63
Assistência à Criança e ao Adolescente	174.200,00	157.868,25	25.319,53	105.672,85	0,52	52.195,40	22.781,24	97.419,88	0,53	60.448,37
Assistência Comunitária	1.165.400,00	1.668.830,70	379.049,56	1.554.863,99	7,71	113.966,71	322.589,53	1.429.493,23	7,75	239.337,47
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	4.880.700,00	5.931.418,86	1.646.751,08	5.556.433,18	27,56	374.985,68	1.461.078,00	5.191.154,54	28,14	740.264,32
Administração Geral	2.223.850,00	3.373.793,90	915.754,47	3.323.814,34	16,49	49.979,56	860.328,75	3.165.313,85	17,16	208.480,05
Formação de Recursos Humanos	14.000,00	1.550,37	1.498,00	1.498,00	0,01	52,37	0,00	0,00	0,00	1.550,37
Atenção Básica	1.925.050,00	1.861.484,44	540.776,65	1.617.349,18	8,02	244.135,26	429.145,45	1.444.003,99	7,83	417.480,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	274.900,00	395.675,82	46.927,45	366.088,75	1,82	29.587,07	30.712,45	344.249,95	1,87	51.425,87
Suporte Profilático e Terapêutico	43.900,00	97.091,92	32.560,50	70.832,22	0,35	26.259,70	32.560,50	70.832,22	0,38	26.259,70
Vigilância Sanitária	399.000,00	201.822,41	109.234,01	176.850,69	0,88	24.971,72	108.330,85	166.754,53	0,90	35.067,88
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	8.326.200,00	6.365.503,24	1.003.480,89	4.857.641,61	24,10	1.507.861,63	956.274,96	4.236.152,22	22,96	2.129.351,02
Ensino Fundamental	6.563.400,00	5.230.190,49	803.797,99	4.052.647,60	20,10	1.177.542,89	761.389,93	3.498.523,32	18,97	1.731.667,17
Educação Infantil	1.725.800,00	1.135.212,55	199.682,90	804.994,01	3,99	330.218,54	194.885,03	737.628,90	4,00	397.583,65
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	100,20	0,00	0,00	0,00	100,20	0,00	0,00	0,00	100,20
Cultura	241.000,00	147.390,52	28.699,17	128.045,72	0,64	19.344,80	22.621,11	113.121,00	0,61	34.269,52
Difusão Cultural	241.000,00	147.390,52	28.699,17	128.045,72	0,64	19.344,80	22.621,11	113.121,00	0,61	34.269,52
Direitos da Cidadania	11.840,00	2,68	0,00	0,00	0,00	2,68	0,00	0,00	0,00	2,68

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Assistência Comunitária	2.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Assistência aos Povos Indígenas	9.840,00	1,68	0,00	0,00	0,00	1,68	0,00	0,00	0,00	1,68
Urbanismo	1.429.450,00	2.362.542,41	448.110,75	2.331.485,43	11,57	31.056,98	424.231,09	2.184.880,43	11,84	177.661,98
Infra-Estrutura Urbana	16.000,00	381.312,05	5.850,00	381.307,58	1,89	4,47	5.850,00	381.307,58	2,07	4,47
Serviços Urbanos	1.407.450,00	1.980.229,16	442.260,75	1.949.177,85	9,67	31.051,31	418.381,09	1.803.572,85	9,78	176.656,31
Habitação Urbana	1.000,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20
Lazer	5.000,00	1.001,00	0,00	1.000,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
Habitação	2.000,00	1,10	0,00	0,00	0,00	1,10	0,00	0,00	0,00	1,10
Habitação Urbana	2.000,00	1,10	0,00	0,00	0,00	1,10	0,00	0,00	0,00	1,10
Saneamento	882.500,00	394.936,50	177.374,65	335.957,46	1,67	58.979,04	190.874,65	330.457,46	1,79	64.479,04
Serviços Urbanos	1.000,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,10
Saneamento Básico Urbano	881.500,00	394.936,40	177.374,65	335.957,46	1,67	58.978,94	190.874,65	330.457,46	1,79	64.478,94
Gestão Ambiental	155.500,00	5.002,17	0,00	5.000,00	0,02	2,17	0,00	5.000,00	0,03	2,17
Preservação e Conservação Ambiental	134.500,00	5.001,37	0,00	5.000,00	0,02	1,37	0,00	5.000,00	0,03	1,37
Recuperação de Áreas Degradadas	21.000,00	0,80	0,00	0,00	0,00	0,80	0,00	0,00	0,00	0,80
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	255.700,00	429.325,64	60.944,52	403.189,79	2,00	26.135,85	60.836,69	395.495,50	2,14	33.830,14
Extensão Rural	255.700,00	429.325,64	60.944,52	403.189,79	2,00	26.135,85	60.836,69	395.495,50	2,14	33.830,14
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	1.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Promoção Industrial	1.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	210.000,00	60.002,99	400,00	35.477,80	0,18	24.525,19	400,00	35.477,80	0,19	24.525,19
Conservação de Energia	210.000,00	60.002,99	400,00	35.477,80	0,18	24.525,19	400,00	35.477,80	0,19	24.525,19
Transporte	1.273.000,00	1.082.554,62	185.655,34	906.384,66	4,50	176.169,96	165.909,66	871.210,20	4,72	211.344,42
Transporte Aéreo	5.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Transporte Rodoviário	1.268.000,00	1.082.553,62	185.655,34	906.384,66	4,50	176.168,96	165.909,66	871.210,20	4,72	211.343,42
Desporto e Lazer	212.000,00	191.052,54	85.129,81	161.622,46	0,80	29.430,08	83.617,81	156.330,46	0,85	34.722,08
Desporto Comunitário	32.000,00	3,43	0,00	0,00	0,00	3,43	0,00	0,00	0,00	3,43

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Lazer	180.000,00	191.049,11	85.129,81	161.622,46	0,80	29.426,65	83.617,81	156.330,46	0,85	34.718,65
Encargos Especiais	270.000,00	361.173,97	100.000,00	361.173,25	1,79	0,72	50.302,02	288.052,18	1,56	73.121,79
Refinanciamento da Dívida Interna	270.000,00	361.173,97	100.000,00	361.173,25	1,79	0,72	50.302,02	288.052,18	1,56	73.121,79
Reserva de Contingência	240.498,00	33,50	0,00	0,00	0,00	33,50	0,00	0,00	0,00	33,50
Reserva de Contingência	240.498,00	33,50	0,00	0,00	0,00	33,50	0,00	0,00	0,00	33,50
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					0,00				0,00	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.920.202,00	22.920.202,00	4.934.773,06	20.159.393,06	100,00	2.760.808,94	4.482.613,82	18.446.127,45	100,00	4.474.074,55

Fonte:
* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2019 A Agosto/2020

RREO – ANEXO III (LRF, art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS											TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.772.848,83	2.462.683,32	2.153.287,11	3.951.767,33	2.239.828,69	2.821.197,38	2.400.229,73	2.038.822,42	1.931.879,86	2.712.853,49	3.120.174,56	2.804.802,58	30.410.375,30	25.511.900,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	93.725,23	111.822,96	104.047,50	58.825,08	244.657,86	487.210,57	115.780,81	106.557,71	124.466,42	101.138,04	110.897,34	139.766,34	1.798.895,86	1.337.300,00
IPTU	3.359,05	4.884,10	8.080,88	0,00	3.310,32	4.455,86	2.973,81	1.907,47	3.133,23	0,00	9.266,76	13.437,12	54.808,60	66.000,00
ISS	36.509,58	36.829,58	42.307,03	40.149,39	72.629,91	299.635,28	47.994,51	47.189,17	51.115,11	36.318,30	30.888,61	44.871,14	786.437,61	601.000,00
ITBI	940,73	8.102,63	21.829,05	43,98	0,00	3.667,61	0,00	0,00	9.175,28	0,00	1.209,48	0,00	44.968,76	10.000,00
IRRF	48.513,05	52.257,48	6.193,02	3.014,36	165.009,66	122.545,16	61.274,58	55.134,03	56.700,90	64.305,24	68.996,99	80.926,08	784.870,55	600.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.402,82	9.749,17	25.637,52	15.617,35	3.707,97	56.906,66	3.537,91	2.327,04	4.341,90	514,50	535,50	532,00	127.810,34	60.300,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	7.142,02	139.466,71	3.880,43	0,00	5.999,90	0,00	0,00	24.886,32	181.375,38	210.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.279,98	1.599,30	734,69	1.774,22	1.649,48	1.214,43	920,59	388,13	388,06	422,24	637,06	321,97	11.330,15	20.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.279,98	1.599,30	734,69	1.774,22	1.649,48	1.214,43	920,59	388,13	388,06	422,24	637,06	321,97	11.330,15	20.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	6.960,00	56.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.500,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.677.843,62	2.349.261,06	2.046.921,04	3.844.208,03	1.929.839,33	2.166.799,74	2.278.765,90	1.867.090,18	1.801.025,48	2.611.293,21	3.007.908,56	2.614.626,62	28.195.582,77	23.938.600,00
Cota-Parte do FPM	485.330,02	446.809,32	606.384,17	1.033.784,91	606.292,89	876.066,17	512.260,15	502.128,33	525.337,03	427.652,52	737.229,24	468.305,77	7.227.580,52	7.600.000,00
Cota-Parte do ICMS	608.919,41	899.133,30	747.004,88	1.392.902,38	740.945,62	663.665,90	995.529,34	626.792,60	588.008,74	747.517,76	794.653,97	754.557,03	9.559.630,93	7.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	26.418,74	9.800,72	12.777,75	5.082,22	23.605,54	22.542,23	22.492,81	16.163,71	36.159,76	29.830,00	18.615,68	30.933,16	254.422,32	300.000,00
Cota-Parte do ITR	1.257,42	328.213,69	8.704,01	11.227,60	7.653,35	2.030,58	901,21	9.866,17	2.397,28	149.869,41	3.339,57	3.041,53	528.501,82	450.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	239.716,78	333.581,31	289.860,79	424.542,95	299.624,20	313.423,14	365.246,26	248.009,23	244.213,49	280.331,23	289.423,13	278.583,84	3.606.556,35	3.276.000,00
Outras Transferências Correntes	316.201,25	331.722,72	382.189,44	976.667,97	251.717,73	289.071,72	382.336,13	464.130,14	404.909,18	976.092,29	1.164.646,97	1.079.205,29	7.018.890,83	4.811.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.583,88	40.000,00	0,00	26.505,93	882,00	64.786,40	0,00	0,00	731,60	25.201,33	159.691,14	5.200,00
DEDUÇÕES (II)	223.345,02	336.791,28	274.974,07	380.920,75	275.699,36	312.860,82	306.236,55	230.990,05	230.380,44	270.973,79	251.034,88	251.367,35	3.345.574,36	3.050.200,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	223.345,02	336.791,28	274.974,07	380.920,75	275.699,36	312.860,82	306.236,55	230.990,05	230.380,44	270.973,79	251.034,88	251.367,35	3.345.574,36	3.050.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.549.503,81	2.125.892,04	1.878.313,04	3.570.846,58	1.964.129,33	2.508.336,56	2.093.993,18	1.807.832,37	1.701.499,42	2.441.879,70	2.869.139,68	2.553.435,23	27.064.800,94	22.461.700,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2019 A Agosto/2020

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.549.503,81	2.125.892,04	1.878.313,04	3.570.846,58	1.964.129,33	2.508.336,56	2.093.993,18	1.807.832,37	1.701.499,42	2.441.879,70	2.869.139,68	2.553.435,23	27.064.800,94	22.461.700,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	**1.549.503,81**	**2.125.892,04**	**1.878.313,04**	**3.570.846,58**	**1.964.129,33**	**2.508.336,56**	**2.093.993,18**	**1.807.832,37**	**1.701.499,42**	**2.441.879,70**	**2.869.139,68**	**2.553.435,23**	**27.064.800,94**	**22.461.700,00**

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Orçamento da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO/2020

LRF, Art. 53, inciso II - Anexo 4

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Orçamento da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO/2020

LRF, Art. 53, inciso II - Anexo 4

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Orçamento da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO/2020

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Previsão Orçamentária
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	Previsão Orçamentária
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Período de Referência	
	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Orçamento da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO/2020

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Orçamento da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO/2020

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	Aportes Realizados
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Orçamento da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO/2020

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
2. O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa; e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1° ao 5° bimestre) e a despesa empenhada (no 6° bimestre).
Texto abaixo válido somente para 6º Bimestre:
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: .
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; .
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2019 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 4.º Bimestre/2020 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.508.757,15	1.408.757,15	1.408.757,15
DEDUÇÕES (II)	2.794.566,43	2.713.392,85	3.784.480,61
Disponibilidade de Caixa bruta	1.781.302,04	1.755.160,21	2.653.940,20
Disponibilidade de Caixa	1.890.067,94	1.809.157,96	2.707.937,95
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	108.765,90	53.997,75	53.997,75
Demais Haveres Financeiros	1.013.264,39	958.232,64	1.130.540,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
VALOR	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERÊNCIA	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO até AGOSTO

LRF, Art. 53, inciso III - Anexo 6

ACIMA DA LINHA

G1 - RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre 2020
		Receitas Realizadas (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	22.461.700,00	17.940.245,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.337.300,00	1.430.475,09
IPTU	66.000,00	38.484,57
ISS	601.000,00	630.642,03
ITBI	10.000,00	14.052,37
IRRF	600.000,00	674.892,64
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.300,00	72.403,48
Contribuições	210.000,00	181.375,38
Receita Patrimonial	20.500,00	5.941,96
Aplicações Financeiras (II)	20.500,00	5.941,96
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	20.888.400,00	16.147.805,78
Cota-Parte do FPM	6.200.000,00	3.783.950,56
Cota-Parte do ICMS	6.000.000,00	4.729.336,93
Cota-Parte do IPVA	240.000,00	160.274,96
Cota-Parte do ITR	360.000,00	143.279,36
Transferências da LC 87/1996	800,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	3.276.000,00	2.318.854,52
Outras Transferências Correntes	4.811.600,00	5.012.109,45
Demais Receitas Correntes	5.500,00	174.647,26
Outras Receitas Financeiras (III)	5.000,00	91.601,33
Receitas Correntes Restantes	500,00	83.045,93
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	22.436.200,00	17.842.702,18

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO até AGOSTO

LRF, Art. 53, inciso III - Anexo 6

ACIMA DA LINHA

G1 - RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre 2020
		Receitas Realizadas (a)
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.600.100,00	174.589,09
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	100,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporá¡rios (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	100,00	0,00
Transferências de Capital	1.600.000,00	174.589,09
Convênios	1.600.000,00	174.589,09
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.600.100,00	174.589,09
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	24.036.300,00	18.017.291,27

G2 - DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre 2020				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	21.509.419,98	18.575.282,41	17.257.749,35	16.034.241,15	54.768,15	864,00	864,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.881.112,36	10.174.290,86	9.278.074,95	8.572.961,80	515,31	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.628.307,62	8.400.991,55	7.979.674,40	7.461.279,35	54.252,84	864,00	864,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	21.509.419,98	18.575.282,41	17.257.749,35	16.034.241,15	54.768,15	864,00	864,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO até AGOSTO

G2 - DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre 2020				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.373.099,14	1.303.238,62	928.374,55	909.725,23	0,00	0,00	0,00
Investimentos	1.011.925,17	942.065,37	640.322,37	621.673,05	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	361.173,97	361.173,25	288.052,18	288.052,18	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.011.925,17	942.065,37	640.322,37	621.673,05	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	22.521.345,15	19.517.347,78	17.898.071,72	16.655.914,20	54.768,15	864,00	864,00

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	1.305.744,92

G4 - META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

G5 - JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre 2020
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	5.941,96
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.311.686,88

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO até AGOSTO

G7 - META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	Valor Corrente
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA

G8 - CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/12/2019 (a)	Até o Bimestre 2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	462.023,99	173.971,81
DEDUÇÕES (XXIX)	1.781.302,04	2.831.142,39
Disponibilidade de Caixa	1.781.302,04	2.831.142,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.890.067,94	2.885.140,14
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	108.765,90	53.997,75
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-1.319.278,05	-2.657.170,58

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.337.892,53

G10 - AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre 2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	54.768,15
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.283.124,38

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	1.277.182,42

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO até AGOSTO

G12 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2020

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						SALDO TOTAL (C)=(A+B)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (A)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (B)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2019				Em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2019					
RESTOS A PAGAR (Exceto Intra-Orçamentário)(I)	18.043,12	90.722,78	54.768,15	0,00	53.997,75	0,00	3.937,89	864,00	864,00	0,00	3.073,89	57.071,64
EXECUTIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	18.043,12	90.722,78	54.768,15	0,00	53.997,75	0,00	3.937,89	864,00	864,00	0,00	3.073,89	57.071,64
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	18.043,12	90.722,78	54.768,15	0,00	53.997,75	0,00	3.937,89	864,00	864,00	0,00	3.073,89	57.071,64
Pessoal e Encargos Sociais	314,21	3.683,48	515,31	0,00	3.482,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.482,38
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.991,51	87.039,28	54.252,84	0,00	49.777,95	0,00	3.937,89	864,00	864,00	0,00	3.073,89	52.851,84
Investimentos	737,40	0,02	0,00	0,00	737,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	737,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta (Exceto Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (Intra-Orçamentárias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	**18.043,12**	**90.722,78**	**54.768,15**	**0,00**	**53.997,75**	**0,00**	**3.937,89**	**864,00**	**864,00**	**0,00**	**3.073,89**	**57.071,64**

Entidades Selecionadas: PREF

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital (Regra de Ouro)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro até Dezembro - 6º Bimestre/2020

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo Não Realizado c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Saldo Não Executado f = (d-e)
DESPESA DE CAPITAL	0,00		0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00		0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00		0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	0,00		0,00

DESCRIÇÃO	(d-a)	(e-b)	(f-c)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À AGOSTO DE 2020 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À AGOSTO DE 2020 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)="d" exerc. anterior)+(c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PE N. 028/2020

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, informa que na data prevista para abertura da sessão pública, no dia **06 de outubro de 2020, às 14:00h(horário de Brasília)**, não houve apresentação de propostas no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é **PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, LIMPEZA, RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PREDIAL E REPARO EM GELADEIRA, FREEZER, REFRIGERADORES, BEBEDOUROS, FOGÃO INDUSTRIAL, MICROONDAS E MAQUINAS DE LAVAR COMUM E INDUSTRIAL, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexo, sendo a licitação declarada **DESERTA** por ausência de participantes interessados. Maiores informações no Setor de Licitações, em dias úteis, no horário das 13h00min às 18h00min, através do telefone 066 3471-2450/1155. Alto Garças, 06 de outubro de 2020. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. TOMADA DE PREÇOS N. 004/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 103/2020.

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação, torna público e comunica aos interessados na licitação em epígrafe, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, o resultado do julgamento do recurso interposto pela empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, cuja decisão definitiva é o seguinte: mantém **desclassificada** a empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA,tendo em vista que a decisão da Comissão de Licitação foi submissa à legislação vigente. Devido a decisão proferida, esta Comissão decide por CONVOCAR os interessados neste certame, para a sessão pública de abertura da proposta de preços, no dia 08/10/2020 (quinta-feira), às 15h00min. Informamos, ainda, que o inteiro teor do Julgamento do Recurso Administrativo encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT e no site http://www.altogarcas.mt.gov.br. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com e telefone (66) 3471–2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 07 de outubro de 2020. Anne Caroline A. Freier Girardello - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA Nº 249/2020 - NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 249/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar a (o) servidor (a) **MARIA ANGELA CEZIMBRA MACHADO**, brasileira, Servidor Público na função chefe de projetos e convênios, Portaria nº209/2017, inscrito no CPF sob o nº **867.122.841-04,** para exercer a função de **FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO:**

***Art.1.*CONTRATO N.027/2020 referente a Tomada de Preço Nº 008/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa A S MORAIS ENGENHARIA**, inscrito sob o CNPJ **27.820.772/0001-26, tendo por objetoCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM TRATAMENTO SUPERCIAL DUPLO-TSD NAS DIVERSAS VIAS URBANAS DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 05 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 249/2020 - NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 249/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar a (o) servidor (a) **MARIA ANGELA CEZIMBRA MACHADO**, brasileira, Servidor Público na função chefe de projetos e convênios, Portaria nº209/2017, inscrito no CPF sob o nº **867.122.841-04,** para exercer a função de **FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO:**

***Art.1.*CONTRATO N.027/2020 referente a Tomada de Preço Nº 008/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa A S MORAIS ENGENHARIA**, inscrito sob o CNPJ **27.820.772/0001-26, tendo por objetoCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM TRATAMENTO SUPERCIAL DUPLO-TSD NAS DIVERSAS VIAS URBANAS DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 05 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 014/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representada pela Pregoeira Oficial Srª JOSIELI FROES BRIANCINI, nomeada pela Portaria nº 486/2020, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020**, publicada no Diário Oficial

de Contas dia 21 de Fevereiro de 2020 e no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 21 de Fevereiro de 2020, Processo Administrativo nº 548/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS PARA O DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ALTO TAQUARI - MT, OFERECENDO ALÉM DE MANUTENÇÃO DE REDE, OPERAÇÃO DE ETA, SERVIÇOS OPERACIONAIS E ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 013/2020, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - A presente Ata terá validade de **12 meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

F. IMM BRASIL LTDA CNPJ Nº 01.298.675/0001-21					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNITÁRIO**	**VL. TOTAL**
1	SERVICO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR	MÊ	12,000	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00
2	LEITURA E EMISSAO DE FATURA DE AGUA, ESGOTO SIMULTANEA	UN	45.000,000	R$ 2,49	R$ 112.050,00
3	SUSPENSAO DO FORNECIMENTO DE AGUA RAMAL E CAVALETE	UN	2.500,000	R$ 11,25	R$ 28.125,00
4	RELIGACAO NO FORNECIMENTO DE AGUA RAMAL E CAVALETE	UN	2.500,000	R$ 9,83	R$ 24.575,00
5	SERVICO DE REPARO DE CAVALETES	UN	600,000	R$ 20,27	R$ 12.162,00
6	SERVIÇO DE REMANEJO DE CAVALETES	UN	100,000	R$ 128,00	R$ 12.800,00
7	SERVICO DE VISTORIAS EM UNIDADES CONSUMIDORAS	UN	600,000	R$ 7,08	R$ 4.248,00
8	SERVICO DE CADASTRO E RECADASTRO DE UNIDADES CONSUMIDORAS	UN	200,000	R$ 7,08	R$ 1.416,00
9	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE NOVAS UNIDADES CONSUMIDORAS	UN	600,000	R$ 128,00	R$ 76.800,00
10	SERVICOS DE CONSERTO E MANUTENCAO EM REDE HIDRAULICA	UN	150,000	R$ 472,16	R$ 70.824,00
13	SERVICO DE INSTALACAO OU SUBSTITUICAO DE HIDROMETROS	UN	1.000,000	R$ 160,00	R$ 160.000,00
TOTAL: R$ 575.000,00					

VALOR POR EXTENSO: **QUINHENTOS E SETENTA E CINCO MIL REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 - **OS SERVIÇOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE.**

4.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para execução do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

4.4 - No ato da entrega os serviços passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos serviços de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar os serviços e/ou fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos serviços fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou serviço adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos serviços.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 16 a 18 do Decreto Municipal Nº 028/2020.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.070.00.17.512.9240.2054.33.90.39000001 **–** Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato **RUDIMAR JOSÉ LANG** e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2020**.**

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 26 de Março de 2020.

JOSIELI FROES BRIANCINI ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

JEFERSON MATHEUS ALVES BRANN

Equipe de Apoio

Fornecedor: F.IMM BRASIL LTDA	
CNPJ: 01.298.675/0023-37	
Endereço: Rua Barão de Jundiai, nº 330, Centro.	
Cidade: Jundiai – SP	**GASTON SOSA MENDOZA** CPF: 234.408.148-82
CEP: 13.201-010	
TELEFONE: (11) 2066-2727 / 2063-0537	
E-mail: fimmbra@fimm.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo Pregoeiro OFICIAL deste Município Sr. RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO, nomeado pela Portaria nº 235/2020, inscrita no CPF sob o nº 882.932.031-53 portadora da Carteira de Identidade nº 2055455-9 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 31 de Agosto de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 31 de Agosto de 2020, no Diário de Cuiabá dia 30 de Agosto de 2020, Processo Administrativo nº 1589/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM INTERNAÇÕES COMPULSÓRIAS, EM ATENDIMENTO AOS PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE**, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 032/2020, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

JANIO RIBEIRO DA SILVA ME CNPJ Nº 25.163.273/0001-88						
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
1	INTERNACAO COMPULSORIA PARA DEPENDENTE QUIMICO MASCULINA ADOLESCENTE	UN	50	CLINICAVIDA	R$ 2.200,00	R$ 110.000,00
TOTAL: R$ 110.000,00						

VALOR POR EXTENSO: **CENTO E DEZ MIL REAIS**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração, conforme disposto no Art. 65, inciso § 1º da Lei 8.666/93, dos serviços contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 - As internações serão solicitadas de forma fracionada, de acordo com a quantidade necessitada, devendo a contratada fornecer o tratamento imediatamente ao qual, conforme condições estabelecidas no termo de referência, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante.

4.1.1 - A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar os pacientes somente as Clínicas que estiverem credenciados junto ao órgão Municipal.

4.2 – As internações solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser fornecidos aos pacientes em tratamento de desintoxicação, conforme termo de referência e emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal.

4.3 - Os pacientes serão atendidos na sede da credenciada, mediante a apresentação de guia de encaminhamento expedida pela Secretaria de Saúde.

4.4 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento dos serviços, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas e reclamações dos pacientes;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% poderão ser aplicados na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado no Termo de Referencia do edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.6.1 - Durante o período de internação, a CONTRATADA se responsabilizará pela segurança do paciente no recinto da clínica, dotando-a de toda segurança necessária;

5.1.6.2 - Em caso de saída não autorizada do paciente, a CONTRATADA comunicará imediatamente a CONTRATANTE o fato ocorrido;

5.1.7 - A Nota Fiscal somente deverá ser entregue mediante requisição de compra, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Se responsabilizar pelas condições da internação, alimentação, medicamentos, assistência médicas e demais serviços necessários ao bem-estar, segurança e recuperação do paciente e não cobrar, qualquer produto ou serviços adicionais que não constem na proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.11 - Enviar, MENSALMENTE, relatório sobre a evolução do tratamento do paciente, como condição para pagamento;

5.1.12 - A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou aos beneficiários indicados pela mesma, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.2 - São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

5.2.5 - O transporte dos pacientes ficarão a cargo do contratante.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e relatório de cada paciente interno.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar serviços de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme Decreto Municipal Nº 0281/2020.

11.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto serão atribuídas a diversas dotações.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida em conjunto pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** pela portaria municipal n.º 006/2020 e por um responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

14.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - Os Preços registrados nesta Ata poderão ser utilizados como forma de adesão, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 01 de Setembro de 2020.

Raimundo da Silva Carvalho Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Gessika Vieira Oliveira

Equipe de Apoio

Fornecedor: JANIO RIBEIRO DA SILVA ME	
CNPJ: 25.163.273/0001-88	
Endereço: Rua A78, nº 119, Parq. Sagrada Familia.	
Cidade: Rondonópolis - MT **CEP:** 78.735-429	**Janio Ribeiro da Silva** CPF: **804.720.871-34**
TELEFONE: (66) 99639-1842	
E-mail: saudeevidact2016@gmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2020

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo PREGOEIRO OFICIAL deste Município Sr. **RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, nomeado pela Portaria nº 235/2020, inscrita no CPF sob o nº 882.932.031-53 portadora da Carteira de Identidade nº 2055455-9 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 13 de Agosto de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 13 de Agosto de 2020, no Diário de Cuiabá dia 13 de Agosto de 2020, Processo Administrativo nº 1647/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS FAMÍLIAS QUE ESTEJAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA**, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 033/2020, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TADEU MROZINSKI ME CNPJ Nº 37.509.767/0001-50						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
2	LAVATORIO LOUCA BRANCA C/ COLUNA MEDINDO 45 X 55CM - PADRAO MEDIO	UN	20,	DECA	R$ 125,00	R$ 2.500,00
5	BLOCO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO) 8 FUROS DE 9X19X19 CM	UN	105.000	DALLAS	R$ 0,72	R$ 75.600,00
6	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E8 MM DE 3,66X1,10M (SEM AMIANTO) COD SINAPI 34402	UN	600	MULTILIT	R$ 82,70	R$ 49.620,00
9	PORTA LAMINADA DIR/ESQ 0,80 X 2,10CM	UN	150	GEROTO	R$ 229,00	R$ 34.350,00
10	VENEZIANA 100X120 GRADE QUADRADA SEM VIDRO	UN	150	GEROTO	R$ 231,50	R$ 34.725,00

13	PEDRA BRITA Nº1	M³	160	MINAS REIS	R$ 159,00	R$ 25. 440,00
TOTAL: R$ 222.235,00						

VALOR POR EXTENSO: **DUZENTOS E VINTE E DOIS MIL, DUZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 03 (TRÊS) dias CORRIDOS**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local **indicado pelo município**.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento do contrato e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, marca e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar produtos de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.32.00000100000000 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

020700004122923020483390300000100000000 - MATERIAL DE CONSUMO

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 006/2020.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 01 de Setembro de 2020.

Raimundo da Silva Carvalho Gessika Vieira de Oliveira

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira

Equipe de Apoio

Fornecedor: TADEU MROZINSKI ME	
CNPJ: 37.509.767/0001-50	
Endereço: Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 875, Centro, Quadra 40 Lote 04.	
Cidade: Alto Taquari/MT **CEP:** 78785-000	**Dioni Teresinha Heck** CPF: 811.754.181-53
TELEFONE: (66) 3496-1555	
E-mail:construfacilconstrutorat@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2020

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo PREGOEIRO OFICIAL deste Município Sr. **RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, nomeado pela Portaria nº 235/2020, inscrita no CPF sob o nº 882.932.031-53 portadora da Carteira de Identidade nº 2055455-9 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 13 de Agosto de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 13 de Agosto de 2020, no Diário de Cuiabá dia 13 de Agosto de 2020, Processo Administrativo nº 1647/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS FAMÍLIAS QUE ESTEJAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA**, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 033/2020, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA CNPJ Nº 32.994.337/0001-58						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
1	ARAME RECOZIDO 16 BWG 1,60 MM (0,016 KG/M) COD SINAPI 34562	KG	60,000	GERDAU	R$ 14,29	R$ 857,40
3	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 (SACO DE 50 KG) COD SINAPI 10511	UN	1.300,000	CIPLAN	R$ 24,98	R$ 32.474,00
8	ACO CA-50 8,0MM VERGALHAO (SINAPI 33)	KG	2.500,000	GERDAU	R$ 6,24	R$ 15.600,00
11	AREIA FINA	M³	170,000	ANILSON	R$ 109,00	R$ 18.530,00
12	AREIA GROSSA	M³	200,000	MARQUES	R$ 152,50	R$ 30.500,00
TOTAL: R$ 97.961,40						

VALOR POR EXTENSO: **NOVENTA E SETE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 03 (TRÊS) dias CORRIDOS**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local **indicado pelo município**.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento do contrato e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, marca e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar produtos de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.32.00000100000000 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

020700004122923020483390300000100000000 - MATERIAL DE CONSUMO

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 006/2020.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 01 de Setembro de 2020.

Raimundo da Silva Carvalho Gessika Vieira de Oliveira

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira

Equipe de Apoio

Fornecedor: MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA	
CNPJ: 32.994.337/0001-58	
Endereço: Rua Delfino Batista, nº 189, Centro.	
Cidade: Alto Taquari/MT **CEP:** 78.785-000	**Marcio Henrique Bocalon** CPF: 888.934.721-04
TELEFONE: (66) 3496-1373	
E-mail: antoniobocalan@uol.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2020

VALIDADE 06 (SEIS) MESES

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, nomeado pela Portaria nº 235/2020, inscrita no CPF sob o nº 882.932.031-53 portadora da Carteira de Identidade nº 2055455-9 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 20 de agosto de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 20 de Agosto de 2020, no Diário de Cuiabá dia 20 de Agosto de 2020, Processo Administrativo nº 1862, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual **AQUISIÇÃO DE KITS DE DISPOSITIVOS DE TESTE RAPIDO DE COVID-19,** de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar pelo item, conforme consta nos autos do processo nº 1862/2020.

1.1.1 - Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de **materiais**, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata terá validade de **06 (seis) meses**, computando neste as eventuais prorrogações, a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, e/ou enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e Decreto 028/2020 e demais legislação pertinente.

a) As aquisições ou contratações adicionais (caronas) referidas nesta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

b) As aquisições ou contratações adicionais (caronas), não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo dos itens consignados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

c) Os pedidos de adesão deverão ser encaminhados a Secretaria de Administração onde serão devidamente instruídos.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 009/2020, da Prefeitura Municipal de Alto Taquari.

3.3 - Para cada item de que trata esta Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 009/2020, da Prefeitura Municipal de Alto Taquari, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - O preço a ser pago POR ÍTEM, discriminados os valores dos materiais unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI e SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no seu aspecto operacional, Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 - Os preços registrados, a especificação dos materiais e os quantitativos, constarão do quadro abaixo:

M. S. DIAGNOSTICA LTDA CNPJ Nº 00.970.175/0003-93						
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNITÁRIO**	**VL. TOTAL**
1	KIT TESTE RÁPIDO COVID-19 IGG/IGM CAIXA COM 25	UN	400	DIAGNOSTICA	R$ 370,00	R$ 148.000,00
TOTAL: R$ 148.000,00						

VALOR POR EXTENSO: **CENTO E QUARENTA E OITO MIL REAIS**

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

6.1 - A Contratada deverá entregar os materiais objetodeste Contrato, mediante requisição assinada por servidor responsável da Unidade Administrativa requisitante.

6.2 - Prazo de entrega: Para o efetivo registro de preço, o fornecedor deverá se comprometer na ata de julgamento a providencia a entrega do material conforme fabricante especificado no ato da entrega dos documentos e no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após recebimento da Autorização de Fornecimento, correspondente, nos casos normais e de no máximo 24 (horas) para os casos de urgência. **SENDO QUE ESTE PRAZO SE DARÁ APÓS A COLETA DE DE MATERIAIS ATÉ A ANALISE NOS CASOS DE EXAMES RT-PCR**.

CLÁUSULA SETIMA – DO LOCAL DE ENTREGA:

7.1 - Local de entrega: Secretaria Municipal de Saúde e/ou Almoxarifado central

7.2 - A empresa contratada assumirá a responsabilidade pelo fornecimento dos **materiais**, de acordo com as especificações constantes do Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo aos padrões de qualidades regulamentados pelos órgãos competentes;

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

8.1 - As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

8.2 - As contratações do fornecimento dos materiais, registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre PREFEITURA e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o número da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

8.3 - A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto ao Departamento de Licitações, no prazo de 04(quatro) dias a contar da data do seu recebimento.

8.4 - Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

8.5 - Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionada no Anexo I, é facultado à PREFEITURA a contratação dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado, inclusive quanto a preço.

8.6 - A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço à PREFEITURA, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

8.7 - A entrega dos materiais só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento das mercadorias expedido pelo servidor responsável do setor de compras, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

8.8 - As **mercadorias** deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

8.9 - Os materiais deverão ser entregues com prazo igual ou superior a 80% por cento de sua validade.

8.10 - Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a entregar os materiais em quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 - São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

9.1.1 - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

9.1.2 - A licitante contratada fica obrigada a exigir documento de pedido de fornecimento do servidor responsável pelo setor de compras, devidamente assinado.

9.1.3 - Entregar os materiais nas qualidades, quantidade e nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e no respectivo Termo Contratual e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitidas pelas unidades administrativas.

9.1.4 - Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

9.1.4.1 - Conforme recomendação do TCE-MT: quando da entrega dos materiais será obrigatório o envio do arquivo XML com o preenchimento dos compôs do Código GTIN e dos campos do Grupo K das notas fiscais eletrônicas.

9.1.5 - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

9.1.6 - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante a entrega dos **materiais**, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

9.1.7 - prover todos os meios necessários à garantia da plena realização do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.1.8 - a falta de funcionário capacitado para entrega dos materiais, cuja execução incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, ou não entrega do objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

9.1.9 - comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.1.10 - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

9.1.11 - fiscalizar o perfeito fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela PREFEITURA;

9.1.12 - indenizar terceiros e/ou a PREFEITURA mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.1.13 - garantir a entrega dos materiais sempre que necessário e solicitado pelo setor de compras;

9.1.14 - manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da PREFEITURA, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com objeto do contrato;

9.1.15 - todos os materiais deverão ser comprovadamente de primeira qualidade.

9.1.16 - arcar com as despesas com impostos, seguro e outros encargos inerentes a entrega das mercadorias;

9.1.17 - aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) quantidade do **material** estimado no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da PREFEITURA;

9.1.18 - manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

11.1 - Solicitar a entrega dos materiais, mediante documento de pedido de entrega/requisição expedido e assinada pelo servidor responsável do setor de compras.

11.2 - Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos materiais, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.3 - Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes na entrega dos **materiais**, notificando à Empresa, sobre as falhas ou defeitos, determinando prazo para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados.

11.4 - Controlar os pedidos de entrega dos materiais, relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência das mercadorias ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial, sem ônus adicionais para Prefeitura.

11.5 - Publicar o contrato, em resumo, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

11.6 - notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos **materiais**.

11.7 - promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em até 10 (DEZ) dias após a entrega dos produtos e emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

12.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

12.3 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

12.4 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

12.5 - A critério da contratante poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos as multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

12.6 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ.

12.7 - No corpo da Nota Fiscal deverá constar:

• Descrição do objeto licitado (Item, descrição, valor unitário, valor total).

• N° do Processo Licitatório.

• N° da Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - A Prefeitura Municipal de Alto Taquari monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

13.2 - Os preços registrados na Ata de Registro de Preços Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93, e conforme os reajustes autorizados por órgão regulamentador, observando sempre o preço do mercado local.

13.3 - No Caso de solicitação de revisão de preço por parte da contratada, a mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte comercial, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

13.4 - Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

13.5 - A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

13.6 - A Prefeitura Municipal de Alto Taquari convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

13.7 - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

13.8 - Antes de receber o pedido de entrega dos materiais, e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais necessários à entrega dos **materiais**, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

13.9 - Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

13.10 - Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI para determinado Item.

13.11 - Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

13.12 - As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Jornal de Grande Circulação e na Internet no endereço no endereço www.altotaquari.mt.gov.br e diário oficial dos municípios-AMM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

14.1.1 - Automaticamente:

a) por decurso do praza de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Alto Taquari quando caracterizado o interesse público.

14.1.2 - a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

14.1.3 - por iniciativa da Prefeitura do Município de Alto Taquari, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

14.2 - O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumento obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.

14.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

14.5 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Grande Circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

15.1 - Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias fornecimento dos **medicamentos e materiais**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1 - Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a PREFEITURA, por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

16.2 - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à PREFEITURA.

16.3 - A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) até o limite de 2% sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

16.4 - No caso de atraso na entrega dos materiais por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a PREFEITURA, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, ficando a contratada impedida de licitar com a PREFEITURA por um prazo de 5 (CINCO) anos.

16.5 - A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 5 (CINCO) anos, e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à PREFEITURA.

16.6 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à PREFEITURA;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

16.7 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

16.8 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração MUNICIPAL e demais órgãos/entidades.

16.9 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.10 - A falta dos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1 - A aquisição dos materiais objeto de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 009/2020 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, valor POR ÍTEM.

III - é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA;

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 - Para dirimir as questões oriundas desta ata será competente a COMARCA DE ALTO TAQUARI.

20.2 - E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em três vias de igual teor e forma.

Alto Taquari - MT, 11 de Setembro de 2020.

Raimundo da Silva Carvalho Gessika Vieira de Oliveira

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira

Equipe de Apoio

Fornecedor: **M. S. DIAGNOSTICA LTDA**	
CNPJ: **00.970.175/0003-93**	
Endereço: **Av. João Eugenio Gonçalves Pinheiro, nº 284, quinhão 12, 13 e 14.**	
Cidade: **Cuiabá/MT** CEP: **78.010-308**	**Valter Bruno** CPF: 068.507.058-14
TELEFONE: **(66) 3634-5170**	
E-mail:**licitacaomt@msdiagnostica.com.br**	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 066/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020

O **Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo PREGOEIRO OFICIAL deste Município Sr. **RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, nomeado pela Portaria nº 235/2020, inscrita no CPF sob o nº 882.932.031-53 portadora da Carteira de Identidade nº 2055455-9 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 01 de Setembro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 01 de Setembro de 2020, no Diário de Cuiabá dia 01 de Setembro de 2020, Processo Administrativo nº 1930/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DÍESEL S10, S-500 E GASOLINA) PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI,** conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no site www.altotaquari.mt.gov.br.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

POSTO MONTE SINAI LTDA CNPJ Nº 06.246.900/0001-08						
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. TOTAL**	**DESCONTO (%)**
1	GASOLINA COMUM	L	61.000,000	BANDEIRA BRANCA	R$ 263.947,00	1,51
2	OLEO DIESEL S-10	L	50.500,000	BANDEIRA BRANCA	R$ 189.880,00	2,00
3	OLEO DIESEL S500	L	4.000,000	BANDEIRA BRANCA	R$ 14.640,00	2,00
TOTAL: R$ 468.467,00						

VALOR POR EXTENSO: **QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS.**

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverão ser entregues diretamente no Almoxarifado Municipal, para parte do Diesel S10 e, para a outra parte do Diesel e para Gasolina, esses deverão ser fornecidos diretamente na bomba, assim que solicitado.

4.1.2 - A licitante deverá compromete-se a manter um estoque mínimo de 10% (dez por cento) de cada item apresentado na proposta para entrega imediata atendendo as emergências das Secretarias Municipais deste Município, o não atendimento o sujeitará às penalidades constantes no Itens 15. 4 e 18 deste Edital.

4.1.3 - A empresa deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.1.4 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.1.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.1.6 - Parte do Óleo Diesel S10 adquirido, DEVERÁ ser acondicionado em tanque próprio da Prefeitura Municipal, sendo entregue no pátio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, (no Almoxarifado) ou em local indicado pela Secretaria solicitante, sempre na quantidade requisitada em cada ordem de compra, até o limite desta licitação.

4.1.7 – Sendo a outra parte do Óleo Diesel S10 e a Gasolina, com **abastecimento na bomba**, haja vista que os carros da Secretaria de Saúde (ambulâncias) que abastecem com Diesel S10 não têm horários, podendo ser abastecidos no meio da noite, feriados e finais de semana, dependendo da urgência. E o Município não dispõe de outro tanque para armazenamento da Gasolina.

4.1.8 – A Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT, aplicará o desconto apresentado pelas empresas vencedoras em cima dos preços apurados semanalmente pela tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo) sobre o PREÇO MÉDIO ao consumidor, da relação de todas as cidades apresentadas na tabela, média do Estado de Matogrosso.

4.1.9 - Os proponentes deverão apresentar proposta de preço, em forma de desconto, sobre o preço apresentados na tabela da ANP da semana da licitação. No valor deverão estar incluídas a carga tributária e todas as despesas diretas e indiretas incidentes, que correrão à conta do licitante.

4.1.10. Os produtos deverão ser de boa qualidade sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto.

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 - Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado nesta ata e de acordo com a proposta apresentada.

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Deverá fornecer o desconto linear sobre o valor do combustível, aplicará o desconto apresentado em cima dos preços apurados semanalmente pela tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo) sobre o PREÇO MÉDIO ao consumidor, da relação de todas as cidades apresentadas na tabela, média do Estado de Matogrosso.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, **semanalmente** após a entrega dos produtos e emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente. Obedecendo aos valores médios da Tabela da ANP da semana, e o desconto ofertado pela licitante vencedora..

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SETIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

ÓRGÃO
SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS
GABINETE
ADMINISTRAÇÃO
FINANÇAS
OBRA – FROTA RODOVIÁRIA
OBRA – CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS
INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EDUCAÇÃO – TRANSPORTE ESCOLAR
SAÚDE - SERVIÇOS DA SAÚDE
SAÚDE – PSF
SAÚDE – HOSPITAL MUNICIPAL
PROMOÇÃO SOCIAL
ESPORTE TURISMO E LAZER
AGRICULTURA

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **Rudimar Jose Lang**, de acordo com a portaria municipal n.º 006/2020**.**

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento

da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 08 (oito) horas**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 17 de Setembro de 2020.

Raimundo da Silva Carvalho Gessika Vieira de Oliveira

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira

Equipe de Apoio

Fornecedor: **POSTO MONTE SINAI LTDA**	
CNPJ: **06.246.900/0001-08**	
Endereço: **Av. Macário Subtil de Oliveira, Qd 46, Lt 04, nº 1581, Centro.**	
Cidade: **Alto Taquari - MT** CEP: **78.785-000**	**José Donizete da Silva** CPF: 273.754.041-00
TELEFONE: **(66) 3496-1954 /**	
E-mail:**taquari@postomontesinai.com.br**	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 067/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020

O **Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo PREGOEIRO OFICIAL deste Município Sr. **RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, nomeado pela Portaria nº 235/2020, inscrita no CPF sob o nº 882.932.031-53 portadora da Carteira de Identidade nº 2055455-9 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 01 de Setembro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 01 de Setembro de 2020, no Diário de Cuiabá dia 01 de Setembro de 2020, Processo Administrativo nº 1930/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DÍESEL S10, S-500 E GASOLINA) PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI,** conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no site www.altotaquari.mt.gov.br.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

PETRÓLEO QUERÊNCIA LTDA CNPJ Nº 04.338.339/0001-53						
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. TOTAL**	**DESCONTO (%)**
4	OLEO DIESEL S-10 - ATACADO	L	380.000,000	PETROBRAS	R$ 1.430.320,00	3,01
TOTAL: R$ 1.430.320,00						

VALOR POR EXTENSO: **HUM MILHÃO QUATROCENTOS E TRINTA MIL TREZENTOS E VINTE REAIS.**

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverão ser entregues diretamente no Almoxarifado Municipal, para parte do Diesel S10 e, para a outra parte do Diesel e para Gasolina, esses deverão ser fornecidos diretamente na bomba, assim que solicitado.

4.1.2 - A licitante deverá compromete-se a manter um estoque mínimo de 10% (dez por cento) de cada item apresentado na proposta para entrega imediata atendendo as emergências das Secretarias Municipais deste Município, o não atendimento o sujeitará às penalidades constantes no Itens 15. 4 e 18 deste Edital.

4.1.3 - A empresa deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.1.4 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.1.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.1.6 - Parte do Óleo Diesel S10 adquirido, DEVERÁ ser acondicionado em tanque próprio da Prefeitura Municipal, sendo entregue no pátio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, (no Almoxarifado) ou em local indicado pela Secretaria solicitante, sempre na quantidade requisitada em cada ordem de compra, até o limite desta licitação.

4.1.7 – Sendo a outra parte do Óleo Diesel S10 e a Gasolina, com **abastecimento na bomba**, haja vista que os carros da Secretaria de Saúde (ambulâncias) que abastecem com Diesel S10 não têm horários, podendo ser abastecidos no meio da noite, feriados e finais de semana, dependendo da urgência. E o Município não dispõe de outro tanque para armazenamento da Gasolina.

4.1.8 – A Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT, aplicará o desconto apresentado pelas empresas vencedoras em cima dos preços apurados semanalmente pela tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo) sobre o PREÇO MÉDIO ao consumidor, da relação de todas as cidades apresentadas na tabela, média do Estado de Matogrosso.

4.1.9 - Os proponentes deverão apresentar proposta de preço, em forma de desconto, sobre o preço apresentados na tabela da ANP da semana da licitação. No valor deverão estar incluídas a carga tributária e todas as despesas diretas e indiretas incidentes, que correrão à conta do licitante.

4.1.10. Os produtos deverão ser de boa qualidade sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto.

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 - Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado nesta ata e de acordo com a proposta apresentada.

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Deverá fornecer o desconto linear sobre o valor do combustível, aplicará o desconto apresentado em cima dos preços apurados semanalmente pela tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo) sobre o PREÇO MÉDIO ao consumidor, da relação de todas as cidades apresentadas na tabela, média do Estado de Matogrosso.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, **semanalmente** após a entrega dos produtos e emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente. Obedecendo aos valores médios da Tabela da ANP da semana, e o desconto ofertado pela licitante vencedora..

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SETIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

ÓRGÃO
SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS
GABINETE
ADMINISTRAÇÃO
FINANÇAS
OBRA – FROTA RODOVIÁRIA
OBRA – CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS
INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EDUCAÇÃO – TRANSPORTE ESCOLAR
SAÚDE - SERVIÇOS DA SAÚDE
SAÚDE – PSF
SAÚDE – HOSPITAL MUNICIPAL
PROMOÇÃO SOCIAL
ESPORTE TURISMO E LAZER
AGRICULTURA

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **Rudimar Jose Lang**, de acordo com a portaria municipal n.º 006/ 2020**.**

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e “d” do item 13.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 08 (oito) horas**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 17 de Setembro de 2020.

Raimundo da Silva Carvalho Gessika Vieira de Oliveira

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira

Equipe de Apoio

Fornecedor: **PETRÓLEO QUERÊNCIA LTDA**	
CNPJ: **04.338.339/0001-53**	
Endereço: **Rodovia MT 100, KM 61-A, S/N, ZONA RURAL.**	
Cidade: **Alto Taquari - MT** CEP: **78.785-000**	**Ulisses Rodrigues Guerini** CPF: 391.690.309-87
TELEFONE: **(66) 3496-1954 /**	
E-mail:**ebaraldi.cr@terra.com.br**	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 015/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2020

O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representada pela Pregoeira Oficial Srª **JOSIELI FROES BRIANCINI**, nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 27 de Fevereiro de 2020 e no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 27 de Fevereiro de 2020, Processo Administrativo nº 782/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E PREMIAÇÃO PARA ATENDER A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**. conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ Nº 35.942.214/0001-61

ITEM	MATERIAL	UNID	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
4	BOLA FUTSAL INFANTIL (SUB 13) - DIAMETRO 55-59CM, 350-380GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC, MATERIAL PU, 8 GOMOS, MIOLO REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	UN	25,000	PENALTY	R$ 135,00	R$ 3.375,00
6	BOLA VOLEI DE QUADRA - DIAMETRO 65-67CM, 260-280GR, CAMARA AIRBILITY, MATRIZADA, MATERIAL MICROFIBRA, 18 GOMOS, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, APROVADO PELA FEDERACAO OFICIAL DE VOLEI (FIBV).	UN	12,000	PENALTY	R$ 293,00	R$ 3.516,00
7	APITO MESARIO PROFISSIONAL MM88 - EM PLASTICO ABS, SEM BOLINHA, EMITE 2 SONS AO MESMO TEMPO (BI-VOX) , MEDIDAS: 8,5X2,0CM, COR PRETO, PROCEDENCIA NACIONAL.	UN	4,000	FOX	R$ 45,00	R$ 180,00
8	CRONOMETRO DIGITAL - FUNCOES: RELOGIO, CALENDARIO E DESPERTADOR; ALARME E TIME COM CONTAGENS REGRESSIVA E PROGRESSIVA, CRONOMETRAGEM: TEMPO TOTAL PERCORRIDO, TEMPO DA PRIMEIRA E DEMAIS ETAPA, TEMPO DA DISTANCIA ENTRE DUAS ETAPAS, MEMORIA DE ATE 10 VOLTAS. RESISTENTE A AGUA (1 ATM).	UN	6,000	VOLLO	R$ 45,00	R$ 270,00
13	PAR DE BANDEIRAS DE ÁRBITROS (FUTEBOL)- BANDEIRAS QUADRICULADAS NAS CORES LARANJA E AMARELO. FEITA EM 4 GOMOS. MANETE ADERENTE E MACIA E O BASTÃO DE ALUMÍNIO.	UN	8,000	PENALTY	R$ 55,90	R$ 447,20
15	COLETE ESPORTIVO SIMPLES, 100% POLIÉSTER EM TECIDO DRY, COM VIÉS, CAVADO, COR E TAMANHO A ESCOLHER	UN	160,000	TRB	R$ 7,90	R$ 1.264,00
21	BOLA DE HANDEBOL , OFICIAL ,TAMANHO MASCULINO, APROVADA PELA IHF, COSTURADA À MÃO, PU ULTRA GRIP, 32 GOMOS, 58-60 CM, 425-475 G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO	UN	20,000	PENALTY	R$ 180,00	R$ 3.600,00

25	PLACAR (MARCADOR DE PONTOS) PARA MESA EM PVC RIGIDO, MARCACAO 7 SETS E 31 PONTOS	UN	4,000	ELITE	R$ 180,00	R$ 720,00
26	BOMBA PARA CALIBRAR BOLA - COMPOSICAO: TUBO: POLICARBONATO/HASTE: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO/T HANDLE: POLIPROPILENO/FECHOS: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO, TECNOLOGIA DOUBLE ACTION QUE PERMITE ENCHIMENTO NOS DOIS SENTIDOS, COM AGULHA EM LIGA DE ZINCO COM TAMPA DE BORRACHA, MANGUEIRA DE AR EM BORRACHA COM NYLON E LIGA DE ZINCO.	UN	8,000	STADIUM	R$ 19,30	R$ 154,40
28	REDE VOLEI DE PRAIA OFICIAL - 1X8,50MTS, 4 FAIXAS, FIO 4MM SEDA COM SUPORTE PARA ANTENA, COM PROTECAO UV, LONA SUPERIOR E INFERIOR COM COSTURA DUPLA DE 6CM CADA, REDE 2 PVC, MALHA 10X10CM, NYLON PEAD, COM CORDA PARA SUSTENTACAO,	UN	6,000	SPITTER	R$ 199,00	R$ 1. 194,00
31	KIT UNIFORME ESPORTIVO ADULTO (CAMISETA, CALCAO E MEIAO) PARA FUTEBOL DE CAMPO, COM 20 PEÇAS, 100% POLIÉSTER EM TECIDO DRY, SENDO CAMISA, CALÇÃO E MEIÃO, PERSONALIZADOS COM BRASÃO DA PREFEITURA, DADOS DA ADMINISTRAÇÃO VIGENTE E DA SECRETARIA DE ESPORTE, BORDADO COR E TAMANHO A ESCOLHER	UN	4,000	TRB	R$ 750,00	R$ 3. 000,00
37	COLCHONETE - 100X60CM COM 3CM ESPESSURA, DENSIDADE 28, IMPERMEAVEL.	UN	50,000	EXCLUSIVA	R$ 38,00	R$ 1. 900,00
45	FLUTUADOR EM POLIETILENO, FORMATO ESPAGUETE, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,65 M , E DIAMETRO 6,5 CM, PARA PISCINA	UN	40,000	BELFIX	R$ 13,90	R$ 556,00
46	LUVA DE GOLEIRO ADULTO PALMA 100% LATEX COM EXCELENTE FEITO EM UM COMPOSTO DE BORRACHA, PALMA COM DUPLA CAMADA DE REVESTIMENTO, LATEX E ESPUMA, PUNHO COM FECHAMENTO DE VELCRO. COMPOSICAO: TECIDO PALMA 67% POLIESTER E 33% ELASTANO, TECIDO DORSO: 100% ALGODAO. COR E TAMANHO A ESCOLHER (PAR)	PR	6,000	STADIUM	R$ 60,00	R$ 360,00
58	TROFEU APROXIMADAMENTE 145CM DE ALTURA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL METALIZADOS A VACUO, MODELO A ESCOLHER PODENDO CONTER: BASE, CONE, ESTATUETA, TUBOS, TACA, ALCA, TAMPA INTERCAMBIAVEL COR A ESCOLHER. COM ACABAMENTO DE 1º QUALIDADE.	UN	20,000	VITORIA	R$ 348,00	R$ 6. 960,00
59	TROFEU APROXIMADAMENTE 80CM DE ALTURA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL METALIZADOS A VACUO, MODELO A ESCOLHER PODENDO CONTER: BASE, CONE, ESTATUETA, TUBOS, TACA, ALCA, TAMPA INTERCAMBIAVEL COR A ESCOLHER. COM ACABAMENTO DE 1º QUALIDADE.	UN	40,000	VITORIA	R$ 125,00	R$ 5. 000,00
TOTAL: R$ 32.496,60						

VALOR POR EXTENSO: **TRINTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS.**

3.2 – O valor é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das dotações específicas de cada secretaria.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo **a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipaldeverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

7.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

7.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

7.4 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, do fornecimento dos materiais, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados**.**

7.5 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

7.6 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 7.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - *Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da* ***CONTRATADA:***

I - Entregar os materiais em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II - *Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;*

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação:

V - Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da **CONTRATANTE:**

I - efetuar os pagamentos pelos fornecimentos prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 16 a 18 do Decreto Municipal Nº 028/2020.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme Decreto Municipal Nº 028/2020.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contratos **RUDIMAR JOSÉ LANG**, de acordo com a portaria municipal 006/2020.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 028/2020.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

4.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 26 de Março de 2020.

JOSIELI FROES BRIANCINI ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

JEFERSON MATHEUS ALVES BRANN

Equipe de Apoio

Fornecedor: ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	_____

CNPJ: 35.942.214/0001-61	**RICARDO CÉSAR DE ARAGÃO** CPF: 003.374.721-06
Endereço: Rua J, nº 37 - Quadra 03 Bairro Araés	
Cidade: Cuiabá - MT	
CEP: 78.005-695	
TELEFONE: (65)99218-0864	
E-mail: aragaobrinquedos@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020

Ao quinto dia do mês de março do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, o MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, pessoa jurídica de direito público interno, na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Fábio Mauri Garbugio**, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 899.868.069-68, que para os efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente PREFEITURA e a empresa **ALPHA CONSTRUTORA EIRELI**, com sede na Avenida Ayrton Senna Da Silva, S/N, bairro Distrito Industrial - Estado de Mato Grosso - CEP 78.098-970 - Telefone: (66) 3421-0954/ (66) 9.9653-7800 -, e-mail: administrativo@alphaconstrutora.net.br, C.N.P.J / MF nº 08.718.006/0001-00 - neste ato representada pelo Sr. Cleber Wilson Savaris, portador do R.G. nº 2426769 SESP/SC e C.P.F. nº 716.295.219-49, residente e domiciliado na Avenida Tancredo de Almeida Neves, nº 108, apto 1101, Ed. Portal D'América, bairro Pico do Amor, CEP: 78.065-005, município de Cuiabá-MT, doravante designada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis à espécie, resolvem registrar o(s) preço(s) definidos e homologados nos autos da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃODE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, no perímetro urbano do Município de Alto Taquari - MT**, nos termos que dispõe a Lei nº 8666/93 e demais normas vigentes, bem como as condições fixadas no edital da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2020** e na proposta da **CONTRATADA**, que ficam fazendo parte integrante do presente.

1.2 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ETAPA	OBJETO				VALOR
	RUA	TRECHO			
1	VIELA PRAÇA QD. 33	RUA CASSIANO DE MELO	-	QUADRA 33	R$ 799.411,95
	RUA GABRIEL RODRIGUES BARBOSA	RUA FRANCISCO DE CARVALHO	-	FURNA	
	RUA ALEXANDRE DE CARVALHO	VALA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	
	RUA FÉLIX DE SOUZA PINA	RUA ALEXANDRE DE CARVALHO	-	RUA CARRIJOS	
	RUA TEOFILO JOAQUIM DE MELO	RUA FELIX DE SOUZA PINA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	
	RUA JOÃO MENDES DE SOUZA	RUA FELIX DE SOUZA PINA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	
	RUA LUIZ FURTADO	RUA FELIX DE SOUZA PINA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	
	RUA PEDRO BARBOSA	RUA FELIX DE SOUZA PINA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	
2	RUA DELFINO BATISTA	RUA FELIX DE SOUZA PINA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	R$ 901.280,16
	RUA FRANCISCO BATISTA	RUA FELIX DE SOUZA PINA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	
	RUA FORTUNATO RODRIGUES	RUA FELIX DE SOUZA PINA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	
	RUA FERNANDES	RUA FELIX DE SOUZA PINA	-	RUA JOSÉ RODRIGUES	
	RUA NASCENTE DO TAQUARI	RUA CARRIJOS	-	RUA RINALDO ADOLFO SAUTER	
	RUA LIDIO SLAVIEIRO	RUA CARRIJOS	-	AVENIDA SARKIS SAMARA	
	TRAVESSA 13 DE MAIO	RUA CARRIJOS	-	RUA DOS PIONEIROS	
	RUA DEPUTADO JONAS PINHEIRO	RUA CARRIJOS	-	AVENIDA SARKIS SAMARA	
3	RUA GERÔNIMO SÂMITA MAIA	RUA CARRIJOS	-	AVENIDA SARKIS SAMARA	R$ 1.069. 790,84
	RUA CARLOS IRIGARAY FILHO	RUA CARRIJOS	-	AVENIDA SARKIS SAMARA	
	RUA RINALDO ADOLFO SAUTER	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	-	MT100	
	RUA DOS PIONEIROS	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	-	MT100	
	AVENIDA CORONEL MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA	RUA CARRIJOS	-	AVENIDA SARKIS SAMARA	
4	AVENIDA SARKIS SÂMARA	RUA LÍDIO SLAVIEIRO	-	MT100	R$ 870.787,59
	RUA LÍDIO SLAVIEIRO	AVENIDA SARKIS SAMARA	-	RUA TRÊS ESTADOS	
	RUA DEPUTADO JONAS PINHEIRO	AVENIDA SARKIS SAMARA	-	AVENIDA 01	
	RUA GERÔNIMO SÂMITA MAIA	AVENIDA SARKIS SAMARA	-	AVENIDA 01	
5	RUA CARLOS IRIGARAY FILHO	AVENIDA SARKIS SAMARA	-	AVENIDA 01	R$ 839.870,70
	AVENIDA CORONEL MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA	AVENIDA SARKIS SAMARA	-	AVENIDA 01	
	RUA JUSTO VERÍSSIMO	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	-	MT100	
	RUA TRÊS ESTADOS	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	-	MT100	
6	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	RUA JUSTO VERÍSSIMO	-	FAZENDA	R$ 885.719,62
	AVENIDA HUM	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	-	MT100	

	RUA DOIS	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	-	AV. CEL MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA	
	RUA TRÊS	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	-	AV. CEL MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA	
	RUA QUATRO	AVENIDA NASCENTE DO TAQUARI	-	AV. CEL MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA	
	RUA CINCO	AVENIDA HUM	-	FAZENDA	
	AVENIDA CORONEL MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA	AVENIDA HUM	-	FAZENDA	
TOTAL: R$ 5.366.860,86					

TOTAL POR EXTENSO: **CINCO MILHÕES TREZENTOS E SESSENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS.**

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços serão prestados no Município de Alto Taquari, nas ruas e avenidas da cidade, nos locais determinados pelo setor competente.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A vigência da presente ata de registro de preços é **12 (doze) meses**, contados da assinatura de seu instrumento.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DOS PROCEDIMENTOS, ROTINAS DE REQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS

4.1 - A fiscalização, a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, convocará a **CONTRATADA**, sempre que necessário, para realização de serviços (etapas) por meio de ofício na qual constará nome, endereço e a pessoa responsável a ser procurado para os apontamentos dos serviços a serem realizados;

4.2 - A **CONTRATADA** deverá obedecer, para a execução do objeto da ata de registro de preços, aos seguintes prazos:

a) - a **CONTRATADA** terá prazo de até **2 (dois) dia úteis**, a partir do recebimento do ofício, para efetuar vistoria detalhada do local e realizar os levantamentos necessários para execução dos serviços a serem contratados;

b)- após a vistoria do local, a **CONTRATADA** terá prazo de até **24 (vinte e quatro)horas** para iniciar os serviços a serem executados, com os respectivos preços por item/subitem e o preço total para execução dos serviços de cada etapa e prazo de execução, observando os preços unitários estabelecidos em sua proposta. A **planilha será analisada e poderá sofrer adequações visando atender a situação do local que sofrerá intervenções**;

c)- a **PREFEITURA** poderá solicitar acréscimo nos serviços relacionados, enviando para a **CONTRATADA** ordem de serviços e relação de serviços complementares; a **CONTRATADA** terá o prazo de até **48 (quarenta e oito) horas** para encaminhar planilha contendo os serviços a serem executados, com os respectivos preços por item/subitem e o preço total para execução dos serviços e prazo de execução, observando os preços unitários estabelecidos na proposta inicial;

d)- a **CONTRATADA** deverá refazer os serviços recusados pela fiscalização e retirar do local dos serviços o material rejeitado, em até 24 horas, a contar da vistoria e notificação do Município;

4.3 - Os prazos de adimplemento das obrigações estabelecidas neste ajuste admitem prorrogação, nos casos e condições especificados previstos na Lei n° 8.666/1993 e demais normas aplicáveis, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida pelo Município contemporaneamente ao fato que a ensejar.

4.4 - Poderão ser executados serviços concomitantemente em várias localidades, dos quais caracterizam as etapas;

4.5 Para vistoriar o local onde serão executados os serviços, a **CONTRATADA** deverá agendar previamente a data e horário com o responsável pela fiscalização dos serviços contratados.

4.6 - A vistoria será acompanhada por funcionário designado pela Fiscalização, quando houver necessidade ou por solicitação da **CONTRATADA** para que sejam resolvidas dúvidas ou omissões;

4.7 - Qualquer alteração nos serviços ou quantidade apurada verificada durante a execução dos trabalhos, deverá ser previamente informada à Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana, que verificará a possibilidade da alteração e procederá a autorização para a mesma;

4.8 - A **CONTRATADA** deverá informar o término da execução dos serviços à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, para que se proceda o recebimento dos mesmos;

4.9 - A **CONTRATADA** deverá manter o local dos serviços limpo, com retirada diária do entulho, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;

4.10 - A **CONTRATADA** deverá entregar ao Município, em local a ser definido, o material retirado que poderá ser reutilizado, a critério do Município;

4.11 - A **CONTRATADA** deverá manter livres de entulhos, sobras de material, material novo, equipamentos e ferramentas, as vias de circulação e passagens;

4.12 - A **CONTRATADA** será responsável pela retirada e transporte do entulho para local apropriado, autorizado para receber os materiais;

4.13 - O prazo para execução de todas as etapas (serviços) é de até **180 (cento e oitenta) dias, para cada etapa, conforme cronograma físico-finaceiro, contidos no projeto,** contados a partir do recebimento pela contratada da ordem inicial de serviços – OIS, e o pagamento será efetivado através das medições das etapas executadas e aprovadas pela fiscalização, e o total após o recebimento dos serviços contratados de forma definitiva.

4.14 - Os serviços somente serão recebidos de forma **global e definitiva** em vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura, data a partir da qual contar-se-ão os pagamentos, vencendo a primeira parcela **30 (trinta) dias** após o recebimento da medição.

4.15 - A medição dos serviços será feita através de mapas dos quarteirões, que identificarão as etapas, onde serão realizados os serviços e os recapeamentos deverão estar localizados e identificados nestes quarteirões de maneira tal que possam ser conferidos pela fiscalização, com relatório fotográfico identificando o local antes e depois da execução dos serviços.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES

5.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas na presente ata de registro de preço ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, a **PREFEITURA** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

5.2 - Pela recusa injustificada da empresa licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura: **suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari-MT, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses**;

5.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **PREFEITURA** aplicará à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação:

5.3.1 - Pela inadimplência parcial ou total, **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente.

5.3.2 - Pelo atraso na execução dos serviços, **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, calculada sobre o valor global do contrato.

5.3.3 - Todas as multas referidas nos itens acima, serão aplicadas em dobro, na reincidência da falta no período de 30 (trinta) dias corridos, da primeira ocorrência.

5.3.4 - A critério exclusivo da **PREFEITURA**, a quitação das multas aplicadas poderá ocorrer deduzindo-se do pagamento mensal devido à **contratada** por conta dos serviços medidos, o valor correspondente à citada penalidade.

5.3.5 - As multas são independentes e autônomas e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

5.4 - No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá os direitos da **PREFEITURA** de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

5.5 - A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

5.6 - A aplicação das penalidades não impede a **PREFEITURA** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

5.7 - Estas penalidades somente poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou forças maiores, devidamente justificados e comprovados, a juízo do contratante.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - Vigorarão para a vigência da ata de registro de preços, os preços unitário e global ofertados pela vencedora da licitação, no valor global de **R$ 5. 366.860,86 (cinco milhões trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos)**.

6.2 - Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução do objeto contratado.

6.3 - Os preços a serem registrados serão os constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que fica fazendo parte integrante do presente.

6.4 - Os preços referidos constituirão, a qualquer título, todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive o custo dos vigias diurnos e noturnos, de modo a constituírem a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução das obras, devendo neles estar incluídos todos os encargos e custos incidentes.

6.5 - Ocorrendo modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por disposição legal, poderá ser procedida readequação, para mais ou para menos, conforme o caso, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro das etapas contratadas.

6.6 - Os preços unitários-base correspondem ao mês da apresentação da proposta.

6.7 - Para efeito do início dos serviços, os preços ofertados não serão objeto de atualização financeira entre a data da apresentação da proposta e a data de assinatura do contrato, ocorrendo esta dentro do prazo de validade da proposta.

6.8 - Será admitida durante a execução do contrato a celebração de termos aditivos, sempre que legalmente exigível ou necessários, com o objetivo de se proceder às adequações pertinentes.

6.9 - Os serviços contratados serão pagos, após medição, em até **10 (dez) dias**, por meio de ordem bancária à **CONTRATADA**, após a entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão competente da Administração Pública Municipal

6.10 - A Administração Pública Municipal pagará à contratada o valor relativo às obras e serviços efetivamente realizados, medidos e aprovados.

6.11 - Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a **PREFEITURA**, após a execução e recebimento dos serviços, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados.

6.12 - A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções e o prazo será contado novamente para pagamento.

6.13 - O pagamento ficará condicionado à apresentação a Fiscalização do objeto desta licitação dos documentos a seguir mencionados:

6.13.1 - Guia da Previdência Social (GPS) devidamente quitada;

6.13.2 - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviços e Informação à Previdência Social (GFIP) devidamente quitada, destacando os empregados designados para a execução do objeto contratado;

6.13.3 - o Imposto Sobre Serviços – ISS será retido pela Prefeitura Municipal de Alto Taquari quando do pagamento da nota fiscal-fatura, na forma e condições definidas na legislação vigente aplicável;

6.13.4 - para fazer jus ao recebimento deverá a **CONTRATADA**, a cada medição, comprovar o recolhimento dos encargos sociais – contribuições previdenciárias devidas junto ao INSS – incidentes sobre a prestação dos serviços em referência;

6.13.5 - a **PREFEITURA** fará a retenção das contribuições previdenciárias a incidir nos pagamentos dos serviços realizados, na forma e condições definidas na legislação vigente, valor este que será recolhido ao INSS em nome da **CONTRATADA**, no prazo legal;

6.13.6 - se, eventualmente, for apurado alguma falta de pagamento de créditos trabalhistas ou seus encargos, decorrentes da presente licitação, tanto previdenciário quanto fundiário, de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverão ser suportados por ela, e não forem resgatados nas devidas épocas, dará ensejo à retenção dos pagamentos futuros e, caso já tenha encerrado a prestação de serviços, autorizará a **PREFEITURA** a adotar os meios judiciais cabíveis contra a **CONTRATADA** ou seus sócios que serão responsáveis solidários nos resgates de tais créditos.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1 - As cláusulas econômico-financeiras e monetárias do registro de preços não poderão ser alteradas, só serão revistas os valores das etapas contratadas e com a prévia concordância da Prefeitura.

7.2 - As cláusulas econômico-financeiras do futuro contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual, uma vez que haja modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na legislação federal, estadual ou municipal, fato que autorizará a respectiva correção, para mais ou menos, na medida em que a referida legislação reflita na composição dos preços, observando-se o disposto no artigo 65, “d” da Lei nº 8666/93.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1 - Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento pela Fiscalização e emitirá Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/1993, e nas condições definidas em contrato.

8.2 - Serão rejeitados, total ou parcialmente, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução ou dos materiais neles empregados.

8.3 - Se houver erro na nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, ou a ocorrência do disposto no item anterior, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades pela **CONTRATADA**.

8.3.1 - Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da **CONTRATADA**, não incidirá sobre o Município quaisquer ônus, inclusive financeiro.

8.4 - O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

8.5 - A responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos serviços, subsistirá na forma da Lei.

9.0 - CLAUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 - A execução dos serviços será acompanhada pela Fiscalização do Município, a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução dos serviços.

9.2 - A fiscalização de que trata o item anterior (**9.1**) não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo à **PREFEITURA** promover as necessárias negociações junto à **CONTRATADA, das etapas contratadas**.

10.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, este a **PREFEITURA** convocará a **CONTRATADA** visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

10.2.1 - Frustrada a negociação, a **CONTRATADA** será liberada do compromisso assumido e o **PREFEITURA** irá convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a **CONTRATADA** não puder cumprir o compromisso, deverá apresentar à **PREFEITURA** requerimento devidamente comprovado.

10.3.1 - A **PREFEITURA**, após análise do requerimento, poderá liberar a **CONTRATADA** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação de serviços.

10.3.2 - Ocorrendo a liberação da **CONTRATADA** a **PREFEITURA** irá convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

10.4 - Não havendo êxito nas negociações, a **PREFEITURA** procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A **PREFEITURA** poderá cancelar o registro de preços das respectivas etapas, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas neste instrumento, observados o contraditório e a ampla defesa, nos casos a seguir especificados:

11.1.1 - quando a **CONTRATADA**:

a)- não mantiver, ou deixar de comprovar que mantém, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

b)- não atender, ou atender parcialmente, os preços e as condições estipulados;

c)- confirmar o recebimento ou retirar com atraso as notas de empenho, sem justificativa aceitável;

d)- reincidir em faltas no cumprimento das obrigações que decorrerem do edital e da ata de registro de preços;

e)- recusar-se à revisão de preços proposta pela **PREFEITURA** com o intuito de adequá-los aos praticados pelo mercado;

f)- demonstrar, comprovadamente, a impossibilidade de atender às solicitações de prestação de serviços em razão dos preços registrados, pela indisponibilidade de bem no mercado, ou, ainda, em decorrência de caso fortuito ou de força maior;

11.1.2 quando a **PREFEITURA**:

a)- verificar que os preços praticados no mercado são mais vantajosos e for frustrada a negociação a que se refere o **item 10** deste instrumento;

b)- entender, motivadamente, conveniente e oportuno por razões de interesse público;

c)- constatar fato impeditivo à manutenção dos preços registrados.

11.2 - A **CONTRATADA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do ajustado, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1 - A **CONTRATADA** será responsabilizada civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do Município, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovado dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos serviços.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

13.1 - A **PREFEITURA** se compromete a dar plena e fiel execução da Ata e do contrato, conforme o caso, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:

a)- proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações ajustadas, inclusive permitir o livre acesso dos empregados e prepostos da **CONTRATADA** aos locais da execução dos serviços;

b)- designar local para guarda de materiais;

c)- promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 - Constituem motivos para a rescisão deste ajuste as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n° 8.666/93.

14.2 - O descumprimento injustificado de qualquer dos prazos estabelecidos neste ajuste, ou a inexecução total ou parcial do seu objeto, por período superior a 20 (vinte) dias, poderá ensejar a sua rescisão, a critério da **PREFEITURA**, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei no 8.666/1993, por culpa da **CONTRATADA**.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECOLHIMENTO DE MULTAS

15.1 - As multas eventualmente aplicadas, sejam por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa da **CONTRATADA**, serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Município ou, quando inexistir qualquer crédito a favor da **CONTRATADA**, deverão ser por ela recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR", sob pena de inscrição do débito na dívida Ativa do Município, observados os procedimentos legais.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

16.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a **CONTRATADA**, quando convocada a assinar o futuro contrato, prestará garantia de 5% (cinco por cento), sobre o valor contratado a ser assinado, nas modalidades do artigo 56, § 1° e 2°, da Lei 8.666/93.

16.2 - Poderá haver substituição entre modalidades de garantia, durante a vigência do contrato, desde que previamente aprovada pela **PREFEITURA**.

16.3 E caso de aditamento do contrato, que implique na sua alteração temporal ou econômica, a **CONTRATADA** deverá providenciar, em até 05 (cinco) dias úteis da emissão do respectivo termo aditivo, a complementação do valor e prazo da garantia, de forma a manter a equivalência já estabelecida.

16.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade, será liberada após o Recebimento Definitivo dos Serviços, mediante requerimento da **CONTRATADA**.

17.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

17.1 - A **CONTRATADA**, na vigência da ata de registro de preços, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados por seu pessoal e pelo uso de material, não respondendo a **PREFEITURA**, em hipótese alguma por ressarcimentos e indenizações, seja a que título for; serão também da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** todos os seguros necessários, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos, à responsabilidade civil e ao ressarcimento de eventuais danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

17.2 - Independentemente da rescisão contratual, a **PREFEITURA**, poderá assumir direta ou indiretamente a execução dos serviços na hipótese da contratada não conseguir deter movimento grevista que paralise a execução dos serviços; todas as despesas havidas para dar continuidade aos serviços serão de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**.

17.3 - A **PREFEITURA** se reserva no direito de executar por si e ou através de outras empresas contratadas, nas áreas e locais elencados neste Edital, obras e serviços distintos dos abrangidos na presente licitação.

17.4 - A **CONTRATADA** se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando for solicitado dados e elementos referentes aos serviços.

17.5 - A critério exclusivo da **PREFEITURA**, poderá ser descontado do pagamento mensal devido à **CONTRATADA** os valores devidamente apurados correspondentes aos prejuízos por está causados àquela, sejam por si, por seus empregados ou prepostos.

17.6 - A direção geral e a responsabilidade técnica dos serviços caberão ao profissional da **CONTRATADA**, devidamente habilitado e inscrito no CREA.

17.7 - A mudança do profissional responsável deverá ser comunicada, com antecedência mínima de **10 (dez) dias** corridos e somente será efetivada com a aprovação da **PREFEITURA**, salvo motivo de força maior.

17.8 - A **PREFEITURA** poderá exigir a substituição ou vetar qualquer empregado da contratada no interesse dos serviços.

17.9 - A devolução da caução de garantia do contrato administrativo será feita somente após a entrega da Certidão Negativa de Débitos — CND emitida pela Previdência Social.

17.10 - A **PREFEITURA** somente receberá os serviços que estiverem de acordo com este edital, contrato, projetos, memoriais, especificações e seus anexos.

17.11 - A **PREFEITURA** terá plena autorização para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços parcialmente ou total, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros justificáveis.

17.12 - A **CONTRATADA** responderá às normas estabelecidas no Código Civil Brasileiro.

17.13 - Verificando-se a ocorrência de irregularidade na execução dos serviços, à **PREFEITURA** cumprirá aplicar a penalidade cabível.

17.14 - As “Ordens de Serviços” e todas as correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por oficio.

17.15 - Ficam fazendo parte integrante desta Ata de Preços, independente de transcrição a Lei Orgânica do Município, a Lei Federal nº 8.666/93, o edital e respectivos Anexos da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020** e a proposta da **CONTRATADA**.

17.16 - O Foro da Comarca de Alto Taquari será o competente para dirimir controversas relacionadas a esta Ata de Registro de Preços bem como o cumprimento dos contratos dela originados.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 05 de Março de 2020.

FÁBIO MAURI GARBUGIO

PREFEITO MUNICIPAL

ALPHA CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ 08.718.006/0001-00

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** N**º. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **JOSIELI FROES BRIANCINI,** nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de fevereiro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 31 de janeiro de 2020, Processo Administrativo nº 318/2020, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no *Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013,* e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E FLUÍDOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, especificado(s) no(s) item(ns)conforme termo de referência do Pregão Presencial nº005/2020.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ENTREGA

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

SO PESADO COMERCIO DE PECAS EIRELI CNPJ Nº 24.717.067/0001-00

ITEM	MATERIAL	UN	MARCA	QTDE.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
004	OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO SAE PARA MOTOR 5W30 -FRASCO 1 LITRO	UN	LIUMAX	256	R$ 22,20	R$ 5.683,20
005	OLEO TRANSMISSAO VERMELHINHO ATF SUFIXO A - BALDE 20LTS	UN	LUMAX	3	R$ 274,00	R$ 822,00
010	OLEO LUBRIFICANTE 140 GL4 - BALDE 20LTS	UN	LUMAX	1	R$ 254,00	R$ 254,00
013	ATIVADO VERMELHO 5/200 - 200LTS	UN	LIDER	13	R$ 828,00	R$ 10.764,00
014	SOLUPAN 5/200 - 200LTS	UN	LIDER	13	R$ 838,00	R$ 10.894,00
016	OLEO CAMBIO 90 API GL5 - BALDE 20LT	UN	LUMAX	3	R$ 238,00	R$ 714,00
018	OLEO LUBRIFICANTE 10W30 - FRASCO 1 LITRO	UN	LUMAX	20	R$ 27,50	R$ 550,00
020	OLEO HIDRAULICO 10W30 BD 20LTS	UN	LUMAX	80	R$ 253,00	R$ 20.240,00
023	OLEO LUBRIFICANTE 10W30 -FRASCO 1LITRO	UN	LUMAX	87	R$ 27,50	R$ 2.392,50
024	OLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR SEMI SINTETICO 2 TEMPOS API TC 500ML	UN	LUMAX	50	R$ 14,00	R$ 700,00
	TOTAL: R$ 53.013,70					

VALOR POR EXTENSO: **CINQUENTA E TRÊS MIL, TREZE REAIS E SETENTA CENTAVOS.**

2.2. A entrega dos produtos será fracionada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** a contar do recebimento da requisição de compras devidamente assinada emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 06:30 ás 10:30 horas e das 12:00 as 16:00 horas (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.

2.3. Os produtos serão conferidos conforme marca apresentada em proposta, bem como a data de **validade** do produto **não inferior à 06 (seis) meses** e ainda não serão recebidos produtos com lacres violados, embalagens amassadas ou danificadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÕES E SECRETARIA(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. *São Secretarias participantes deste registro de preços:*

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000130061000

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000122055000

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000101000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000

020.70.0.0.26.782.4010.2024.33.90.30.00000100000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000146015000

05.130.0.0.10.122.7050.2130.33.90.30.00000102000000

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00000142008000

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000102000000

05.130.0.0.10.302.7050.2090.33.90.30.00000102000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000

GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.2010.2004.33.90.30.00000100000000

4. CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

5. CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

5.9.3.

6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. *As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.*

6.2. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei* nº 8.666/93.

6.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alto Taquari - MT, 10 de Março de 2020

Josieli Froes Briancini Jeferson Matheus Alves Brann

PREGOEIRA OFICIAL Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: SO PESADO COMERCIO DE PECAS EIRELI	
CNPJ: 24.717.067/0001-00	
Endereço: Rua São Francisco (Lot S Matheus)	
Cidade: Varzea Grande/MT	**ELBA PARANHOS DA SILVA**
CEP: 78.152-025	CPF: 704.498.211-53
TELEFONE: (65)3029-2100	
E-mail: sopesados.vg@gmail.com	

LEI Nº 1159/2020

"Denomina-se o nome de AURIA DOS SANTOS CORACINI na Rua que menciona e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Alto Taquari Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua localizada entre as quadras 07 e 08, com acesso pela Rua Durvalino Gomes Barbosa, passa a denominar-se RUA AURIA DOS SANTOS CORACINI.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de publicação, revogada as disposições em contrário.

Alto Taquari, 07 de Outubro de 2020.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2020

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **Salmom Felipe de Freitas Pereira**, nomeada pela Portaria nº 124/2020, inscrito no CPF sob o nº 056.579.601-14 portadora da Carteira de Identidade nº 204276-5 SEJUSP/MS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 21 de Maio de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 20 de Maio de 2020, no Diário de Cuiabá dia 20 de Maio de 2020, Processo Administrativo nº 626/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de clínica especializada no tratamento de dependência química com internações compulsórias e voluntárias, em atendimento aos pacientes em tratamento de saúde, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 026/2020, que fica fazendo parte desta ata.**

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CENTRO TERAP. DE ASSIST. PSICOS. E DEPEN. QUIM. DE PARACATU LTDA - ME CNPJ Nº 23.811.629/0001-17					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNITÁRIO**	**VL. TOTAL**
1	INTERNACAO COMPULSORIA PARA DEPENDENTE QUIMICO MASCULINA ADULTO	UN	70,000	R$ 1.800,00	R$ 126.000,00
2	INTERNACAO COMPULSORIA PARA DEPENDENTE QUIMICO FEMININA ADULTO	UN	50,000	R$ 3.600,00	R$ 180.000,00
4	INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA DEPENDENTE QUIMICO MASCULINO ACIMA 60 ANOS	UN	25,000	R$ 1.800,00	R$ 45.000,00
5	INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA DEPENDENTE QUÍMICO MASCULINO ACIMA DE 60 ANOS	UN	20,000	R$ 1.800,00	R$ 36.000,00
6	INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA DEPENDENTE QUÍMICO FEMININO ACIMA DE 60 ANOS	UN	25,000	R$ 3.500,00	R$ 87.500,00
7	INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA DEPENDENTE QUÍMICO FEMININO ACIMA DE 60 ANOS	UN	25,000	R$ 3.500,00	R$ 87.500,00
8	INTERNACAO VOLUNTARIA PARA DEPENDENTE QUIMICO MASCULINO ADULTO	UN	50,000	R$ 1.800,00	R$ 90.000,00
9	SERVICO DE REMOCAO DE PACIENTE PARA INTERNACAO COMPULSORIA REALIZADO POR EQUIPE ESPECIALIZADA.	UN	30,000	R$ 3.000,00	R$ 90.000,00
10	INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA DEPENDENTE QUÍMICO FEMININO ADULTO	UN	40,000	R$ 3.300,00	R$ 132.000,00
TOTAL: R$ 874.000,00					

VALOR POR EXTENSO: OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO MIL REAIS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração, conforme disposto no Art. 65, inciso § 1º da Lei 8.666/93, dos serviços contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 - As internações serão solicitadas de forma fracionada, de acordo com a quantidade necessitada, devendo a contratada fornecer o tratamento imediatamente ao qual, conforme condições estabelecidas no termo de referência, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante.

4.1.1 - A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar os pacientes somente as Clínicas que estiverem credenciadas junto ao órgão Municipal.

4.2 – As internações solicitadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser fornecidos aos pacientes em tratamento de desintoxicação, conforme termo de referência e emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal.

4.3 - Os pacientes serão atendidos na sede da credenciada, mediante a apresentação de guia de encaminhamento expedida pela Secretaria de Saúde.

4.4 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento dos serviços, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas e reclamações dos pacientes;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% poderão ser aplicados na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado no Termo de Referencia do edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.6.1 - Durante o período de internação, a CONTRATADA se responsabilizará pela segurança do paciente no recinto da clínica, dotando-a de toda segurança necessária;

5.1.6.2 - Em caso de saída não autorizada do paciente, a CONTRATADA comunicará imediatamente a CONTRATANTE o fato ocorrido;

5.1.7 - A Nota Fiscal somente deverá ser entregue mediante requisição de compra, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Se responsabilizar pelas condições da internação, alimentação, medicamentos, assistência médicas e demais serviços necessários ao bem-estar, segurança e recuperação do paciente e não cobrar, qualquer produto ou serviços adicionais que não constem na proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.11 - Enviar, MENSALMENTE, relatório sobre a evolução do tratamento do paciente, como condição para pagamento;

5.1.12 - A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou aos beneficiários indicados pela mesma, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE:**

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

5.2.5 - O transporte dos pacientes ficará a cargo do contratante.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e relatório de cada paciente interno.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar serviços de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme Decreto Municipal Nº 0281/2020.

11.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto serão atribuídas a diversas dotações.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida em conjunto pelo fiscal de contrato Sr. **Rudimar Jose Lang** pela portaria municipal n.º 006/2020 e por um responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

14.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - Os Preços registrados nesta Ata poderão ser utilizados como forma de adesão, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de Junho de 2020.

Salmom Felipe de Freitas Pereira Thaís Regina Bender de Souza

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Equipe de Apoio

Fornecedor: CENTRO TERAPÊUTICO DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE PARACATU LTDA - ME	
CNPJ: 23.811.629/0001-17	
Endereço: Rod. MG 188 KM 05 Sentido Paracatu/Unai, Fazenda São Sebastião/Zona Rural.	
Cidade: Paracatu - MG **CEP:** 38.600-000	**Bruna Macêdo Faria Dayrell** **CPF: 080.219.446-09**
TELEFONE: (38) 99944-4348 / (38) 98855-2407	
E-mail: ct_paracatu@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** N**º. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **SALMOM FELIPE DE FREITAS PEREIRA,** nomeada pela Portaria nº 124/2020, inscrita no CPF sob o nº 056.579.601-14 portadora da Carteira de Identidade nº 204276-5 SEJUSP/MS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 024/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 04 de Maio de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 04 de Maio de 2020, no Diário de Cuiabá dia 01 e 02 de Maio de 2020, Processo Administrativo nº 1196/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE RAÇÕES E PRODUTOS VETERINARIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI**, em atendimento as necessidades do canil municipal, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 24/2020, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MEDIC VET DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ: 20.637.873/0001-17					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNITÁRIO**	**VL. TOTAL**
13	CETOCONAZOL 2% SPRAY 100ML, USO VETERINÁRIO.	UN	40,000	R$ 41,20	R$ 1.648,00
38	VITAMINA K HIDROSSULÍVEL 30MG VEÍCULO Q.S.P. 20ML INJETAVEL FRASCO DE 20ML, USO VETERINÁRIO.	UN	10,000	R$ 10,40	R$ 104,00
54	CLORIDRATO DE ACEPROMAZINA 1G VEÍCULO Q.S.P 100ML GOTAS 10ML, USO VETERINÁRIO.	UN	50,000	R$ 29,40	R$ 1.470,00

55	CLORIDRATO DE ACEPROMAZINA 0,2%, VEICULO Q.S.P 1ML, INJETAVEL, FRASCO 20 ML, USO VETERINARIO	UN	100,000	R$ 27,00	R$ 2.700,00
56	CLORIDRATO DE CETAMINA A 10%, INJETAVEL, FRASCO/AMPOLA 50ML (USO VETERINARIO)	UN	150,000	R$ 138,00	R$ 20.700,00
57	CLORIDRATO DE XILAZINA 2% INJETAVEL, FRASCO 10 ML, USO VETERINÁRIO.	UN	100,000	R$ 13,50	R$ 1.350,00
58	CLORIDRATO DE LIDOCAINA, ENINEFRINA, FRASCO 50ML, INJETAVEL (USO VETERINARIO)	UN	20,000	R$ 9,80	R$ 196,00
60	SULFATO DE MEFENTERMINA 66MG; SULFATO DE COBALTO 15MG; VITAMINA B12 67MCG; NICOTINAMIDA 140MG; GLICEROFOSFATO DE CÁLCIO 500MG; GLICEROFOSFATO DE MANGANÊS 50MG; GLICEROFOSFATO DE POTÁSSIO 100MG; GLICEROFOSFATO DE SÓDIO 1000MG; VEÍCULO Q.S.P. 100ML; ORAL; FRASCO DE 120ML, USO VETERINÁRIO.	UN	50,000	R$ 15,32	R$ 766,00
67	IVERMECTINA 3,0 MG COMPRIMIDO	UN	30,000	R$ 6,90	R$ 207,00
68	ENROFLOXACINO 50MG, EXCIPIENTE QSP 120MG, CAIXA 10 COMPRIMIDOS (USO VETERINARIO)	UN	20,000	R$ 8,20	R$ 164,00
77	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 5,0G VEICULO Q.S.P 1,0ML: INJETAVEL	UN	250,000	R$ 2,30	R$ 575,00
79	GLUCONATO DE CALCIO 20,40 GLICEROSFATO DE CALCIO 1,60G CLORETO DE MAGNESIO 0,70 G GLICOSE 5,00 G D-SACARATO DE CALCIO 1,39 G AGUA PURISSIMA Q.S.P 100ML FRASCO 250 ML	UN	10,000	R$ 13,50	R$ 135,00
82	SULFATO DE MEFENTERMINA 600,00MG, VITAMINA B2 200,00MG, VITAMINA B6 500,00MG, NICOTINAMID 10.000,00MG, PANTOTENATO DE CALCIO 500,00MG, VEICULO Q.S.P 100,00ML, INJETAVEL, FRASCO 10ML	UN	150,000	R$ 8,90	R$ 1.335,00
85	DIPIRONA SÓDICA 50G, INJETÁVEL FRASCO 50ML (USO VETERINARIO)	UN	30,000	R$ 9,09	R$ 272,70
86	ACETATO DE DEXAMETASONA 20MG, INJETAVEL VEICULO AQUOSO Q.S.P 10ML, FRASCO 10 ML	UN	40,000	R$ 5,70	R$ 228,00
TOTAL: R$ 31.850,70					

VALOR POR EXTENSO: **TRINTA E UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS E SETENTA CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração, conforme disposto no Art. 65, inciso § 1º da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 5 (cinco) dias**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 06:30 ás 10:30 horas e das 12:00 as 16:00 horas (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 30 (trinta) minutos contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, marca e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar produtos de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto serão atribuídas em varias dotação orçamentárias.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A fiscalização do contrato e da Ata de Registro de Preço será realizada pelos servidores constantes na portaria nº 006/2020.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

14.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - Os Preços registrados nesta Ata poderão ser utilizados como forma de adesão, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 05 de Junho de 2020.

Salmom Felipe de F. Pereira Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Thaís Regina Bender de Souza

Equipe de Apoio

Fornecedor: **MEDIC VET DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI**	
CNPJ: 20.637.873/0001-17	
Endereço: Rua Usilio Tonetto, nº 760, Sala 01, Bairro Imigrantes.	
Cidade: Turvo - SC CEP: 88.930-000	**Luis Eduardo Mello** CPF: 407.184.478-75
TELEFONE: (48) 3525-0404	
Email: medic-vet@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **SALMOM FELIPE DE FREITAS PEREIRA,** nomeada pela Portaria nº 124/2020, inscrita no CPF sob o nº 056.579.601-14 portadora da Carteira de Identidade nº 204276-5 SEJUSP/MS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 024/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 04 de Maio de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 04 de Maio de 2020, no Diário de Cuiabá dia 01 e 02 de Maio de 2020, Processo Administrativo nº 1196/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE RAÇÕES E PRODUTOS VETERINARIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI**, em atendimento as necessidades do canil municipal, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 24/2020, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

WELLINGTON APARECIDO DE SOUZA – ME CNPJ Nº 02.219114/0001-52					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNITÁRIO**	**VL. TOTAL**
5	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO M - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL.	UN	200,000	R$ 35,50	R$ 7.100,00
6	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO P - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL.	UN	200,000	R$ 35,50	R$ 7.100,00
8	PENICILINA G BENZATINA 1.250.000 UI , PENICILINA G PROCAINA 1.250.000 UI , DIHIDROESTREPTOMICINA (SULFATO) ,UREIA ,POMADA	UN	24,000	R$ 26,79	R$ 642,96
9	LUVA DE VAQUETA PETROLEIRA CANO LONGO	UN	15,000	R$ 22,50	R$ 337,50
10	LUVA NITRILICA TAMANHO M	UN	10,000	R$ 6,45	R$ 64,50
11	OXIDO DE ZINCO 15G, ACIDO CRESILICO 2G, TOPICO, 200 GRAMAS (USO VETERINARIO)	UN	24,000	R$ 15,50	R$ 372,00
12	CARBARYL 2% CIPERMETRINA 0,5% PÓ DE 1KG	UN	24,000	R$ 21,29	R$ 510,96
14	CRESOIS EM FENOL 12G, HIDROCARBONETOS SATURADOS 12G, EMULSIFICANTES SAPONACEOS 12G, LATA 1 LITRO (USO VETERINARIO)	UN	30,000	R$ 30,89	R$ 926,70
15	FOCINHEIRA PARA CAES POLIPROPILENO N°2	UN	10,000	R$ 3,99	R$ 39,90
21	CORRENTE ZINCADA PARA CAES N°4	UN	20,000	R$ 3,15	R$ 63,00
22	CORRENTE ZINCADA PARA CAES N°5	UN	20,000	R$ 2,75	R$ 55,00
23	COLEIRA COM REGULAGEM PARA CAES - NYLON TAMANHOS VARIADOS N°4	UN	10,000	R$ 5,45	R$ 54,50
24	COLEIRA COM REGULAGEM PARA CAES EM NYLON, TAMANHO N°5	UN	10,000	R$ 6,99	R$ 69,90
25	COLEIRA COM REGULAGEM PARA CAES EM NYLON, TAMANHO N°6	UN	8,000	R$ 9,99	R$ 79,92
26	COMEDOURO PARA CAES PLASTICO ANTIFORMIGA N°5	UN	50,000	R$ 16,95	R$ 847,50
27	ELIMINADOR ODOR PET 2 LT	UN	30,000	R$ 13,14	R$ 394,20
28	BENZOATO DE BENZILA 10% 80G SABONETE	UN	40,000	R$ 7,89	R$ 315,60
29	TRICLORFON 0,50 GIODO METALICO 2G PERCLORETO DE FERRO 16 G SALICILATO DE METILA 1 G ETANOL 64,5 G AGUA PURIFICADA 16 ML FRASCO (PINUS) 250 ML	UN	20,000	R$ 15,95	R$ 319,00
30	CLORIDRATO DE OXITETRACICLINA 6,8G HIDROCORTISONA 2,8G PALMITATO DE VITAMINA A 0,01G EXCIPIENTE Q.S.P. 100G SPRAY CONTENDO 125ML, USO VETERINARIO.	UN	30,000	R$ 17,98	R$ 539,40
31	CAMA EUROPA PARA CÃES GRANDE NR 04	UN	10,000	R$ 29,95	R$ 299,50
32	BENZOATO DE BENZILA 20,00 G, TIROTRICINA 0,05G, SARNEN - 120ML	UN	20,000	R$ 15,99	R$ 319,80
33	COLONIA PARA CAES 120ML	UN	10,000	R$ 15,02	R$ 150,20
34	CONJUNTO GUIA E PEITORAL EM NYLON LUXO N°4	UN	8,000	R$ 14,99	R$ 119,92

35	CASA PARA CAES ECOLOGICA MODELO IGLU N-5	UN	15,000	R$ 155,00	R$ 2.325,00
36	CASA PARA CAES ECOLOGICA MODELO IGLU N-6	UN	10,000	R$ 199,00	R$ 1.990,00
37	CALCIO MINIMO 157,5G/MAXIMO 165,5G, FOSFORO MINIMO 81G, VITAMINA B12 MINIMO 1.000MCG/L, VITAMINA A MINIMO 180.000UI/L, VITAMINA D3 MINIMO 30.000UI/L, FLUOR MAXIMO 33,75G, USO ORAL, 100ML (USO VETERINARIO)	UN	45,000	R$ 8,98	R$ 404,10
40	RASQUEADEIRA CABO MADEIRA CERDAS DE ACO-METAL TAM:G USO VETERINARIO	UN	5,000	R$ 6,99	R$ 34,95
42	COLAR ELIZABETANO FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM BORRACHA PARA MAIOR CONFORTO AO ANIMAL, COM TIRAS PARA PASSAR A COLEIRA, COM FECHO DE ENGATE FÁCIL, USO EM CÃES, NÚMERO 04, MEDINDO: PESCOÇO 8CM, COMPRIMENTO 18CM E SAÍDA 24CM.	UN	8,000	R$ 8,99	R$ 71,92
43	COLAR ELIZABETANO FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM BORRACHA PARA MAIOR CONFORTO AO ANIMAL, COM TIRAS PARA PASSAR A COLEIRA, COM FECHO DE ENGATE FÁCIL, USO EM CÃES, NÚMERO 05, MEDINDO: PESCOÇO 9CM, COMPRIMENTO 18CM E SAÍDA 27CM.	UN	8,000	R$ 9,99	R$ 79,92
44	COLAR ELIZABETANO FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM BORRACHA PARA MAIOR CONFORTO AO ANIMAL, COM TIRAS PARA PASSAR A COLEIRA, COM FECHO DE ENGATE FÁCIL, USO EM CÃES, NÚMERO 06, MEDINDO: PESCOÇO 9CM, COMPRIMENTO 21CM E SAÍDA 29CM.	UN	8,000	R$ 10,99	R$ 87,92
45	COLAR ELIZABETANO FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM BORRACHA PARA MAIOR CONFORTO AO ANIMAL, COM TIRAS PARA PASSAR A COLEIRA, COM FECHO DE ENGATE FÁCIL, USO EM CÃES, NÚMERO 07, MEDINDO: PESCOÇO 12CM, COMPRIMENTO 24CM E SAÍDA 33CM.	UN	8,000	R$ 11,99	R$ 95,92
46	COLAR ELIZABETANO FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM BORRACHA PARA MAIOR CONFORTO AO ANIMAL, COM TIRAS PARA PASSAR A COLEIRA, COM FECHO DE ENGATE FÁCIL, USO EM CÃES, NÚMERO 08, MEDINDO: PESCOÇO 13CM, COMPRIMENTO 28CM E SAÍDA 40CM.	UN	8,000	R$ 12,99	R$ 103,92
47	MEBENDAZOL 100 MG COMPRIMIDO	UN	50,000	R$ 3,89	R$ 194,50
48	COLAR ELIZABETANO FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM BORRACHA PARA MAIOR CONFORTO AO ANIMAL, COM TIRAS PARA PASSAR A COLEIRA, COM FECHO DE ENGATE FÁCIL, USO EM CÃES, NÚMERO 09, MEDINDO: PESCOÇO 15CM, COMPRIMENTO 30CM E SAÍDA 42CM.	UN	8,000	R$ 11,99	R$ 95,92
49	COLAR ELIZABETANO FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM BORRACHA PARA MAIOR CONFORTO AO ANIMAL, COM TIRAS PARA PASSAR A COLEIRA, COM FECHO DE ENGATE FÁCIL, USO EM CÃES, NÚMERO 10, MEDINDO: PESCOÇO 17CM, COMPRIMENTO 32CM E SAÍDA 47CM.	UN	2,000	R$ 14,99	R$ 29,98
50	MONOSSULFIRAM 5,0ML, ALANTTOINA 1,0ML, EXTRATO DE CAMOMILA 1,0ML, LANOLINA 1,0ML, GLICERINA 1,0ML, COOL ETÍLICO 2,0 ML, ESSÊNCIA 0,5ML, CORANTE 0,2G, ÁGUA DEIONIZADA 100ML, FRASCO 250ML. (USO VETERINÁRIO)	UN	45,000	R$ 24,99	R$ 1.124,55
51	CONCENTRADO DE IODOPHOR 11,25G, ACIDO FOSFORICO 15G, VEICULO Q.S.P. 100ML CONTEM 2,25% DE IODO UTILIZAVEL - 1 LITRO	UN	25,000	R$ 32,99	R$ 824,75
52	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 500MG+ VEICULO QSP 100ML INJETAVEL 10ML	UN	18,000	R$ 13,20	R$ 237,60
53	CLORFENVINFOS 1,6 G, CIPERMETRINA 0,4 G, SULFADIAZINA DE PRATA 0,1 G, VEICULO Q.S.P 100ML, SPRAY 500ML (USO VETERINARIO)	UN	35,000	R$ 12,99	R$ 454,65
59	TRICLORFON 2G PRALETRINA 0,5G SULFADIAZINA DE PRATA 0,1G ALUMINIO 5G GERANIOL 2ML VEICULO Q.S.P. 100ML PROPELENTE: PROPANO E BUTANO. LATA AEROSOL COM 500 ML, USO VETERINARIO.	UN	20,000	R$ 16,95	R$ 339,00
61	TIABENDAZOL 4 G, NEOMININA (SULFATO) 0,533 G, DEXAMETASONA 0,1 G, VEICULO QSP 100 ML, GOTAS, FRASCO 20 ML, USO OTOLOGICO (USO VETERINARIO)	UN	25,000	R$ 23,99	R$ 599,75
62	AMITRAZ (N N -DI 2,4 XYLYLIMINOMETIL) METILAMINA 12,5G FRASCO 20ML	UN	40,000	R$ 3,99	R$ 159,60
63	CLORETO DE BENZALCONIO 2G, LIDOCAINA 5G, VEICULO QSP 100 G, POMADA 200 G (USO VETERINARIO)	UN	20,000	R$ 22,99	R$ 459,80
64	FLUNIXINA BASE 5MG COM 10 COMPRIMIDOS	UN	10,000	R$ 6,99	R$ 69,90
66	ACETATO DE DEXAMETASONA 0,5 MG - CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS (USO VETERINARIO)	UN	10,000	R$ 7,58	R$ 75,80
69	DDVP 1G, CLORFENVINFOS 0,30 G, ESSENCIA DE CITRIODORA 0,50 G, VIOLETA DE GENCIANA 0,50 G, HEXILENO GLICOL 3,30 ML, XILOL QSP 100 ML, FRASCO 500ML (USO VETERINARIO)	UN	10,000	R$ 12,98	R$ 129,80
70	OCITOCINA SINTETICA 8 UI, VEICULO ESTABILIZANTE Q.S.P 1 ML, FRASCO 100 ML, INJETAVEL (USO VETERINARIO)	UN	5,000	R$ 9,49	R$ 47,45
71	FUROSEMIDA 10MG, FRASCO 5 ML, INJETAVEL (USO VETERINARIO)	UN	8,000	R$ 12,99	R$ 103,92
72	SULFATO DE ATROPINA 10MG, VEICULO QSP 01ML, FRASCO 20ML (USO VETERINARIO)	UN	4,000	R$ 10,99	R$ 43,96
75	SHAMPOO 500ML-PERMETRINA 1,0G , LAURIL ETER SULFATO DE SODIO E VEICULO (USO VETERINARIO)	UN	60,000	R$ 10,65	R$ 639,00
76	CONJUNTO GUIA E PEITORAL LUXO N°5	UN	5,000	R$ 15,99	R$ 79,95
78	VACINA POLIVALENTE V8 CONTRA CINOMOSE, HEPATITE, PARVOVIROSE, CORONAVIROSE, PARAINFLUENZA, ADENOVIROSE E LEPTOSPIROSES (USO VETERINARIO)	UN	300,000	R$ 5,49	R$ 1.647,00
81	SULFATO DE ZINCO 0,030G, ACIDO BORICO 1,500G, SULFATO DE COBRE 0,5G, CLORIDRATO DE AMONIO 1,666G, ACIDO BORICO 1,666G, VEICULO Q.S.P 100 ML, COLIRIO 15 ML (USO VETERINARIO)	UN	15,000	R$ 19,99	R$ 299,85
83	ENROFLOXACINO 2,5G, VEÍCULO Q.S.P. 100ML, INJETÁVEL 2,5%, FRASCO COM 20ML, USO VETERINÁRIO.	UN	80,000	R$ 8,99	R$ 719,20
84	SUPONA (2 CLORO -1(2,4 DICLOROFENIL) VINIL DIETIL FOSFATO 50G, VEICULO Q.S.P 100ML, FRASCO 20ML	UN	40,000	R$ 9,45	R$ 378,00
87	PAMOATO DE PIRANTEL 144 MG, PRAZIQUANTEL 50 MG, EXCIPIENTE Q.S.P 660 MG, CAIXA 04 COMPRIMIDOS	UN	90,000	R$ 4,50	R$ 405,00
88	DORAMECTIN 100 G , VEICULO Q.S.P 10000 ML, FRASCO 50 ML, INJETAVEL (USO VETERINARIO)	UN	25,000	R$ 13,75	R$ 343,75
TOTAL: R$ 35.418,29					

VALOR POR EXTENSO: **TRINTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E DEZOITO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração, conforme disposto no Art. 65, inciso § 1º da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 5 (cinco) dias**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 06:30 ás 10:30 horas e das 12:00 as 16:00 horas (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 30 (trinta) minutos contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, marca e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar produtos de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto serão atribuídas em varias dotação orçamentárias.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A fiscalização do contrato e da Ata de Registro de Preço será realizada pelos servidores constantes na portaria nº 006/2020.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

14.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - Os Preços registrados nesta Ata poderão ser utilizados como forma de adesão, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 05 de Junho de 2020.

Salmom Felipe de F. Pereira Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Thaís Regina Bender de Souza

Equipe de Apoio

Fornecedor: **WELLINGTON APARECIDO DE SOUZA – ME**	
CNPJ: 02.219114/0001-52	
Endereço: Av. Angélica, n° 585, Bairro Parque Taquari.	**Kelly Oliveira da Silva Souza**
Cidade: Alto Taquari/MT CEP: 78785-000	CPF: 822.890.181-04
TELEFONE: (66) 3496-1899	
Email: fortcampo.pa@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2020– AVISO DE RESULTADO - DESERTO

PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2020– AVISO DE RESULTADO - DESERTO

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari MT, na sala de reuniões, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio, designados pela portaria nº 235/2020, torna público aos interessados que **PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2020**, cujo certame se deu início às 07h00min, do dia 05/10/2020, que trata PREGÃO ELETRONICO PARA PROCESSO DE LICITAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE UM TOMOGRAFO PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL. Devidamente publicado seu Edital Resumido no Jornal Oficial dos Municípios no dia 29 de setembro de 2020 na pág. 32, Diário Oficial de Contas no dia 30 de setembro de 2020 na pág. 54 e no Jornal de Grande Circulação (Jornal Estadão Mato Grosso) no dia 29 de setembro de 2020 na pág. 07 dos classificados. Apesar de serem elaboradas todas as publicações, disponibilizado no site Oficial do Município o Edital, não houve interessados em participar do certame, tornando-o **DESERTO.** Maiores informações pelo fone (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 07 de outubro de 2020. Raimundo da Silva Carvalho - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** N**º. 01.362.680/0001-56,** neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **JOSIELI FROES BRIANCINI,** nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 e publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de fevereiro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 04 de fevereiro de 2020, Processo Administrativo nº 495/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTARIAS - EXCLUSIVO PARA ME, EPP, MEI,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a **PREFEITURA** a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP CNPJ Nº 13.851.726/0001-80						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
001	CERA 7 COMPOSIÇÃO: HIDROCARBORETOS, ÓLEO MINERAL E CORANTE. PRODUZIDAS POR PROCESSO DE TÊMPERA E LAMINAÇÃO. RIGOROSO CONTROLE DE QUALIDADE DE MATÉRIA-PRIMA. UTILIZADA PARA MONTAGEM DE PRÓTESE.	UN	100,000	ASFER	R$ 18,90	R$ 1.890,00
002	GESSO PEDRA ESPECIAL 1KG TIPO IV * GESSO DE BAIXA EXPANSÃO * ALTA FIDELIDADE NA REPRODUÇÃO DE DETALHES * MODELO MANTÉM INTEGRIDADE DURANTE MANUSEIO * FACILIDADE NA MISTURA E VAZAMENTO DO GESSO E NA VERIFICAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DA PEÇA PROTÉTICA AO TROQUEL.	UN	60,00	ASFER	R$ 18,40	R$ 1.104,00
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
003	GESSO PEDRA TIPO III EMPO DE PEGA INICIAL 11 MINUTOS E FINAL 25 MINUTOS * RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO (SECA) 480KGF/CM² * BAIXA EXPANSÃO DE PRESA - MÁX 0,25% A 0,35% * MODO DE PREPARO: 100GR PARA 30ML DE ÁGUA * COR: AMARELO * VALIDADE: 3 ANOS * REGISTRO ANVISA: ISENTO	UN	100,00	ASFER	R$ 8,90	R$ 890,00
004	ALGINATO TIPO II	UN	100,00	MAQUIRA	R$ 15,50	R$ 1.550,00
005	LIQUIDO PARA RESINA ACRÍLICA 500ML	UN	9,00	FRANTINS	R$ 69,85	R$ 628,65
006	LAMPARINA ODONTOLOGICA INOX CAPACIDADE 40ML ALTURA 6CM X 5CM DE ALTURA, ACOMPANHA PAVIO	UN	3,00	MAC	R$ 31,35	R$ 94,05
007	PAVIO PARA LAMPARINA	UN	15,00	PREVEM	R$ 3,19	R$ 47,85
008	MANDRIL PARA DISCO E LENTILHA PM USADO EM PEÇA DE MÃO COM DIÂMETRO DE 2,35MM, AÇO INOXIDÁVEL ESPECIAL, CABEÇA L939 COM DIÂMETRO DE 5 MM.	UN	15,00	DHPRO	R$ 10,90	R$ 163,50
009	ESPÁTULA INOX C/ CABO DE MADEIRA P/ GESSO	UN	6,00	MAC	R$ 12,45	R$ 74,70
010	ESCALA DE COR DE DENTES OS COMPONENTES DO SISTEMA SÃO LOGICAMENTE AGRUPADOS PERMITINDO MAIOR EXATIDÃO NA SELEÇÃO DE COR. * DESIGNAÇÃO PRECISA DA COR. REPRODUÇÃO DE COR MAIS ESTÉTICA. * DENTES DE CERÂMICA ESTRATIFICADOS À MÃO. * ESCALA COM 16 CORES. DISPOSIÇÃO DAS TONALIDADES: * A1 - A4 (VERMELHO-ACASTANHADO) * B1 - B4 (VERMELHO-AMARELADO) * C1 - C4 (TONS ACINZENTADOS) * D2 - D4 (CINZA-AVERMELHADO)	UN	4,00	VITAPAN	R$ 853,50	R$ 3.414,00
011	ESCALA DE CORES ESCALA COM 8 CORES. * DISPONIVEL NAS CORES: 61,62, 65, 66, 67, 69, 77, 81 (ACRÍLICO).	UN	4,00	TRIUNFO	R$ 367,00	R$ 1.468,00
012	BROCA CARBIDE MAXICUT OGIVAL - CORTE GROSSO – PM	UN	6,00	DHPRO	R$ 119,45	R$ 716,70
013	CONJUNTO MEDIDOR P/ ALGINATO PÓ (7GR);	UN	6,00	MAC	R$ 5,70	R$ 34,20
014	SILICONE DE CONDENSAÇÃO MATERIAL DE MOLDAGEM À BASE DE SILICONE POR CONDENSAÇÃO (PASTA DENSA) INDICADO PARA MOLDAGENS DE PRECISÃO NA CONFECÇÃO DE FACETAS, INLAYS, ONLAYS, PRÓTESES FIXAS UNITÁRIAS OU MÚLTIPLAS, PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS, PRÓTESE TOTAL E MOCK UPS	UN	10,00	MAQUIRA	R$ 130,00	R$ 1.300,00
015	ESPÁTULA PARA CERA N° 7 * PRODUZIDO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE. * CABO EM ALUMÍNIO ANODIZADO. * TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL. * GARANTIA: 2 ANOS. * VALIDADE: INDETERMINADA. * REGISTRO ANVISA:	UN	6,00	PRATA	R$ 12,00	R$ 72,00
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
016	ESPÁTULA DUPLA PARA CERA Nº 31 É UTILIZADA PARA USO COM CERA EM LABORATÓRIO. * PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL. * AUTOCLAVÁVEL.	UN	6,00	PRATA	R$ 11,75	R$ 70,50
017	KIT DE PONTAS DIAMANTADAS PARA PRÓTESE FIXA – * GRAVAÇÃO DE LOTE NA HASTE DAS PONTAS DIAMANTADAS * ESTERILIZÁVEL	UN	5,00	KGSORENSEM	R$ 179,50	R$ 897,50
018	PLACA DE VIDRO LISA/POLIDA * MEDIDAS 15X07X10MM. * VALIDADE: INDETERMINADA. * PLACA POLIDA.	UN	6,00	MAC	R$ 19,80	R$ 118,80
019	ESPÁTULA SIMPLES Nº 24 INDICADO PARA MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS EM GERAL (CIMENTOS, SILICONES, ETC). * MATERIAL EM AÇO INOX. * AUTOCLAVÁVEL.	UN	6,00	PRATA	R$ 9,90	R$ 59,40
020	ESPÁTULA SIMPLES N° 36 OITAVADO INDICADO PARA A MANIPULAÇÃO DE CIMENTOS ENDODÔNTICOS. * MATERIAL EM AÇO INOX. * AUTOCLAVÁVEL.	UN	6,00	PRATA	R$ 9,90	R$ 59,40
021	INJETOR PARA ELASTÔMERO EMBALAGEM COM 1 SERINGA, 2 PONTAS APLICADORAS E 1 ESCOVA PARA LIMPEZA	UN	6,00	MAQUIRA	R$ 34,46	R$ 206,76
022	VASELINA SÓLIDA * AUXILIA NO TRATAMENTO DE RACHADURAS DA PELE, COMO UMECTANTE. * TEM EFEITO EMOLIENTE E MELHORA A ELASTICIDADE. EMBALAGEM COM 1 POTE COM 500G.	UN	10,00	RIOQUIMICA	R$ 44,06	R$ 440,60
023	CERA UTILIDADE * INDICADO PARA ALIVIO DE MOLDEIRAS E DE OUTRAS APLICAÇÕES DEPENDENDO DO PROFISSIONAL * COR ROSA EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.	UN	40,00	ASFER	R$ 16,75	R$ 670,00
024	DENTE DE ESTOQUE ANTERIOR E SUPERIOR DENTES DE DUPLA PRENSAGEM PARA USO EM PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL OU PARCIAL REMOVÍVEL, PROVISÓRIOS E FACETAS. * FABRICADOS COM MATÉRIAS-PRIMAS SELECIONADAS E COMPATÍVEIS COM A BASE DA PRÓTESE, O QUE A FAZ ADERIR MELHOR À BASE * ALTA ESTABILIDADE DE CORES, COM CORES MAIS NATURAIS	UN	30,00	FRANTINS	R$ 4,95	R$ 148,50
025	DENTE DE ESTOQUE ANTERIOR E INFERIOR DENTES DE DUPLA PRENSAGEM PARA USO EM PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL OU PARCIAL REMOVÍVEL, PROVISÓRIOS E FACETAS. * FABRICADOS COM MATÉRIAS-PRIMAS SELECIONADAS E COMPATÍVEIS COM A BASE DA PRÓTESE, O QUE A FAZ ADERIR MELHOR À BASE * ALTA ESTABILIDADE DE CORES, COM CORES MAIS NATURAIS	UN	30,00	FRANTINS	R$ 4,95	R$ 148,50
026	CUBA DE BORRACHA GRANDE SEU FORMATO E FLEXIBILIDADE PERMITEM HOMOGENEIZAR COM MAIOR PRECISÃO DIVERSOS PRODUTOS, GARANTINDO UM MELHOR APROVEI-	UN	6,00	MAQUIRA	R$ 6,60	R$ 39,60

	TAMENTO DE SEUS CREMES, GEL CIRÚRGICO, CERA, GESSO, ALGINATO E ETC. * CAPACIDADE: 500ML.					
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
027	COMPASSO DE WILLIS INDICADO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESE TOTAL PARA DETERMINAR DIMENSÃO VERTICAL (DVR) E REPOUSO DIMENSÃO VERTICAL DE OCLUSÃO (DVO). FABRICADO EM AÇO INOX	UN	6,00	PRATA	R$ 55,28	R$ 331,68
028	DISCO DIAMANTADO MONOFACE INDICADO PARA DESGASTES EM CERÂMICAS.	UN	6,00	DHPRO	R$ 46,00	R$ 276,00
029	KIT PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE CERÂMICA INDICADO PARA CORTE, DESGASTE E POLIMENTO COM GLAZE MECÂNICO EM CERÂMICA.	UN	6,00	DHPRO	R$ 419,00	R$ 2. 514,00
030	POTE PALADON DE VIDRO INDICADO PARA MISTURA DE RESINA ACRÍLICA	UN	6,00	IODONTOSUL	R$ 21,45	R$ 128,70
031	KIT CIMENTO FOSFATO DE ZINCO PÓ E LIQUIDO	UN	6,00	MAQUIRA	R$ 27,23	R$ 163,38
032	RESINA ACRÍLICA PARA PROVISÓRIOS, COROAS E FACETAS COR.62	UN	6,00	FRANTINS	R$ 33,45	R$ 200,70
033	RESINA ACRÍLICA PARA PROVISÓRIOS, COROAS E FACETAS COR.66	UN	6,00	FRANTINS	R$ 33,45	R$ 200,70
034	RESINA ACRÍLICA PARA PROVISÓRIOS, COROAS E FACETAS COR.69	UN	6,00	FRANTINS	R$ 33,45	R$ 200,70
035	BROCA DE TUNGSTÊNIO DFS MAXICUT * CORTE CRUZADO. * EXTRA GROSSO. * 15 - 25000 RPM.	UN	6,00	FRANTINS	R$ 138,88	R$ 833,28
036	BROCA DE TUNGSTÊNIO MAXICUT PM * CORTE CRUZADO. * CORTE 10. * BROCA PARA PEÇA DE MÃO (PM). * COMPRIMENTO DA PONTA ATIVA 12.9MM. * PONTA ATIVA COM 045 DE DIAMETRO.	UN	6,00	DHPRO	R$ 138,88	R$ 833,28
037	BROCA DE TUNGSTÊNIO MINICUT PM BROCA MINICUT. * CORTE 30 CRUZADO SUPER FINO. * ANEL AMARELO. * FORMATO CILINDRICA DE PONTA ARREDONDADA. * INDICADA TODOS TIPOS DE MATERIAIS. * DIÂMETRO: 2,3MM. * CARBONETO DE TUNGSTÊNIO.	UN	6,00	DHPRO	R$ 138,88	R$ 833,28
038	PINCEL N° 4 – ODONTO * CABO LEVE. * ALTA QUALIDADE DE PELOS * ESFERAS QUE AUXILIAM NA FORMAÇÃO DA PONTA DO PINCEL. * ALTA DURABILIDADE E ELASTICIDADE.	UN	6,00	MAC	R$ 18,15	R$ 108,90
039	PINCEL N° 5 – ODONTO * CABO LEVE. * ALTA QUALIDADE DE PELOS * ESFERAS QUE AUXILIAM NA FORMAÇÃO DA PONTA DO PINCEL. * ALTA DURABILIDADE E ELASTICIDADE.	UN	6,00	MAC	R$ 18,15	R$ 108,90
040	CIMENTO RESINOSO INDICADO PARA RESTAURAÇÕES INDIRETAS EM CERÂMICA CONDICIONÁVEL, CERÂMICA NÃO CONDICIONÁVEL, RESINA E METAL DO TIPO: INLAYS / ONLAYS, COROAS, PRÓTESES FIXAS, PRÓTESES FIXAS ADESIVAS, PINOS ENDODÔNTICOS E FACETAS LAMINADAS. COR A2	UN	6,00	VIGODENT	R$ 163,00	R$ 978,00
041	CIMENTO RESINOSO INDICADO PARA RESTAURAÇÕES INDIRETAS EM CERÂMICA CONDICIONÁVEL, CERÂMICA NÃO CONDICIONÁVEL, RESINA E METAL DO TIPO: INLAYS / ONLAYS, COROAS, PRÓTESES FIXAS, PRÓTESES FIXAS ADESIVAS, PINOS ENDODÔNTICOS E FACETAS LAMINADAS. COR A3	UN	6,00	VIGODENT	R$ 163,00	R$ 978,00
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
042	CIMENTO RESINOSO INDICADO PARA RESTAURAÇÕES INDIRETAS EM CERÂMICA CONDICIONÁVEL, CERÂMICA NÃO CONDICIONÁVEL, RESINA E METAL DO TIPO: INLAYS / ONLAYS, COROAS, PRÓTESES FIXAS, PRÓTESES FIXAS ADESIVAS, PINOS ENDODÔNTICOS E FACETAS LAMINADAS. COR A3,5	UN	6,00	VIGODENT	R$ 162,50	R$ 975,00
043	DISCO DE CARBORUNDUM	UN	6,00	MAC	R$ 71,00	R$ 426,00
044	DISCO DIAMANTADO DUPLA FACE TOTAL * FABRICADO COM BANHO MULTICAMADAS DE ELETRODEPOSIÇÃO DE PARTÍCULAS DE DIAMANTE. * COM PERFURAÇÕES EM FORMATO HELICOIDAL, O DISCO 7014 POSSUI UMA CARACTERÍSTICA QUE O DEFINE COMO UNICO: EFEITO "MOLA". MESMO COM PRESSÃO EM SUAS EXTREMIDADES, O MESMO VOLTA AO SEU LUGAR DE ORIGEM, SEM EMPENAR. É MAIOR SEGURANÇA E DURABILIDADE PARA SEU DISCO.	UN	6,00	DHPRO	R$ 43,90	R$ 263,40
045	KIT PARA ACABAMENTO E POLIMENTO UNIVERSAL INDICADO PARA CORTE, DESGASTE, PREPARO, POLIMENTO E BRILHO FINAL EM CERÂMICA, METAL E ACRÍLICO. KIT COM: * 1 FRESA MAXICUT FORMATO PERA 1251 * 1 FRESA MINICUT FORMATO TRONCO-CÔNICA 1520 * 1 FRESA MAXICUT FORMATO AGULHA 1571 * 3 POLIDORES PARA METAL FORMATO RODA (GRANULOMETRIA GROSSA, MÉDIA E FINA) * 3 POLIDORES DE CERÂMICA FORMATO LENTILHA (GRANULOMETRIA GROSSA, MÉDIA E FINA) * 4 POLIDORES DE ACRÍLICO FORMATO CHAMA (GRANULOMETRIA EXTRA GROSSA, GROSSA, MÉDIA E FINA) * 1 DISCO DIAMANTADO DUPLA-FACE * 1 ESCOVA SCOTCH BRITHE AMARELA * 1 ESCOVA SCOTCH BRITHE VERMELHA * 1 ESCOVA DE AÇO DOURADA * 1 ESCOVA PELO DE CABRA ESTRELA * 1 ESCOVA DE ALGODÃO * 1 BROQUEIRO DE ACRÍLICO.	UN	4,00	DHPRO	R$ 511,50	R$ 2. 046,00
046	MANDRIL PARA DISCO E LENTILHA PM USADO EM PEÇA DE MÃO COM DIÂMETRO DE 2,35MM, AÇO INOXIDÁVEL ESPECIAL, CABEÇA L939 COM DIÂMETRO DE 5 MM.	UN	6,00	JOTA	R$ 25,90	R$ 155,40
047	KIT ACADÊMICO KIT COM 1 TURBINA 505C + 1 CONTRA-ÂNGULO 500 + 1 MICROMOTOR 500 + 1 PEÇA RETA 500	UN	4,00	GNATUS/ SAEVC	R$ 2. 227,50	R$ 8,910,00
048	FIO RETRATOR ULTRA FINO FIO É FEITO 100% ALGODÃO ENTRELAÇADO EM MILHARES DE LAÇOS MINÚSCULOS QUE FORMAM LONGAS CADEIAS ENTRELAÇADAS. * A CONCEPÇÃO ÍMPAR DO FIO OFERECE VANTAGENS CONSIDERÁVEIS: AS EXTREMIDADES DOS FIOS SE DESFIAM. * PERMITEM UM POSICIONAMENTO FÁCIL E PERMANECEM FIXADOS CONFORME DESEJADO. * A CONCEPÇÃO TORNA O FIO PARTICULARMENTE ABSORVENTE. * O MATERIAL ESPECIAL DO FIO EXERCE UMA PRESSÃO ELÁSTICA SOBRE A MARGEM GENGIVAL, ASSEGURANDO UM AFASTAMENTO ADEQUADO DO TECIDO NO SULCO.	UN	15,00	MAQUIRA	R$ 43,00	R$ 645,00
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
049	ESPÁTULA DE INSERÇÃO DE FIO RETRATOR * AÇO INOX. * AUTOCLAVÁVEL.	UN	6,00	LM	R$ 40,50	R$ 243,00
050	JOGO DE MOLDEIRA TOTAL LISA ADULTO EM INOX	UN	12,00	TECNODENT	R$ 219,45	R$ 2. 633,40
051	JOGO DE MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ADULTO EM ALUMÍNIO	UN	6,00	MAC	R$ 215,80	R$ 1. 294,80
052	FACA PARA GESSO CABO DE MADEIRA FABRICADO EM AÇO INOX POSSUI CABO DE MADEIRA.	UN	6,00	MAC	R$ 18,65	R$ 111,90
053	PASTA DE ZINCO ENÓLICA EMBALAGEM C/ 60G DE PASTA BASE 60G DE PASTA CATALISADORA.	UN	10,00	MAQUIRA	R$ 64,90	R$ 649,00
054	FOTOPOLIMERIZADOR ODONTOLOGICO LUZ LED, COM TEMPO DE OPERACAO PROGRAMAVEL - FREQUENCIA 50/60 HZ DUAS PONTEIRAS- SEM FIO.	UN	4,00	SHUSTER	R$ 898,00	R$ 3. 592,00

TOTAL: 46.941,61

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA E SEIS MIL NOVECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e quantas vezes forem necessárias no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central em dias de expediente no seguinte horário: 06h30min ás 10h30min e das 12h00min as 16h00min (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até **15 (quinze)** dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da dotação do ano vigente, sendo da Secretaria Municipal de Saúde do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr.ª **RUDIMAR JOSÉ LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 006/2020.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

PARAGRAFO ÚNICO - Aplicam-se automaticamente as sanções e multas descritas neste item, em todas as ordens de fornecimento e nota de empenho.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 12 de Março de 2019.

Josieli Froes Briancini Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: TOTALMENTE SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP	
CNPJ: 13.851.726/0001-80	
Endereço: Rua 15, N° 47, Casa1, Bairro Machado.	**FLAVIA DE SOUSA MAGALHAES LUCIANO**
Cidade: Mineiros – GO	**CPF: 249.086.768-79**
CEP: 75.830-132	
TELEFONE: (64) 3661-8299 / (64) 3661-7626	
E-mail: totalseguranca@globo.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PP 040-2020

PREGÃO ELETRONICO Nº 040/2020– AVISO DE RESULTADO - DESERTO

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari MT, na sala de reuniões, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio, designados pela portaria nº 211/2020, torna público aos interessados que **PREGÃO ELETRONICO Nº 040/2020**, cujo certame se deu início às 09h00min, do dia 05/10/2020, que trata PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE CAMINHAO BASCULANTE E PIPA. Devidamente publicado seu Edital Resumido no Diário Oficial de Contas no dia 24 de setembro de 2020 na pág. 51 e no Jornal de grande circulação (Jornal Estadão Mato Grosso) no dia 24 de setembro de 2020 na pág. 07 dos classificados. Apesar de serem elaboradas todas as publicações, disponibilizado no site oficial do município o edital, não houve interessados em participar do certame, tornando-o **DESERTO.** Maiores informações pelo fone (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 07 de outubro de 2020. Raimundo da Silva Carvalho - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 013/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representada pela Pregoeira Oficial Srª JOSIELI FROES BRIANCINI, nomeada pela Portaria nº 486/2020, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 21 de Fevereiro de 2020 e no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 21 de Fevereiro de 2020, Processo Administrativo nº 548/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS PARA O DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ALTO TAQUARI - MT, OFERECENDO ALÉM DE MANUTENÇÃO DE REDE, OPERAÇÃO DE ETA, SERVIÇOS OPERACIONAIS E ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 013/2020, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - A presente Ata terá validade de **12 meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MEDY HIGIENIZAÇÃO PROFISSIONAL EIRELI EPP CNPJ Nº 24.620.109/0001-90					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNITÁRIO**	**VL. TOTAL**
11	SERVICO DE OPERACAO E MANUTENCAO DE POCOS ARTESIANOS E MANUTENCAO DE BOMBAS DOSADORAS	MÊ	12,000	R$ 3.102,50	R$ 37.230,00
12	SERVICO DE INSTALACAO E SUBSTITUICAO DE BOMBONAS DE HIPOCLORITO DE SODIO 12% BOMBONAS DE 65 KG	UN	288,000	R$ 254,15	R$ 73.195,20
TOTAL: R$ 110.425,20					

VALOR POR EXTENSO: **CENTO E DEZ MIL QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 - **OS SERVIÇOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE.**

4.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para execução do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

4.4 - No ato da entrega os serviços passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos serviços de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar os serviços e/ou fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos serviços fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou serviço adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos serviços.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 16 a 18 do Decreto Municipal Nº 028/2020.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.070.00.17.512.9240.2054.33.90.39000001 **–** Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato **RUDIMAR JOSÉ LANG** e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2020**.**

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 26 de Março de 2020.

JOSIELI FROES BRIANCINI ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

JEFERSON MATHEUS ALVES BRANN

Equipe de Apoio

Fornecedor: MEDY HIGIENIZAÇÃO PROFISSIONAL EIRELI EPP	
CNPJ: 24.620.109/0001-90	
Endereço: Rua 02, nº 106, Qd. 04 Lt21 - conj. Rio Claro I	
Cidade: Jataí – GO	**DANIEL ALMEIDA ROSA**
CEP: 75.804-160	CPF: 617.731.311-68
TELEFONE: (64) 3636-4004 / (64) 99626-2603	
E-mail: adm@medyclean.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** N**º. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **SALMOM FELIPE DE FREITAS PEREIRA,** nomeada pela Portaria nº 124/2020, inscrita no CPF sob o nº 056.579.601-14 portadora da Carteira de Identidade nº 204276-5 SEJUSP/MS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 024/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 04 de Maio de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 04 de Maio de 2020, no Diário de Cuiabá dia 01 e 02 de Maio de 2020, Processo Administrativo nº 1196/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE RAÇÕES E PRODUTOS VETERINARIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI**, em atendimento as necessidades do canil municipal, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 24/2020, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

BALSAMO PECUARIA PRODUTIVA EIRELI CNPJ Nº 29.973.471/0001-68					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNITÁRIO**	**VL. TOTAL**
1	RACAO PARA PEIXE TR 36% - SC 25 KGS	UN	150,000	64,00	9.600,00
2	RACAO PARA PEIXE - PIRA 22 6 A 8 MM (SACO 25KG)	UN	300,000	50,00	15.000,00
3	RACAO PARA CAO ADULTO 25KG - USO VETERINARIO	UN	800,000	78,00	62.400,00
4	RACAO PARA CAO FILHOTE 25KG - USO VETERINARIO	UN	400,000	93,90	37.560,00
7	SERINGA DESCARTÁVEL – EM PLÁSTICO, ATOXICA, APIROGENICO INTEGRO, TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENTE, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO BORRACHA NATURAL EM PHE, NA COR CINZA, BICO CENTRAL SLIP, SILICONIZADA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO, ESTERIL, LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO IMPRESSOS NO CORPO DA SERINGA, COM CAPACIDADE DE 3ML, COM AGULHA.	UN	1.500,000	0,45	675,00
16	FOCINHEIRA PARA CAES POLIPROPILENO N°3	UN	10,000	3,50	35,00
17	FOCINHEIRA PARA CAES POLIPROPILENO N°4	UN	10,000	5,00	50,00
18	FOCINHEIRA PARA CAES POLIPROPILENO N°5	UN	10,000	6,00	60,00
19	CORRENTE ZINCADA PARA CAES N°2	UN	10,000	4,75	47,50
20	CORRENTE ZINCADA PARA CAES N°3	UN	20,000	3,98	79,60
39	ALICATE PARA CORTAR UNHAS DE CAES TAM-M	UN	5,000	22,00	110,00
41	COLAR ELIZABETANO FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM BORRACHA PARA MAIOR CONFORTO AO ANIMAL, COM TIRAS PARA PASSAR A COLEIRA, COM FECHO DE ENGATE FÁCIL, USO EM CÃES, NÚMERO 03, MEDINDO: PESCOÇO 7CM, COMPRIMENTO 17CM E SAÍDA 19CM.	UN	5,000	7,50	37,50
65	CLORIDRATO DE DOXICICLINA 80MG EXCIPIENTE Q.S.P. 250MG, CX COM 24 COMPRIMIDOS (USO VETERINÁRIO)	UN	20,000	32,00	640,00
80	DELTAMETRINA 25G VEÍCULO Q.S.P 1000ML, FRASCO 30ML, USO VETERINÁRIO. K-OTHRINE	UN	40,000	7,00	280,00
89	SULFADOXINA 20,00 G+TRIMETOPRIM 4,00 G, AGUA ESTERIL Q.S.P 100 ML , INJETAVEL, FRASCO 50ML (USO VETERINARIO)	UN	50,000	26,00	1.300,00
TOTAL: R$ 127.874,60					

VALOR POR EXTENSO**: CENTO E VINTE SETE MIL OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração, conforme disposto no Art. 65, inciso § 1º da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 5 (cinco) dias**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 06:30 ás 10:30 horas e das 12:00 as 16:00 horas (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 30 (trinta) minutos contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, marca e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar produtos de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto serão atribuídas em varias dotação orçamentárias.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A fiscalização do contrato e da Ata de Registro de Preço será realizada pelos servidores constantes na portaria nº 006/2020.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

14.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - Os Preços registrados nesta Ata poderão ser utilizados como forma de adesão, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 05 de Junho de 2020.

Salmom Felipe de F. Pereira Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Thaís Regina Bender de Souza

Equipe de Apoio

Fornecedor: **BALSAMO PECUARIA PRODUTIVA EIRELI**	
CNPJ: 29.973.471/0001-68	
Endereço: Rua Francisco Batista n° 296, Bairro Centro.	**Benar Silva**
Cidade: Alto Taquari/MT CEP: 78785-000	CPF: 043.289.361-07
TELEFONE: (66) 99614-1496	
Email: benarsilva.vet@gmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **JOSIELI FROES BRIANCINI,** nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de fevereiro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 31 de janeiro de 2020, Processo Administrativo nº 318/2020, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E FLUÍDOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, especificado(s) no(s) item(ns)conforme termo de referência do Pregão Presencial nº005/2020.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ENTREGA

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GTR COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES EIRELI CNPJ Nº 25.046.508/0001-51

ITEM	MATERIAL	UN	MARCA	QTDE.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
003	FLUIDO DE FREIO DOT 4 - 500ML	UN	LUMAX	213	R$ 15,90	R$ 3.386,70
006	SPRAY ANTIFERRUGEM 300 ML	UN	LUMAX	165	R$ 8,90	R$ 1.468,50
007	SPRAY LIMPA CONTATO PARA ELETRICA - 300ML	UN	LUMAX	189	R$ 13,49	R$ 2.549,61
009	GRAXA P/ ROLAMENTO-BD 20KG	UN	LUMAX	71	R$ 379,00	R$ 26.909,00
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**MARCA**	**QTDE.**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
012	OLEO PARA CAMBIO 80W - BALDE 20LT	UN	LUMAX	11	R$ 297,00	R$ 3.267,00
015	OLEO LUBRIFICANTE 85W140 - BALDE 20LT	UN	LUMAX	38	R$ 249,00	R$ 9.462,00
	TOTAL: R$ 47.042,81					

VALOR POR EXTENSO: **QUARENTA E SETE MIL, QUARENTA E DOIS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS.**

2.2. A entrega dos produtos será fracionada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** a contar do recebimento da requisição de compras devidamente assinada emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 06:30 ás 10:30 horas e das 12:00 as 16:00 horas (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.

2.3. Os produtos serão conferidos conforme marca apresentada em proposta, bem como a data de **validade** do produto **não inferior à 06 (seis) meses** e ainda não serão recebidos produtos com lacres violados, embalagens amassadas ou danificadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÕES E SECRETARIA(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. *São Secretarias participantes deste registro de preços:*

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000130061000

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000122055000

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000101000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000

020.70.0.0.26.782.4010.2024.33.90.30.00000100000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000146015000

05.130.0.0.10.122.7050.2130.33.90.30.00000102000000

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00000142008000

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000102000000

05.130.0.0.10.302.7050.2090.33.90.30.00000102000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000

GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.2010.2004.33.90.30.00000100000000

4. CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

5. CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

5.9.3.

6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. *As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.*

6.2. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei* nº 8.666/93.

6.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alto Taquari - MT, 03 de Março de 2020

Josieli Froes Briancini Jeferson Matheus Alves Brann

PREGOEIRA OFICIAL Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: GTR COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES EIRELI	
CNPJ: 25.046.508/0001-51	
Endereço: Avenida Ulisses Pompeu de Campos (Lot Centro)	
Cidade: Varzea Grande/MT	**GUTEMBERG DA SILVA SANTOS**
CEP: 78.110-600	CPF: 031.207.351-83
TELEFONE: (65)3685-5913	
E-mail: gtr_pecas@outlook.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE SETEMBRO/2020

CONTRATO: Nº 074/2020; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: LIMA & CARVALHO LTDA - ME; **VALOR:** R$ 69.400,00; **VIGÊNCIA:** 01/09/2020 à 31/12/2020; **PROCESSO:** Pregão Presencial nº 030/2020; **OBJETO:**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA OPTICA COM LINK DE ACESSO DE BANDA FULL-DUPLEX, VELOCIDADE DE DOWNLOAD E UPLOAD IGUAIS DEDICADO COM IP VÁLIDO, COM 100% DE GARANTIA DE BANDA; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

CONTRATO: Nº 075/2020; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; **VALOR:** R$ 275.000,00; **VIGÊNCIA:** 10/09/2020 à 10/11/2020; **PROCESSO:** Pregão Eletrônico Nº 005/2020; **OBJETO:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RAIOS X DIGITAL; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

CONTRATO: Nº 077/2020; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA - ME; **VALOR:** R$ 35.670,00; **VIGÊNCIA:** 17/09/2020 à 31/12/2020; **PROCESSO:** Pregão Presencial nº 037/2020; **OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇAO GRATUITA AS FAMILIAS DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

CONTRATO: Nº 078/2020; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: NA CONTRAMÃO LTDA - ME; **VALOR:** R$ 32.495,00; **VIGÊNCIA:** 17/09/2020 à 31/12/2020; **PROCESSO:** Pregão Presencial nº 037/2020; **OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇAO GRATUITA AS FAMILIAS DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

CONTRATO: Nº 079/2020; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: JC CONTROLE DE PRAGAS LTDA; **VALOR:** R$ 4.070,00; **VIGÊNCIA:** 21/09/2020 à 31/12/2020; **PROCESSO:** Dispensa de Licitação nº 047/2020; **OBJETO:**Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços para Desinsetização e Desratização em Área interna e Externa no Paço municipal, almoxarifado central, ESF´S I, II e II, CRAS, Abrigo e Conselho Tutelar, atendendo as necessidades da Secretaria de Administração; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

CONTRATO: Nº 080/2020; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME; **VALOR:** R$ 16.332,54; **VIGÊNCIA:** 22/09/2020

à 21/11/2020; **PROCESSO:** Dispensa de Licitação nº 048/2020; **OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (MÃO DE OBRA, CONCESSIONARIA AUTORIZADA) PARA REVISÃO DE 100 HORAS DO MAQUINARIO ESCAVADEIRA KAMATSU - PC200LC-8 SÉRIE: B50731; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

CONTRATO: Nº 083/2020; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: AQUARELA PARQUES LTDA - EPP; **VALOR:** R$ 149.085,00; **VIGÊNCIA:** 29/09/2020 à 31/12/2020; **PROCESSO:** Adesão nº 008/2020; **OBJETO:**AQUISIÇÃO DE PLAY-GROUNDS DEVIDAMENTE INSTALADOS EM PRAÇAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** N**º. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **JOSIELI FROES BRIANCINI,** nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 10 de Fevereiro 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 10 de Fevereiro de 2020, Processo Administrativo nº 530/2020, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no *Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013,* e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SEUS DEPARTAMENTOS - EXCLUSIVA PARA MEI, MICRO E PEQUENA EMPRESA**, especificado no itens conforme termo de referência do Pregão Presencial nº009/2020.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ENTREGA

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

K3 COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA CNPJ Nº 10.676.614/0001-					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
1	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS DE LICITAÇÃO, EDITAIS, ATAS, BALANÇOS, COMUNICADOS E DEMAIS MATERIAS DE INTERESSE DO MUNICIPIO NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.	CM	1.000,000	R$ 47,00	R$ 47.000,00
2	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS , AVISOS DE LICITAÇÃO, EDITAIS, ATAS, BALANÇOS, COMUNICADS E DEMAIS MATERIAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO EM JORNAL OFICIAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO.	CM	4.000,000	R$ 11,00	R$ 44.000,00
TOTAL: R$ 91.000,00					

VALOR POR EXTENSO: **NOVENTA E UM MIL REAIS.**

2.2 - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) No caso de jornal de circulação local, para melhor atendimento das necessidades deste Município o licitante vencedor que não tiver sede, filial ou representação no território do Estado de Mato Grosso deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, providenciar:

b) Após a Administração Municipal encaminhar o texto a ser publicado, por meio de correio eletrônico (e-mail) ao licitante vencedor, este deverá no **prazo máximo de 02 (duas) horas fazer a publicação**, encaminhar por e-mail **todas as publicações realizadas**;

c) O licitante vencedor será responsável pela publicação **fidedigna** do texto encaminhado pela Administração Municipal, ficando vedadas modificações de quaisquer ordens;

d) As publicações serão em preto e branco, na coluna dos classificados, sendo que as letras não poderão exceder ao tamanho 09 (nove), a fonte utilizada deverá ser a arial, com espaçamento padrão entre as letras, palavras e linhas, não sendo admitido nas publicações espaçamento entre linhas superior a um;

e) O pagamento das publicações ocorrerá após a conferência pelo(a) gestor(a) do contrato, dos centímetro/coluna publicados, quinzenalmente do montante do período;

f) Para cada ato publicado, o licitante vencedor deverá fornecer a Administração Municipal **01 (um) exemplar** da edição do jornal, no dia da circulação do mesmo, sem custo adicional, **no máximo em 03 (três) dias úteis**, para ser juntado aos autos da licitação correspondente;

g) Os exemplares deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Alto Taquari, situada na Avenida Macário Subtil de Oliveira, n. º 848, Alto Taquari/MT, CEP 78.785-000.

h) No caso de erros ou imperfeições que prejudiquem a exata compreensão do texto publicado, causados por falhas de publicação, **o licitante vencedor deverá efetuar nova publicação na edição seguinte, às suas expensas, sem qualquer ônus à Administração Municipal.**

i) Os serviços serão prestados com equipamentos e materiais da Contratante.

j) A licitante vencedora deverá publicar avisos de editais, atas, balanços, comunicados, decretos, portaria, balanços, leis, campanhas, entrevistas, chamamentos e outros de interesse da Administração Municipal.

l) É vedada à licitante vencedora a publicação de qualquer edital sem o conhecimento e assinatura autorizando por parte do Departamento de Comunicação.

m) A quantidade de publicações indicada na tabela acima corresponde à demanda da Administração Pública Municipal estimada para o período de vigência da contratação.

n) O tamanho das publicações indicado na tabela acima é aproximado, tendo como base os padrões usualmente utilizados pela Administração Pública Municipal, podendo haver variações de acordo com as características do texto a ser publicado.

o) Os preços máximos por cm/un das publicações são os constantes da tabela acima.

p) Os textos para publicação serão produzidos pela Administração Pública Municipal em software de edição de texto Microsoft Word ou compatível.

3. CLÁUSULA *TERCEIRA – DOTAÇÕES E SECRETARIA(S) PARTICIPANTE(S)*

3.1 *São Secretarias participantes deste registro de preços:*

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4. CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

5. CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 O registro do fornecedor será cancelado quando: **5.7.1**descumprir as condições da ata de registro de preços; **5.7.2** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1 por razão de interesse público; ou

5.9.2 a pedido do fornecedor.

6. CLÁUSULA *SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS*

6.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alto Taquari - MT, 03 de Março de 2020

Josieli Froes Briancini Jeferson Matheus Alves Brann

PREGOEIRA OFICIAL Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: K3 COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA	
CNPJ: 10.676.614/0001-41	
Endereço: Avenida Damien Biancardini, nº 22, Parque Cuiaba.	
Cidade: Cuiabá/MT	**João Batista Araújo** CPF: 276.479.861-04
CEP: 78.095-308	
TELEFONE: (65)3052-2600 e (65)8175-3356	
E-mail: jbatista1960@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **JOSIELI FROES BRIANCINI,** nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de fevereiro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 31 de janeiro de 2020, Processo Administrativo nº 318/2020, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E FLUÍDOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, especificado(s) no(s) item(ns)conforme termo de referência do Pregão Presencial nº005/2020.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ENTREGA

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RESENDE PNEUS LTDA ME CNPJ Nº 10.652.985/0001-93

ITEM	MATERIAL	UN	MARCA	QTDE.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
001	ATIVADO INTERCAP GALÃO 5 LTS	UN	GLOBAL	24	R$ 27,34	R$ 656,16
002	DESENGRAXANTE LIQUIDO SOLUPAN GALAO 5 LTS	UN	GLOBAL	22	R$ 27,24	R$ 599,28
008	ARLA 32 REDUTOR DE EMISSOES - GALAO 20LTS	UN	SERQUIMICA	116	R$ 59,50	R$ 6.902,00
011	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 TURBO-CI 4 - BALDE 20LT	UN	GT OIL	133	R$ 210,20	R$ 27.956,60
017	OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO SAE PARA MOTOR 5W30 - FRASCO 1 LITRO	UN	GT OIL	25	R$ 22,25	R$ 556,25
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**MARCA**	**QTDE.**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
019	OLEO 10W40 SEMI SINTETICO - 1000 ML	UN	GT OIL	60	R$ 16,64	R$ 998,40
021	OLEO HIDRAULICO-ANTI DESGASTANTES, 68AP, VG68 - BALDE 20LTS	UN	GT OIL	50	R$ 159,80	R$ 7.990,00
022	OLEO HIDRAULICO 20W30 SE BALDE 20 LTS	UN	GT OIL	10	R$ 247,40	R$ 2.474,00
025	OLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR MINERAL 2 TEMPOS API TC 500ML	UN	PETROBRAS	30	R$ 6,69	R$ 200,70
026	OLEO MOTOR 4 TEMPO 20W50 - 1000 ML	UN	GT OIL	20	R$ 11,93	R$ 238,60
	TOTAL: R$ 48.571,99					

VALOR POR EXTENSO: **QUARENTA E OITO MIL QUINHENTOS E SETENTA E UM REAIS.**

2.2. A entrega dos produtos será fracionada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** a contar do recebimento da requisição de compras devidamente assinada emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 06:30 ás 10:30 horas e das 12:00 as 16:00 horas (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.

2.3. Os produtos serão conferidos conforme marca apresentada em proposta, bem como a data de **validade** do produto **não inferior à 06 (seis) meses** e ainda não serão recebidos produtos com lacres violados, embalagens amassadas ou danificadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÕES E SECRETARIA(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. *São Secretarias participantes deste registro de preços:*

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000130061000

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000122055000

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000101000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000

020.70.0.0.26.782.4010.2024.33.90.30.00000100000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000146015000

05.130.0.0.10.122.7050.2130.33.90.30.00000102000000

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00000142008000

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000102000000

05.130.0.0.10.302.7050.2090.33.90.30.00000102000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000

GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.2010.2004.33.90.30.00000100000000

4. CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

5. CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. *As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.*

6.2. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei* nº 8.666/93.

6.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alto Taquari - MT, 03 de Março de 2020

Josieli Froes Briancini Jeferson Matheus Alves Brann

PREGOEIRA OFICIAL Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: RESENDE PNEUS LTDA ME	
CNPJ: 10.652.985/0001-93	
Endereço: Avenida Antonio Carlos Paniago, S/N, Vila Manoel Abrão	
Cidade: Mineiros/GO	**Wesclon Castro Souza**
CEP: 75.830-002	CPF: 762.868.191-34
TELEFONE: (64)3661-1119	
E-mail: resendepneus@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVOS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2020

3º Termo Aditivo do Contrato **Nº 058/2018**, Concorrencia Pública **Nº 002/2018,** Parte:**URBAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E LOCAÇÃO LTDA;** O objeto do termo aditivo é ADITIVO DE VALOR. Sendo aditivado o valor de R$ 46.938,18.

4º Termo Aditivo do Contrato **Nº 088/2019**, Pregão Presencial **nº 088/2019,** Parte:**PEDREIRA BASALTO LTDA - EPP;** O objeto do termo aditivo é de PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Tendo sua vigência de 24/09/2020 a 27/12/2020.

1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 078/2019**, Adesão **nº 001/2020**, Parte:**INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA;** O objeto do termo aditivo é PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR. Tendo sua vigência de 25/09/2020 a 31/12/2020. Sendo o valor do aditivo de **R$ 11.094,86**.

3º Termo Aditivo do Contrato **Nº 045/2020**, Tomada de Preços **nº 002/2020**, Parte:**DIEGO MORELLO - EPP;** O objeto do termo aditivo é PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E ADITIVO DE VALOR. Sendo prorrogado o prazo de execução por 30 (trinta) dias e aditivado o valor de **R$ 11.364,51.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 005/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Srta. JOSIELI FROES BRIANCINI , nomeada pela Portaria nº 487/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 24 de Janeiro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 24 de Janeiro de 2020, Processo Administrativo nº **101**/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o PREGÃO **PRESENCIAL PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE**, nas características e quantitativos descritos no anexo I do edital.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLAUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

VALTER PEREIRA FERREIRA 808725619104 ME CNPJ Nº 22.409.836/0001-87

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QTDE.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
4	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE VÔLEI DE PRAIA CONTENDO 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.	UN	100,000	R$ 130,00	R$ 13. 000,00
5	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE VÔLEI DE QUADRA CONTENDO 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO .	UN	50,000	R$ 159,00	R$ 7. 950,00
6	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE AREIA CONTENDO 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO .	UN	70,000	R$ 147,00	R$ 10. 290,00
7	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE FUTEVÔLEI CONTENDO 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO .	UN	100,000	R$ 130,00	R$ 13. 000,00
10	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL SOCIETY (CATEGORIAS SUB-07 ATÉ SUB-17) CONTENDO 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO .	UN	80,000	R$ 171,00	R$ 13. 680,00
13	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE PROVAS CICLÍSTICA CONTENDO 01 DIRETOR DE PROVA E 04 FISCAIS.	UN	4,000	R$ 1. 900,00	R$ 7. 600,00
TOTAL: R$ 65.520,00					

VALOR POR EXTENSO: **SESSENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E VINTE REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLAUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 - A entrega dos serviços serão fracionadas, onde o Município solicitará a quantidade de acordo com cada evento, devendo a contratada se apresentar ao solicitante no prazo de dois dias anterior à data programada para cada evento.

4.1.1 - Apresentar a relação dos profissionais (árbitros) para o evento, com nomes telefones para contato e cópia dos cursos de capacitação na área e/ou filiação em Ligas e Federações e documento que identifique o seu vínculo com a contratada.

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de hospedagem e alimentação dos profissionais designados, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os serviços solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

4.4 - A contratada deverá assegurar que os árbitros compareçam ao local das partidas com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos, bem como apresentar-se com a vestimenta ou uniforme adequado.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os serviços fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa PRESTADORA, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos serviços.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de dotações específicas, consignadas no orçamento vigente.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida em conjunto pela Secretaria solicitante e pelo fiscal de contrato Sr. RUDIMAR JOSÉ LANG nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 006/2020.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 02 de Março de 2020.

Josieli Froes Briancini Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Secretário

Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Membro

Fornecedor: VALTER PEREIRA FERREIRA 808725619104 ME	
CNPJ: 22.409.836/0001-87	
Endereço: Rua Dr Joao de Araujo Castro, nº 149, **Bairro:** Gabiroba,	
Cidade: ALTO ARAGUAIA - MT	**VALTER PEREIRA FERREIRA** CPF: 807.256.191-04
CEP: 78780-000	
TELEFONE: (66) 99723-3553	
E-mail: valter.tuaraguaia@hotmail.com	

PORTARIA MUNICIPAL Nº 338/2020

*DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR/ORDENADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLITICA DO IDOSO,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Marco Aurélio Julien- Prefeito Municipal do município de Alto Taquari-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear com ORDENADORA DE DESPESAS do FMDPI de Alto Taquari/Mato Grosso a Senhora **Liza Carla Bio Ferreira**,matricula funcional 223305, portadora da cédula de Identidade, RG 251606855 SSP/SP, CPF 289.723.998-09, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, como Administradora/Ordenadora das despesas do Fundo Municipal de Apoio à Política do Idoso (FUMAPI).

Art. 2º - Regulamenta a nomeação do Presidente do FMDPI-Alto Taquari/Mato Grosso a Senhora **Mairi Magalhães Barbosa**, portadora da cédula de Identidade/RG 1528114 SSP/MT, CPF 172464901-91.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Taquari - MT, 05 de outubro de 2020.

_____

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 017/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2020

O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representada pela Pregoeira Oficial Srª **JOSIELI FROES BRIANCINI**, nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 27 de Fevereiro de 2020 e no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 27 de Fevereiro de 2020, Processo Administrativo nº 782/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E PREMIAÇÃO PARA ATENDER A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**. conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI - ME CNPJ Nº 21.395.275/0001-41						
ITEM	**MATERIAL**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
2	BOLA FUTEBOL SOCIETY - DIAMETRO 68-69CM, 425-445GR, CAMARA AIRBILITY TERMOTEC COSTURADA, MATERIAL PVC COM 8 GOMOS, MIOLO SPLIT SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	UN	50,000	PENALTY	R$ 104,00	R$ 5. 200,00
3	BOLA FUTSAL OFICIAL - DIAMETRO 61-64CM, 410-440GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC (0% ABSORCAO DE AGUA), COSTURADA, 12 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU ULTRA 100%, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	UN	60,000	PENALTY	R$ 107,50	R$ 6. 450,00
10	REDE FUTEBOL SOCIETY - (PAR) MEDIDA OFICIAL, 2 FIOS EM SEDA 4MM, MEDIDA: 5X2,2X1,2MT RECUO INFERIOR E 0,60CM RECUO SUPERIOR (LXA), EM MALHA 14CM, 100% POLIETILENO.	UN	6,000	PANGUÉ	R$ 207,92	R$ 1. 247,52
11	REDE VOLEI DE QUADRA OFICIAL - 1X9,5MTS, 6 FAIXAS, FIO DE SEDA 4MM, COM PROTECAO UV, COM 2 LONAS DE ALGODAO E COSTURA DUPLA E COM SUPORTE PARA ANTENA (SUPERIOR: 7CM LARGURA E INFERIOR: 5CM LARGURA), ILHOS METALICO E REVESTIMENTO INTERNO EM COURO SINTETICO NAS PONTAS PARA AMARACAO.	UN	3,000	PANGUÉ	R$ 159,92	R$ 479,76
14	FITA VOLEI DE AREIA (MATERIAL EM POLIURETANO ACETINADO) TAMANHO 16X8MT E 5CM LARGURA.	UN	6,000	PANGUÉ	R$ 71,92	R$ 431,52
16	CALCAO PARA FUTEBOL DE CAMPO, JUVENIL, EM TECIDO DRY, COR A ESCOLHER, TAMANHO: MÉDIO.	UN	100,000	PLAYFAIR	R$ 11,92	R$ 1. 192,00
17	MEIAO PARA FUTSAL PUNHO COM ELASTANO, SOLA ATOALHADA 53% ALGODAO ,45% POLIAMIDA E 2% ELASTANO	UN	200,000	KANXA	R$ 9,40	R$ 1. 880,00
20	RAQUETE PARA TENIS DE QUADRA - ADULTO, PROFISSIONAL, MATERIAL: GRAFITE, PESO 305 GRAMAS, TAMANHO UNICO, 1º LINHA	UN	6,000	WILSON	R$ 527,92	R$ 3. 167,52
22	BOLA DE BASQUETE , OFICIAL , TAMANHO MASCULINO, FRISOS REBAIXADOS PARA MAIOR CONTROLE DA BOLA PARA O ATLETA, MATRIZADA, BORRACHA, 75-78CM, 600-650G. CÂMARA AIRBILITY MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	UN	20,000	PENALTY	R$ 79,92	R$ 1. 598,40
24	CONE 50CM INDICATIVO (MEDIO) - MATERIAL: PLASICO PVC, COR: LARANJA LISO.	UN	20,000	PLASTISUL	R$ 9,52	R$ 190,40
27	BOLSA TERMICA MASSAGISTA PROFISSIONAL, TAMANHO GRANDE, CONTA 3 BOLSOS NAS LATERAIS, 2 BISNAGAS PARA FLUIDOS (250 ML), E UM ISOPOR, POSSUI ESPAÇO INTERNO PARA MELHOR TRANSPORTE DE ACESSÓRIOS INDISPENSÁVEIS, BOLSOS EXTERNOS PARA MAIOR PRATICIDADE E ALÇA PARA TRANSPORTE. CONFECCIONADO EM POLIÉSTER ESTILO NYLON, MATERIAL 100% POLIÉSTER. CONTÉM, 3 BOLSOS EXTERNOS PARA CARTÕES, APITO E ACESSÓRIOS, 1 BOLSO INTERNO.	UN	4,000	HJ	R$ 71,92	R$ 287,68
30	COLETE ESPORTIVO DUPLA FACE, 100% POLIÉSTER EM TECIDO DRY, COM VIÉS, CAVADO, COR E TAMANHO A ESCOLHER	UN	100,000	PLAYFAIR	R$ 14,95	R$ 1. 495,00
33	BRACADEIRA DE CAPITAO, TECIDO ELASTICO RESISTENTE, FECHAMENTO EM VELCRO	UN	5,000	ZONA LIVRE	R$ 10,32	R$ 51,60
34	CARTAO DE ARBITRO - 100% PVC RIGIDO 1.0MM, MEDIDA: 7X11CM (LXA), 2 PECAS COM DEMARCACOES PARA ANOTACOES (COR: AMARELO E VERMELHO).	UN	2,000	ZONA LIVRE	R$ 7,12	R$ 14,24
35	CAIXA DE BOLA TENIS COM 24 TUBOS (3 BOLAS EM CADA TUBO) - EM BORRACHA E FELTRO RESISTENTE, DETATALHAMENTO: E ADEQUADA A TODOS OS TIPOS DE QUADRA, APROVADA PELA FEDERACAO INTERNACIONAL DE TENIS (IMPORTADA).	UN	10,000	WILSON	R$ 839,00	R$ 8. 390,00
40	CORDA PARA RAQUETE DE TENIS - ROLO 200MTS, MATERIAL: COPOLIMETROS DE POLIESTER, ESPESSURA: 1,35MM, COR: A ESCOLHER, 1º LINHA.	UN	6,000	WILSON	R$ 586,42	R$ 3. 518,52
43	REDE (TELA) DE PROTECAO EM POLIPROPILENO 6 METROS, FIOS 4MM, TRANCADO, TAMANHO 10X10MTS, COM ARGOLAS EM ACO CARBONO E CORDAS.	UN	2. 000,000	PANGUÉ	R$ 7,12	R$ 14. 240,00
47	MEDALHA DE BRONZE (FUNDIDA EM LIGA DE ZAMAC COM CENTRO PARA ADESIVO PERSONALIZADO ACOMPANHADA DE FITAS ACETINADA E COM TAMANHO 60MM, CENTRO 25MM ESPESSURA MÁXIMA 4,5	UN	400,000	CRESPAR	R$ 4,49	R$ 1. 796,00
48	MEDALHA DE PRATA (FUNDIDA EM LIGA DE ZAMAC COM CENTRO PARA ADESIVO PERSONALIZADO ACOMPANHADA DE FITAS ACETINADA E COM TAMANHO 60MM, CENTRO 25MM ESPESSURA MÁXIMA 4,5	UN	800,000	CRESPAR	R$ 4,49	R$ 3. 592,00

49	MEDALHA DOURADA (FUNDIDA EM LIGA DE ZAMAC COM CENTRO PARA ADESIVO PERSONALIZADO ACOMPANHADA DE FITAS ACETINADA E COM TAMANHO 60MM, CENTRO 25MM ESPESSURA MÁXIMA 4,5	UN	800,000	CRESPAR	R$ 4,49	R$ 3.592,00
50	TROFEU APROXIMADAMENTE 137CM DE ALTURA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL METALIZADOS A VACUO, MODELO A ESCOLHER PODENDO CONTER: BASE, CONE, ESTATUETA, TUBOS, TACA, ALCA, TAMPA INTERCAMBIAVEL COR A ESCOLHER. COM ACABAMENTO DE 1° QUALIDADE.	UN	20,000	JEBS	R$ 323,00	R$ 6.460,00
51	TROFEU APROXIMADAMENTE 76CM DE ALTURA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL METALIZADOS A VACUO, MODELO A ESCOLHER PODENDO CONTER: BASE, CONE, ESTATUETA, TUBOS, TACA, ALCA, TAMPA INTERCAMBIAVEL COR A ESCOLHER. COM ACABAMENTO DE 1º QUALIDADE.	UN	15,000	JEBS	R$ 117,52	R$ 1.762,80
53	MEDALHA DE BRONZE (FUNDIDA EM LIGA DE ZAMAC COM CENTRO PARA ADESIVO PERSONALIZADO ACOMPANHADA DE FITAS ACETINADA E COM MEDIDAS DE 40MMX15,8MM	UN	200,000	CRESPAR	R$ 2,80	R$ 560,00
54	MEDALHA DE PRATA (FUNDIDA EM LIGA DE ZAMAC COM CENTRO PARA ADESIVO PERSONALIZADO ACOMPANHADA DE FITAS ACETINADA E COM MEDIDAS DE 40MMX15,8MM	UN	300,000	CRESPAR	R$ 2,80	R$ 840,00
55	MEDALHA DE OURO (FUNDIDA EM LIGA DE ZAMAC COM CENTRO PARA ADESIVO PERSONALIZADO ACOMPANHADA DE FITAS ACETINADA E COM MEDIDAS DE 40MMX15,8MM	UN	300,000	CRESPAR	R$ 2,80	R$ 840,00
61	TROFEU 35CM, BASE 13CM PROXIMADAMENTE DE LARGURA, MATERIAL EM ACRILICO, COR A ESCOLHER, PERSONALIZADO/ADESIVADO A ESCOLHER.	UN	150,000	VITÓRIA	R$ 71,92	R$ 10.788,00
TOTAL: R$ 80.064,96						

VALOR POR EXTENSO: **OITENTA MIL E SESSENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS.**

3.2 – O valor é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das dotações específicas de cada secretaria.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo **a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipaldeverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

7.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

7.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

7.4 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, do fornecimento dos materiais, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados**.**

7.5 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

7.6 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 7.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - *Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da* ***CONTRATADA:***

I - Entregar os materiais em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II - *Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;*

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação:

V - Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da **CONTRATANTE:**

I - efetuar os pagamentos pelos fornecimentos prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 16 a 18 do Decreto Municipal Nº 028/2020.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme Decreto Municipal Nº 028/2020.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contratos **RUDIMAR JOSÉ LANG**, de acordo com a portaria municipal 006/2020.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 028/2020.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

4.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 26 de Março de 2020.

JOSIELI FROES BRIANCINI ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

JEFERSON MATHEUS ALVES BRANN

Equipe de Apoio

Fornecedor: P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	
CNPJ: 21.395.275/0001-41	
Endereço: Av. Clovis Hugueney, n 70, Bairro Centro.	
Cidade: Várzea Grande - MT	**PATRICIA MOREIRA DE LIMA REZENDE**
CEP: 78.110-328	CPF: 040.081.251-75
TELEFONE: (65)3682-3026	
E-mail: contato@lupsesportes.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 016/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2020

O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representada pela Pregoeira Oficial Srª **JOSIELI FROES BRIANCINI**, nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 27 de Fevereiro de 2020 e no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 27 de Fevereiro de 2020, Processo Administrativo nº 782/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E PREMIAÇÃO PARA ATENDER A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**. conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MARCIO BORGES DA SILVA CNPJ Nº 24.126.601/0001-03						
ITEM	**MATERIAL**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
1	BOLA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL - 68-70CM, 400GR APROXIMADAMENTE, COSTURA, PRESSAO ESTIMADA: 10-12LBS.	UN	30,000	PENALTY	R$ 79,00	R$ 2.370,00
5	BOLA FUTVOLEI - DIAMETRO 68-69CM, 485-486GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC COM 8 GOMOS, PU ULTRA 100% (NEOGEL), MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	UN	12,000	MIKASA	R$ 270,00	R$ 3.240,00
12	REDE FUTSAL/SALAO 4MM SEDA 3MTS	UN	6,000	PISTA E CAMPO	R$ 89,60	R$ 537,60
18	REDE TENIS PROFISSIONAL PARA QUADRA DE SAIBRO, MEDIDA: 12,85X1MT, NYLON COM ULTRA VIOLETA, EXTRA COM 3 FAIXAS, REFORCO DE PANO EM TODA EXTENSAO, FAIXA DE ACABAMENTO EM COURO SINTETICO COM 4 COSTURA EM POLIAMIDA E MEDIDAS DENTRO DAS NORMAS DA FEDERACAO NACIONAL DE TENIS.	UN	2,000	PANGUE	R$ 318,10	R$ 636,20
19	BOLA TENIS DE QUADRA - INFANTIL, APROXIMADAMENTE: 40GR, APROVADA PELO ITF, CONFECCIONADO: BORRACHA REVESTIDA DE FELTRO EXCLUSIVO E ALTA DURABILIDADE.	UN	60,000	DUNLOP	R$ 14,85	R$ 891,00
23	CONES PARA TREINAMENTO COR LARANJA - MEDINDO 22,3X14,6X14,6CM.	UN	20,000	PANGUE	R$ 5,18	R$ 103,60
29	REDE FUTVOLEI PROFFISSIONAL COMPETICAO, LONA PVC, TRIPLA COSTURA, 6CM, FIO 2MM, MALHA 10X10CM EM POLIETILENO, MEDINDO 1,00MTX9,50MT, COR BRANCA	UN	2,000	MASTER REDES	R$ 243,70	R$ 487,40
36	CONE PEQUENO (TIPO PRATO)	UN	20,000	PISTA E CAMPO	R$ 2,88	R$ 57,60
38	REDE PARA ARO DE BASQUETE - CONFECCIONADO EM SEDA, FIO 6MM, TIPO CHUA, TAMANHO PADRAO, COR BRANCO.	UN	6,000	PISTA E CAMPO	R$ 23,55	R$ 141,30
39	PORTA BOLA DE FUTBOL - MODELO TIPO SACO, PARA 08 UNIDADES, CONFECCIONADA EM NYLON, FIO 2,5MM, TAMANHO 65X40CM (ALTURA X LAGURA).	UN	6,000	MASTER REDES	R$ 18,35	R$ 110,10
41	OVERGRIP PARA CABO DE RAQUETE DE TENIS - TAMANHO: 1,20X2,5CM (CXL), MATERIAL: EMBORRACHADO, COR: PRETA, ADULTO, 1º LINHA.	UN	5,000	DUNLOP	R$ 30,90	R$ 154,50
42	RAQUETEIRA, CAPACIDADE PARA ATE 12 RAQUETES DE TENIS SEM CAPA, 06 COMPARTIMENTOS COM FECHAMENTO EM ZIPER SENDO: DOIS COMPARTIMENTOS TERMICOS, COMPARTIMENTO QUE POSSUE PEQUENOS BOLSOS INTERNOS E BOLSA PARA GUARDAR ROUPAS OU OUTROS OBJETOS, BOLSO LATERAL COM UMA CASCA DURA PARA PROTEGER ACESSORIOS FRAGEIS E OUTRO COMPARTIMENTO VENTILADO PARA TENIS OU ITENS SUJOS OU UMIDOS, ALÇA DE MÃO PARA DAR MAIS POSSIBILIDADE DE TRANSPORTE, ALÇA OMBROS AJUSTAVEL E ACOLCHOADA, DIMENSOES APROXIMADAS 75CMX48CMX32CM	UN	2,000	DUNLOP	R$ 759,00	R$ 1.518,00
44	BOLA DE VOLEI DE PRAIA MICROFIBRA, PESANDO ENTRE 260 A 280G, MEDINDO 65, 67CM, 12 GOMOS, CAMARA AIRBILITY	UN	30,000	PENALTY	R$ 219,00	R$ 6.570,00
52	TROFEU APROXIMADAMENTE 69CM DE ALTURA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL METALIZADOS A VACUO, MODELO A ESCOLHER PODENDO CONTER: BASE, CONE, ESTATUETA, TUBOS, TACA, ALCA, TAMPA INTERCAMBIAVEL COR A ESCOLHER. COM ACABAMENTO DE 1º QUALIDADE.	UN	15,000	VITORIA	R$ 100,00	R$ 1.500,00
56	TROFEU APROXIMADAMENTE 150CM DE ALTURA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL METALIZADOS A VACUO, MODELO A ESCOLHER PODENDO CONTER: BASE, CONE, ESTATUETA, TUBO, TACA, ALCA, TAMPA INTERCAMBIAVEL COR A ESCOLHER. COM ACABAMENTO DE 1º QUALIDADE.	UN	20,000	VITORIA	R$ 345,00	R$ 6.900,00
57	TROFEU 30CM - BASE 7,6CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, SOBRE O CONE UMA COPA COM TAMPA, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	UN	30,000	VITORIA	R$ 24,50	R$ 735,00
60	TROFEU APROXIMADAMENTE 35 CM, MATERIAL EM MDF, PINTURA PU. DETALHES EM PVC E ALUMINIO, ADESIVO DE ALTO BRILHO, COR E MODELO A ESCOLHER	UN	95,000	VITORIA	R$ 33,45	R$ 3.177,75
TOTAL: R$ 29.130,05						

VALOR POR EXTENSO: **VINTE NOVE MIL CENTO E TRINTA REAIS E CINCO CENTAVOS.**

3.2 – O valor é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das dotações específicas de cada secretaria.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo **a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipaldeverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

7.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

7.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

7.4 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, do fornecimento dos materiais, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados**.**

7.5 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

7.6 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 7.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - *Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da* ***CONTRATADA:***

I - Entregar os materiais em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II - *Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;*

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação:

V - Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da **CONTRATANTE:**

I - efetuar os pagamentos pelos fornecimentos prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 16 a 18 do Decreto Municipal Nº 028/2020.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme Decreto Municipal Nº 028/2020.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contratos **RUDIMAR JOSÉ LANG**, de acordo com a portaria municipal 006/2020.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 028/2020.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

4.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 26 de Março de 2020.

JOSIELI FROES BRIANCINI ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

JEFERSON MATHEUS ALVES BRANN

Equipe de Apoio

Fornecedor: MARCIO BORGES DA SILVA	
CNPJ: 24.126.601/0001-03	
Endereço: Av. Sebastiana Maria de Jesus, 59, Jardim Pindorama II.	
Cidade: Rondonópolis - MT	**MARCIO BORGES DA SILVA**
CEP: 78.710-520	CPF: 468.892.051-20
TELEFONE: (66) 99971-4089	
E-mail: marcioboladagua@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 004/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Srta. JOSIELI FROES BRIANCINI , nomeada pela Portaria nº 487/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 24 de Janeiro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 24 de Janeiro de 2020, Processo Administrativo nº **101**/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o PREGÃO **PRESENCIAL PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE**, nas características e quantitativos descritos no anexo I do edital.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLAUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ROSE APARECIDA VIDAL EIRELI CNPJ Nº 33.249.948/0001-34					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNITÁRIO**	**VL. TOTAL**
1	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL SOCIETY CONTENDO 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.	UN	150,000	R$ 208,0000	R$ 31.200,00
2	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE FUTSAL CONTENDO 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.	UN	150,000	R$ 210,0000	R$ 31.500,00
3	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO CONTENDO 01 ÁRBITRO PRINCIPAL 02 ASSISTENTE E 01 MESÁRIO .	UN	100,000	R$ 318,0000	R$ 31.800,00
11	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE FUTSAL (CATEGORIAS SUB-07 ATÉ SUB-17) CONTENDO 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO .	UN	100,000	R$ 178,0000	R$ 17.800,00
12	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO (CATEGORIAS SUB-07 ATÉ SUB-17) CONTENDO 01 ÁRBITRO PRINCIPAL 02 ASSISTENTE E 01 MESÁRIO .	UN	50,000	R$ 225,0000	R$ 11.250,00
TOTAL: R$ 123.550,00					

VALOR POR EXTENSO: **CENTO E VINTE TRÊS MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLAUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 - A entrega dos serviços serão fracionadas, onde o Município solicitará a quantidade de acordo com cada evento, devendo a contratada se apresentar ao solicitante no prazo de dois dias anterior à data programada para cada evento.

4.1.1 - Apresentar a relação dos profissionais (árbitros) para o evento, com nomes telefones para contato e cópia dos cursos de capacitação na área e/ou filiação em Ligas e Federações e documento que identifique o seu vínculo com a contratada.

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de hospedagem e alimentação dos profissionais designados, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os serviços solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

4.4 - A contratada deverá assegurar que os árbitros compareçam ao local das partidas com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos, bem como apresentar-se com a vestimenta ou uniforme adequado.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os serviços fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa PRESTADORA, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos serviços.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de dotações específicas, consignadas no orçamento vigente.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida em conjunto pela Secretaria solicitante e pelo fiscal de contrato Sr. RUDI-MAR JOSÉ LANG nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 006/2020.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 02 de Março de 2020.

Josieli Froes Briancini Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Secretário

Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Membro

Fornecedor: ROSE APARECIDA VIDAL EIRELI	
CNPJ: 33.249.948/0001-34	
Endereço: RUA DAS OLIVEIRAS, nº 50, **Bairro:** JARDIM LIBERDADE	
Cidade: COSTA RICA - MS	**ROSELI APARECIDA VIDAL** CPF: 169.856.088-50
CEP: 79550-000	
TELEFONE: (67) 3247-3215 / (67) 3247-1497	
E-mail: ana.contabilidade@terra.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** N**º. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **JOSIELI FROES BRIANCINI,** nomeada pela Portaria nº 486/2019, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 011/2020, publicada no Diário Oficial de Contas dia 27 de Fevereiro de 2020, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 21 de fevereiro de 2020, Processo Administrativo nº 513/2020, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s)

e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no *Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013,* e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ALTO TAQUARI – MT**, para atender as secretarias de: Assistência Social, Educação, Esporte Cultura e Lazer.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ENTREGA

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

MALK TERCEIRIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS EIRELI

CNPJ Nº 13.336.166/0001-25

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
001	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO PASSEIO POPULAR, 04 PORTAS, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, COM MOTOR 1.0 OU SUPERIOR; COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 65 CV, BICOMBUSTÍVEL (ÁLCOOL E GASOLINA), COM NO MÁXIMO 02 ANOS DE FABRICAÇÃO, SEGURO TOTAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, COM KM LIVRE PARA CIRCULAÇÃO	UN	10	R$ 1. 900,00	R$ 19. 000,00
002	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE, CABINE DUPLA, CARROCERIA ABERTA, COM MOTOR 2.8 OU SUPERIOR, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 CV, DIESEL, TRAÇÃO 4X4, 04 PORTAS, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS; COM NO MÁXIMO 02 ANOS DE FABRICAÇÃO; COM KM LIVRE PARA CIRCULAÇÃO; TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS POR LEI; SEGURO TOTAL, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 1.000KG, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEM COMBUSTÍVEL E MOTORISTA.	UN	20	R$ 5. 700,00	R$ 114. 000,00
TOTAL: R$ 133.000,00					

VALOR POR EXTENSO: **CENTO E TRINTA E TRÊS MIL REAIS.**

2.2 - ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO VEÍCULO

2.2.1 - Veículos de transporte tipo caminhonete cabine dupla, capacidade para 05 passageiros, banco reclinável, ar condicionado, máximo de 02 anos de fabricação do ano atual, seguro total, quilometragem livre.

2.2.2 - Veículo de transporte tipo passeio popular, capacidade para 05 passageiros, banco reclinável, ar condicionado, máximo de 02 anos de fabricação do ano atual, seguro total, quilometragem livre.

2.2.3 - A contratada será responsável por todas as despesas oriundas desta contratação, sendo: veículo, manutenções, revisões, seguro total entre outros, enfim toda e qualquer despesas para que cumpra o objeto contratado;

2.2.4 - Fica proibida a utilização de pneus reformados, quer seja pelo processo de recapagem, recauchutagem ou remoldagem, bem como rodas que apresentem quebras, trincas, deformações ou consertos, em qualquer dos eixos do veículo.

2.3 - PRAZO DE ENTREGA, LOCAL DE ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO VEÍCULO.

2.3.1 - O veículo deverá ser disponibilizado no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas contados a partir do recebimento da nota de empenho na sede da secretaria solicitante.

2.3.2 - Os serviços serão solicitados pela secretaria, devendo os serviços ocorrer no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na Secretaria solicitante.

2.3.3 - No ato da entrega os serviços passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, na mesma hora, promover a entrega dos serviços de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento do contrato.

2.4 - FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.4.1 – O pagamento será mensal pelo uso dos veículos, de acordo com o item, em até 15 (quinze) dias, após a apresentação da Nota Fiscal correspondente ao objeto executado e devidamente certificado pelo fiscal do contrato.

2.4.2 - O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição da locação, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

2.4.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

2.4.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

2.4.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

2.4.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

2.4.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

2.4.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

2.4.9 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; sob pena de não pagamento.

2.5 - DAS CONDIÇÕES DA CONTRATADA

2.5.1 - A CONTRATADA OBRIGAR-SE-Á:

2.5.1.1 - Fornecer veículo com apólice de seguro total para colisão, furto, incêndio, prevendo em especial pagamento de danos contra terceiros, morte, invalidez de passageiros e terceiros e assistência 24 (vinte e quatro) horas, com uso de guincho;

2.5.1.2 - A empresa vencedora deverá fornecer todas as licenças e documentação que se fazem necessário para o funcionamento da prestação dos serviços.

2.5.1.3 - O veículo deverá estar em perfeitas condições de uso e funcionando, conforme proposta apresentada, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimo exigido, higiene e limpeza, pneus novos, não apresentando rachaduras na lataria ou pontos de ferrugem, nem assentos rasgados e em perfeito funcionamento e assim ser mantido durante toda a vigência do contrato;

2.5.1.4 - A contratada deverá manter o veículo em consonância com as normas do CONTRAN- conselho nacional de trânsito, bem como outras autoridades de trânsito;

2.5.1.5 - Em caso de problemas mecânicos e/ou avarias no veículo causado por qualquer motivo, a contratada deverá substituir o veículo por outro, no intervalo não superior a 01 (um) dia, a partir da notificação da secretaria, mesmo que informado por telefone, percebido o defeito/avaria pelo motorista do carro (colaborador da contratada);

OBS: Em casos excepcionais esse prazo poderá ser em questão de horas, quando se tratar de pessoas em trânsito.

2.5.1.6 - A contratada assume integral e exclusivamente toda e qualquer responsabilidade pela assistência técnica, bem como a manutenção do veículo, conservação, operação e manutenção preventiva e corretiva do veículo;

2.5.1.7 - Não transferir a outrem no todo ou em partes, as obrigações assumidas;

2.5.1.8 - Manter, permanentemente, no veículo locado sua documentação devidamente legalizada;

2.5.1.9 - Manter nos veículos formulários específicos para serem anotadas as datas em que recebeu manutenções preventivas e corretivas, constando o que foi providenciado e dando conhecimento por escrito para a secretaria solicitante.

2.6 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

2.6.1.1 - Comunicar imediatamente á contratada sobre qualquer inconformidade encontrada no veículo locado;

2.6.1.2 - Transmitir por escrito as instruções sobre modificações de planos de trabalho;

2.6.1.3 - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas em cláusulas contratuais;

2.6.1.4 - Acompanhar e fiscalizar os serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;

2.6.1.5 - Não aceitar os serviços que estejam fora das especificações contratada;

2.6.1.6 - Proporcionar as melhores condições possíveis à execução dos serviços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÕES E SECRETARIA(S) PARTICIPANTE(S) 3.1. *São Secretarias participantes deste registro de preços:*

GABINETE DO PREFEITO

02.010.00.04.122.2010.2006.33.90.3900000100000000–Outros serviços de Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.3900000100000000 – Outros serviços de Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.00.04.122.9400.2060.33.90.3900000100000000 – Outros serviços de Terceiros

4. CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

5. CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1 -A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2 -Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3 -Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4 -O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5 -A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6 -Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.7 -Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.8 -Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.8.1 -Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.9 -O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.9.1 -Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.9.2 -Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.9.3 -Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.9.4 -Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.9.5 -O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9.6 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.7 -Por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1 -A ata de Registro de Preços, poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade da administração pública, observada as normas vigentes.

6.2 -As condições gerais para prestação dos serviços tais como, os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.3 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.4 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Alto Taquari - MT, 09 de Março de 2020

Josieli Froes Briancini Jeferson Matheus Alves Brann

PREGOEIRA OFICIAL Equipe de Apoio

Rosa Maria Pagliuso Siqueira

Equipe de Apoio

Fornecedor: MALK TERCEIRIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS EIRELI	
CNPJ: 13.336.166/0001-25	
Endereço: Rua Desembargador José de Mesquita, nº 432, Bairro Araés.	
Cidade: Cuiabá /MT	**Alexandre Kendy Kawasaki**
CEP: 78.005-560	CPF: 019.553.461-19
TELEFONE: (65)4141-3922 e (65) 3365-1532	
E-mail: kawasakirevisao@gmail.com	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N° 94/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N° 94/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 94/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA – ME**

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa de engenharia civil para execução da Reforma da PONTE **MADEIRA DO TIPO I DO CÓRREGO Barreirinho com Recursos do FETHAB.**

PRAZO: O prazo de 60 (dias) dias para a conclusão, contados a partir da Ordem de Serviço a ser expedida pela CONTRATANTE.

VALOR ESTIMADO CONTRATO: R$ 60.640,37 (Sessenta Mil, Seiscentos e Quarenta Reais e Trinta e Sete Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 17/09/2020.

VIGENCIA: 18/09/2020 a 18/11/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 352/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS TERMOS DO ARTIGO 60 DA LEI MUNICIPAL Nº 852/2008 (PLANO DE CARREIRAS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio ao servidor **RAFAEL PINHEIRO RODRIGUES**, matrícula nº. 1586, ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 22/08/2011 à 21/08/2016, por um período de **60 (sessenta) dias,** a partir do dia 08/10/2020.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos sete (07) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 353/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS TERMOS DO ARTIGO 60 DA LEI MUNICIPAL Nº 852/2008 (PLANO DE CARREIRAS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio ao servidor **VALMIR PEREIRA**, matrícula nº. 1540, ocupante do cargo efetivo de Braçal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 05/08/2011 à 04/08/2016, por um período de **90 (noventa) dias,** a partir do dia 08/10/2020.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos sete (07) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE ABERTURA DA CONVITE 007/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO REMANESCENTE DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, PROVENIENTE DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 121/2015, QUE CELEBRAM O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMEDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES/SECID E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS- MT**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizaráàs **09:00 horas, No dia 19 de Outubro de 2020**. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Foram convidados três participantes nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas daquela marcada para apresentação das propostas. Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Arenápolis- MT, 07 de Outubro de 2020.

RODRIGO PAULINO DE MATOS

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COMPRAS
ATA DE R.P. Nº 85/2020

Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 069/2020

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos destinados a saúde bucal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município de Aripuanã/MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Avenida América do Sul, nº 2.500-S, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Sr. ADIR VIEIRA FERREIRA**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Quatro s/n, no Distrito de Conselvan, portador da Cédula de Identidade RG. nº 790.460 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 513.199.181-15, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONT. E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ Nº. 13.994.852/0001-93, Inscrição Estadual Nº. 13.432.622-9, Inscrição Municipal Nº. 8226, com sede na Rua Genésio Roberto Baggio, nº. 1304, Sala 01 – Bairro: Centro, Município de Sorriso, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.890-000, Telefone: (066) 3544-1910, E-mail: hiperdental2011@hotmail.com, representada pela sua proprietária **Srª. KERLI LUZIA LUDWICHAK**, portador do RG Nº 226.5756 SSP/SC e CPF Nº. 017.657.779-33, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 069/2020,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais odontológicos destinados a saúde bucal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município de Aripuanã/MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 069/2020, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNTD.	UND.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	48887	ALAVANCA APICAL RETA 3602	COOPERFLEX	20	UNIDADE	R$ 34,90	R$ 698,00
2	53009	ALAVANCA DE SELDIN ESQUERDA N.1 L ADULTO	COOPERFLEX	20	UNIDADE	R$ 34,80	R$ 696,00
3	53007	ALAVANCA DE SELDIN MEIA CANA	COOPERFLEX	20	UNIDADE	R$ 34,90	R$ 698,00
4	53011	ALAVANCA DE SELDIN MEIA CANA INFANTIL	COOPERFLEX	20	UNIDADE	R$ 34,90	R$ 698,00
5	53010	ALAVANCA DE SELDIN N.2 INFANTIL	COOPERFLEX	20	UNIDADE	R$ 34,90	R$ 698,00
6	699422	ALCOOL 70% GEL 500 GR	SAFRAS	120	UNIDADE	R$ 8,50	R$ 1.020,00
7	689297	ALGODAO HIDROFILO 500G	NATHY	50	PACOTE	R$ 18,45	R$ 922,50
8	690429	ALGODAO ROLETE C/100 N°02	CREME	200	PACOTE	R$ 4,50	R$ 900,00
9	692199	ALVEOLEX	IODONTOSUL	30	UNIDADE	R$ 28,90	R$ 867,00
10	48925	AMALGAMA 1 PORCAO GS 80 PRESA REGULAR	SDI	2000	UNIDADE	R$ 3,22	R$ 6.440,00
11	684476	ANESTESICO ODONTOLIGICO 3% (CLORIDRATO DE LIDOCAINA A 30MG/ML COM HERMITARTARATO DE NOREPINEFROINA 0.04 MG/ML) C/50 AMP. 1,8ML.	DLA	300	CAIXA	R$ 97,50	R$ 29.250,00
12	47104	APLICADOR DE AMALGAMA DE PLASTICO DUPLO	MAQUIRA	200	UNIDADE	R$ 21,80	R$ 4.360,00
13	59068	APLICADOR DE HIDROXIDO DE CALCIO DUPLO	COOPERFLEX	50	UNIDADE	R$ 15,00	R$ 750,00
14	47086	BANDA MATRIZ 0.05 x 7 x 500MM	PREVEN	100	UNIDADE	R$ 2,50	R$ 250,00
15	53016	BANDEJA CLINICA DE INOX 22X12X01 CM	FAMI	5	UNIDADE	R$ 46,00	R$ 230,00
16	53017	BANDEJA CLINICA DE INOX 24X17X1,5 CM	FAMI	5	UNIDADE	R$ 68,00	R$ 340,00
17	706414	BANDEJA CLINICA DE INOX 30 X 20 X 04 CM	FAMI	5	UNIDADE	R$ 98,50	R$ 492,50
18	706513	BICARBONATO DE SODIO PARA PROFILAXIA NATURAL 500G.	MAQUIRA	200	UNIDADE	R$ 24,90	R$ 4.980,00
19	695767	BOBINA PARA ESTERILIZACAO COM INDICADORES QUIMICOS PARA USO EM ESTERLIZACAO A VAPOR OU GAS OXIDO DE ETILENO PAPEL GRAU CIRURGICO MAIS FILME PLASTICO 300MM X 100 MM	ZERMATT	20	UNIDADE	R$ 180,00	R$ 3.600,00
20	684482	BROCA ZEKRYA LONGA 28MM	KERR	60	UNIDADE	R$ 44,90	R$ 2.694,00
21	53036	BRUNIDOR DE AMALGMA N.29	COOPERFLEX	30	UNIDADE	R$ 12,00	R$ 360,00
22	37351	BRUNIDOR DE AMALGMA N.33	COOPERFLEX	30	UNIDADE	R$ 12,00	R$ 360,00
23	53037	BRUNIDOR DE AMALGMA N.6	COOPERFLEX	30	UNIDADE	R$ 12,00	R$ 360,00
24	48845	CABO PARA ESPELHO CROMADO N. 25.	PREVEN	60	UNIDADE	R$ 5,45	R$ 327,00
25	53070	CALCADOR HOLEMBACK N.2	COOPERFLEX	30	UNIDADE	R$ 12,00	R$ 360,00
26	684485	CANETA ALTA ROTACAO EXTRA TORQUE	SCHUSTER	30	UNIDADE	R$ 795,00	R$ 23.850,00
27	48934	CARIOSTATICO 12% 10 ML.	IODONTOSUL	60	UNIDADE	R$ 24,00	R$ 1.440,00
28	48927	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIO PACO.	MAQUIRA	60	UNIDADE	R$ 39,00	R$ 2.340,00
29	48944	CIMENTO DE ZINCO LIQUIDO 10ML.	MAQUIRA	50	UNIDADE	R$ 24,50	R$ 1.225,00
30	48945	CIMENTO DE ZINCO PO 28GR 1 CLARO.	MAQUIRA	50	UNIDADE	R$ 24,50	R$ 1.225,00
31	671282	CLORHEXIDINA 2% SOLUCAO AQUOSA 1000ML	VIC PHARMA	100	UNIDADE	R$ 36,00	R$ 3.600,00
32	699423	COMPRESSA DE GAZE PCT. C/500 DE 7.5 CM. C/8 DOBRAS 5 CAMADAS E 11 FIOS.	ERIMAX	200	PACOTE	R$ 23,25	R$ 4.650,00
33	48860	CONDENSADOR DE AMALGAMA N. 02	COOPERFLEX	30	UNIDADE	R$ 15,00	R$ 450,00
34	53046	CONDENSADOR DE AMALGMA N.3	COOPERFLEX	30	UNIDADE	R$ 15,00	R$ 450,00
35	693773	CUNHA DE MADEIRA C/100	IODONTOSUL	30	CAIXA	R$ 14,50	R$ 435,00
36	53073	CURETA DE DENTISTA PARA OSSO N.01	COPPERFLEX	35	UNIDADE	R$ 38,50	R$ 1.347,50
37	706419	DETERGENTE ENZIMATICO 4 ENSIMAS (PROTASE, AMILASE, LIMPAZE E CARBOIDRASE) 1000 ML.	KEELDRIN	120	UNIDADE	R$ 29,00	R$ 3.480,00
38	11132	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S	COOPERFLEX	35	UNIDADE	R$ 12,00	R$ 420,00
39	693783	FIO DE SUTURA SEDA TRANCADA ODONTOLOGICA 3.0 C/AGULHA 3/8 45 C/24	TECHNIO	50	CAIXA	R$ 48,00	R$ 2.400,00
40	53054	FLUOR GEL SABORES VARIADOS 200ML	IODONTOSUL	250	UNIDADE	R$ 7,40	R$ 1.850,00

41	48930	FORMALDEIDO, ORTO-CRESOL (MATERIAL PARA DESINFECCAO DE CANAL RADICULAR FR. 10 ML).	MAQUIRA	50	UNIDADE	R$ 17,50	R$ 875,00
42	671284	HEMOSTATICO LIQUIDA FR. 10 ML	MAQUIRA	50	UNIDADE	R$ 36,00	R$ 1.800,00
43	690446	IONOMERO DE VIDRO - R LIQUIDA 10ML	FGM	50	UNIDADE	R$ 69,00	R$ 3.450,00
44	690445	IONOMERO DE VIDRO - R PO 15 GR.	FGM	50	UNIDADE	R$ 64,00	R$ 3.200,00
45	684488	LIMA KERR 15/40 25MM	MEDIN	120	UNIDADE	R$ 34,90	R$ 4.188,00
46	684489	LUBRIFICANTE PARA CANETA DE ALTA E BAIXA ROTACAO 250ML	IODONTOSUL	25	UNIDADE	R$ 38,00	R$ 950,00
47	671285	MICRO MOTOR ODONTOLOGICO	SCHUSTER	15	UNIDADE	R$ 790,00	R$ 11.850,00
48	11143	PAPEL CARBONO PARA ARTICULACAO C/12 FOLHAS	PREVEN	70	UNIDADE	R$ 6,50	R$ 455,00
49	699433	PAPEL CREPADO 30 CM X 30 CM C/ 500 UNIDS.	POLARFIX	30	CAIXA	R$ 235,00	R$ 7.050,00
50	684491	PEDRA-POMES EXTRAFINA PARA USO ODONTOLOGICO 100GR (POTE)	IODONTOSUL	20	UNIDADE	R$ 6,95	R$ 139,00
51	53081	PLACA DE VIDRO 6 MM	PREVEN	5	UNIDADE	R$ 9,80	R$ 49,00
52	53084	POTE DAPPEN	PREVEN	10	UNIDADE	R$ 6,40	R$ 64,00
53	47093	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A3,5 4GR	3M	25	UNIDADE	R$ 59,30	R$ 1.482,50
54	48935	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) C3 4GR.	3M	25	UNIDADE	R$ 59,30	R$ 1.482,50
55	53085	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA2 4 GR.	MAQUIRA	25	UNIDADE	R$ 45,00	R$ 1.125,00
56	53086	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA3 4 GR.	MAQUIRA	25	UNIDADE	R$ 44,00	R$ 1.100,00
57	53087	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA3,5 4 GR.	MAQUIRA	25	UNIDADE	R$ 44,00	R$ 1.100,00
58	690456	REZINA Z-100 UD 4 GR	3M	30	UNIDADE	R$ 75,00	R$ 2.250,00
59	48856	SERINGA DE CARPULE C/ REFLUXO.	COOPERFLEX	35	UNIDADE	R$ 46,90	R$ 1.641,50
60	690942	SINDESMOTOMO	COOPERFLEX	30	UNIDADE	R$ 15,00	R$ 450,00
61	48929	SISTEMA ADESIVO COM FLUOR FR. 4 ML.	3M	40	UNIDADE	R$ 270,00	R$ 10.800,00
62	47102	SOLUCAO EVEIDENCIADORA DE PLACA BACTERIANA 10ML	IODONTOSUL	40	UNIDADE	R$ 12,00	R$ 480,00
63	53088	SONDA PERIODONAL MILIMETRADA	COOPERFLEX	5	UNIDADE	R$ 24,90	R$ 124,50
64	683383	TIRA DE LIXA ACO 4MM - 12 UND	PREVEN	60	PACOTE	R$ 8,90	R$ 534,00
65	53093	TIRA DE LIXA DE ACO 2MM C/12	MICRODONT	40	PACOTE	R$ 12,50	R$ 500,00
66	684493	TIRA DE LIXA PARA RESINA (ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL) C/150	PREVEN	50	CAIXA	R$ 12,40	R$ 620,00
67	671288	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES 10ML	SSWHITE	50	UNIDADE	R$ 44,50	R$ 2.225,00
TOTAL GERAL							R$171.498,50

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 069/2020**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária**, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, após a execução do objeto solicitado parceladamente,** e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de

reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de 12 (doze) meses, porém a entrega deverá ser em até **05 (cinco) dias** após a Contratada receber a "NAD" (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. O serviço será executado de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.4. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.6. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.7. Fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. Os produtos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário ou bula, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada; 5.2.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato; 5.2.11. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das 7:00h às 13:00h (horário local) de segunda a sexta-feira no seguinte endereço:

SEQ.	LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO	BAIRRO
01.	Secretaria Municipal de Saúde.	66.3565.2036 66.3565.1400	Rua 12 Julho, n.103	Modulo I

5.2.12. Deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE; 5.2.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência; 5.2.14. No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato 5.2.15. Receber o pagamento, conforme o disposto neste Edital; 5.2.16. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.17. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços; 5.2.18. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.2.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990); 5.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.22. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.23. Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal técnico e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução do contrato; 5.2.24. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Todo o serviço deverá ser executado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. Os serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. Os serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 069/2020** e a proposta da empresa **F K PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 07 de outubro de 2020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONT. E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP

CNPJ Nº. 13.994.852/0001-93

Kerli Luzia Ludwichak

CPF Nº. 017.657.779-33

Testemunhas:

Lindalva Cruz Cabral Luciene Souza da Silva

CPF Nº 605.888.531-00 CPF Nº 978.869.121-87

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.348/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido protocolo nº 862/2020;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Sra. **SAMILA DOS SANTOS SOUSA ROCHA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 53.048.585-0 2ª via SSP/SP, e do CPF nº. 411.139.288-16, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Recursos Humanos - SURH, Nível DAS–03,** *lotada na Secretaria Municipal de Administração***,** a partir do dia 05/10/2020, tornado sem efeito a Portaria nº 11.076/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de outubro de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

COMPRAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 69/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 69/2020, levado a efeito às **08h00min** do dia **01/10/2020,** sagraram-se vencedoras: a empresa **F K PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI,** inscrita no CNPJ Nº. 12.655.741/0001-90 **vencedora de 78 itens totalizando R$ 164.488,25**, e a empresa **HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONT. E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ Nº. 13.994.852/0001-93 **vencedora de 67 itens totalizando R$171. 498,50.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site **http://www. aripuana.mt.gov.br**, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 07 de outubro de 2020.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.349/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 331/2020/SEMAD;

RESOLVE:

EXONERAR, para adequação administrativa, a Sra. **VERA LUCIA PADILHA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 000924421 SSP/RO e inscrita no CPF nº. 815.114.852-72, ocupante do Cargo de Carreira de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor do Departamento de Recursos Humanos - DPRH, Nível DAI–01**, *lotada na Secretaria Municipal de Administração***,** a partir do dia 05/10/2020, tornado sem efeito a Portaria nº 11.946/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de outubro de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.350/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 331/2020/SEMAD;

RESOLVE:

NOMEAR, para adequação administrativa, a Sra. **VERA LUCIA PADILHA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 000924421 SSP/RO e inscrita no CPF nº. 815.114.852-72, ocupante do Cargo de Carreira de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Recursos Humanos - SURH, Nível DAS–03,** *lotada na Secretaria Municipal de Administração***,** a partir do dia 05/10/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de outubro de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.354/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 333/2020/SEMAD;

RESOLVE:

NOMEAR, para adequação administrativa, a Sra. **VIRGÍNIA MAYRA LOPES DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 003.350.

958 SESPDS/RN e inscrita no CPF nº. 701.264.204-16, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Assistente de Recursos Humanos** - **ASSRH**,Nível **DAI–03**, *lotada na Secretaria Municipal de Administração***,** a partir do dia 06/10/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias de outubro de 2. 020.



ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.355/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 03/2020 Comissão de Avaliação e Parecer Jurídico nº 489/2020;

RESOLVE:

PROGREDIR, o funcionário efetivo Srº. **SANDERSON FIRMINO DOS SANTOS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1333536-7 SSP/PR e do CPF nº. 919.728.091-72, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE AUTOMÓVEL,** *lotado na Secretaria Municipal de Saúde*, do **Nível 02**, para o **Nível 03,** a partir do dia 1º/10/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias de outubro de 2. 020.



ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

COMPRAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 021/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mensais de informática, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã – MT

Contratado: LEANDRO DEBACKER 00495682136

CNPJ Nº. 23.301.744/0001-41

Valor Global: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Data: 07 de outubro de 2020.

Base Legal: com base no art. 24 Inciso II da Lei nº 8.666/1993 e alterações, e com amparo no art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal.

Tamara Piran da Silva

Presidente da CPL

SAAD/OUVIDORIA
DECRETO N°. 3.967/2020

DECRETO N°. 3.967/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R$ 3. 115,81 (TRÊS MIL CENTO E QUINZE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018, Lei 1.809 de 20 de dezembro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 3.115,81 (três mil cento e quinze reais e oitenta e um centavos na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
10.001.20.122.0021.2069 – Gestão da SEMDER		
3390.9300 – Indenizações e Restituições	*01.24*	1.934,00
3390.9300 – Indenizações e Restituições	*03.00*	1.181,61
Total		***3.115,61***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 29 de setembro de 2.020

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

Aldicreia Da Silva Galindo

Port. n° 10847/2019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.353/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no protocolo nº 867/2020;

RESOLVE:

PROMOVER, a funcionária efetiva, Sra. **WANDERLEIA BRUNO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 1616239-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 004.948.781-77, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO – NÃO PROFISSIONALIZADO**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esporte e Lazer,* da **Classe "A",** para **Classe "B",** considerando a Conclusão do **Curso de Pedagogia**, a partir do dia 05/10/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de outubro de 2. 020.



ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

SAAD/OUVIDORIA
DECRETO N°. 3.971/2020

DECRETO N°. 3.971/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR R$ 1.288.996,10 (UM MILHÃO DUZENTOS E OITENTA E OITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E DEZ CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1930 de 02 de outubro de 2020 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 1. 288.996,10 (um milhão duzentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa e seis mil e dez centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.003.26.782.0014.2049 – Conservação de Estradas Vicinais, Pontes e Bueiros		
4490.51.00 – Obras e Instalações	01.00	1.288.996,10
TOTAL		**1.288.996,10**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 05 dias do mês de outubro de 2.020

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.351/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido protocolo nº 864/2020 e Memorando nº 332/2020/SEMAD;

RESOLVE:

EXONERAR, para adequação administrativa, a Sra. **CAMILA APARECIDA DAVID DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 3078523-5 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 061.408.181-50, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Assistente de Recursos Humanos** - **ASSRH**,Nível **DAI–03** *lotada na Secretaria Municipal de Administração***,** a partir do dia 05/10/2020, tornado sem efeito a Portaria nº 11.981/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de outubro de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.352/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 332/2020/SEMAD;

RESOLVE:

NOMEAR, para adequação administrativa, a Sra. **CAMILA APARECIDA DAVID DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 3078523-5 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 061.408.181-50, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor do Departamento de Recursos Humanos - DPRH, Nível DAI–01**, *lotada na Secretaria Municipal de Administração***,** a partir do dia 05/10/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de outubro de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 064/2020

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LEANDRO DEBACKER 00495682136; *REFERENTE A* CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAIS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2020; VALOR GLOBAL R$ 10.800,00 (DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS); VIGENCIA: 16/10/2020 A 15/04/2021.

COMPRAS
ATA DE R.P. Nº 84/2020

Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 069/2020

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos destinados a saúde bucal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município de Aripuanã/MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Avenida América do Sul, nº 2.500-S, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Sr. ADIR VIEIRA FERREIRA**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Quatro s/n, no Distrito de Conselvan, portador da Cédula de Identidade RG. nº 790.460 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 513.199.181-15, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **F K PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI,** inscrita no CNPJ Nº. 12.655.741/0001-90, Inscrição Estadual Nº. 13.401.900-8, Inscrição Municipal Nº. 16658, com sede na Rua das Pitangueiras, nº. 800 – Bairro: Centro, município de Sinop, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.550-274, Telefone: (066) 3532-0087 / (66) 9 9663-6148, e-mail: licitacao@dentalnortesinop.com.br, representada pela sua proprietária **Srª. FRANCIELLI KLEIN**, portador do RG Nº 3229598-7 SESP/MT e CPF Nº. 004.378.410-06, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 069/2020,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais odontológicos destinados a saúde bucal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município de Aripuanã/MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 069/2020, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNTD.	UND.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	684475	ACIDO FOSFORICO 37% + CLORHEXIDINA 2% 3X2.5ML	LYSANDA	50	PACOTE	R$ 11,92	R$ 596,00
2	48933	AGULHA GENGIVAL 13X3,8 LONGA C/100 UNI	DFL/DENCO-JET	50	CAIXA	R$ 47,80	R$ 2.390,00
3	47020	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/ 100UN	DFL/DENCO-JET	200	CAIXA	R$ 47,80	R$ 9.560,00
4	53012	ALAVANCA APICAL RETA INFANTIL	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 34,90	R$ 698,00
5	53008	ALAVANCA DE SELDIN N.1R INFANTIL	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 34,80	R$ 696,00
6	53006	ALAVANCA DE SELDIN N.2 ADULTO	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 34,95	R$ 699,00
7	693772	ALCOOL 70% 1000 ML	CICLOFARMA	120	UNIDADE	R$ 8,45	R$ 1.014,00
8	48926	AMALGAMA 2 PORCAO GS 80 PRESA REGULAR.	SDI	3000	UNIDADE	R$ 3,75	R$ 11. 250,00
9	684477	ANESTESICO LIDOCAINA 2% C/ VASO (EPINEFRINA) 50X 1,8M.	DFL	100	CAIXA	R$ 135,40	R$ 13. 540,00
10	47088	ANESTESICO TOPICO GEL 12GR BENZOCAINA 200MG/G	DFL	60	UNIDADE	R$ 8,00	R$ 480,00
11	47087	BANDA MATRIZ 0.05 x 5 x 500MM	IODONTOSUL	100	UNIDADE	R$ 1,90	R$ 190,00
12	53013	BANDA MATRIZ TOFLEMEIRE MOLARES C/10	TDV	30	UNIDADE	R$ 18,00	R$ 540,00
13	53015	BANDA MATRIZ TOFLEMEIRE PRE-MOLARES C/10	TDV	30	UNIDADE	R$ 23,50	R$ 705,00
14	45960	BROCA DIAMANTADA 1012	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
15	53025	BROCA DIAMANTADA 1013	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
16	38248	BROCA DIAMANTADA 1014	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
17	53029	BROCA DIAMANTADA 1015	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
18	45961	BROCA DIAMANTADA 1031	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
19	53030	BROCA DIAMANTADA 1036	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
20	53035	BROCA DIAMANTADA 1094	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
21	45962	BROCA DIAMANTADA 1095	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
22	53020	BROCA DIAMANTADA 1112 F	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
23	53021	BROCA DIAMANTADA 1112 FF	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
24	53022	BROCA DIAMANTADA 1190 F	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
25	53027	BROCA DIAMANTADA 1342	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
26	53028	BROCA DIAMANTADA 2135	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
27	53032	BROCA DIAMANTADA 2135 F	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
28	53033	BROCA DIAMANTADA 2135 FF	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00

29	53026	BROCA DIAMANTADA 3070	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
30	684483	BROCA DIAMANTADA 3118	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
31	53019	BROCA DIAMANTADA 3168 F	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
32	53018	BROCA DIAMANTADA 3168 FF	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
33	684484	BROCA DIAMANTADA 3193	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
34	53023	BROCA DIAMANTADA 3195 F	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
35	53024	BROCA DIAMANTADA 3203	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
36	53034	BROCA DIAMANTADA 3233	MICRODONT	120	UNIDADE	R$ 3,30	R$ 396,00
37	53045	CALCADOR CLEV.DENT N.21	CASSIFLEX	30	UNIDADE	R$ 11,90	R$ 357,00
38	53069	CALCADOR HOLEMBACK N.3 S	CASSIFLEX	30	UNIDADE	R$ 11,85	R$ 355,50
39	692136	CANETA DE BAIXA ROTACAO	DENTFLEX	30	UNIDADE	R$ 740,00	R$ 22. 200,00
40	693952	CIMENTO P/ PREENCHIMENTO TEMPORARIO DAS CAVIDADES DENTARIAS 20 GR.	BIODINAMICA	60	UNIDADE	R$ 20,00	R$ 1.200,00
41	48861	CONDENSADOR DE AMALGAMA N. 01	CASSIFLEX	30	UNIDADE	R$ 14,90	R$ 447,00
42	53049	CURETA ALVEOLAR	CASSIFLEX	35	UNIDADE	R$ 13,95	R$ 488,25
43	706420	FIO MONO NYLON 3.0 C/ AG 2 CORTANTE C/ 24 45 CM	TECHNOFIO	30	CAIXA	R$ 47,60	R$ 1.428,00
44	706422	FIO MONO NYLON 4.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	30	CAIXA	R$ 47,60	R$ 1.428,00
45	706423	FIO MONO NYLON 5.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	30	CAIXA	R$ 47,60	R$ 1.428,00
46	48931	FIO PARA SUTURA ODONTOLOGICA DE ALGODAO C/10 MT.	BIODINAMICA	50	UNIDADE	R$ 50,00	R$ 2.500,00
47	53053	FLUOR SOLUCAO DE FLURETO DE SODIO 0.05% 1.000ML	IODONTOSUL	800	UNIDADE	R$ 19,00	R$ 15. 200,00
48	53060	FORCEPS ADULTO N.01	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
49	53065	FORCEPS ADULTO N.150	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
50	53066	FORCEPS ADULTO N.151	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
51	53061	FORCEPS ADULTO N.16	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
52	53062	FORCEPS ADULTO N.17	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
53	53064	FORCEPS ADULTO N.18 L	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
54	53063	FORCEPS ADULTO N.18 R	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
55	53068	FORCEPS ADULTO N.65	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
56	53067	FORCEPS ADULTO N.69	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
57	53055	FORCEPS INFANTIL N.1	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
58	53059	FORCEPS INFANTIL N.101	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
59	53056	FORCEPS INFANTIL N.2	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
60	53057	FORCEPS INFANTIL N.3	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
61	53058	FORCEPS INFANTIL N.65	CASSIFLEX	20	UNIDADE	R$ 75,20	R$ 1.504,00
62	706424	KIT OXIDO DE ZINCO + EUGENOL	BIODINAMICA	100	UNIDADE	R$ 46,90	R$ 4.690,00
63	690447	KIT PARA POLIMENTO E ACABAMENTO (DIAMOND MASTER)	FGM	150	CAIXA	R$ 105,00	R$ 15. 750,00
64	47097	MICRO APLICADORES DESCARTAVEIS TIPO FINO C/ 100UN	FGM	350	CAIXA	R$ 16,00	R$ 5.600,00
65	706432	PINCA CLINICA P/ ALGODAO Nº 02	CASSIFLEX	30	UNIDADE	R$ 14,90	R$ 447,00
66	53083	PORTA AMALGMA METAL	CASSIFLEX	30	UNIDADE	R$ 44,80	R$ 1.344,00
67	48900	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE.	CASSIFLEX	30	UNIDADE	R$ 34,95	R$ 1.048,50
68	48936	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A2 4GR.	FGM	25	UNIDADE	R$ 55,00	R$ 1.375,00
69	47092	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A3 4GR	FGM	25	UNIDADE	R$ 55,00	R$ 1.375,00
70	47094	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B1 4GR	FGM	25	UNIDADE	R$ 59,40	R$ 1.485,00
71	47091	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B2 4GR	FGM	25	UNIDADE	R$ 59,00	R$ 1.475,00
72	47090	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B3 4GR	FGM	25	UNIDADE	R$	R$ 1.475,00

						59,00	
73	47095	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) C2 4GR	FGM	25	UNIDADE	R$ 59,00	R$ 1.475,00
74	7786	SELANTE PARA FOSSULAS FISSURAS 2GR	FGM	30	UNIDADE	R$ 160,00	R$ 4.800,00
75	48847	SONDA EXPLORADORA N. 05.	CASSIFLEX	15	UNIDADE	R$ 14,90	R$ 223,50
76	15214	SUGADOR DE SALIVA DESC C/40UND	MAXCLEAN	200	PACOTE	R$ 8,10	R$ 1.620,00
77	693955	TIRA DE LIXA ACO 6MM C/12	BIODINAMICA	60	PACOTE	R$ 10,15	R$ 609,00
78	53092	TIRA DE POLIESTER C/50	IODONTOSUL	50	PACOTE	R$ 2,85	R$ 142,50
TOTAL GERAL							**R$ 164. 488,25**

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 069/2020**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária**, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, após a execução do objeto solicitado parceladamente,** e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de 12 (doze) meses, porém a entrega deverá ser em até **05 (cinco) dias** após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. O serviço será executado de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.4. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.6. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.7. Fornecer todas as in-

formações e elementos necessários à fiscalização dos serviços; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. Os produtos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário ou bula, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada; 5.2.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato; 5.2.11. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das 7:00h às 13:00h (horário local) de segunda a sexta-feira no seguinte endereço:

SEQ.	LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO	BAIRRO
01.	Secretaria Municipal de Saúde.	66.3565.2036 66.3565.1400	Rua 12 Julho, n.103	Modulo I

5.2.12. Deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE; 5.2.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência; 5.2.14. No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato 5.2.15. Receber o pagamento, conforme o disposto neste Edital; 5.2.16. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.17. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços; 5.2.18. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.2.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990); 5.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.22. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.23. Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal técnico e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução do contrato; 5.2.24. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do parágrafo 1º da letra “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Todo o serviço deverá ser executado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. Os serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. Os serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 069/2020** e a proposta da empresa **F K PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 07 de outubro de 2020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

F K PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI

CNPJ Nº. 12.655.741/0001-90

Francielli Klein

CPF Nº. 004.378.410-06

Testemunhas:

Lindalva Cruz Cabral Luciene Souza da Silva

CPF Nº 605.888.531-00 CPF Nº 978.869.121-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2020 CARTA CONVITE 013/2020

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Convite n. 013/2020, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PSF DONA DIDI E AMPLIAÇÃO DA FARMACIA COM MATERIAL E MÃO DE OBRA NO MUNICIPIO DE BARÂO DE MELGAÇO-MT**, cujo certame teve como vencedora a Empresa **A. G. DE ARAUJO EIRELI** – **CNPJ 11.566.598/0001-05** - Valor Global R$ 139. 494,26 (cento e trinta e nove mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), por ter atendido todos os requisitos do Convite e anexos do edital.

Barão de Melgaço - MT, 07 de outubro de 2020.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA MELO

Presidente da CPL

Portaria 036/2020

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do **processo n. 051/2020**, **HOMOLOGA/ADJUDICA** o procedimento licitatório **Convite n. 013/2020.**

Barão de Melgaço - MT, 07 de outubro de 2020.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 076/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 02.816.696/0001-54

OBJETO; Aquisicao de Medicamentos para formação de KIT`S COVID-19**,** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saude de Barra do Bugres e demanda sazonal em virtude de Pandemia pela infecção Humana pelo Novo Corona Virus (COVID-19)**.**

As descrições dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços , estão indicadas abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
00012	14.000	ML	ENOXOPARINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, FORAM DE APRESENTACAO EM SERINGA PREENCHIDA 0,4ML, VIA PARENTERAL	MYLAN	19,66	275.240,00
00013	1.000	UN	BROMOPRIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	WASSER	1,09	1.090,00
00014	1.000	UN	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO CONTA-GOTAS,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FARMACE	0,53	530,00
TOTAL DO CREDOR						**276.860,00**

Valor: R$ **276.860,00** (Duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e setenta reais).

Processo Licitatório: Dispensa nº 014/2020

Dotação Orçamentária: SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE: 09.002.0.0.10.122.3070.2.169-3.3.90.30.00.00.0146074000 – Enfrentamento da Emergencia Covid 19.

Vigência: 01/09/2020 ATE 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº:01/2020

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público que será aberta a sessão pública da licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO nº.:01/2020 no dia 27/10/2020 às 09h30 – horário de Brasília - DF, com inserção de propostas no sistema até o horário de abertura do certame, destinado a AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS PARA ATENDER O CONVENIO FIRMADO COM O MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, CONFORME SICONV Nº889704/2019. Realização por meio do site https://comprasgovernamentais.gov.br, sendo conduzido no setor de licitações, sede da prefeitura municipal**.** Maiores informações e edital poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Departamento de licitações, Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 ou no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic. e https://comprasgovernamentais.gov.br.

Barra do Bugres-MT, 07 de outubro de 2020

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 080/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **GUAXE CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº: 02.837.996/0001-10,

DO OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CBUQ E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS EM VIAS URBANAS no município de Barra do Bugres/MT

Valor: R$ R$ 2.629.635,73 (Dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos) – SINAPI– Mês base JULHO/2020 e tabela oficial SICRO- Mês base 10/2019.

Processo Licitatório: Tomada de Preço Nº 04/2020

Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS

12.00200.15.451.8030.1001.4.4.90.51.00.00.0100000 – Pavimentação de Ruas e Avenidas.

Vigência: 21/09/2020 ate 19/04/2021

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 079/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **VALDECY ANTONIO SOARES** , pessoa física inscrita no CPF nº.: 171.081.521-34 e na cédula de Identidade nr 251.409 SSP/MT,

DO OBJETO – O objetivo deste contrato é Locação de 01 (um) Imóvel, localizado na Av. Presidente Castelo Branco n º 249, atualmente denominada Av Renê Barbour, Bairro Centro – Barra do Bugres – MT, para instalação do **" INSTALAÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL" PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE,** neste município de Barra do Bugres-MT.

Valor: R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos Reais)

Processo Licitatório: Dispensa de Licitação de nº 15/2020

Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL

09.002.0.0.10.302.6030.1.120-3.3.9036.00.00-010200000

09.002.0.0.10.302.6030.1.120-3.3.9036.00.00-014600000

Vigência: 03/09/2020 ate 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020

O município de Barra do Bugres-MT, torna público à dispensa de licitação de nº 015/2020 de acordo com o Artigo 24, da Lei Federal 8.666 de 21-06-93, para "O objetivo deste contrato é Locação de 01 (um) Imóvel, localizado na Av. Presidente Castelo Branco n º 249, atualmente denominada Av Renê Barbour, Bairro Centro – Barra do Bugres – MT, para instalação do **" INSTALAÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL" PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE,** neste município de Barra do Bugres-MT, nos termos e conforme justificativa presentes no processo, a favor das empresas: **VALDECY ANTONIO SOARES** , pessoa física inscrita no CPF nº.: 171.081.521-34 e na cédula de Identidade nr 251.409 SSP/MT**, com o valor total correspondente a R$ 9.600,00** (Nove mil e seiscentos Reais). Maiores informações poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, das 08:00 as 13:00 min, no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, via telefone: (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 03 de Setembro de 2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO | Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 072/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: JULIANA LINCK NUNES SALMAZO ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 08.606.197/0001-19

OBJETO; Aquisicao de Medicamentos para formação de KIT`S COVID-19**,** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saude de Barra do Bugres e demanda sazonal em virtude de Pandemia pela infecção Humana pelo Novo Corona Virus (COVID-19)**.**

As descrições dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços , estão indicadas abaixo:

Item	Quant.	Unid. Fornec	Material	Vl. Unitário	Vl. Total	Marca
0001	6000	COMPR	CLOROQUINA DIFOSFATO 500MG	**1,70**	**10.200,00**	**Floral**
0002	6000	COMPR	HIDROXOCLOROQUINA 400MG	**6,80**	**40.800,00**	**Floral**
0003	5000	COMPR	IVERMECTINA 6MG	**0,96**	**4.800,00**	**Floral**
0004	14000	COMPR	COMPLEXO VITAMÍNICO C, D E ZINCO	**0,84**	**11.760,00**	**Floral**
Total					**R$ 67.560,00**	

Valor: R$ **67.560,00** (Sessenta e sete mil, quinhentos sessenta reais).

Processo Licitatório: Dispensa nº 014/2020

Dotação Orçamentária: SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE: 09.002.0.0.10.122.3070.2.169-3.3.90.30.00.00.0146074000 – Enfrentamento da Emergencia Covid 19.

Vigência: 01/09/2020 ATE 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 092/2020

DECRETO Nº 092/2020

Que revoga o Decreto nº 070/2018, que dispõe sobre aprovação de loteamento.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pôr Lei.

Considerando a Nota de Devolução 9297 de 10/09/2020, Protocolo de Recepção 56512 do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Barra do Bugres.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Fica revogado o Decreto nº 070/2018 de 02/10/2018, que aprovou o Loteamento Urbano, denominado **DEP. RENÊ BARBOUR I**, situado na Avenida Filinto Muller, com área total de 77.197,28m² ou 7.719,28 hectares, matriculado sob o nº 27478 no Cartório de Registro de Imóveis de Barra do Bugres-MT, de propriedade do **MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES**.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de setembro de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA

Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Controle

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 093/2020

DECRETO Nº 093/2020

Que dispõe sobre aprovação de loteamento.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Fica aprovado o Loteamento Urbano residencial, denominado **DEP. RENÊ BARBOUR I**, situado na Avenida Filinto Muller, com área total de 77.197,28m² ou 7.719,728 hectares, matriculado sob o nº 27478 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Bugres-MT, de propriedade do **MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES**. O Loteamento foi dividido em 11 quadras, numeradas da seguinte forma: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, 11, e estas, subdivididas em 210 lotes residenciais com 42.477,00, área de equipamentos público, quadra 03 com 2. 462,14m², sistema viário com 24.110,64m², Área Verde com 8.147,50m², totalizando uma área de 77.197,28m² de conformidade com o projeto, memoriais e plantas do loteamento, partes integrantes deste decreto.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de setembro de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA

Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Controle

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 073/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: MEDICINI COMERCIO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 26.995.529/0001-86

OBJETO; Aquisicao de Medicamentos para formação de KIT`S COVID-19**,** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saude de Barra do Bugres e demanda sazonal em virtude de Pandemia pela infecção Humana pelo Novo Corona Virus (COVID-19)**.**

As descrições dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços , estão indicadas abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
00005	30.000	UN	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,36	10.800,00
TOTAL DO CREDOR						**10.800,00**

Valor: R$ **10.800,00** (Dez mil, oitocentos reais).

Processo Licitatório: Dispensa nº 014/2020

Dotação Orçamentária: SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE: 09.002.0.0.10.122.3070.2.169-3.3.90.30.00.00.0146074000 – Enfrentamento da Emergencia Covid 19.

Vigência: 01/09/2020 ATE 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 074/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 06.065.614/0001-80

OBJETO; Aquisicao de Medicamentos para formação de KIT`S COVID-19**,** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saude de Barra do Bugres e demanda sazonal em virtude de Pandemia pela infecção Humana pelo Novo Corona Virus (COVID-19)**.**

As descrições dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços , estão indicadas abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
00006	14.000	UN	PREDNISOLONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIAO	0,36	4.970,00
TOTAL DO CREDOR						**4.970,00**

Valor: R$ **4.970,00** (Quatro mil, novecentos e setenta reais).

Processo Licitatório: Dispensa nº 014/2020

Dotação Orçamentária: SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE: 09.002.0.0.10.122.3070.2.169-3.3.90.30.00.00.0146074000 – Enfrentamento da Emergencia Covid 19.

Vigência: 01/09/2020 ATE 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 075/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 12.889.035/0001-02

OBJETO; Aquisicao de Medicamentos para formação de KIT`S COVID-19**,** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saude de Barra do Bugres e demanda sazonal em virtude de Pandemia pela infecção Humana pelo Novo Corona Virus (COVID-19)**.**

As descrições dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços , estão indicadas abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
0007	5.000	UN	AZITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MEDQUIM	3,49	17.450,00
0008	500	UN	AZITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600 MG,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATT DONADUZI	7,80	3.900,00

TOTAL DO CREDOR	**21. 350,00**

Valor: R$ **21.350,00** (Vinte e um mil, trezentos e cinquenta reais).

Processo Licitatório: Dispensa nº 014/2020

Dotação Orçamentária: SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE: 09.002.0.0.10.122.3070.2.169-3.3.90.30.00.00.0146074000 – Enfrentamento da Emergencia Covid 19.

Vigência: 01/09/2020 ATE 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 077/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: D**IMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 02.520.829/0001-40

OBJETO; Aquisicao de Medicamentos para formação de KIT`S COVID-19**,** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saude de Barra do Bugres e demanda sazonal em virtude de Pandemia pela infecção Humana pelo Novo Corona Virus (COVID-19)**.**

As descrições dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços , estão indicadas abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
00009	1.000	KM	PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NATULAB	0,85	850,00
00010	1.000	UN	DEXAMETASONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,1 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA ELIXIR,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FARMACE	1,78	1. 780,00
00011	7.000	UN	SAIS PARA REIDRATACAO ORAL - COMPOSICAO SODIO + GLICOSE + POTASSIO + CLORETO + CITRATO,CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MMOL/L + 75 MMOL/L + 20 MMOL/L + 65 MMOL/L + 10 MMOL/L RESPECTIVAMENTE (QUANTIDADE PARA 1000 ML),FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO ENVELOPE,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	IFAL	0,56	3. 920,00
TOTAL DO CREDOR						**6. 550,00**

Valor: R$ **6.550,00** (Seis mil, quinhentos e cinquenta reais).

Processo Licitatório: Dispensa nº 014/2020

Dotação Orçamentária: SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE: 09.002.0.0.10.122.3070.2.169-3.3.90.30.00.00.0146074000 – Enfrentamento da Emergencia Covid 19.

Vigência: 01/09/2020 ATE 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PORTARIA Nº 270/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito

Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 10.741 de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.914 de 16 de abril de 2010 em que cria o Fundo Municipal do Idoso do município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º – Designar a Servidora Rosa Maria Modesto Cagnoni, CPF: 705. 643.458-49 e RG 3256918-1 SSP/MT, eleita em reunião extraordinária do Conselho Municipal do Idoso como Presidente do Fundo Municipal do Idoso do Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de outubro de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 078/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **EP COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº.: 00.499. 809/0001-00,

DO OBJETO – A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa para **AQUISIÇAO DE MATERIAIS PARA ELETRICA PREDIAL PARA MANUTENÇAO DOS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE BARRA DO BUGRES/MT,** conforme especificações constantes no Anexo I do edital, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	marca	VALOR LICITADO	VALOR TOTAL
1	CABO ELETRICO - COBRE, 35MM, TIPO FLEXIVEL SINTENAX, 600/1000V	M	501	CORFIO	13,39	6.708,39
6	CABO ELETRICO - COBRE, 10MM, TIPO FLEXIVEL SINTENAX, 450/750V	M	1603	CORFIO	3,60	5.770,80
10	CABO ELETRICO - COBRE, 1,5MM, TERMOPLASTICA ANTICHAMAS, TIPO FLEXIVEL, NA COR BRANCA, PECA COM 100 METROS	M	1366	COBRECOM	0,55	751,30
15	CABO ELETRICO - COBRE, 2 X 10 MM, CAPA DE ISOLAMENTO PLASTICO, 220V, 450/ 750V, CABO TIPO PARALELO, NA COR PRETA	M	1516	CORFIO	9,02	13. 674,32
16	CABO ELETRICO - DE COBRE, COM 3 X 10 MM2 DE ESPESSURA, CAPA PLASTICA ANTI-CHAMA, TENSAO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V,,TIPO (PP),NA COR PRETA	M	2024	CORFIO	13,20	26. 716,80
21	FITA ISOLANTE - DE BORRACHA DE ALTA FUSAO, 19MMX2M	UN	92	FOXLUX	7,59	698,28
23	CABO DE ALUMINIO TRIPLEX 16MM	UN	1864	CONDUSPAR	3,46	6.449,44
25	CABO DE ALUMINIO – CABO DE ALUMINIO, ISOLAMENTO 1KV, MULTIPLEXADO TIPO QUADRIPLEX, 3 X 35 MM + 35 MM,COM CERTIFICACAO DO IMETRO, COR A ESCOLHA DO SOLICITANTE.	UN	914	CONDUSPAR	11,19	10. 227,66
26	LUMINARIA - REDONDA, PLASTICO, LAMPADA 20W	UN	277	OLIVO	2,32	642,64
71	DISJUNTOR-TERMOMAGNETICO AMERICANO, BIPOLAR, CURVA B, DE 70 AMPERES, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 5KA, 127/220V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO/ISO	UN	786	SOPRANO	31,70	24. 916,20
76	DISJUNTOR-TERMOMAGNETICO TRIPOLAR, TQC, DE 225A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 12KA, 200 A 600 V, COM APRESENTACAO DO SELO IMETRO	UN	19	ELETROMAR	242,20	4.601,80
113	LAMPADA GLOBE LED 30W 6.500K	UN	25	EMPALUX	24,07	601,75
116	LAMPADA GLOBE LED 40W 6.500	UN	26	EMPALUX	35,23	915,98
					VALOR 102.675,36	

Valor: R$ R$ 102.675,36 (Cento e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos)

Processo Licitatório: Adesão Carona 19/2020, Ata de Registro e Preço nº 120014/2020 oriunda do Pregão Presencial nº 014/2020 – Município de Nova Olimpia - MT

Dotação Orçamentária:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

- Manutenção das Atividades da Secretaria de Infra Estrutura.

12.001.0.0.04.122.8060.2053-3.3.90.30.00.000100000000

Vigência: 03/09/2020 ate 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 060/2020

CARTA CONVITE Nº.: 11/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **TOP –TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº: 07.359.807/0001-64

DO OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência do AUMENTO DE QUANTITATIVO dos serviços a serem realizados na execução, correspondente a **24.83439%** do valor, referente a SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PONTE COM ADUELAS NA RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA..

DO VALOR - O valor para estes serviços adicionais importou em **R$ 48. 493,92 (Quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos),** perfazendo um percentual de aumento de **24. 83439%** do total do contrato principal, em conformidades com as especificações das Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro, e demais documentos, parte integrante deste processo licitatório de termo de aditivo e parecer jurídico nº311/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO NR 009/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **M A SANTI-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.472.257/ 0001-49

DO OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo do contrato que tem como objeto **AQUISIÇÃODE PÃES, BOLOS, SALGADOS, SUCOS, REFRIGERANTES, CARNES PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Vigência: 03/09/2020 à 02/11/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO NR 007/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **JUDITE DOS SANTOS AZEVEDO & CIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.120.673/0001-27

DO OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo do contrato que tem como objeto **AQUISIÇÃODE PÃES, BOLOS, SALGADOS, SUCOS, REFRIGERANTES, CARNES PA-**

RA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência: 03/09/2020 à 02/11/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 047/2020

CARONA N.º 013/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **K G N SERVIÇOS E TRANSPORT EIRELI- ME (HOKEN SERVICE)**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº.: 33.148.737/0001-05

DO OBJETO Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência do AUMENTO DE QUANTITATIVO DE SERVIÇOS EM 25% do contrato principal para **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DIÁRIAS DE VEÍCULOS E HORAS MÁQUINAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRTURA MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES- MT**, do Contrato, em conformidade com a Cláusula Quarta.

DA PORCENTAGEM – O Aumento de Quantitativo de itens presente contrato tiveram os seguintes reajuste conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. DE DIÁRIAS/HORAS POR VEICULO	PERCENTUAL ADITIVO EM 25%	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA/HORA	VALOR TOTAL DE DIÁRIAS/ HORA
01	**LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA** SOBRE ESTEIRA 180HP CAPACIDADE MÍNIMA DA CONCHA 1,7M3. COM MOTORISTA, DESPESAS COM MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEIS E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS INCLUSAS.	**400 HORAS**	**100 HORAS**	R**$ 352,00**	**R$ 35.200,00**

DO VALOR - O valor para este aditivo adicionou a importância em **R$ 35.200,00** (Trinta e cinco mil , duzentos reais), em conformidade com justificativas anexas a este termo de aditamento. **Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 081/2020

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, M**ANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇAO DE MAQUINAS E CAMINHOES LTDA – ME, incrita no CNPJ nº 28.029.393/0001-85**

DO OBJETO - **DO OBJETO –CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO MINIBUS, SEM MOTORISTA, EQUIPADOS COM SISTEMA ESPECÍFICO DE MONITORAMENTO DE VEÍCULOS EM TEMPO REAL, SEGURO DO VEÍCULO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UM MEDIDA	Qtd. Mensal	Qtd anual	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Locação de veiculo **tipo minibus**, diesel, com no mínimo 115 cv de potencia, mínimo de 09 lugares (8+1), cambio manual de 06 marchas, airbag para motorista e acompanhantes da 1ª fileira, com ar condicionado, direção hidráulica/elétrica, 0 km, **sem motorista**, manutenção preventiva e corretiva a cargo da contratada. Sistema de rastreador, seguro total dos bens, contra si e terceiro e seguro de vida do condutor, passageiros e terceiros. Adesivado com logo município conforme arte que será fornecido pela prefeitura. **MARCA MERCEDES**	**Mensal**	**02**	**08**	**R$ 7. 700,00**	**R$ 61. 600,00**

Processo Licitatório: Adesao Carona 020/2020 Ata de Registro de Preços nº 187/2019, originária do **Pregão Eletronico Nº 50/2019 do Município de VARZEA GRANDE Valor:** R$ 61.600,00 (Sessenta e um mil e seiscentos reais)

Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

MANUTENÇÃO E ENCARGOS- AÇÕES MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

09.002.0.0.10.302.6030.2150-3.3.90.39.00.00-010200000000

09.002.0.0.10.302.6030.2150-3.3.90.39.00.00-014600000000

Vigência: 01/09/2020 ATE 31/12/2020

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 681 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob 31305, de 07 de outubro de 2020,

RESOLVE:

Art.1º Designar os senhores, lotados na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo,

Titular: Jair Aparecido da Silva

Suplente: Ana Paula Silveira Barreto

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
106/20	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA	Constitui o objeto do presente a contratação de empresa para Serviços de Rastreamento de Veículos por GPRS/Localização por GPS, para atender demanda da frota da Secretaria Municipal de Finanças.	22.09.2020	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Turismo e Cultura e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de outubro de 2020.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Turismo e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 632 DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 27.730 de 03 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder à servidora **MARIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2012/2017, no período de 11 de setembro a 09 de dezembro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de setembro de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando a Contratação de empresa especializada no ramo, para execução da conclusão da construção Proinfância Tipo 1, denominada Emília Darci, padrão FNDE tem uma área construída de 1.317,99 m² e uma área de ocupação de 1.514,30 m² localizada no Bairro Carrapatinho, no Residencial Aeroporto, Rua J, sem número no Município de Cáceres, de acordo com Justificativa, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência, adotando o regime de empreitada por menor preço global.

Estimativa do Valor: **R$ 2.000.415,58 (dois milhões e quatrocentos e quinze reais e cinquenta e oito centavos).**

Realização: 10 de Setembro de 2020 às 08:30 horas, Horário de Cuiabá-MT

Vencedor: R. C. COMÉRCIO DE CONTAINER E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 30.639.331/0001-37.

Resultado: A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa **R. C. COMÉRCIO DE CONTAINER E CONSTRUÇÕES LTDA** - CNPJ: **30.639.331/0001-37**, que apresentou o valor de **R$ 1.630.384,93 (Hum Milhão e Seiscentos e Trinta Mil e Trezentos e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Três Centavos)**, vencedora do certame. Abre-se, então, prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de Outubro de 2020.

ANILCE RIBEIRO DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 680 DE 05 DE OUTUBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 30.738 de 30 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Nome	Período de Gozo	Período Aquisitivo
ANA MARIA DA SILVA SANTOS	01/10/2020 - 31/12/2020	2014/2019
CLAUDINEIA MARIA MENDES SOARES	01/10/2020 - 31/12/2020	2010/2015
ROBERTA NUNES FEDOR	01/10/2020 - 31/12/2020	2012/2017

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de outubro de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2020-TIPO MENOR PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 035/2020 – 1Doc.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa autorizada pela Anatel para prestação de serviço de telefonia móvel digital (SMP) e aquisição de aparelhos celulares, nas especificações e quantidades descritas no item **1.1**, do **TERMO DE REFERÊNCIA nº 054/2020 – SSAAP**, com a finalida-

de de suprir as demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

EMPRESAS VENCEDORAS:

EMPRESA	**TELEFONICA BRASIL S.A**
CNPJ	**02.558.157/0001-62**
ENDEREÇO COMPLETO	Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, Cidade Monções, São Paulo – SP – CEP 04.571-936.
REPRESENTANTE LEGAL	Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira CPF: 711.936.930-04 OAB/RS: 45.479
CONTATO (TELEFONE)	(11)3430-0000 (11) 99576-3428
ENDEREÇO ELETRÔNICO	telefonica@telefonica.com
LOTES	1.
VALOR TOTAL	**R$ 1.452,00 (mil quatrocentos e cinquenta e dois reais).**

EMPRESA	**M L TEIXEIRA EIRELI - EPP**
CNPJ	**20.050.438/0001-91**
ENDEREÇO COMPLETO	Av. Silvio Alves, nº 1.382, SLJ SL 02, Jardim Pioneiro II, Paiçandu – PR – CEP 87.140-000.
REPRESENTANTE LEGAL	Malvino Lucas Teixeira CPF: 069.347.339-83 RG: 9997010-3 SESP/PR
CONTATO (TELEFONE)	(44) 3244-7343
ENDEREÇO ELETRÔNICO	malvino@lcprintpdu.com.br
LOTES	2, 3.
VALOR TOTAL	**R$ 11.891,10 (onze mil oitocentos e noventa e um reais e dez centavos)**

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA AQUISIÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
15.04. 18	17.512. 1007.2211	3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	100 - Recursos Próprios
22.04. 18	17.512. 1007.2211	4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100 - Recursos Próprios

Cáceres-MT, 07 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo–SSAAP

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2020

PROC. ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 043/2020

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT.

OBJETO: Pregão Eletrônico visando a **FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa especializada para prestação de serviço de comunicação visual, para realização de serviço do tipo PLOTAGEM/ENVELOPAMENTO de veículos e equipamentos, REMOÇÃO DE ADESIVO, IMPRESSÃO DE NOVOS E INSTALAÇÃO, de acordo com a arte criada pela contratada e/ou fornecida pelo Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal** na quantidade e especificação detalhada no subitem 1.2 do Termo de Referência nº 62/2020 – SSAAP, com a finalidade de atender as demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

PLATAFORMA:

BLL-BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES - www.bllcompras.org.br

DATA:

Dia: **22/10/2020**, às **09h30m** - **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA - DF)**.

OBSERVAÇÃO:

A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos na Autarquia Municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Saneamento Ambiental** de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em sua sede, localizada na Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78210-210 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, na cidade de CÁCERES-MT, ou baixado no site www.aguasdopantanal.eco.br.

Cáceres-MT, 07 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 018/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, torna pública e oficializa a presente "ERRATA" da Portaria nº 648 de 23 de setembro de 2020; e:

RETIFICA:

ONDE SE LÊ:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Melissa Fabia Dias Moreto	2011/2016	10.10.20 a 07.01.21
Maria Teresa de Arruda e Silva Lace	2015/2020	01.10.20 a 31.12.20

LEIA – SE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, Licença-**Prêmio**, conforme período de Gozo.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Melissa Fabia Dias Moreto	2011/2016	13.10.20 a 10.01.21
Maria Teresa de Arruda e Silva Lace	2015/2020	01.10.20 a 30.11.20

Cáceres- MT, 02 de outubro de 2020.

JEFFERSON NUNES FLORES

Secretário Municipal de Administração em substituição

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2020

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2020

Para atendimento das condições previstas no instrumento convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal torna público os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como a respectiva empresa detentora, conforme segue:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO:Futura e eventual contratação de empresa autorizada pela Anatel para prestação de serviço de telefonia móvel digital (SMP) e aquisição de aparelhos celulares, nas especificações e quantidades descritas no item **1.1**, do **TERMO DE REFERÊNCIA nº 054/2020 – SSAAP**, com a finalidade de suprir as demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
15.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	100 - Recursos Próprios
22.04.18	17.512.1007.2211	4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100 - Recursos Próprios

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DAS EMPRESAS ABAIXO MENCIONADAS:

EMPRESA	**TELEFONICA BRASIL S.A**
CNPJ	**02.558.157/0001-62**
ENDEREÇO COMPLETO	Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, Cidade Monções, São Paulo – SP – CEP 04.571-936.
REPRESENTANTE LEGAL	Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira CPF: 711.936.930-04 OAB/RS: 45.479
CONTATO (TELEFONE)	(11)3430-0000 (11) 99576-3428
ENDEREÇO ELETRÔNICO	telefonica@telefonica.com
LOTES	1.
VALOR TOTAL	**R$ 1.452,00 (mil quatrocentos e cinquenta e dois reais).**

EMPRESA	**M L TEIXEIRA EIRELI - EPP**
CNPJ	**20.050.438/0001-91**
ENDEREÇO COMPLETO	Av. Silvio Alves, nº 1.382, SLJ SL 02, Jardim Pioneiro II, Paiçandu – PR – CEP 87.140-000.
REPRESENTANTE LEGAL	Malvino Lucas Teixeira CPF: 069.347.339-83 RG: 9997010-3 SESP/PR
CONTATO (TELEFONE)	(44) 3244-7343
ENDEREÇO ELETRÔNICO	malvino@lcprintpdu.com.br
LOTES	2, 3.
VALOR TOTAL	**R$ 11.891,10 (onze mil oitocentos e noventa e um reais e dez centavos)**

VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 13.343,10 (TREZE MIL TREZENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E DEZ CENTAVOS)

LOTE 01

FORNECEDORA: TELEFONICA BRASIL S.A

LOTE/ ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	282017-0	SERVICO DE TELEFONIA MOVEL - SERVICO DE TELEFONIA MOVEL COM ACESSO A INTERNET ATRAVES DE PACOTE DE DADOS – COM ASSINATURA MENSAL DE LINHAS, SERVIÇO DE GESTÃO/CONTROLE DE CONSUMO DE LINHAS, LIGAÇÃO VC1 M/M INTRA GRUPO CUSTO ZERO POR APARELHO PARA LIGAÇÃO EM TRÁFEGO LOCAL, LIGAÇÃO VC1 M/M MESMA OPERADORA, LIGAÇÃO VC1 M/M OUTRAS OPERADORAS, INTERNET DADOS 3 GB MINIMO PARA SMARTPHONE COM REDUÇÃO DE VELOCIDADE APÓS ATINGIMENTO DA FRANQUIA SEM COBRANÇA DE VALORES EXCEDENTES.	UN	132	VIVO/ CHIP	R$ 11,00	**R$ 1. 452,00**

VALOR DO LOTE: **MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS**

LOTE 02

FORNECEDORA: M L TEIXEIRA EIRELI - EPP

LOTE/ ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	00031019	APARELHO SMARTPHONE TIPO 1 - PROCESSADOR OCTA-CORE DE 1,5 GHZ, TELA HD (1280 X 720 PIXELS) DE 5,3", TECNOLOGIA: GSM, FREQUÊNCIAS: GSM 850/900/1800/ 1900, CHIPS: 2 CHIP, MEMÓRIA RAM DE 3 GB OU SUPERIOR, ARMAZENAMENTO DE 32 GB MÍNIMO, CÂMERA TRASEIRA: SIM, CÂMERA FRONTAL: SIM, BATERIA DE 2.880MAH (INTEGRADA) OU SUPERIOR, SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 7 OU SUPERIOR, REDE: LTE / 3G / 2G/ 4G, CONECTIVIDADE: WI-FI (802.11 B, G, N) / BLUETOOTH 4.2 / USB 2. 0 TIPO B, COR: PRETA CONTEUDO DA EMBALAGEM CELULAR, CABO USB, CARREGADOR, MANUAL, ALIMENTAÇÃO BIVOLT (110 - 220).	UN	06	XIAOME/ REDMI 6	R$ 1. 201,00	**R$ 7. 206,00**

VALOR DO LOTE: **MIL E NOVECENTOS REAIS**

LOTE 03

FORNECEDORA: M L TEIXEIRA EIRELI - EPP

LOTE/ ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	322212-8	APARELHO SMARTPHONE TIPO 1 - PROCESSADOR OCTA-CORE DE 1,5 GHZ, TELA HD (1280 X 720 PIXELS) DE 5,3", TECNOLOGIA: GSM, FREQUÊNCIAS: GSM 850/900/1800/ 1900, CHIPS: 2 CHIP, MEMÓRIA RAM DE 3 GB OU SUPERIOR, ARMAZENAMENTO DE 32 GB MÍNIMO, CÂMERA TRASEIRA: SIM, CÂMERA FRONTAL: SIM, BATERIA DE 2.880MAH (INTEGRADA) OU SUPERIOR, SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 7 OU SUPERIOR, REDE: LTE / 3G / 2G/ 4G, CONECTIVIDADE: WI-FI (802.11 B, G, N) / BLUETOOTH 4.2 / USB 2. 0 TIPO B, COR: PRETA CONTEUDO DA EMBALAGEM CELULAR, CABO USB, CARREGADOR, MANUAL, ALIMENTAÇÃO BIVOLT (110 - 220).	UN	05	XIAOME/ REDMI GO	R$ 937,02	**R$ 4. 685,10**

VALOR DO LOTE: **QUATRO MIL SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS**

VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 13.343,10 (TREZE MIL TREZENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E DEZ CENTAVOS)

Cáceres-MT, 07 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

DIRETOR EXECUTIVO

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2020

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2020/ PMC MEMORANDO Nº 5.250/2020

1. O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso, sediado a Rua General Osório, 2.430 – Centro – CEP 78210-052, através do Termo de Cooperação firmado com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por meio da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2020/GP/SA de 21/01/2020, sediado na Av. Brasil, n° 119, COC, CEP 78.210-906, faz saber que o Edital de Concorrência Pública nº 02/2020/PMC fica retificado nos seguintes termos:

Onde se lê:

17.1. Para fins de julgamento das propostas, a Comissão de Licitação levará em conta o critério de MENOR PREÇO GLOBAL

17.2. A Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas escritas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço global e aqueles que tenham apresentado proposta em valores sucessivos e superiores relativamente a de menor preço global, desde que atendam ao edital

17.6. Analisadas as propostas apresentadas e concluída, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, sendo classificada em 1º (primeiro) lugar a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº123/2006.

17.12. – As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação na forma indicada abaixo:

[...]

e) Verificadas em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários, será adotada a correção que resultar no menor valor.

20.1. A Comissão adjudicará o objeto licitado a Licitante cuja proposta atender em sua essência aos requisitos do presente Edital e seu (s) anexo (s) e também for a de menor valor após correções eventuais, cabendo a Comissão efetivamente a homologação do corrente procedimento licitatório.

Leia-se:

*17.1. Para fins de julgamento das propostas, a Comissão de Licitação levará em conta o critério de **MAIOR VALOR do Contrato de Locação estabelecido em valor mensal e global.***

*17.2. A Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas escritas de preços e classificará o autor da proposta de **MAIOR VALOR** do contrato de locação e aqueles que tenham apresentado proposta em valores sucessivos e inferiores relativamente a de **MAIOR VALOR** de locação, desde que atendam ao edital*

*17.6. Analisadas as propostas apresentadas e concluída, a classificação final dar-se-á pela ordem decrescente dos preços, sendo classificada em 1º (primeiro) lugar a proposta de **MAIOR VALOR do contrato de locação estabelecido em valor mensal e global**, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº123/2006.*

17.12. – As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação na forma indicada abaixo:

[...]

*e) Verificadas em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários, será adotada a correção que resultar no **MAIOR VALOR global anual do contrato de concessão ou locação do imóvel***

*20.1. A Comissão adjudicará o objeto licitado a Licitante cuja proposta atender em sua essência aos requisitos do presente Edital e seu (s) anexo (s) e também for a de **MAIOR VALOR do contrato de locação estabelecido em valor mensal e global** após correções eventuais, cabendo a Comissão efetivamente a homologação do corrente procedimento licitatório.*

Cáceres, 07 de outubro de 2020.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva PreviCáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 59-2020 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal da Prefeitura.

Objeto: Registro de Preços**parafutura e eventualaquisição de sacos plásticos** para as Secretarias de Municipal de Educação, Secretaria Municipal de saúde e Secretaria de Assistência Social, conforme descrição e quantitativos relacionados no termo de referencia.

Realização: 23 de outubro 2020 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/ ou gov.br/compras

Prefeitura de Cáceres-MT, 07 de outubro de 2020.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 52/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 275/2020

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Contratação de clínica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados em tratamento de dependências químicas e, ou que atuem também no modelo de comunidade terapêutica, para prestação de cuidados terapêuticos específicos para usuários de álcool e drogas em situação de risco grave, prestando serviços de tratamento em regime de internação integral e por período de 06 (seis) meses. Em cumprimento ao mandado de intimação de liminar para o Município de Cáceres/MT sob o processo de nº 1003958-78.2020.8.11.0006 em trâmi-

te no Juízo da Primeira Vara Cível da Comarca de Cáceres/MT, conforme demanda autorizada via 1Doc Processo Judicial Justiça Estadual - 1. 968/2020.

Fundamento: Artigo 24, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e também amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa:ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DE PREVENÇÃO ASSISTÊNCIA - **CNPJ:** 08.644.920/0001-54, **são 06 meses de R$ 2.000,00 (Dois mil reais) perfazendo um valor total de Valor: R$ 12.000,00 (Doze mil reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICA	UN	QUANT	VLR MENSAL	VLR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS	MS	06	R$ 2. 000,00	R$ 12. 000,00

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de Outubro de 2020.

Silvana Maria de Souza

Secretária Municipal de Saúde

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 23/ 2020-TIPO MENOR PREÇO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 025/2020.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: Futura e eventual aquisição de **Equipamentos para implantação do Centro de Triagem de Materiais Recicláveis**, nas quantidades e especificações detalhadas no subitem 1.2, do TERMO DE REFERÊNCIA nº 47/2020 **– SSAAP**, com a finalidade de suprir as demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

EMPRESA VENCEDORA:

EMPRESA	**AMAZONYA EQUIPAMENTOS EIRELI**
CNPJ	14.333.206/0001-48
ENDEREÇO COMPLETO	AV. Tancredo Neves ,N°441,Centro – CEP: 85. 801-021, Cascavel/Paraná
REPRESENTANTE LEGAL	Edson Kubitz CPF: 810.190.509-00 RG: 5.369.585-0- SSP/PR
CONTATO (TELEFONE)	(45) 3225-2066
ENDEREÇO ELETRÔNICO	edson@kubitz.com.br; gerson@kubitz.com.br; cirlene@kubitz.com.br
LOTES	1 e 2.
VALOR TOTAL	**R$ 253.600,00 (Duzentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais)**

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA AQUISIÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
40.04.18	17.512.1011. 1209	4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100 - Recursos Próprios
39.04.18	17.512.1011. 1209	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100 - Recursos Próprios
41.04.18	17.512.1011. 2212	3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	100 - Recursos Próprios

Cáceres-MT, 02 de outubro de 2020.

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2020

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2020

Para atendimento das condições previstas no instrumento convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal torna público os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como a respectiva empresa detentora, conforme segue:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO:Futura e eventual aquisição de **Equipamentos para implantação do Centro de Triagem de Materiais Recicláveis**, nas quantidades e especificações detalhadas no subitem 1.2, do TERMO DE REFERÊNCIA nº 47/2020 **– SSAAP**, com a finalidade de suprir as demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
40.04.18	17.512.1011.1209	4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100 - Recursos Próprios
39.04.18	17.512.1011.1209	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100 - Recursos Próprios
41.04.18	17.512.1011.2212	3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	100 - Recursos Próprios

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DAS EMPRESAS ABAIXO MENCIONADAS:

EMPRESA	**AMAZONYA EQUIPAMENTOS EIRELI**
CNPJ	14.333.206/0001-48
ENDEREÇO COMPLETO	AV. Tancredo Neves ,N°441,Centro – CEP: 85.801-021, Cascavel/Paraná
REPRESENTANTE LEGAL	Edson Kubitz CPF: 810.190.509-00 RG: 5.369.585-0- SSP/PR

CONTATO (TELEFONE)	(45) 3225-2066
ENDEREÇO ELETRÔNICO	edson@kubitz.com.br; **gerson@kubitz.com.br; cirlene@kubitz.com.br**
LOTES	1 e 2.
VALOR TOTAL	**R$ 253.600,00 (Duzentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais)**

LOTE 01

FORNECEDORA: AMAZONYA EQUIPAMENTOS EIRELI

LOTE/ ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	000338	**ESTEIRA DE ELEVAÇÃO DE RESÍDUOS** COM TALISCAS TIPO FIXA COM MOEGA ESTRUTURA TIPO MONOBLOCO CONSTRUÍDA COM CHAPAS DE AÇO CARBONO CORTADAS A LASER E DOBRADAS EM CNC ALTAMENTE RESISTENTE; BASE PLANA EM CHAPA DE AÇO PARA DESLIZAMENTO DA CORREIA; LARGURA ÚTIL MÍNIMA DA CORREIA 900 MM E LARGURA DA TALISCA 600MM; COMPRIMENTO MÍNIMO DA ESTEIRA DE 6,5M; TALISCAS DE CERCA DE 40 MM DE ALTURA; ANGULAÇÃO MÁXIMA DE 26º EM RELAÇÃO AO SOLO NA HORIZONTAL; EQUIPADA COM MOTO REDUTOR DE 3CV; CONTROLE ATRAVÉS DE INVERSOR DE FREQUÊNCIA PODENDO ATRAVÉS DE POTENCIÔMETRO REGULAR A VELOCIDADE DA MESMA DE 0 A 8 M/M; ACOPLADO EM EIXOS USINADOS EM CNC E COM PROTEÇÃO CORROSIVA E GALVANIZADO MONTADO COM MANCAIS FIXOS E ROLAMENTOS BLINDADOS E DUAS REGULAGENS PARA AJUSTES E REGULAGENS; CORREIA COM TALISCAS E EMENDA TIPO GRAMPO PRENSADO PARA SISTEMA DE ELEVAÇÃO E VEDAÇÕES LATERAIS; PINTURA ELETROSTÁTICA; PESO MÉDIO DO EQUIPAMENTO 1620 KG. ESTE EQUIPAMENTO DEVE VIR ACRESCIDO DE FUNIL DE ALIMENTAÇÃO; CONSTRUÍDO COM CHAPAS DE AÇO MEDINDO 2MM CORTADAS E DOBRADAS; ESTE FUNIL DEVERÁ SER INSTALADO ENTRE A ESTEIRA DE ELEVAÇÃO DE RESÍDUOS E A ESTEIRA DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS, DEVENDO ESTA INSTALAÇÃO ESTAR EM PERFEITA HARMONIA ENTRE AS PEÇAS PARA O SEU COMPLETO FUNCIONAMENTO; COM REFORÇOS LATERAIS COM ESTRUTURA E PERFIS “U” DE 3” E 1”1/2 DOBRADOS SOLDADOS FORMANDO A ESTRUTURA E SAPATAS DO FUNIL. CONTENDO AS SEGUINTES DIMENSÕES: ALTURA DE 1020MM BOCA SUPERIOR 1075MMX 950MM; PINTURA ELETROSTÁTICA; O PRODUTO SERÁ ACOPLADO NA ESTEIRA PARA RECEPÇÃO DOS RECICLÁVEIS. EQUIPADO COM PAINEL DE COMANDO COM INVERSORES PROGRAMÁVEIS, BOTÃO PARADE DE EMERGÊNCIA, CABOS E CONECTORES; PAINEL DE COMANDO CONSTRUÍDO COM ESTRUTURA DE AÇO CORTADO A LASER E DOBRA CNC BOX PARA ATÉ CINCO INVERSORES E TAMPA DE ACESSO PARA A PARTE INTERNA. SUPORTE PARA FIXAÇÃO. EQUIPADO COM DOIS INVERSORES E BOTÃO DE PARADA DE EMERGÊNCIA, CABOS, CONECTORES E PRENSA CABO. PESO MÉDIO DO EQUIPAMENTO 680 KG. TAMBÉM DEVE-SE INCLUIR ESTEIRA DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS; ESTA ESTEIRA DEVERÁ SER INSTALADA ENTRE O FUNIL DE ALIMENTAÇÃO E A ESTEIRA DE ELEVAÇÃO DE REJEITO, DEVENDO ESTA INSTALAÇÃO ESTAR EM PERFEITA HARMONIA ENTRE AS PEÇAS PARA O SEU COMPLETO FUNCIONAMENTO; EQUIPAMENTO DESENVOLVIDO COM ESTRUTURA EM CHAPA AÇO CARBONO; EQUIPADO COM MOTOREDUTOR ELÉTRICO DE 1CV DIMENSÕES DO PRODUTO: 1010 MM ALTURA X 1380 MM LARGURA X 20000 MM COMPRIMENTO SENDO 1000X20000MM LARGURA ÚTIL DE TRIAGEM NA CORREIA TRANSPORTADORA; PROTEÇÃO LATERAL EM BORRACHA DE TRÊS LONAS PARA EVITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS NA CORREIA TRANSPORTADORA, EVITANDO DESGASTE PREMATURO; BASE PLANA EM CHAPA DE AÇO PARA DESLIZAMENTO DA CORREIA; SISTEMA DE VARIAÇÃO NA VELOCIDADE DA CORREIA TRANSPORTADORA, ATRAVÉS DE INVERSOR DE FREQUÊNCIA E POTENCIÔMETRO CONTROLANDO DE AVANÇO DA ESTEIRA DETERMINANDO A VELOCIDADE PARA A OPERAÇÃO DE 0 A 8 METROS POR MINUTO; MANCAIS COM SISTEMA DE REGULAGEM PARA ALINHAMENTO DA CORREIA TRANSPORTADORA; ROLOS DE TRAÇÃO TOTALMENTE USINADOS E GALVANIZADOS A FOGO E EMBORRACHADOS PARA MELHOR ADERÊNCIA DA CORREIA. PINTURA ELETROSTÁTICA. TAMBÉM DEVE-SE ACRESCENTAR ESTEIRA DE ELEVAÇÃO DE REJEITOS; ESTA ESTEIRA DEVERÁ SER INSTALADA DEPOIS DA ESTEIRA DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUO, DEVENDO ESTA INSTALAÇÃO ESTAR EM PERFEITA HARMONIA ENTRE AS PEÇAS PARA O SEU COMPLETO FUNCIONAMENTO; ESTRUTURA TIPO MÓDULOS CONSTRUÍDA COM CHAPAS DE AÇO CARBONO SAE 1008/1010 CHAPAS ESPESSURAS DE 2, 3 E 6,35 MM CORTADAS A LASER E DOBRADAS EM CNC ALTAMENTE RESISTENTE; BASE PLANA EM CHAPA DE AÇO PARA DESLIZAMENTO DA CORREIA; LARGURA ÚTIL DA CORREIA DE 600 MM COMPRIMENTO 4500 MM; TALISCAS COM CERCA DE 40 MM QUE IMPEÇAM O RETORNO DOS RESÍDUOS QUANDO PASSAREM PELA ESTEIRA; EQUIPADO COM MOTO REDUTOR DE 1KW CONTROLE ATRAVÉS DE INVERSOR DE FREQUÊNCIA PODENDO ATRAVÉS DE POTENCIÔMETRO REGULAR A VELOCIDADE DA MESMA DE 0 A 8 M/MINUTO, ACOPLADO EM EIXOS USINADOS EM CNC DIÂMETRO 120 MM E COM PROTEÇÃO CORROSIVA MONTADO COM MANCAIS FIXOS E ROLAMENTOS BLINDADOS E DUAS REGULAGENS PARA AJUSTES INDEPENDENTES; CORREIA E VEDAÇÕES LATERAIS COM QUATRO LONAS; TER LONA NA SAÍDA DA ESTEIRA PARA ENCAMINHAR O REJEITO ATÉ O CONTAINER, SEM ESPALHAR MATERIAIS PARA FORA DELE; PINTURA ELETROSTÁTICA; PESO MÉDIO DO EQUIPAMENTO 530 KG. DEVE-SE ACRESCENTAR AO PRODUTO UMA MESA DE TRIA-	UN	01	KUBITZ/1000X7500DF-FA-001-ESR 1000X21000EER600X4500-MTM-3000	R$ 138. 600,00	**R$138. 600,00**

		GEM; DESENVOLVIDA COM ESTRUTURA EM CHAPA AÇO CARBONO; TELA SOBRE A BASE COM 35 MM X 35 MM, REMOVÍVEL, E BANDEJA COLETORA DE LÍQUIDOS E CALHA COM DRENO PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO; POSSUIR DIMENSÕES: 950 MM ALTURA X 1100 MM LARGURA X 3000 MM COMPRIMENTO; APROPRIADA PARA QUE CADA INTEGRANTE DA MESA POSSA PRODUZIR ATÉ 250 KG/DIA COM ESPAÇAMENTO DE UM METRO PARA CADA OPERADOR; COM ERGONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE; PINTURA ESMALTE SINTÉTICO; PESO APROXIMADO DO EQUIPAMENTO 165 KG. TODOS OS EQUIPAMENTOS CITADOS DEVERÃO APRESENTAR PROJETOS ELÉTRICOS E DE OBRAS DE ALVENARIA NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOLICITADOS; INSTALAÇÃO START-UP TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS OPERADORES OU CATADORES COM FORNECIMENTO DE CERTIFICADO; MANUAL DE INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM PORTUGUÊS.					
VALOR DO LOTE: 138.600,00(CENTO E TRINTA E OITO MIL E SEISCENTOS REAIS)							

LOTE 02							
FORNECEDORA: AMAZONYA EQUIPAMENTOS EIRELI							
LOTE/ ITEM	**COD. TCE-MT**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTD.**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
02	**0003368**	**PRENSA COMPACTADORA/ ENFARDADEIRA MULTI-BOX**; COM CAPACIDADE HIDRÁULICA DE FORÇA DE COMPACTAÇÃO DE 20 TONELADAS, PARA PRENSAGEM DE PAPELÃO, PAPEL, PLÁSTICOS E SIMILARES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CARACTERÍSTICAS HIDRÁULICAS: PRESSÃO HIDRÁULICA DE 90 BAR; CONTER TRÊS CAIXAS PARA COMPACTAÇÃO; VOLUME DO RESERVATÓRIO DE ÓLEO HIDRÁULICO: 40 LITROS; POTÊNCIA 5 CV; MOTOR TRIFÁSICO 60 HZ, 1.750 RPM, 220 / 380 / 440 V; TAMANHO DO FARDO 1000 MM LARGURA X 600 MM PROFUNDIDADE X 750 MM ALTURA; PESO DO FARDO ATÉ 300 KG (DEPENDENDO DO MATERIAL); AMARRAÇÃO DO FARDO: COM 3 POSIÇÕES DE FITILHO; EXTRAÇÃO DO FARDO: MANUAL, PELA PARTE FRONTAL; COMANDO EFETUADO NO PAINEL, MONTADO FRONTALMENTE NA PARTE SUPERIOR DO COMPACTADOR; SISTEMA DE ACIONAMENTO AUTOMÁTICO ATRAVÉS DO BOTÃO CICLO-START CONTROLADO POR SENSORES PRESSOSTATOS CONCLUINDO TODO O CICLO DE COMPACTAÇÃO SEM A PRESENÇA DO OPERADOR; BOTÃO DE PARADA DE EMERGÊNCIA, COM CHAVE, LOCALIZADOS NO PAINEL ELÉTRICO; PINTURA ELETROSTÁTICA; **PROJETOS ELÉTRICOS E DE OBRAS DE ALVENARIA NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOLICITADOS; INSTALAÇÃO START-UP TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS OPERADORES OU CATADORES COM FORNECIMENTO DE CERTIFICADO; MANUAL DE INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**. ESTE EQUIPAMENTO DEVE VIR ACRESCIDO DE **TOMBADOR DE CARRO BIG BAG**; CONSTRUÍDO EM ESTRUTURA DE AÇO SAE 1008/1010 CHAPAS DE 3 MM DE ESPESSURA SISTEMA DE ARTICULAÇÕES E TRAVAMENTOS COM PINOS USINADOS E TRAVAMENTOS TIPO LOCK/UNLOCK; MOLAS A GÁS PARA AUXÍLIO DE BASCULAMENTO; PUXADORES ERGONÔMICOS DE PLÁSTICOS INJETADO DIMENSÕES EXTERNAS 1372MM ALTURA 800MM COMPRIMENTO E 1093MM LARGURA. PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO; PESO APROXIMADO DO EQUIPAMENTO 190 KG. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ SER ADAPTADO À PRENSA COMPACTADORA/ENFARDADEIRA MULTIBOX, DEVENDO ESTA INSTALAÇÃO ESTAR EM PERFEITA HARMONIA ENTRE AS PEÇAS PARA O SEU COMPLETO FUNCIONAMENTO; ESTE EQUIPAMENTO DEVE VIR ACRESCIDO DE **CARRINHO PARA MOVIMENTAÇÃO DE FARDOS**; REFORÇADO COM ESTRUTURA METÁLICA E TUBOS E CHAPAS ¼" CORTADAS A LASER TENDO CAPACIDADE DE SUPORTAR ATÉ 400 KG; DUAS RODAS FIXAS COM ROLAMENTO LUBRIFICAÇÃO NO EIXO; ALTURA E LARGURA DA ÁREA DE APOIO DO FARDO DE 1625MMX700 MM DIMENSÕES MÁXIMAS EXTERNAS DO CARRINHO 1625 MM X 815 MM. PINTURA ELETROSTÁTICA.	UN	01	KUBITZ/ PHVMC-20T 3 CAIXAS	R$115. 000,00	**R$115. 000,00**
VALOR DO LOTE: **115.000,00(CENTO E QUINZE MIL REAIS)**							

VALOR TOTAL DOS LOTES: R$253.600,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

Cáceres-MT, 02 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

DIRETOR EXECUTIVO

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 041/2020-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal de Cáceres/MT, por determinação de seu Diretor Executivo, por meio de sua Comissão Permanente de Licitações, no exercício das atribuições que lhe conferem a n.º Portaria nº 80/2020-SSAAP de 26/08/2020,torna público o resultado final da presente licitação, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, com regime de Execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E GEOLOGIA PARA PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS, POÇOS DE MONITORAMENTO, PERFILAGEM ÓPTICA EM POÇOS DE MONITORAMENTO, EMISSÃO DE OUTORGAS DE POÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO-DE-OBRA, SERVIÇOS E MATERIAIS, ALÉM DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO NA ÁREA DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT,** conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Despesas: Recursos Ordinários

Valor estimado: R**$ 426.355,96 (quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos)**

Realização da Habilitação: **Dia 24 de setembro de 2020, às 09:00 hs (Horário oficial de Mato Grosso).**

Realização da abertura do Envelope II – Proposta de Preços: **Dia 07 de outubro de 2020, às 09:00 hs (Horário oficial de Mato Grosso).**

Em decorrência da sessão de julgamento realizada, PROCLAMA-SE VENCEDORA DO CERTAME, a empresa **GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 33.702.309/0001-82**, estabelecida à Av. Fernando Correa da Costa, nº 8.600 – Lote 2-A1, Bairro São José – CEP 78.080-535, em Cuiabá/MT, pelo preço total de R$ 421.071,21 (quatrocentos e vinte e um mil e setenta e um reais e vinte e um centavos)**, a qual se homologará e adjudicará o objeto do certame**, em cumprimen-

to aos requisitos legais, abre-se então, o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta. Nada mais.

Cáceres/MT, 07 de outubro de 2020.

WELLINGTON ROCHA DIAS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.902, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020

"Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1° Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$1.180.000,00 (um milhão e cento e oitenta mil reais).

Art. 2° O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelas inclusões de projeto, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	11 – SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO EC
Unidade:	01 – SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO EC
Função:	23 – Comércio e Serviços
Subfunção:	692 – Comercialização
Programa:	1006 – DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO
Proj/Atividade:	**1.279 – CONSTRUÇÃO DA FEIRA COBERTA**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	0.1.00 Recursos Ordinários	200.000,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	0.1.24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social)	980.000,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2o decorre da anulação parcial de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação:

Órgão:	09 – SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
Unidade:	01 – SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
Função:	23 – Comércio e Serviços
Subfunção:	695 – Turismo
Programa:	1006 – DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO
Proj/Atividade:	**1.257 – ORGANIIZAÇÃO DE EVENTOS**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0.1.00 Recursos Ordinários	200.000,00

Órgão:	09 – SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
Unidade:	01 – SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
Função:	13 – Cultura
Subfunção:	391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Programa:	1002 – QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO
Proj/Atividade:	**1.138 – REQUALIFICACAO DE AREAS URBANAS TOMBADAS**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	0.1.24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social)	980.000,00

Art. 4º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.827, de 26 de dezembro de 2019-LOA/2020, Lei nº 2.820, de 24 de dezembro de 2019-LDO/2020 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Cáceres-MT, em 07 de outubro de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá no dia 13 de outubro de 2020, às 8 horas da manhã, por vídeo conferência.

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
12913/2020	Luiz Panoff	Nycollas Fernandes de Almeida
6079/2020	Aurélio Bispo Rodrigues	Victor Luiz Martins de Almeida
14053/2020	Milton Gomes da Silva	Antonio Carlos Leite

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 05 de outubro de 2020

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DO DECRETO Nº 3.431 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Errata do Decreto nº 3.431 de 17 de agosto de 2020.

No **Decreto N° 3.431** da Prefeitura Municipal de Campinápolis, publicado junto à Edição Ano XV, n° 3.552, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pag. 80, de 27 de Agosto de 2020,

onde se lê:

"**Art. 1º**. Fica aprovado o Condomínio Fechado de Lotes denominado ''RESIDENCIAL JARDIM FLAMBOYANT'', de propriedade de G. BARBOSA DE OLIVEIRA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ 30.254.729/0001-55, sediada a Rua Vicente José de Oliveira, n°1690, centro, na cidade de Campinápolis - MT, a ser implantado no imóvel descrito e caracterizado na Matrícula nº 3606 do Cartório de Registro de Imóveis de Campinápolis, conforme a Lei Federal 6.766 de 19/12/79".

Leia-se:

"Art. 1º. Fica aprovado o Condomínio Fechado de Lotes denominado ''RESIDENCIAL JARDIM FLAMBOYANT'', de propriedade de G. BARBOSA DE OLIVEIRA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ 30.254.729/0001-55, sediada a Rua Vicente José de Oliveira,

n°1690, centro, na cidade de Campinápolis - MT, a ser implantado no imóvel descrito e caracterizado na Matrícula nº 3610 do Cartório de Registro de Imóveis de Campinápolis, conforme a Lei Federal nº 4.591/64".

Campinápolis, 07 de outubro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito de Campinápolis

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 365 DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº 407/SEMEL/2020 de 06 de outubro de 2020.

RESOLVE:

I – Remanejar os Servidores citados abaixo que estavam desempenhando suas atividades laborais junto a Secretaria Municipal de Saúde, onde atuavam na desinfectação/desinfecção de Ambientes Públicos neste momento de Pandemia – COVID-19, sendo remanejados para sua lotação de origem.

ORD	NOME	LOTAÇÃO DE ORIGEM
01	JOSÉ EDUARDO DE SOUZA	SEC. MUN. DE ESPORTES E LAZER
02	PAULINO PEREIRA CAMPOS	SEC. MUN. DE ESPORTES E LAZER
03	GULIOKENPS FELIX VILELA	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

II - Fica revogada em partes a Portaria de nº. 235 de 13 de julho de 2020.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 06 de outubro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 06 de outubro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.139, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL DE R$ 120.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais),nos termos do inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, com a seguinte classificação orçamentária:

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04. ADMINISTRAÇÃO

122. ADMINISTRAÇÃO GERAL

0002. GESTÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

10074. CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E ESTRUTURAÇÃO DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS

4.4.90.00000. APLICAÇÕES DIRETAS

0.1.00.000000. RECURSOS ORDINÁRIOS – EXERCÍCIO ....R$ 120.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ....R$ 120.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação total ou parcial por Transferência na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, das seguintes dotações orçamentárias:

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04. ADMINISTRAÇÃO

122. ADMINISTRAÇÃO GERAL

0002. GESTÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

20009. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00000. APLICAÇÕES DIRETAS

0.1.00.000000. RECURSOS ORDINÁRIOS – EXERCÍCIO..... .....R$ 120.000,00

TOTAL DO CRÉDITO..... ..... R$ 120.000,00

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.036, de 09 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 –LDO e a Lei Municipal nº 2.077, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 – LOA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 07 de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 804, DE 05 DE OUTUBRO DE 2020.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Municipal nº 1501/2012;

o memorando nº 654/2020, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, datado de 02 de outubro de 2020;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1.NOMEAR a partir de 05 de outubro de 2020,os membros da Conselho Municipal de Educação, para a gestão 05/10/2020 a 05/10/2022, com a seguinte composição:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Mari Cândida Zaminhan, CPF: 582.867.649-00

Suplente: Léia Maria Réa Nedel, CPF: 304.069.781-15

II - Representantes das Comunidades Indígenas:

Titular: Valdirene Avelino Zakenaezokero, CPF: 910.808.511-00

Suplente: Valdomiro Nezokemae, CPF: 616.388.701-87

III - Representantes dos Professores e Diretores de Escolas Públicas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino:

Titular: Jefferson Dias Duarte, CPF: 915.556.631-68

Suplente: Giovani Corrêa dos Santos, CPF: 003.940.325-43

IV- Representantes das Associações de pais e Professores – APPs das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Gerson Fachin de Oliveira, CPF: 846.092.731-87

Suplente: Eugênia Lorini, CPF: 001.803.170-67

V – Representantes dos Docentes do Ensino Fundamental – 1° ao 9° ano da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Elizabete Oliveira dos Passos, CPF: 241.441.261-53

Suplente: Neuza Aparecida Venâncio Pereira, CPF: 867.147.081-49

VI - Representantes dos Docentes da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Marisa Rodrigues Batista, CPF: 464.761.480-87

Suplente: Evlin Goulart, CPF: 015.421.221-04

VII – Representantes do Rotary Clube:

Titular: Janaína Maria Sarmento, CPF: 035.984.534-77

Suplente: Aline Gabrielly Perini Tomazelli, CPF: 010.106.591-46

VIII – Representantes do Lions Clube:

Titular: Adilson Pereira Esteves, CPF: 788.681.491-68

Suplente: Andréia Andrade Lima Lourenço, CPF: 858.413.741-68

IX – Representantes da Associação Beneficente José Delfino de Campos Sousa:

Titular: Hurben Fernando de Souza

Suplente: Elton Fábio Suares, CPF: 488.739.341-53

X – Representantes da APAE:

Titular: Edna Tubiana Baú, CPF: 038.355.879-43

Suplente: Marileusa Pereira, CPF: 708.498.031-87

XI – Representantes dos Docentes do Ensino Privado:

Titular: Luana Ferreira Batista, CPF: 034.123.301-32

Suplente: Katiuscia Ferreira Vargas, CPF: 692.996.501-44

2. O exercício da função de Conselheiro será gratuito e constituir-se-á em serviço público relevante.

3. As competências e demais atribuições do Conselho são constantes na Lei Municipal nº 1501/2012.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 05 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo: *01 ao Contrato de Rateio nº 01/2020*

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, Consórcio Intermunicipal De Saúde Da Região Do Médio Norte Mato-Grossense (Cismnorte, CNPJ/MF sob o nº 02.451.265.0001-31.

Objeto: Adita-se a Cláusula Segunda -Do Valor e Forma de Pagamento, com acréscimo de valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) na cota mensal, que passa a ser, total de R$ 46.741,50 (quarenta e seis mil setecentos e quarenta e um reais e cinqüenta centavos) mensais, em conformidade com a Lei nº 8.080/90 e Lei nº 11.107/2005.

Dotação Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.20091.3.3.71.70.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Saúde

Orçamentária:

Valor: 60.000,00

Data: 07/10/2020

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 811, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA **ROBERTA CRISTINA FREITAS SILVA E TÁBATA ENOAN CAVALCANTI SANTOS BEHLING** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2020.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 214, DE 02 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO PRELIMINAR DOS SERVIDORES ABRANGIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 2084/2019 – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ESTÃO COM DIREITO À APOSENTADORIA OU COM EMINÊNCIA DE ADQUIRIR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas leia Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei Municipal Nº 2084, de 23 de dezembro de 2019, que reestrutura o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação, do município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências; ***Considerando*** o Ofício nº 15, de 20 de fevereiro de 2020, proveniente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; ***Considerando*** o Memorando nº 160, de 27 de fevereiro de 2020, proveniente da Secretaria de Edu-

cação; ***Considerando*** a Portaria Municipal nº 163, de 05 de março de 2020; ***Considerando*** o ofício nº034/2020/FUNSEM, proveniente do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais; ***Considerando*** o Ofício nº 03/2020 da Comissão de Reenquadramento dos Profissionais da Educação; ***Considerando*** o relatório Preliminar de Reenquadramento, elaborado pela comissão a qual observou as disposições da Lei Complementar nº 173/2020; ***Considerando***o ofício nº 10/2020da Comissão de Reenquadramento dos Profissionais da Educação; ***Considerando*** o Poder Discricionário; ***Considerando*** a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º REENQUADRAR PRELIMINARMENTE os servidores públicos,profissionais da educação em exercício, que estão com direito adquirido à aposentadoria ou com eminência de adquirir, nos termos do art. 15 c/c art. 52 da Lei Municipal nº 2084 de 23 de dezembro de 2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação do município de Campo Novo do Parecis c/c Portaria nº 163, de 05 de março de 2020.

Art. 2º Os servidores públicos do Município de Campo Novo do Parecis, preliminarmente reenquadrados, estão arrolados no Anexo Único, parte integrante deste instrumento.

Art. 3º Fica aberto, a partir da publicação desde Decreto, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de pedido de reconsideração destinado à Comissão de Reenquadramento, nos termos do art. 58, § 2º, da Lei Municipal nº 2084/19.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

PREFEITURA DE CAMPO NOVO DO PARECIS
COMISSÃO DE REENQUADRAMENTO
RELATÓRIO PRELIMINAR DE REENQUADRAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2.084/2019

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Nível Atual	Classe Atual	Vencimentos Atual R$	Nível (Progressão Vertical)	Classe (Progressão Horizontal)	Tempo de Eetivo Exercício em Anos	Data de Admissão	Vencimentos R$ (Reenquadramento)	V P N I	Vencimentos R$ (de acordo com a lei nº 2.084/2019)
828	Antonia Alencar Viana	Agente Educacional Infantil	19	C	4.647,81	19	C	20	06/10/1999	4.647,81	-	4.647,81
873	Dalva Consuelo de Almeida Santana	Professora 40h	19	E	8.658,63	19	C	20	14/02/2000	7.063,48	1.595,15	8.658,63
100	Darli Seibert Ventura	Professora 40h	25	F	10.439,81	25	C	26	07/12/1993	7.668,92	2.770,89	10.439,81
475	Denise Antunes Corrêa	Professora 40h	21	C	8.246,69	21	D	22	14/02/1998	8.202,75	43,94	8.246,69
528	Dilza de Fatima Zamparoni Congio	Professora 40h	21	E	8.906,00	21	D	22	27/02/1998	8.202.92	703,08	8.906,00
556	Edilse Carneiro de Oliveira dos Santos	Professora 40h	21	C	8.383,46	21	D	22	13/02/1998	8.202,75	180,71	8.383,46
1467	Elizete Teixeira de Quadros	Professora 30h	17	E	6.308,47	17	D	18	04/03/2002	5.810,25	498,22	6.308,47
876	Iolanda Souza Gama	Professora 40h	19	D	7.975,04	19	D	20	09/02/2000	7.924,90	50,14	7.975,04
555	Joelir Alves e Silva	Professora 40h	21	D	8.202,92	21	C	22	13/02/1998	7.265,29	937,63	8.202,92
504	Márcia Lisiane Brigo	Professora 40h	21	E	8.906,00	21	C	22	13/02/1998	7.265,29	1.640,71	8.906,00
152	Marga Cesca	Professora 40h	24	C	8.810,54	24	D	26	01/07/1994	8.544,53	266,01	8.810,54
149	Margit Seibert Correa	Professora 30h	25	F	7.829,93	25	C	26	01/11/1993	5.751.66	2.078.27	7.829,93
154	Maria Aparecida Aquino Yonekawa	Professora 40h	24	F	10.302,46	24	D	25	18/04/1995	8.544,53	1.757,93	10.302,46
595	Maria da Penha Alves de Barros	Professora 40h	21	E	8.906,00	21	D	22	19/03/1998	8.202,75	703,25	8.906,00
3054	Maria Neucirene Borges	Professora 30h	5	C	4.238,18	5	C	6	27/02/2014	4.238,06	0,12	4.238,18
169	Maristela Segatto Lima	Professora 40h	28	F	10.851,93	28	D	29	22/04/1991	9.000,24	1.851,69	10.851,93
747	Nedite Regina Dalavia Lopes	Professora 40h	20	E	8.782,30	20	C	21	20/04/1999	7.164,39	1.617,91	8.782,30
197	Valmira Schwan	Professora 40h	25	C	9.268,13	25	C	26	01/11/1993	7.668,92	1.599,21	9.268,13

PORTARIA Nº 812, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Art. 124 da Lei Municipal nº 1.130/2006;

o Memorando nº 688/2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

os Requerimentos assinados pelos servidores;

RESOLVE:

Art. 1º ConcederLicença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, vinculados à Secretaria Municipal de Educação:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo
Edilma Correia de Souza Lima	Mat. 1789	08/04/2011 a 07/04/2016
Ivonete Aparecida dos Santos	Mat. 128	03/08/2011 a 02/08/2016
Luciana Mendes da Silva Santos	Mat. 2958	22/05/2013 a 21/05/2018
Maria Aparecida Duarte Moreira	Mat. 155	07/07/2011 a 06/07/2016
Maria José da Silva	Mat. 1639	13/06/2011 a 12/06/2016
Maria José de Lima Firmo	Mat. 1497	05/03/2011 a 04/03/2016
Natália Pereira Cordeiro	Mat. 2838	04/03/2013 a 03/03/2018
Natalina Matias dos Santos	Mat. 803	24/09/2014 a 23/09/2019
Rozenice Francisca dos Santos	Mat. 1937	15/07/2011 a 14/07/2016

Art. 2º A licença será concedida pelo período de 30 (trinta) dias, com início em 01/10/2020 e término em 30/10/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 803, DE 05 DE OUTUBRO DE 2020.

ALTERA A PORTARIA N° 478/2019 QUE NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE AULAS, REMOÇÃO E LOTAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Municipal nº. 1.145, de 6 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação e dá outras providências; o disposto na Lei Municipal nº 1.146, de 9 de novembro de 2006, que dispõe sobre a Gestão Democrática da Educação do município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências; o Memorando 653/2020, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, dato de 29 de setembro de 2019; o interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1. NOMEIA membros para compor a Comissão Municipal de Atribuição de Aulas, Remoção e Lotação, com a seguinte composição:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Professora Mari Cândida Zaminhan, CPF: 582.867.649-00;

b) Professora Léia Maria Réa Nedel, CPF: 304.069.781-15;

c) Professora Marga Cesca, CPF: 403.713.791-72;

d) Professora Maria Edilene Mateus do Nascimento, CPF: 886.467.853-00.

II - Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SSPM:

a) Professora Jerusa Pinto Pinheiro, CPF: 015-057.627-74

III - Representantes das Escolas Municipais de Ensino Fundamental:

a) Escola Municipal Professor Antonio Pereira:

Professora Rosangela Assunção Manenti, CPF: 571.634.211-68

b) Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida:

Professora Aina Tainã Martins Oliveira, CPF: 876.296.071-72

c) Escola Municipal Jardim das Palmeiras:

Salete Sá da Rocha, CPF: 446.898.021-49

d) Escola Municipal 04 de Julho:

Professor Eduardo Tadeu Rodrigues Castro, CPF: 366.890.858-30

e) Escola Municipal Amélia Lena Fedrizzi:

Adilson Pereira Esteves, CPF: 788.681.491-68

f) Escola Municipal José Delfino Campos de Sousa:

Professora Jane da Silveira, CPF: 638.483.090-68

IV - Representantes das Escolas Municipais de Educação Infantil:

a) Escola Municipal de Educação Infantil Karine Alves Maforte:

Professora Patrícia de Lima Giega Plaster, CPF: 805.210.882-91;

Agente Educacional Maiza Regiane Pereira Lemes, CPF: 928.640.231-72;

b) Escola Municipal de Educação Infantil Armando Jacinto Brólio:

Professora Elizabete Ferreira Silva de Arruda, CPF: 799.936.131-34;

Agente Educacional Javer Marina de Oliveira, CPF: 580.729.261-87;

c) Escola Municipal de Educação Infantil Jordana Araújo da Silva:

Professora Maristela Lemes, CPF: 871.984.011-04;

Agente Educacional Marly Gomes Machado, CPF: 535.235.041-04;

d) Escola Municipal de Educação Infantil Hestha Beata Kettener Heidemann:

Professora Leonor Vieira Leite Rodrigues, CPF: 532.023.091-53;

Agente Educacional Glória Giovanna Camargo, CPF: 631.472.971-87;

e) Escola Municipal de Educação Infantil Reino Encantado:

Professora Rosilene da Cunha Silva de Azevedo, CPF: 019.820.671-28

Agente Educacional Mônica Pires Carvalho, CPF: 016.850.111-28 ;

2. Revoga-se a portaria 478/2019.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 05 dias do mês de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO Nº 217 DE 06 DE OUTUBRO DE 2.020

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal Nº 2.077/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por transferência no Orçamento Geral do Município no valor de *R$ 30.000,00 (trinta mil reais)*, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte dotação orçamentária:

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.129.0002.20016	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE FINANÇAS	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
	TOTAL	**30.000,00**

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação total ou parcial na forma do Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 da seguinte dotação orçamentária:

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
002.04.129.0002.20018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E POST	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
	TOTAL	**30.000,00**

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.036 de 09 de outubro de 2019 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 – LDO e a Lei Municipal nº 2.077, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 –LOA.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 06 de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA Secretária Municipal de Administração Interina

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: QUINTINO PSIQUIOATRIA, ALCOOL E DROGAS EIRELI

VIGÊNCIA: O presente terá validade de 06 (seis) meses, tendo início na assinatura do contrato.

OBJETO: Contratação de clínica especializada em tratamento de transtornos psiquiátricos para atender a demanda judicial do processo nº 4111-64.2018.811.0050.

DO FUNDAMENTO LEGAL: Dispensável a licitação nos moldes do Art. 24, IV, da Lei 8.666/93 por se tratar de casos de emergência, ou quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas (...).

VALOR TOTAL: R$ 58.295,00 (cinquenta e oito mil e duzentos e noventa e cinco reais)

AVISO DE EDITAL PE 071/2020

Recebimento das propostas: **a partir do dia 08 de outubro de 2020, às 08:00 horas.** (horário de Brasília - DF).

Do encerramento das propostas: **dia 23 de outubro de 2020, às 08:00 horas.** (horário de Brasília - DF).

Data de abertura das propostas: **dia 23 de outubro de 2020, às 09:00 horas.** (horário de Brasília - DF).

Início da sessão de disputa de preços: **dia 23 de outubro de 2020, às 09:05 horas.** (horário de Brasília - DF).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 07 de outubro de 2020**.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2020

PREGÃO PRESENCIAL 044/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: RLS PAISAGISMO.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mudas de plantas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico na arborização e paisagismo da cidade.

VALOR TOTAL: R$ 69.368,00.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2020

PREGÃO PRESENCIAL 044/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: KASPRZAK & STRALIOTTO LTDA ME.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mudas de plantas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico na arborização e paisagismo da cidade.

VALOR TOTAL: R$ 78.675,00.

AVISO DE RESULTADO PP 044/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 044/2020, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mudas de plantas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico na arborização e paisagismo da cidade, teve como vencedoras as empresas: RLS PAISAGISMO com o valor total de R$ 69.368,00 (sessenta e nove mil e trezentos e sessenta e oito reais) e KASPRZAK & STRALIOTTO LTDA ME com o valor total de R$ 78.675,00 (setenta e oito mil e seiscentos e setenta e cinco reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 07 de outubro de 2020.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PORTARIA Nº 810, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **SILVANA APARECIDA PAULINO.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 9º, § 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; o disposto na Portaria nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

o Memorando nº 398/2020 expedido pelo Departamento de Recursos Humanos;

o Laudo pericial expedido pelo médico examinador Edmar W. de Oliveira Telles – CRM-MT 1368.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de auxílio-doença à servidora municipal **Silvana Aparecida Paulino,** matrícula funcional nº 4368, efetiva no cargo de Agente de Combate às Endemias, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais.

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 03/10/2020 a 31/12/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 06 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2020

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros ao Rotary Club de Campo Novo do Parecis para aquisição de cadeiras de rodas, cadeiras de banho,muletas, etc. Recurso proveniente de emenda parlamentares, orçamento da Câmara Municipal.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, *in verbis*:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de ***fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais*** *e os acordos de cooperação* ***serão celebrados sem chamamento público.***

Considerando a exposição dos motivos exarados pelo ROTARY CLUB DE CAMPO NOVO DO PARECIS - no Ofício nº 006/2020, em conformidade com o citado artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com o ROTARY CLUB DE CAMPO NOVO DO PARECIS -, para apoio financeiro para aquisição de cadeiras de rodas, cadeiras de banho,muletas, etc, no valor total de R$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais), em razão do recurso destinado à esta entidade ser proveniente de emendas parlamentares, conforme dispõe fielmente o Art. supra.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 05 dias do mês de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 808, DE 05 DE OUTUBRO DE 2020.

EXONERA A SENHORA **DESIRE FRANCINE GOBATO FEDRIGO** DO CARGO EM COMISSÃO DE *CHEFE DE GESTÃO DO AERÓDROMO*.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Requerimento expedido pela servidora Desire Francine Gobato Fedrigo, datado de 05 de outubro de 2020;

a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido,a partir de 05 de outubro de 2020, a senhora **Desire Francine Gobato Fedrigo**, matrícula funcional nº 4744, do cargo em comissão de Chefe de Gestão do Aeródromo, vinculado ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 05 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

PORTARIA Nº 813, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 9º, § 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

o disposto na Portaria nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

o Laudo pericial expedido pelo médico examinador Edmar W. de Oliveira Telles – CRM-MT 1368.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença ao servidor municipal **Etevaldo Silva Camargo,** matrícula funcional nº 1636, efetivo no cargo de Vigia, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, com vencimentos integrais.

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 09/09/2020 a 05/10/2020

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 809, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

REVOGA A PORTARIA N° 490/2018 QUE AUTORIZA O SENHOR **ZEQUIAS ROSA MAFORTE** A CONDUZIR VEÍCULOS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 218, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS PARA A EXECUÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020 REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.464, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município, e em especial;

CONSIDERANDO a Lei 14.017 de 29 de junho de 2020 que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto 10.464, de 17 de agosto de 2020 que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020;

CONSIDERANDO que a União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social;

CONSIDERANDO que compete aos Estados e ao Distrito Federal distribuir a renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura, em observância ao disposto no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;

CONSIDERANDO que compete aos Municípios e ao Distrito Federal distribuir os subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020; e

CONSIDERANDO que o Município de Campo Novo do Parecis, recebeu o valor de R$ 256.303,81 (Duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e três reais e oitenta e um centavos), conforme valor aprovado pela **Plataforma Mais Brasil**, para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

CONSIDERANDO que compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos para a execução das ações emergenciais destinadas ao setor cultural, de competência do Município, conforme incisos II e III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, em observância ao disposto no § 4º do art. 2º do Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Técnico Gestor da Lei Aldir Blanc, para implementação das ações emergenciais destinadas ao setor cultural, composto pelos seguintes membros:

I – Secretário Municipal de Cultura e Turismo, que o presidirá;

II – Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura;

III – 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito, por ele indicado;

IV – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças, por ela indicado;

V – 5 (cinco) representantes da sociedade civil atuantes na área das artes, a serem definidos pela classe artística.

§ 1º Os representantes da sociedade civil serão definidos de forma participativa e democrática em conjunto com a classe artística.

§ 2º Caberá aos titulares das áreas indicadas neste artigo a indicação de um servidor titular e de um servidor suplente para a sua representação, devendo fazê-lo diretamente ao Prefeito Municipal, que os designará por portaria.

Art. 3º. Compete ao Comitê Técnico Gestor da Lei Aldir Blanc, a implementação das ações emergenciais destinadas ao setor cultural instituídas pela Lei Federal nº 14.017/2020:

I – Deliberar sobre as diretrizes de aplicação dos recursos financeiros federais, especialmente considerando a vocação cultural local e os atores de produção de cultura presentes do Município;

II – estabelecer as metas a serem alcançadas e as respectivas ações a serem desenvolvidas para tanto, no âmbito de cada ação emergencial ao setor cultural de competência do Município;

III - providenciar o cadastramento na Plataforma +Brasil, inclusive com o preenchimento do Plano de Ação, bem como gerenciamento das ações necessárias para aplicação dos recursos, gerenciamento da conta bancária, eventuais reversões;

IV – definir contrapartidas mínimas a serem apresentadas pelos beneficiários do subsídio mensal de que trata o inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, que serão formalizadas no ato do recebimento do benefício e prestadas após o reinício de suas atividades, com prioridade para que sejam realizadas em prol dos alunos de escolas públicas ou em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita e em intervalos regulares;

V – providenciar a ampla publicidade das iniciativas apoiadas pelos recursos federais destinados às ações emergenciais ao setor cultural, inclusive por meio do sítio oficial do Município na internet, enviado especiais esforços para que as ações relativas ao inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 14. 017/2020, sejam transmitidas pela internet e disponibilizadas por meio das redes sociais e outras plataformas digitais;

VI – realizar a avaliação de resultados das ações emergenciais, por meio de análise objetiva e sistemática do seu desenvolvimento junto aos beneficiários, julgando o mérito da execução considerando a relevância, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade dos resultados;

VII – elaborar o relatório de gestão final a que se refere o Anexo I do Decreto Federal nº 10.464/2020, preenchendo-o na Plataforma + Brasil e publicando-o no sítio eletrônico do Município;

VIII – Realizar busca ativa dos trabalhadores da cultura que possam ser beneficiários da renda emergencial mensal de que trata o inciso I do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, esclarecendo acerca do direito e dos respectivos critérios de elegibilidade, orientando-os quanto ao cadastramento junto à Secretaria de Cultura.

Art. 4º. O Comitê Gestor realizará as reuniões necessárias para estabelecer as condições técnicas de execução das suas competências, preferencialmente de forma virtual, registrando, em ata, as deliberações.

Parágrafo único. Quando for necessária a realização de reunião presencial, deverão ser adotadas todas as medidas sanitárias permanentes e segmentadas, para segurança sanitária individual e coletiva, nos termos dos protocolos do Distanciamento Social.

Art. 5º. Todos os órgãos da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal prestarão, quando necessário, apoio ao Comitê Gestor, providenciando os meios administrativos e operacionais necessários para a execução das ações, transferência dos recursos, publicações legais e articulação com o Estado e a sociedade civil.

CAPITULO II

DO SUBSÍDIO MENSAL

Art. 6º. O subsídio mensal de que trata o inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, que terá valor mínimo de R$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais), será concedido a espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que satisfaçam os seguinte requisitos:

I – apresentação de documentos que comprovem:

a) a constituição jurídica, no caso de entidade, empresa ou cooperativa, acompanhada de cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ emitido pela Secretaria da Receita Federal; ou

b) declaração assinada pelos membros do coletivo, quando se tratar de grupo cultural que não possui constituição jurídica e/ou inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ emitido pela Secretaria da Receita Federal, com a identificação pessoal de todos os seus membros e indicação do responsável pelo espaço cultural;

II – portfólio ou documentação que comprove a atuação cultural do espaço do requerente, podendo ser constituída de fotografias, vídeos, declarações, matéria jornalística, publicações em redes sociais, links de sites, dentre outros, que demonstrem o histórico do espaço e/ou sua função cultural no Município;

III – comprovantes de faturamento do espaço cultural relativo ao exercício fiscal de 2019 e 2020;

IV – Indicação de conta bancária para o recebimento do subsídio mensal para manutenção do espaço artístico e cultural;

V – no caso de pleito de grupo cultural que não possui constituição jurídica e/ou CNPJ, indicação formalmente assinada por todos os membros do coletivo, da pessoa responsável para recebimento do subsídio mensal e respectiva prestação de contas ao Município;

VI – demonstração da interrupção das atividades artísticas e culturais do requerente;

VII - Indicação de conta bancária para o recebimento do subsídio mensal para manutenção do espaço artístico e cultural;

VIII – apresentação de prova de inscrição e homologação em, no mínimo, um dos cadastros referidos no art. 6º da Lei Federal nº 14.017/2020;

IX – plano de trabalho requerendo o subsídio mensal para manutenção do espaço artístico e cultural e compromisso formal de prestação de contrapartida(s) a ser(em) prestada(s) após o reinício das atividades do espaço artístico e cultural, em bens e/ou serviços economicamente mensuráveis, a ser(em) realizada(s) prioritariamente em prol dos alunos de escolas públicas ou em espaços públicos da comunidade, de forma gratuita e em intervalos regulares, com indicação da periodicidade pretendida para a sua realização;

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso I deste artigo, consideram-se espaços culturais aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como aqueles referidos o art. 8º do Decreto Federal nº 10.464/2020.

Art. 7º. É vedado o recebimento cumulativo, pelo mesmo beneficiário, de dois ou mais subsídios mensais para manutenção, ainda que o requerente possua inscrição em mais de um dos cadastros referidos no art. 6º da Lei Federal nº 14.017/2020 ou seja responsável por mais de um espaço artístico e cultural.

Art. 8º. O beneficiário do subsídio mensal para manutenção do espaço artístico e cultural, antes do primeiro crédito do benefício, celebrará termo de responsabilidade junto à Administração Pública, assumindo o compromisso de prestar contas dos recursos recebidos, com vistas a comprovar que os valores foram utilizados em gastos relativos à manutenção da atividade cultural.

§ 1º O prazo para prestação de contas da parcela liberada será de 15 (quinze) dias da data do crédito na conta bancária indicada no inciso IV do

art. 6º deste Decreto, e a sua apresentação será condição para a liberação do subsídio do mês subsequente.

§ 2º A prestação de contas será composta por comprovantes de pagamento de despesas de manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 3º O Comitê Gestor poderá, em ato fundamentado, dispensar a prestação de contas parcial de que trata o § 1º deste artigo, exigindo apenas prestação de contas final, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento da última parcela do subsídio mensal.

Art. 9º. Compete ao Comitê Gestor verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 8º deste Decreto, definir o valor do subsídio mensal para manutenção do espaço artístico e cultural, em ato fundamentado, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de protocolo da solicitação.

CAPÍTULO III

DOS EDITAIS, CHAMADAS PÚBLICAS E DEMAIS INSTRUMENTOS

Art. 10. Comitê Técnico Gestor da Lei Aldir Blanc para implementação das ações emergenciais destinadas ao setor cultural publicará editais para a seleção dos projetos a serem financiados com recursos relativos à ação emergencial de que trata o inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020.

§ 1º Os editais referidos no *caput* deste artigo deverão conter, no mínimo:

I - o objeto;

II - os prazos;

III - o limite de financiamento;

IV - o valor máximo por projeto;

V - as condições de participação;

VI - as formas de habilitação, de julgamento, de liberação de recursos e de execução;

VII - a forma e o prazo para prestação de contas;

VIII - os formulários de apresentação; e

IX - a relação de documentos exigidos.

§ 2º Caberá ao Comitê Gestor o julgamento das propostas apresentadas no âmbito dos editais de que trata este artigo.

Art. 11. O repasse dos recursos para os projetos contemplados nos editais ocorrerá em parcela única nas seguintes formas:

I - transferência para a conta bancária exclusiva do projeto, mediante termo de responsabilidade e compromisso para proponente pessoa física e jurídica, com ou sem fins lucrativos, de direito privado;

II - transferência para a conta bancária da pessoa física ou jurídica selecionada para receber premiação por iniciativa ou trajetória cultural de destaque.

Parágrafo único. No caso previsto no inciso I deste artigo, o repasse deverá ocorrer antes do início da execução do projeto.

Art. 12. O Comitê Gestor fiscalizará e avaliará a execução dos projetos contemplados por meio de editais, utilizando-se, para tanto, das informações apresentadas pelo proponente e outras disponíveis em meios de divulgação, internet ou colhidas em atos de fiscalização.

§ 1º O Comitê Gestor poderá obter demais informações sobre a execução dos projetos com outros órgãos ou entidades.

Art. 13. A prestação de contas para os repasses efetuados por termo de responsabilidade e compromisso deve comprovar o cumprimento do objeto em conformidade com o projeto cultural aprovado e o cumprimento das metas e os resultados atingidos.

Art. 14. Não sendo apresentada a prestação de contas na forma e no prazo estabelecidos no edital e no termo de responsabilidade e compromisso, o proponente ficará impedido de apresentar novos projetos e de receber recursos, devendo, o Comitê Gestor comunicar, de imediato:

I - a Secretaria Municipal da Fazenda, para suspensão de quaisquer valores do orçamento público ao proponente;

II - ao Conselho Municipal de Cultura, para anotação de observação no cadastro municipal de cultura do proponente.

Art. 15. A não apresentação tempestiva da prestação de contas acarretará na devolução do dinheiro pelo proponente para a conta específica da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis gerada para operacionalização da Lei Aldir Blanc, ficando o mesmo inscrito na dívida ativa municipal até o ressarcimento ao erário.

Art. 16. Após a análise da prestação de contas, o processo será concluído com uma das seguintes decisões:

I - homologação;

II - homologação com ressalva;

III - homologação parcial; e

IV - rejeição.

§ 1º A homologação com ressalva ocorrerá quando o proponente tenha incorrido em falta de natureza formal no cumprimento da legislação, da qual não resulte dano ao erário, desde que verificado o atingimento do objeto do projeto, cabendo, no caso, a sanção de advertência.

§ 2º Nos casos homologação parcial ou rejeição, o proponente ficará impedido de apresentar novos projetos e receber recursos públicos do orçamento municipal, sendo também, aplicáveis as consequências previstas no inciso II do art. 14 deste Decreto.

§ 3º Se o proponente proceder à devolução dos valores de forma corrigida pela Secretaria Municipal da Fazenda e, no caso de apresentação de prestação de contas intempestiva, acrescida da respectiva multa, terá seu cadastro municipal de cultura regularizado.

Art. 17. Constatada a execução do projeto em desacordo com o aprovado, o proponente deverá proceder a devolução dos recursos indevidamente aplicados.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O Comitê Gestor providenciará a publicação da programação de aplicação dos recursos da Lei Federal nº 14.017/2020 no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do seu recebimento, pelo Município, na conta bancária específica, criada pela Plataforma +Brasil.

Art. 19. Compete ao Comitê Gestor o remanejamento de recursos recebidos pelo Município em decorrência da Lei Federal nº 14.017/2020, desde que a divisão indicada entre as ações de subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais e a publicação de editais, chamadas públicas e outros instrumentos seja mantida.

Art. 20. Compete ao Comitê Gestor a reversão dos recursos não destinados, em conformidade com o art. 12 do Decreto Federal nº 10.464/2020.

Parágrafo único. Não poderão participar do chamamento público servidores da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo ou servidores que estejam em Cargo Comissionado na Prefeitura Municipal ou na Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 06 dias do mês de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de

Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 007/2020 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze)**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2019 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renuncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo – Cargo: PROFESSOR DA ÁREA – PEDAGOGIA – PCD

CLASS.	NOME
7º	ANTONIA MARQUES DA COSTA

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 001/2019, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 06 dias do mês de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 102/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES, na modalidade pregão (presencial) nº **102/2020**, no dia 22 **de OUTUBRO de 2020, às 8:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 07 de outubro de 2020.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna pública a homologação da TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020 - CONSTRUÇÃO DE UM ABATEDOURO MUNICIPAL: BOVINO, SUINO E OVINO, COM CAPACIDADE DE 50 ABATE/DIA - para a empresa FJT CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ 37.233.013/0001-10, vencedora do certame com o valor de R$ 2.404.827,49 (dois milhões quatrocentos e quatro mil oitocentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos). Campo Verde, 07 de outubro de 2020.Ana Carolina S. Braga Blume - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2020

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 127/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico nº 046/2020, do tipo menor preço por item (item único), com abertura no dia 01/09/2020, às 08h00, horário local, com a finalidade de selecionar proposta de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares dos grupos A, B e E, sendo declarada vencedora do certame a empresa PAZ AMBIENTAL LTDA**,** inscrita noCNPJ/MF sob o nº 10.331.865/0001-94, com valor unitário de R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) e valor global de R$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 07 de outubro de 2020.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro

Portaria nº 127/2020

LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 054/2020

O Pregoeiro Oficial do Municipio de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico 'SRP" nº 054/2020, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 21/09/2020, às 13h00, horário local, com a finalidade de **"Registro de preços para aquisições futuras de materiais de higienização e equipamentos de proteção individual (IPIs), para fins de enfrentamento do novo Coronavírus, causador da COVID-19, para atender as demandas da Secretarias Municipais de Assistência Social, Cultura, Esporte e Turismo, Educação, Saúde e Administração",** sendo declaradas vencedoras do certame as empresas: **ATIVIDADE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, CNPJ/MF nº 33.772.464/0001-75,** vencedora do item (05), com valor total de R$ 6.302,00 (seis mil, trezentos e dois reais), **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 05.443.348/0001-77**, vencedora do item (22), com valor total R$ 18.965,40 (dezoito mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos), **FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 19.458.719/0002-80**, vencedora do item (06), com o valor total de R$ 8.924,00 (oito mil, novecentos e vinte e quatro reais), **IMPACTO INDUSTRIA E COMÉRCIO CONFECÇÕES LTDA-ME, CNPJ/MF nº 08.952.092/0001-11**, vencedora dos itens (03, 07, 10, 11, 12 e 23), com o valor total de R$ 60.825,36 (sessenta mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos), **MARILDA MULLER DA SILVA E CIA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 10.474.392/0001-84**, vencedora do item (19), com valor total de R$ 15.170,00 (quinze mil, cento e setenta reais), **PRIORITÁ PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME, CNPJ/MF nº 29.700.587/0001-23**, vencedora do item (02), com valor total de R$ 43.031,25 (quarenta e três mil, trinta e um reais e vinte e cinco centavos), **REOBOTE HOSPITALARLTDA-ME, CNPJ/MF nº 23.079.853/0001-66**, vencedora dos itens (01 e 17), com valor total de R$ 43.028,79 (quarenta e três mil, vinte e oito reais e setenta e nove centavos) e **SAGATI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI-ME, CNPJ/MF nº 22.327.120/0001-30**, vencedora dos itens (16 e 24), com valor total de R$ 18.365,00 (dezoito mil, trezentos e sessenta e cinco reais). Os itens (04 e 09), foram declarados "DESERTOS". Os itens (08, 13, 14, 15, 18, 20 e 21), foram declarados "FRACASSADOS"

As licitantes MARLUCE BEZZERRA DOS SANTOS LORENÇONE-ME, CNPJ/MF nº 17.992.596/0001-56 e P. H. FREITAS CARVALHO COLETA DE RESÍDUOS-EPP, CNPJ/MF nº 37.638.378/0001-25, foram declaradas "INABILITADAS" no certame.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800, (65) 9.9963-3595 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 07 de outubro de 2020.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

CHEFE DE GABINETE
TERMO DE RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 1.169, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que fica retificada a data constante no preambulo da Lei Municipal nº 1.169, de/2020, que dispõe sobre a ampliação do trecho da estrada municipal denominada Travessão Zamo, para constar que onde se lê 01 de setembro, passa a ser lido como 01 de outubro, permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita lei.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 6 de outubro de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2020.

ESPÉCIE: SERVIÇOS

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para empresa especializada em serviços de pedreiro e servente de pedreiro e pintor para atender as necessidades das Secretarias Municipais e seus Departamentos.

VALOR GLOBAL: R$ 11.000,00(onze mil reais).

VALOR DIÁRIA: 100,00 (cem reais).

VIGÊNCIA: 29/09/2020 a 28/09/2021.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 07/2020, Processo Administrativo: 106/2020 e Processo de Compra: 103/2020.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e PEDRO FERREIRA DOS SANTOS, CNPJ/MF Nº 38.493.708/0001-02 CONTRATADA.

CHEFE DE GABINETE
TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 231, DE 5 DE SETEMBRO DE 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que fica retificada a data constante no preâmbulo da Portaria nº. 231/2020, que dispõe sobre a concessão de licença maternidade à servidora Fabíula Jaqueline Pires, para constar que onde se lê 5 de setembro, passa a ser lido como 5 de outubro de 2020, permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita portaria.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 6 de outubro de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE
PORTARIA N. 433/2020, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

PORTARIA N. 433/2020, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prêmio** pelo período de 90 (noventa) dias, ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sr.ª **DIENE SANTOS DO NASCIMENTO**, matrícula 255, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO
02/01/2013 Á 01/01/2017
PERÍODO DE GOZO DE LICENÇA
05/10/2020 À 04/01/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Canabrava do Norte - MT, em 06 de Outubro de 2020.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA N. 432/2020, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020

PORTARIA N. 432/2020, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

"EXONERA A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO MUNICIPAL, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido do servidor público efetivo municipal Sr. **WEMERSON MARTINS DE OLIVEIRA,** brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 701385, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 899. 960.971-53, do cargo de **MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS,** deste município.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 06 de Outubro de 2020.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 594/2020

Portaria nº 594/2020

De 06 de outubro de 2020

Altera Período de férias da servidora **Ilse Teresinha Götz** e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar o período das férias da servidora, Ilse Teresinha Götz, agendada por meio da Portaria n° 032/2020 de 14 de janeiro de 2020, para 04 de janeiro de 2021 a 18 de janeiro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º já foram pagos 1/3 a mais da sua remuneração no mês de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 06 de outubro de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 064/2020

Concurso Público 001/2019

Edital de Convocação N° 064/2020

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público homologado pelo Decreto n°3038 de 17 de janeiro de 2020.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter definitivo no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	CONCURSO PÚBLICO
AGNON COSTA ASSIS	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	EDITAL 001/2019

O candidato convocado terá 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 07 de outubro de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 595/2020

Portaria nº 595/2020

De 06 de outubro de 2020

Concede férias da servidora **Marli Inês Londero** e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora Marli Inês Londero**,** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 01 de novembro de 2020 a 20 de novembro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 26/02/2019 a 25/02/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 06 de outubro de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N. º 597/2020

Portaria n. º 597/2020

De 07 de outubro de 2020

Nomeia Membros da Comissão de Vistoria e Recebimento de Obras.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados membros para compor a Comissão de Vistoria e Recebimento de Obras, nos termos do Art. 73 da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

I – Presidente: Gustavo Henrique Machado Alves;

II – Membro: Eliane de Oliveira Felten;

III – Membro: Marciano Mendes de Oliveira;

IV – Suplente: Elaine Cristina Cerdan Rufo Rodrigues.

Art. 2º - A presente Comissão tem finalidade de Vistoriar Obras, conferir e efetuar medições, assinar relatórios e atestar o seu recebimento provisório e definitivo até 31/12/2020, desde que sejam atendidas as exigências do contrato da obra, bem como atestar o recebimento das compras nos termos do parágrafo único.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no caput deste artigo, a Comissão de Vistoria deverá emitir os seguintes termos.

a) Termo de Recebimento Provisório das Obras ou Aquisição;

b) Termo de Recebimento Definitivo das Obras ou Aquisição;

c) Termo de Recebimento das Obrigações Patronais da Empresa Contratada se houver Previsão no Contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 119/2020 de 18 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 07 de outubro de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 067/2020

Processo nº 154/2020 Dispensa de Licitação nº 067/2020

Ratifico o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no **Artigo 24, inciso IV**, da Lei Federal nº 8.666/93, c/c artigo 4º, 4-A e 4-B da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e alterações posteriores pela Medida Provisória nº 926/2020 de 20/03/2020 e artigo 8º c/c parágrafo único do Decreto Municipal nº 3053/2020 de 18/03/2020 e alterações posteriores a favor da empresa **MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 03.233.805/0001-73, com sede à Rua Marechal Castelo Branco nº 87, Bairro Centro, na cidade de Assis Chateaurbrian-PR, que irá fornecer os **medicamentos (meropenem e cefepima) para tratamento do corona vírus** (**COVID-19**) perfazendo o valor total de **R$ 100.905,00 (cem mil, novecentos e cinco reais)**, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2020, na seguinte classificação: 3.3.90.30 – material de consumo.

Publique-se.

Canarana-MT, 07 de outubro de 2020.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 353 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARILENE GOMES DA SILVA DA COSTA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor **VALDEMIR GOMES DE ARAUJO** matricula nº 4130, cargo de Operador de Maquinas na data 07 de Outubro de 2020, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento própria saúde no dia 07 de Outubro de 2020.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARILENE GOMES DA SILVA DA COSTA

Secretaria de Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria,

Comércio, Meio Ambiente e Turismo.

Decreto nº 108/2020

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2020

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, LIMPEZA, CARGA DE GÁS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedora as empresas:

A. M. DE ABREU EIRELI sob CNPJ 18.523.063/0001-98

EDUARDO DA SILVA FERNANDES - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO – ME sob CNPJ 22.303.601/00001-06

OSNI CLEMES 46167935904 sob CNPJ 30.519.477/0001-49

Carlinda – MT, 07 de Outubro de 2020.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 355 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **VANESSA DA ROCHA LIMA** matricula nº 3164, cargo de Agente Comunitária de Saúde na data 25 de Setembro tratamento própria saúde por 03 horas no dia 25 de Setembro.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 326/2020

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 354 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARIA EUNICE DE SOUZA FERREIRA** matricula nº 3841, cargo de Agente Comunitária de Saúde na data 28 de Setembro tratamento própria saúde no dia 28 de Setembro.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 326/2020

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CARLINDA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n°. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000, neste ato representada pela sua Prefeita, **Sra. CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 854.225.171-72, residente e domiciliado na Estrada F Comunidade São Francisco, Zona Rural, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000.

NOTIFICADA: DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS - EIRELIsob **CNPJ37.227.550/0001-58**, com sede na Rua R-5, n.º 129, Qd. R-7, Lt. 07, Setor Oeste, na cidade de Goiânia/GO, CEP: 74.125-070, sendo representada pelo Sr. José Ivone de Melo, portador do RG 1868449-1 SSP/MT e CPF 238.657.179-34.

CONSIDERANDO o PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020;

CONSIDERANDO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 043/2020;

CONSIDERANDO a Requisição de Compra 4038/2020 de 01/10/2020;

CONSIDERANDO a Cláusula Quinta, das Obrigações, item 5.2, subitem 5.2.1 a seguir transcrito:

"5.2.1. Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida".

CONSIDERANDO a Cláusula Quinta, das Obrigações, item 5.2, subitem 5.2.4 a seguir transcrito:

"5.2.4. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação".

CONSIDERANDO a Cláusula Quarta, da entrega e do prazo, item 4.1 a seguir transcrito:

"4.1. Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias contados da data da requisição emitida pelo departamento de compras e independente da quantidade de produtos solicitados".

CONSIDERANDO que a NOTIFICADA se encontra inadimplente quanto ao cumprimento das obrigações assumidas no bojo da Ata de Registro de Preços;

RESOLVE

NOTIFICAR: A empresa **DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS - EIRELI** para que no prazo de 3 (três) dias a contar da publicação desta, atenda aos requisitos da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2020, quanto ao fornecimento dos produtos, conforme requisição supramencionada.

Caso não seja atendida a notificação em questão, proceda a Procuradoria Jurídica Municipal à instauração de Processo Administrativo em face de a NOTIFICADA, para que sejam apurados os fatos, apreciados, e serão tomadas as providências conforme Seção II, das Sanções Administrativas da Lei n.º 8.666/93.

Carlinda/MT, em 07 de outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT

_____

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

COMUNICADO

Está tramitando o PROJETO DE LEI Nº 038/2020 na comissão de fiscalização, e acompanhamento da execução orçamentária.

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício de 2021, e da outras providências. Estando a disposição de todos os munícipes até o dia 20/10/2020.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 352 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARIA VANIA CRUZ NASCIMENTO** matricula nº 2678, cargo de Técnico em enfermagem na data 07 de Outubro de 2020, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento própria saúde no dia 07 de Outubro de 2020.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 326/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO I TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 89/2020– ADITAMENTO DE PRAZO

EXTRATO DO I TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 89/2020– ADITAMENTO DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa nº 53/2020;**

OBJETO: ADITAMENTO DE PRAZO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SENDO: ARAME LISO; CATRACA C/ ROSETA P/ ARAME LISO; TORQUEZ ARMADOR N. 12; ALAVANCA CAVADEIRA 2MT; MANGUEIRA CRISTAL 3/16X2; TELA ALAMBRADO 1,5C25MTS; MOTOBOMBA SUBMERSA 1/3 CV 220V, ATENDENDO AS NECESSIDADES PERTENCENTES AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II, § 2, da Lei Federal n.º 8.666/93;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira;

CONTRATADO: **T.N. COSTA COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA** cadastrada no **CNPJ N°: 19.813.746/0001-42**;

VALOR GLOBAL: **R$ 12.281,10 (Doze mil e duzentos e oitenta e um reais e dez centavos).**

VIGÊNCIA: 27/09/2020 a 27/10/2020

DATA DE ASSINATURA: 27/09/2020

MARIANA LEITNER RODRIGUES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SISTEMA AUTÔNOMO DE AGUÁ E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
EXTRATO CONTRATO Nº 008/2020

PARTES: SAAE-CG (Sistema Autônomo De Água e Esgoto Chapada Dos Guimarães-MT) e Eletrotecnica OHMS Eireli - ME.

OBJETO: "Contratação De Empresa Em Prestação De Serviços De Rebobinamento De Motores Elétricos, Destinados A Atender À Demanda Do Sistema Autonomo De Água e Esgoto Chapada Dos Guimarães-MT (SAAE-CG), No Município De Chapada Dos Guimarães/MT"

PRAZO: 12 (doze) Meses

VALOR: R$ 167.525,22 (Cento Sessenta Sete Mil, Quinhentos Vinte Cinco Reais, Vinte Dois Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: SAAE-CG e Eletrotecnica OHMS Eireli - ME – CNPJ: 22.303.378/0001-05

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 537/2020

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Pregoeiro abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020,** que tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Refeições para atender as Equipes que Atendem o Hospital Municipal Dom Oswaldo,** teve como Resultado Final **DESERTA**, tendo em vista que não compareceram interessados.

Chapada dos Guimarães/MT, 07 de outubro de 2020.

STÉPHANAS PADILHA COSTA SOARES

Pregoeiro Oficial do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PORTARIA Nº 008/2020, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

PORTARIA Nº 008/2020, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

"Designa servidor para desempenhar a função na limpeza urbana e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o Servidor **IZAMAR XAVIER DO RÊGO**, lotado na Secretaria de Transporte Obras e Serviços Urbanos, portador da CI RG nº 06309267 SJII-MT e inscrito no CPF sob o nº 762.065.641-34, para exercer a função na **NA LIMPEZA URBANA DO MUNICIPIO DE COCALINHO – MT**.

Art. 2º. O Servidor deverá desenvolver suas funções na Limpeza Urbana dentro das legalidades, dando cumprimento às atribuições atinentes ao seu cargo, orientações e normativas de legislação vigente, respondendo civil, criminal e administrativamente pelos atos praticados, conforme **Lei Orgânica do Município e Código Civil Brasileiro.**

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 299/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** a pedido, o senhor **JEFERSON NORATO DA SILVA,** portador do CPF nº. 047.515.431-21, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE - I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 306/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **LUZAINA ROSA DA CUNHA**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica Saúde Bucal para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREVILIDER
PORTARIA N.º 047/2020 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DOS DEPENDENTES SR. JOÃO NUNES CAMBARA (ESPOSO), ELANA ROSA DE OLIVEIRA NUNES (FILHA MENOR), JOÃO VITOR DE OLI

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso "II" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 210 da Lei Municipal n.º 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 7º, inciso "I", Art. 28, inciso "II", Art. 29, inciso "I", da Lei Municipal n. º 2361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor do **Sr. João Nunes Cambara,** portador do RG n.º 0714430-0 SESP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 795.275.901-91 e para os menores **Elana Rosa de Oliveira Nunes**, inscrita no CPF n.º 108.734.761-07, **João Vitor de Oliveira Nunes,** portador do RG n.º 3097292-2 SESP/MT, inscrito no CPF n.º 068.338.761-85, **Joel Henrique de Oliveira Nunes**, inscrito no CPF n.º 068.338.631-05, pelo falecimento da servidora **Sra. Vanusa de Oliveira Marinho Nunes**, portadora do RG n.º 1629728-8 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 012887581-03 e Título Eleitoral de n.º 025734901830, Zona "023", Seção "0292", efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "02", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com os proventos rateados da seguinte forma; 25% (vinte e cinco) por cento, para o Sr. **João Nunes Cambara,** de forma integral e vitalícia,25% (vinte e cinco), para a menor **Elana Rosa de Oliveira Nunes,** de forma integral e temporária,25% (vinte e cinco), para o menor **João Vitor de Oliveira Nunes,** 25% (vinte e cinco), para o menor **Joel Henrique de Oliveira Nunes** de forma integral, conforme o processo PREVI-LIDER n.º 021/2020.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de setembro de 2020, data do óbito da servidora.**

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder-MT, 29 de outubro de 2020.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 307/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **JULIANA SANTOS LINO**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica Saúde Bucal para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 308/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **SELMA MARIA RAMOS PAULINO**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica Saúde Bucal para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 318/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o senhor **JOAO DALBERTO**, **CPF Nº 014.271.601-47**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Imprensa e Comunicação, lotado no Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 21 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em

21 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 309/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **ABNER FORTUNATO RIBEIRO**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF para o Departamento COVID-19, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 316/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **MARCIELI FAVERO**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 315/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **MARIA DE FATIMA DA SILVA**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 314/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **CRISTIANE CAVEQUIA**, do Departamento Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 326/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **TORNA SEM EFEITO** a Portaria nº 408/2019 que designou a senhora **ROSELI PEREIRA,** portadora do CPF nº. 831.590.701-82, para exercer a função de **Atendente da Sala do Empreendedor**, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico nesta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 15 de janeiro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 15 de janeiro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 30 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 298/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 883/2018, que designou **VIVIANE DEBORA DA SILVA SOUZA**, Técnica em Enfermagem, para atuar como Responsável Técnica no Departamento de Vigilância em Saúde na Secretaria de Saúde, tendo gratificação especifica de 25% sobre o valor base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 325/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** a pedido,a senhora **MARIA APARECIDA DE ARAUJO LUNA,** portadora do CPF nº. 667.675.391-04, do cargo em comissão de Assessora Técnica, DAE - I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 30 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 30 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 313/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **ELIZANGELA DA SILVA FONSECA**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica ACS para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 319/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** a senhora **HOSANA VIEIRA BATISTA,** portador do CPF nº. 022.008.401-79, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE - I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 21 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 21 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** a senhora **JANINI SILVA SOBRINHO**, CPF n° 033. 479.611-37 para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Departamento DAE-I**, lotada no Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso a partir de 10 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 10 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 10 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 312/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **AMANDA RIBEIRO DA SILVA**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 302/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** o senhor **VALDEMIR LEMES DE SOUZA,** portador do CPF nº. 469.280.141-72, do cargo em comissão de Assessor de Imprensa e Comunicação, DAE - I, lotado no Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 10 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 10 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
ABANDONO DE EMPREGO

Prefeitura Municipal de Colíder, inscrita no CNPJ nº 15.023.930/0001-38, situada na Travessa dos Parecis nº 85 Centro, Setor Leste, torna público que a servidora SILVANA CAPELARI, portadora do RG nº 10573682 SSP/MT e CPF nº627.736.071-04, não compareceu ao trabalho desde o dia 10/08/2020, convocada através da Secretaria Municipal de Educação sob Oficio n. 171/2020 via e-mail no dia 30/07/2020 (capelarisilvana@gmail.com), razão pela qual, fica a mesma, devidamente convocada a se apresentar ao trabalho, no endereço supra citado, no prazo de 05 (cinco) dias uteis contados da primeira publicação, sob pena de rescisão contratual por abandono de emprego, conforme Art. 158, inciso II e Art. 164 da Lei 2408/2010 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colider.

Colíder – MT; 08 de outubro de 2020.

Vanderlei Aparecido Borges da Silva

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 311/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **MARIA LUCIA BORGES MOTA**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica para o Departamento COVID-19, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** a senhora **ROSANGELA MELO**, CPF n° 781.376.249-53 para exercer o cargo em comissão de **Diretora de Departamento DAE-I**, lotada no Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso a partir de 03 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 03 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 03 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 310/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **OSVALDO AMANCIO MEDEIROS**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF para o Departamento COVID-19, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrou em vigor na data de 01 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 14 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 324/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** a pedido**,**o senhor **RAFAEL DOS SANTOS PIO,** portador do CPF nº. 005.412.011-07, do cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE - I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 30 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 30 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
PORTARIAS DE FISCAIS DE ATAS

PORTARIA SMPFA Nº 229/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 141/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **BELAFORTE COMERCIAL LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 230/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 142/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **BMI PROSPER EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 231/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 143/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 232/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 144/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **CQC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 233/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 145/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **DISMART DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 234/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 146/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **FABIO EQUIPAMENTOS E SUP. DE INFORMATICA EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 235/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 147/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **GALAXY PARTICIPAÇÕES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 236/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 148/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **HIPERDENTAL COM. E REP. DE PROD. ODONT. E MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 237/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 149/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 238/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 150/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORT. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 239/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 151/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **JR LACERDA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 240/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 152/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **LUIZ FERNANDO DE GENARO ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 241/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 153/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 242/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 154/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **MEDLEVENSOHN COM. E REP. DE PROD. HOSPITALARES LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 243/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 155/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **NUTRICENTER DIST. DE PROD. NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 244/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 156/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATORIOS LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 245/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 157/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **ODONTOMED CANAA LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 246/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido

Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 158/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 247/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 159/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 248/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 160/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **SNOP INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 249/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 161/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **TOP MED IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 250/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 162/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 251/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 163/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **UNIMARCAS DISTRIBUICAO E COMERCIO EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 252/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 164/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **VIP MAKE UP COSMETICOS EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 253/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Titular) e **MARIANA COSTA CORSINI** (Suplente), fiscais da Ata nº 165/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **W.N. DIAGNÓSTICA EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 022/2020. Vigência: 15/09/2020 até 15/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 254/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 166/2020, ao qual

representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 255/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 167/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **BASCEL SOLUCOES LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 256/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 168/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 257/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 169/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 258/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 170/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 259/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 171/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 260/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 172/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 261/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 173/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 262/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 174/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO RE-

GISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 263/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 175/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULACAO EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 264/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 176/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 265/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 177/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 266/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 178/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **LIGIA MARIA CARNEIRO ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 267/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 179/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 268/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 180/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 269/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 181/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 270/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MA-**

DALENA BARBOSA ROCHA (Suplente), fiscais da Ata nº 182/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **SANTO REMEDIO -COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 271/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 183/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 272/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA** (Titular) e **MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA** (Suplente), fiscais da Ata nº 184/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020. Vigência: 18/09/2020 até 18/03/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 274/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **PRISCILLA ROSANE RODRIGUES** (Titular) e **KELLEN DA SILVA SOUSA** (Suplente), fiscais da Ata nº 185/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 025/2020. Vigência: 24/09/2020 até 24/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 276/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ILSON MOREIRA** (Titular) e **ARISTEU DE JESUS** (Suplente), fiscais da Ata nº 186/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020. Vigência: 29/09/2020 até 29/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 277/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ILSON MOREIRA** (Titular) e **ARISTEU DE JESUS** (Suplente), fiscais da Ata nº 187/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **CATHARINA BASSANEZI LOSS ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020. Vigência: 29/09/2020 até 29/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 278/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ILSON MOREIRA** (Titular) e **ARISTEU DE JESUS** (Suplente), fiscais da Ata nº 188/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020. Vigência: 29/09/2020 até 29/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 279/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ILSON MOREIRA** (Titular) e **ARISTEU DE JESUS** (Suplente), fiscais da Ata nº 189/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **IDCONTROLL IDENTIFICACAO E TECNOLOGIA LTDA ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020. Vigência: 29/09/2020 até 29/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 280/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ILSON MOREIRA** (Titular) e **ARISTEU DE JESUS** (Suplente), fis-

cais da Ata nº 190/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **MAGAZINE MENEGHEL LTDA EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020. Vigência: 29/09/2020 até 29/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 281/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ILSON MOREIRA** (Titular) e **ARISTEU DE JESUS** (Suplente), fiscais da Ata nº 191/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **MARIA ALICE DA SILVA EIRELI ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020. Vigência: 29/09/2020 até 29/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 282/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ILSON MOREIRA** (Titular) e **ARISTEU DE JESUS** (Suplente), fiscais da Ata nº 192/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **MARIA JOSE DOS REIS NETO EPP**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020. Vigência: 29/09/2020 até 29/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 283/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ILSON MOREIRA** (Titular) e **ARISTEU DE JESUS** (Suplente), fiscais da Ata nº 193/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a DETENTORA DO REGISTRO e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Empresa: **R. M. DOS REIS COMERCIAL ME**. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020. Vigência: 29/09/2020 até 29/09/2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA Nº 300/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** o senhor **SERGIO EDISON OBERTHIR,** portador do CPF nº. 759.790.551-34, do cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE - I, lotado no Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 02 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 02 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 321/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR POR MORTE a servidora, **VANUSA DE OLIVEIRA MARINHO NUNES**, Professora, classe C nível 02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 21 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 22 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 317/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **DESIGNAR** a senhora **VIVIANE DEBORA DA SILVA SOUZA**, Técnica em Enfermagem, portadora da matricula nº. 2274, para atuar como Responsável Técnica no Departamento de Vigilância em Saúde na Secretaria de Saúde, tendo gratificação especifica de 25% sobre o valor base lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 16 de setembro de 2020.

.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 16 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 320/2020

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a senhora HOSANA VIEIRA BATISTA portadora do CPF nº. 022.008.401-79, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE - I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, nesta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 21 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de setembro de 2020.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 21 de setembro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ERRATA DA PORTARIA N.º 507/2020, DE 17.08.2020

Errata n.º 008/2020

De: 21.09.2020

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal (nível de escolaridade) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 18, parágrafo 1º e 2º do art. 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326 de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, passando do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	Classe	Nível a Progredir
3598	Renilda de Azevedo da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	C	03

LEIA-SE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal (nível de escolaridade) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 18, parágrafo 1º e 2º do art. 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326 de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, passando do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	Classe	Nível a Progredir
3598	Renilda de Azevedo da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	**B**	03

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias do mês de setembro de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

ERRATA DA PORTARIA N.º 468/2020, DE 06.08.2020

Errata n.º 006/2020

De: 14.09.2020

ONDE SE LÊ:

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LEIA-SE:

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2020.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de setembro de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

LEI Nº. 1.879/2020 DE: 30.09.2020

"Reconhece, no âmbito do Município de Comodoro, a visão monocular como deficiência visual."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a **Câmara Municipal de Comodoro** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º. Esta Lei reconhece como deficiência visual a visão monocular, no âmbito do Município de Comodoro, para todos os fins legais.

Art. 2º. O portador de visão monocular, considerado deficiente visual nos termos desta Lei, teráacesso a todos os programas, benefícios ou tratamentos especiais voltados aos portadores de deficiência física no Município, ressalvadas questões previdenciárias.

Parágrafo único. A classificação como deficiência visual da visão monocular deve ser observada:

I- pelo Poder Público;

II- por entidades de direito privado;

III- por todos os indivíduos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de setembro de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.878/2020 DE: 30.09.2020

"Dispõe sobre a disponibilização de brinquedos adaptados para crianças com deficiência em locais públicos e privados de lazer."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a **Câmara Municipal de Comodoro** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º. Os playgrounds infantis instalados em estabelecimentos de ensino, parques, clubes, áreas de lazer, públicos ou privados, no Município de COMODORO, deverão disponibilizar brinquedos adequados ao uso de crianças com deficiência.

§1º. Os brinquedos de que trata o *caput* deste artigo deverão ser adequados às necessidades de crianças com deficiência e instalados por pessoal devidamente capacitado, que deverá seguir as normas de segurança da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT.

Art. 2º. Para fins de cumprimento desta Lei, os playgrounds deverão seguir a seguinte proporção:

I- playgrounds com até 5 (cinco) brinquedos: devem disponibilizar ao menos 1 (um) brinquedo adaptado para crianças com deficiência;

II- playgrounds com 6 (seis) a 10 (dez) brinquedos: devem disponibilizar ao menos 2 (dois) brinquedos adaptados para crianças com deficiência;

III- playgrounds com mais de 10 (dez) brinquedos: devem disponibilizar ao menos 30% (trinta por cento) de brinquedos adaptados para crianças com deficiência.

Art. 3º. A disponibilização de brinquedos adaptados nos parques e áreas públicas de lazer será feita de forma gradativa, na medida da disponibilidade financeira do Poder Executivo.

Art. 4º. As áreas privadas de lazer terão o prazo de 1 (um) ano, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às disposições aqui previstas.

Art. 5º. Nos locais a que se refere o art. 1º desta Lei deverão ser afixadas placas com a seguinte informação:

"Entretenimento infantil adaptado para integração de crianças com e sem deficiência."

Art. 6º. Para os efeitos desta Lei, ficam estabelecidos os seguintes conceitos básicos:

I- deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física,

apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II- deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III- deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV- deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho;

V- deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de setembro de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.877/2020 DE: 30.09.2020

"Reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a população do município de Comodoro em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais, e dá outras providências."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a **Câmara Municipal de Comodoro** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º. Fica reconhecido no Município de Comodoro a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a população, podendo ser realizados em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

§1º. As restrições ao direito de praticar atividade física e exercício físico em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade e/ou em espaços públicos pelo Poder Público nas situações excepcionais referidas no *caput* deste artigo deverão fundar-se nas normas sanitárias e de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnicos embasadores das medidas expostas.

§2º. Os estabelecimentos prestadores de serviços de atividade física e do exercício físico, públicos ou privados, deverão estar em conformidade com a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 e seguir todas as determinações/recomendações do Ministério da Saúde e demais autoridades competentes.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de setembro de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

ERRATA DA PORTARIA N.º 505/2020, DE 17.08.2020

Errata n.º 007/2020

De: 14.09.2020

ONDE SE LÊ:

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LEIA-SE:

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 12 de agosto de 2020.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de setembro de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ERRATA DE PUBLICAÇÃO NA ATA 142/2020

NA EDIÇÃO Nº 3.544, do Diário Oficial dos Municípios no dia 17 de Agosto de 2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 142/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: N°.159/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: N°.10/2020

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XV | N° 3.544, Páginas 102, 103, 104, 105 e 106, do dia 17 de Agosto de 2020.

CONTRATADA: Centermédica Produtos Hospitalares Ltda, Inscrito no CNPJ n° 05.443.348/0001-77.

OBJETO: Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Pública conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Pública em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.

ONDE LÊ SE: Cláusula Sétima – Dos Preços Registrados

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	418526-9	2327	CX	867	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LÁTEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PÓ, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE ATRAÇÃO, COM BOA SENSIBILIDADE TÁTIL, TEXTURA UNIFORME, NO TAMANHO GRANDE, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDÊNCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE. OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "G" C/100 UNIDADES.	TALGE	R$ 49,90	R$ 43.263,30

LER -SE: Cláusula Sétima – Dos Preços Registrados

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	418526-9	2327	CX	867	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LÁTEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PÓ, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE ATRAÇÃO, COM BOA SENSIBILIDADE TÁTIL, TEXTURA UNIFORME, NO **TAMANHO PEQUENO**, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDÊNCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE. OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS, **TAMANHO "P"**C/100 UNIDADES.	TALGE	R$ 49,90	R$ 43.263,30

Confresa-MT, 07 de Outubro de 2020.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 272/2020 DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

Portaria 272/2020 de 01 de Outubro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 60 (sessenta) dias ininterruptos no período de 05/10/2020 a 03/12/2020 referente ao período aquisitivo 02/01/2005 a 01/01/2010, a Servidora Pública Municipal MARIA CELIA RODRIGUES RIBEIRO ABREU, matricula 000099, ocupante do cargo efetivo de TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Laser/Secretaria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Outubro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ERRATA DE PUBLICAÇÃO NA ATA 144/2020

NA EDIÇÃO Nº 3.544, do Diário Oficial dos Municípios no dia 17 de Agosto de 2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 144/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: N°.159/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: N°.10/2020

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XV | N° 3.544, Páginas 110, 111, 112, 113 e 114, do dia 17 de Agosto de 2020.

CONTRATADA: Med Vitta Comercio de Prod.Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ n° 28.418.133/0001-00.

OBJETO: Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Pública conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Pública em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.

ONDE LÊ SE: Cláusula Sétima – Dos Preços Registrados

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	418525-0	2328	CX	304	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LÁTEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PÓ, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE ATRAÇÃO, COM BOA SENSIBILIDADE TÁTIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MÉDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDÊNCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "M" C/100 UNIDADES	UNIGLOVES	R$ 45,00	R$ 13.680,00
8	006312	2329	CX	1209	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LÁTEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PÓ, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, COM BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, PERMITINDO SENSIBILIDADE TÁTIL, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO PEQUENO, COM PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, E VALIDADE.	UNIGLOVES	R$ 57,80	R$ 69.880,20

					OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "P" C/100 UNIDADES			

LER -SE: Cláusula Sétima – Dos Preços Registrados

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	418525-0	2328	CX	304	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LÁTEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PÓ, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE ATRAÇÃO, COM BOA SENSIBILIDADE TÁTIL, TEXTURA UNIFORME, EM **TAMANHO GRANDE**, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDÊNCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE. OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS, **TAMANHO "G"** C/100 UNIDADES	UNIGLOVES	R$ 45,00	R$ 13.680,00
8	006312	2329	CX	1209	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LÁTEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PÓ, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, COM BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, PERMITINDO SENSIBILIDADE TÁTIL, NÃO ESTÉRIL, **TAMANHO MÉDIO,** COM PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, E VALIDADE. OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS, **TAMANHO "M"** C/100 UNIDADES.	UNIGLOVES	R$ 57,80	R$ 69.880,20

Confresa-MT, 07 de Outubro de 2020.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-
PROCESSO Nº 199/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 049/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REVISÃO DE EQUIPAMENTOS, PROPORCIONAR MAIOR DURABILIDADE AOS EQUIPAMENTOS PARA ATENTER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

CONTRATADA:

VAMOS COMERCIO DE MAQUINAS LINHA AMARELA LTDA

CNPJ:35.654.688/0001-08 FONE:+55(11)2377.8475

VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 5.922,00 (Cinco Mil e Novecentos e Vinte e Dois Reais), para o fornecimento do item objeto desta Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 043/2020, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa – MT, 07 de Outubro de 2020

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 271/2020 DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

Portaria 271/2020 de 01 de Outubro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **01/10/2020 a 29/12/2020** referente ao período aquisitivo 14/03/2013 a 13/03/2016, ao Servidor Público Municipal SEBASTIAO RIBEIRO PINTO, matricula 010146, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE OPERACIONAL/MOTORISTA DA SAUDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde/Hospital.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Outubro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 264/2020 DE 30 DE SETEMBRO DE 2020.

Portaria 264/2020 de 30 de Setembro de 2020.

DISPOE SOBRE CONCESSAO DE LICENCA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 102/2015 art.052 e,

CONSIDERANDO: o requerimento da servidora de 02/06/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Para Qualificação Profissional no período de 01/10/2020 a 30/09/2022 a servidora pública municipal ISABEL CARDOSO NERES, matricula 000930, efetiva no cargo de TÉCNICO DA SAÚDE/ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Hospital Municipal.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 30 de Setembro de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RATIFICAÇAO DE ADESAO DE ATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 795/2020

O Processo de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 33/2020 DO PREGAO PRESENCIAL 008/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU - MT, PARA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA, MODELO FURGÃO, TIPO A, SIMPLES REMOÇÃO, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, aceitos por PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU e pela empresa vencedora, REAVEL VEÍCULOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 30.260.538/0001-04. O valor total a ser pago será de R$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

CONQUISTA D'OESTE-MT, 07 de outubro de 2020.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 204/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente:

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Adriene B. De Araújo	2495	2017/2018	14/09/2020	13/10/2020
Clarindo N. Lino	2525	2019/2020	08/09/2020	07/10/2020
Claudio A. Campos Filho	2166	2018/2019	20/10/2020	03/11/2020
Elisabete De Souza	3386	2018/2019	03/09/2020	17/09/2020
Evandro Juel A. Davi	3540	2019/2020	05/10/2020	24/10/2020
Geovane Elias Rockenbach	1911	2018/2019	13/10/2020	11/11/2020
Gleiciel Da Silva Andrade	3388	2019/2020 2020/2021	01/10/2020 16/10/2020	16/10/2020 30/10/2020
Jaime Pinto Modesto	3084	2018/2019	17/09/2020	16/10/2020
Junior Pereira Ramos	2363	2017/2018	08/09/2020	07/10/2020
Leandro I. Dos Santos	3534	2019/2020	01/10/2020	30/10/2020
Márcia Vieira Da Silva	3047	2019/2020	27/08/2020	25/09/2020
Maria R. Ferreira	3086	2019/2020	16/09/2020	15/10/2020
Nay Lucio Machado	2536	2019/2020	21/09/2020	05/10/2020
Noeli Maria Lorandi	7	2018/2019	21/09/2020	20/10/2020
Noemi C. De Azevedo	2181	2017/2018	20/10/2020	03/11/2020
Osvaldo A. Da Silva	3152	2018/2019	15/10/2020	29/10/2020
Silvia Maria De Carvalho	3385	2019/2020	01/09/2020	15/09/2020
Silvone Vaz Mourão	3094	2019/2020	14/09/2020	13/10/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 206/2020

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR Licença Maternidade, com vencimentos custeados pela Administração Pública, às servidoras abaixo relacionadas:

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Jesuína M. De Aquino Sulzbzch	1987	03/09/2020	01/11/2020
Ligeane Rocha Dos Santos	2562	03/09/2020	01/11/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 210/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AGENTE PÚBLICO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, à partir de 01/09/2020 a Sra. NEOZITA FERREIRA DA SILVA MOURA, portadora do CPF n.º 842.729.962-15, do cargo de Agente Público, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços nº 067/2019, Lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 208/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER os servidores abaixo relacionados a continuidade do pagamento de gratificação à Título de Incentivo à Qualificação Profissional para o semestre 2020/02:

Funcionário	Matrícula	Curso	Semestre Matriculado
Gislaine de Souza Silvestre Krieser	2163	Adm. de Empresas	6º Semestre

Art. 2º - Os servidores acima citados, devem ao fim do semestre 2020/02, apresentar ao Departamento de Recursos Humanos documento fornecido pela instituição onde cursa que aponte sua frequência e resultado disciplinar.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 01/08/2020.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2020 PROCESSO Nº 180/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 110/2020, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (DIESEL COMUM) NA BOMBA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E EDUCAÇÃO".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **20 (vinte) de outubro de 2020 as 11:00 (onze horas),** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são:

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Lic...

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Cov...

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 07 de outubro de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port199-2020.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 203/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. LICENCIAR os servidores abaixo relacionados para Tratamento de Saúde, previsto no artigo 109 da Lei Complementar 019/2005.

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Adilson Pereira Dos Santos	2699	11/09/2020	11/09/2020
Adriana Lucas Siqueira	3760	03/09/2020	04/09/2020
Ana Paula Bervian	3670	27/08/2020	28/08/2020
Ana Paula Gomes Da Cruz	3670	07/09/2020	07/09/2020
Bruna Thais De Oliveira	3748	22/09/2020	24/09/2020
Carmen Cenira Winter Ferreira	1393	30/08/202029/09/2020	28/09/2020 28/10/2020
Carmen Luisa Benites	2200	26/09/2020	30/09/2020
Clarindo Do Nascimento Silva	2525	31/08/2020	06/09/2020
Dangela Salbego	3685	22/09/2020	24/09/2020
Edmilson Silva Nascimento	3739	01/09/2020	30/09/2020
Ednildo De Lima Fonseca	373	04/09/2020	04/09/2020
Edmilson Golçalves Silva	3727	10/09/202014/09/2020	12/09/202018/09/2020
Esolina Nimer Buss Oliveira	3771	23/09/2020	23/09/2020
Fabiano Cesar Brambila	3746	21/09/2020	30/09/2020
Fernando Rayelo Gomes Da Silva	3294	14/09/2020	21/09/2020
Franciele Porcher	3684	25/08/202021/09/2020	28/08/202004/11/2020
Gerciana Bispo G. Nascimento	3758	04/09/2020	04/09/2020
Gislaine Da Silva Barros	2199	01/09/2020	30/09/2020
Helen Corradi Gumiero Teza	3091	14/09/2020	16/09/2020
Hosana Ananias Pinheiro Guth	3636	21/08/2020	21/08/2020
Ivani Maria De Aguiar	1383	11/09/2020	11/09/2020
Janete Dos Santos Feitas	433	25/08/2020	03/09/2020
Josimar De Oliveira Alves	3734	21/09/2020	25/09/2020
Laíza Braz Lima Soares	3440	25/08/202031/08/202016/09/202022/09/202025/09/2020	28/08/202031/08/202016/09/202022/09/202028/09/2020
Lidiane De Lima Da Fonseca	598	02/09/2020	04/09/2020
Lindaura Reinholz Lovo	365	27/08/2020	09/09/2020
Marcia Vieira Da Silva	3047	21/08/202028/09/2020	26/08/2020 27/10/2020
Maria Aparecida De Oliveira	1671	08/09/2020	08/09/2020
Maria Da C. Pacheco Da Silva	3745	08/09/2020	17/09/2020
Maycon David Rodrigues Da Costa	3730	24/08/202023/09/2020	25/08/202025/09/2020
Paulino Alves De Carvalho	1447	14/09/2020	14/09/2020
Rozane De Oliveira	3602	12/09/2020	02/10/2020
Sheila Cristina Silveira	3635	22/09/2020	29/09/2020
Simone Daniela Czycza	3296	16/09/2020	16/09/2020
Sirlei Vanroo De Souza	3678	22/09/2020	23/09/2020
Solange Aparecida De Lima	3606	27/08/202013/09/202014/09/2020	10/09/202013/09/202028/09/2020

Solange Marcos Dos Santos	3547	09/09/2020	25/10/2020
Tais Da Silva	3087	02/09/2020	02/09/2020
Tais De Souza Gélio Schuster	450	21/09/202028/09/2020	23/09/202002/10/2020
Tania Cardoso Eufrasio	664	22/09/2020	22/09/2020
Valéria Da Rocha Custódio	1403	13/08/202019/08/2020	13/08/202019/08/2020
Volquimar Rodrigues Coutinho	3535	01/09/2020	04/09/2020
Williann Ramos Maciel	3660	03/09/2020	03/09/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 211/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, à partir de 14/09/2020 a Sra. VALÉRIA FRANCISCA GRILO MENDES, portadora do CPF n.º 070.346.679-85, do cargo de Auxiliar de Sala, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços nº 044/2020**,** Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 08 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N°205/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Jonas Pereira Gomes	2573	2012/2017	01/09/2020	29/11/2020
Valdir Eidinger	1661	2012/2017	15/09/2020	30/09/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 207/2020

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER progressão funcional aos servidores municipais de acordo com a Escolaridade e Tempo de Serviço em conformidade com o Plano de Cargos Carreiras e Salários:

Funcionário	Matrícula	Classe Anterior	Classe Atual
Nelci De Souza Canton	582	A - VI	B - VI
Itacir Luiz Blau	1830	B -III	B - IV
Lucélia Barbosa Fonseca	2500	C -III	C - IV

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 209/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a partir de 01/07/2020 Aposentadoria por Invalidez a Sra. ALICE LOHMANN, servidora no cargo de Agente Comunitário de Saúde, portadora do CPF: 411.705.801-06, em conformidade com a legislação vigente. A Servidora receberá o benefício citado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 01/07/2020

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Setembro de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 004/2020/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127.820/2019)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde- SMS

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual Contratação de empresa na execução de serviços no Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde nas seguintes etapas: coleta nas unidades geradoras, transporte, armazenamento, transbordo, tratamento, destinação e disposição final, de acordo com as Normas Técnicas (ANVISA e Ministério do Meio Ambiente), com fornecimento de produto (bombonas) a serem instalados nas Unidades de Saúde da Capital e da Zona Rural, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, conforme especificações e condições descritas no Edital e Anexos.

Data/Horário: 22/10/2020 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital/MT.

Informações/Contato: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Atendimento somente pelo Fone: 3645-6156 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2020

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 07 de outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2020

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 23/10/2020 às 08h30min, a Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 014/2020, do tipo “Menor Preço por Item", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de expediente e educativos para atender as necessidades das secretariais municipais. O edital completo está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 07 de outubro de 2020.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2020

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna público aos interessados, que realizará no dia 27/10/2020 às 08h00min, a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 014/2020, do tipo “Menor Preço” empreitada global, com participação exclusiva de micro e pequenas empresas, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução de obras de finalização da pavimentação asfáltica nas Ruas Cícero Vitorino e Belém, compreendendo 1.194,60m² de Tratamento Superficial Duplo – TSD com drenagem Superficial e sinalização horizontal e vertical**.** O edital completo está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, ou pelo e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 07 de outubro de 2020.

Wélliton Charlles Pereira Neto

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
TERMO DE ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 49, § 1º da Lei Federal n° 8.666/93. E com base no parecer da Assessoria Jurídica deste município, quanto ao Pedido de desistência e liberação de contrato feito pela empresa J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ: 00.277.059/0001-21. A autoridade competente decidiu por acatar o pedido de desistência da empresa, ou seja, **ANULAR** o processo licitatório nº 049/2020, na modalidade Tomada de Preços nº **010/2020**, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em Construção Civil, para a execução de obra de construção de muro e deposito de lixo, no cemitério municipal Tiãozinho da Agua.

Curvelândia - MT, 07 de outubro de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 068/2020 – ADESÃO Nº 003/2020 - ARP 009/2020 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020

O Prefeito Municipal de CURVELÂNDIA – MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2002, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da assessoria jurídica deste Município, resolve, HOMOLOGAR Adesão a Ata de Registro de Preços na condição “CARONA” que consiste na Aquisição de concreto betuminoso usinado a quente aplicado a frio, para ser utilizado na tapagem de buracos e na recuperação das vias urbanas do município de Curvelândia-MT, OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2020 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020 da prefeitura de Tangará da Serra-MT, tendo como vencedora a Empresa BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ Nº 15.264.721/0001-86, VALOR: R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil reais). Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa. Curvelândia - MT, 07 de outubro de 2020. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

AÇÃO SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMDCA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/CMDCA Nº. 002/2020

Dispõe sobre a convocação para membros do Conselho Tutelar de Denise – MT – Gestão 2020/2024, e dá outras providências. Faz saber que o Pleno CMDC de Denise – MT, deliberou convocação do 1ª Suplente do Conselho Tutelar de Denise – MT, Gestão 2020/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados (a) os (a) candidatos (a) abaixo relacionados (a) a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar deste ato.

Parágrafo Único - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado por este edital; não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Município de Denise-MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 2º - Os candidatos (a) convocados (a) são os (a) seguintes:

CARGO: CONSELHEIRA TUTELAR

Classificação	Candidato	Descrição
6º	Alexia Maria Amorim da Silva	1º Suplente

Art. 3º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Denise-MT, 06 de outubro de 2020.

MARIA SALETE PACCINI SALVADOR

PRESIDENTE DO CDMCA DE DENISE / MT.

LUCIENE RIBEIRO LOURENÇO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

CONTABILIDADE
PROJETOS EM ANDAMENTO – LDO 2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE PROJETOS EM ANDAMENTO – LDO 2021

ELIANE LINS DA SILVA, Prefeita do Município de Denise, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, realiza a Publicação do Relatório dos Projetos em Andamento – Art. 45 da Lei Federal 101/2000.

Priorização de Recursos para Projetos em Andamento (LC 101/2000, Art. 45)			
IDENTIFICAÇÃO	**R$**	**SITUAÇÃO**	**PROJEÇÕES 2021**
1 – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA: PADRE ANCHIETA	R$ 651. 428,57	Em Andamento	R$ 51. 428,57
2 – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DIVERSAS RUAS CENTRO	R$ 1. 383. 200,00	Em Andamento	R$ 600. 000,00
3 – PERFURAÇÃO DE 8 POÇOS ARTESIANOS	R$ 480. 000,00	Em Andamento/Fase Final	R$ 0,00
4 – CONSTRUÇÃO CRECHE	R$ 2. 013. 173,70	Concluído	R$ 0,00
5 – AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA (urbana/Banco da Terra)	R$ 1. 769. 899,32	Em andamento/ Fase Final	R$ 0,00
6 – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R$ 900. 000,00	Aguardando Projeto Etapa 2	R$ 900. 000,00
TOTAL:	**R$ 7.197. 701,59**		**R$ 1.551. 428,57**

Nota: *constam na relação acima: obras em andamento; projetos em andamento e processos de convênios e emendas em andamento, os quais integram ou integrarão o Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2021.*

DENISE - MT, 09 de agosto de 2020

ELIANE LINS DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESOLUÇÃO N° 15 / 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal o artigo 1° da Lei Federal n° 8. 142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando o parecer Técnico da Comissão de Gestão do Conselho Municipal de Saúde, nº 14 realizado no dia 06.10.2020;

Resolve:

Art. 1° Aprovar Planejamento de Trabalho, Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e Multivacinação para Atualização da Caderneta de vacinação da criança e do adolescente ate 15 anos de idade. Secretaria Municipal e VISA em Saúde - Ano: 2020, Diamantino - MT.

Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 07 de Outubro de 2020.

Tânia Maria Ferreira Rocha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 15 de 07 de Outubro de 2020 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT.

Cleide Maria Anzil

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESOLUÇÃO N° 16 / 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94 , 619/06, de 14 de março de 1994 e Lei nº 1.292 de julho de 2019.

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de Janeiro de 2012;

Considerando a Organização as ações de prevenção e controle para o enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19) no município, diante da pandemia estabelecida e do crescente número de casos confirmados no Brasil, em relação a questão financeira deste período;

Considerando que o Sistema Único de Saúde é responsável por executar ações e serviços de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde a todos;

Considerando que a Rede Assistencial de Saúde do Município de Diamantino tem por objetivo garantir os atendimentos de urgência e emergência aos seus usuários, principalmente, para aqueles que requerem tratamento de patologias como a COVID-19;

Considerando que no Boletim Informativo do dia, a Situação Epidemiológica referente à COVID-19, o município de Diamantino apresenta;

Considerando que, os números de casos vêm aumentando conforme comportamento da população, para minimizar temos usado carro de som, mídias de rádio, internet e também o COMITE COVID, tem atuado em conversar para conscientizar

Considerando a proposta para utilização do recurso com serviços de acordo com as Portarias nº 1579, 2.516, 2405, e 2358.

Considerando o Parecer Técnico da Comissão de Gestão do Conselho Municipal de Saúde, realizado no dia 06.10.2020;

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar e deliberar Plano de Aplicação de Recursos para Enfrentamento da COVID-19, conforme, Proposta para Utilização dos Recursos de acordo com as Portarias, nº 1579, 2.516, 2405, e 2358.

Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 07 de Outubro de 2020.

Tânia Maria Ferreira Rocha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 16/2020, de 07 de Outubro de 2020, do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT.

Cleide Maria Anzil

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 14:00 horas, (Horário de Brasília) do dia de 21 Outubro de 2020, estará abrindo o pregão eletrônico, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO TIPO "A" PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br e www.bllcompras.org.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 08 de Outubro de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA

REFERENTE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 138/2019.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.

Vistos,

Conforme se vislumbra do procedimento licitatório, a empresa **R.C. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, sagrou-se vencedora de 05 (cinco) itens do Pregão Presencial nº 54/2019, formalizando com esta Administração Pública a Ata de Registro de Preço nº 138/2019, assumindo, inclusive, a responsabilidade contratual de fornecer os produtos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da expedição da Ordem de Fornecimento, na forma do Parágrafo Primeiro, da Cláusula Quinta, da Ata de Registro de Preços, *in verbis:*

"CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

(...)

***Parágrafo Primeiro** - O prazo de entrega será de **15 (quinze) dias**, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/serviços ou empenho expedida pelo Setor competente."*

No caso, a NAD n° 2421.4.1/2019, datada do dia 30 de dezembro de 2019, foi encaminhada à empresa no dia 06 de janeiro de 2020, por correspondência eletrônica (diretoria@rchospitalar.com.br). Observa-se que o referido endereço eletrônico consta na qualificação da respectiva ARP (fl. 2258).

Dessa forma, os produtos deveriam ser entregues até o dia 21 de janeiro de 2020. Mesmo assim, a NAD foi reencaminhada à empresa no dia 28 de janeiro de 2020, em outro endereço eletrônico (licitacao1@rchospitalar.com.br).

Como não houve qualquer retorno por parte da empresa, ela foi devidamente notificada, em 12 de maio de 2020, também por correspondência eletrônica (diretoria@rchospitalar.com.br), ficando ciente de que deveria entregar a integralidade dos produtos da NAD n° 2421.4.1/2019, em até 15 (quinze) dias úteis, sob de CANCELAMENTO da ata, sem prejuízo das demais sanções.

A fim de dar maior publicidade, a notificação foi, inclusive, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição n° 3.477, do dia 13.05.2020.

Nota-se que, ao final da notificação, resta claro que foi oportunizado o direito de defesa, no prazo de 05 (cinco) dias.

Pasmem que, a empresa manteve-se inerte, deixando escoar o prazo para entrega dos produtos e da apresentação da defesa, até que, em 14 de agosto de 2020, apresentou pedido de realinhamento de preço do Item 01 da ARP "CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA", justificando-se na pandemia do COVID-19.

Até o momento, o único item não entregue é o de número 01 - "CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA", objeto do pleito de reajuste.

Sem muitas delongas, não se justifica o pedido, baseado na pandemia do COVID-19, considerando que, na oportunidade da Ordem de Fornecimento (NAD n° 2421.4.1/2019 - 30.12.2019), não se cogitava na imensa expansão do vírus de modo a se tornar de relevância internacional e surtir diversos efeitos econômicos.

E, outra, a empresa não forneceu no prazo contratual (Parágrafo Primeiro, da Cláusula Quinta, da Ata de Registro de Preços), e quedou-se inerte diante da notificação, apresentando pedido de realinhamento totalmente intempestivo, isto é, após 03 (três) meses da sua notificação.

Nesse sentido, não resta outra alternativa senão cancelar a ata e aplicar as devidas sanções contra a empresa, senão vejamos:

O atraso ocorrido se amolda perfeitamente nas hipóteses de rescisão contratual dos incisos I e III, art. 78, da Lei nº 8.666/93, *in verbis:*

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;;"

Por sua vez, corroborando a lei geral, a Ata de Registro de Preços, dispõe na Cláusula Décima-Segunda, alínea "a":

*"**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.***

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;"

A Ata também prevê, na Cláusula Décima-Quarta, quais as penalidades que podem ser aplicadas, vejamos:

*"**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.***

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I. Advertência;

II.Multa

III. Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade.

***Parágrafo primeiro** - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.*

***Parágrafo Segundo** - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.*

Parágrafo Terceiro - *No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.*

Parágrafo Quarto *- 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;*

Parágrafo Quinto - *A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.*

Parágrafo Sexto - *A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:*

a. Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b. Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c. Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação."

Diante do exposto, com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o Município de Diamantino - MT, RESOLVE:

- **indeferir o pedido de realinhamento de preço do Item 01 da ARP "CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA"**;

- **determinar o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 138/2019**, na forma do art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Décima-Segunda da própria Ata;

- **aplicar multa moratória acumulada em 10%** (0,5% por dia corrido de atraso, até o 20° dia) sobre o valor do Item 01 (R$ 83.600,00), **resultando num total de R$ 8.360,00**, constante do Parágrafo Segundo, da Cláusula Décima-Quarta da Ata.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO O SETOR DE LICITAÇÃO:

1º. Cientificar a empresa sobre a presente decisão;

2º. Informar ao Setor de Tributos para lançamento e cobrança da penalidade de multa imposta.

Publica-se. Intima-se. Providencie a inscrição/lançamento da multa junto ao Setor de Tributos. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 05 de outubro de 2020.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA

REFERENTE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 136/2019.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.

Vistos,

Conforme se vislumbra do procedimento licitatório, a empresa **I. S. CONTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI**, sagrou-se vencedora de 05 (cinco) itens do Pregão Presencial nº 54/2019, formalizando com esta Administração Pública a Ata de Registro de Preço nº 136/2019, assumindo, inclusive, a responsabilidade contratual de fornecer os produtos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da expedição da Ordem de Fornecimento, na forma do Parágrafo Primeiro, da Cláusula Quinta, da Ata de Registro de Preços, *in verbis:*

"CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

(...)

Parágrafo Primeiro *- O prazo de entrega será de* ***15 (quinze) dias****, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/serviços ou empenho expedida pelo Setor competente."*

No caso, a NAD n° 2421.9.1/2019, datada do dia 30 de dezembro de 2019, foi encaminhada à empresa no dia 06 de janeiro de 2020, por correspondência eletrônica (seixascosta@hotmail.com). Observa-se que o referido endereço eletrônico consta na qualificação da respectiva ARP (fl. 2246).

Dessa forma, os produtos deveriam ser entregues até o dia 21 de janeiro de 2020.

Como não houve qualquer retorno por parte da empresa, ela foi devidamente notificada, em 12 de maio de 2020, também por correspondência eletrônica (seixascosta@hotmail.com), ficando ciente de que deveria entregar a integralidade dos produtos da NAD n° 2421.9.1/2019, em até 15 (quinze) dias úteis, sob de CANCELAMENTO da ata, sem prejuízo das demais sanções.

A fim de dar maior publicidade, a notificação foi, inclusive, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição n° 3.477, do dia 13.05.2020.

Nota-se que, ao final da notificação, resta claro que foi oportunizado o direito de defesa, no prazo de 05 (cinco) dias.

Mesmo assim, a empresa manteve-se inerte, deixando escoar o prazo para entrega dos produtos e da apresentação da defesa.

Pasmem que, até o momento, nenhum dos itens da ARP foi entregue.

Nesse sentido, não resta outra alternativa senão cancelar a ata e aplicar as devidas sanções contra a empresa, senão vejamos:

O atraso ocorrido se amolda perfeitamente nas hipóteses de rescisão contratual dos incisos I e III, art. 78, da Lei nº 8.666/93, *in verbis:*

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;;"

Por sua vez, corroborando a lei geral, a Ata de Registro de Preços, dispõe na Cláusula Décima-Segunda, alínea "a":

*"**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.***

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;"

A Ata também prevê, na Cláusula Décima-Quarta, quais as penalidades que podem ser aplicadas, vejamos:

*"**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.***

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I. Advertência;

II.Multa

III. Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade.

***Parágrafo primeiro** - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.*

***Parágrafo Segundo** - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.*

***Parágrafo Terceiro -** No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.*

***Parágrafo Quarto** - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;*

***Parágrafo Quinto -** A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.*

***Parágrafo Sexto -** A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:*

a. Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b. Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c. Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação."

Diante do exposto, com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o Município de Diamantino - MT, RESOLVE:

- **determinar o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 136/2019**, na forma do art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Décima-Segunda da própria Ata;

- **declarar a empresa suspensa de participar de procedimentos licitatórios realizados por este órgão, bem como de contratar com esta Administração pelo período de 01 (um) ano a contar da publicação desta decisão**, nos moldes do item III e Parágrafo Terceiro, ambos da Cláusula Décima-Quarta, da Ata;

- **aplicar multa de 10% sobre o valor da ARP por inexecução total do objeto**, **resultando num total de R$ 9.862,00**, constante do Parágrafo Quarto, da Cláusula Décima-Quarta da Ata.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO O SETOR DE LICITAÇÃO:

1º. Cientificar a empresa sobre a presente decisão;

2º. Manter em registro próprio a suspensão da empresa, de modo a inibi-la de participar de procedimentos licitatórios deste Município pelo respectivo prazo;

3º. Informar ao Setor de Tributos para lançamento e cobrança da penalidade de multa imposta.

Publica-se. Intima-se. Providencie o registro da suspensão, e a inscrição/lançamento da multa junto ao Setor de Tributos. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 05 de outubro de 2020.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 233, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando C.I n. 177/2020 do gestor de contratos indicando servidora para fiscal do contrato n.º 107/2020;

Considerando ciência da função da indicada como fiscal para o referido contrato;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **QUINESVITA BARROSO DOS ANJOS,** brasileira, solteira, portadora do RG N. º 3649770 SSP/MG e CPF N.º 769.982. 316-87, servidora efetiva - matrícula n.º 1608.1**,** como Fiscal do Contrato nº **107/2020**, cujo OBJETO é: Aquisição de persiana com caixa box para atender a demanda do Pronto Atendimento, que está organizando uma área de isolamento para atender pacientes

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Capistrano, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, neste Município, resolve:

Considerando o Contrato Administrativo nº 084/2020, firmado entre este Poder executivo Municipal e a Empresa **BALSAMO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP;**

Considerando que o objeto do instrumento acima referido é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFALTICA GROSSA NA RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS ASFALTADAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Considerando que a empresa responsável pela execução dos serviços objeto do contrato mencionado anteriormente não tem atendido satisfatoriamente aos prazos e serviços proposto na planilha pactuada com a empresa;

Considerando que, apesar das diversas solicitações e intervenções junto à Empresa realizadas pelo Setor de Engenharia, infelizmente os serviços não tem sido executado;

Diante disto, fica por meio da presente **NOTIFICADA** a empresa **BALSAMO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ nº 25.220.650/0001-73, para que o mesmo tome as devidas providencias para sanar o problema, não ultrapassando o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, e, caso não seja atendido dentro deste prazo, poderá o Município de Diamantino, aplicar as sanções previstas no Contrato Administrativo e no processo licitatório, diante dos fatos apontados na presente **NOTIFICAÇÃO.**

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento desta NOTIFICAÇÃO.

Diamantino - MT, 06 de Outubro de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
T E R M O DE P O S S E

Aos oito dias do mês de Outubro do ano de 2020, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira , compareceu o Senhor **CAIO ALEXANDRE OJEDA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Portador do RG sob nº 1812762-2 SSP/MT e CPF sob nº 039.596.021-54, Título de Eleitor sob nº 030168681864 - Zona 001 - Seção 0158 , CTPS sob nº 15748/Série nº 00023/MT, residente e domiciliado na Av: Desemb. J. P. F. Mendes, 2211, Bairro Jardim Eldorado - Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de **PROCURADOR JURÍDICO**, Nível I, Classe A, aprovado no Concurso Público nº 001/2018 e nomeado pelo Decreto nº 170/2020, de 14 de Setembro de 2020, com lotação no Gabinete do Prefeito, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 08 de Outubro de 2020.

CAIO ALEXANDRE OJEDA DA SILVA

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2287, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Capistrano, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, neste Município, resolve:

Considerando a Ata de Registro de Preços nº 122/2019, firmado entre este Poder executivo Municipal e a Empresa **MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME;**

Considerando que o objeto do instrumento acima referido é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E DERIVADOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.**

Considerando que na clausula quinta estabelece que o prazo de entrega seja de 05 (cinco) dias contados a partir da expedição da ordem de fornecimento/empenho;

Considerando que a entrega dos produtos solicitados através da NAD nº 2249.163.1/2020 de 14 de Setembro de 2020, ate o momento não foram entregues;

Considerando que a entrega dos produtos da NAD citada deveriam ser entregues até o dia 21/10/2020, portanto já se encontra em atraso a mais de 16 (Dezesseis dias), sem que a sua entrega total fosse efetuada pela empresa detentora do registro de preços, prejudicando desta forma o bom andamento dos trabalhos da Secretaria Municipal de Administração.

Considerando que a Ata de Registro de Preços impõe diversas obrigações formais à empresa contratada e ora NOTIFICADA, dentre as quais já destacamos;

Diante disto, fica por meio da presente **NOTIFICADA** a empresa **MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME** inscrita no CNPJ nº 14.689.405/0001-93, para que, entregue os produtos solicitados o mais rápido possível, **não ultrapassando o prazo de 02 (dois) dias para a entrega dos produtos**, e, caso não seja atendido dentro deste prazo, poderá o Município de Diamantino, **CANCELAR O REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR** e aplicar as sanções previstas na Ata e no processo licitatório, diante dos fatos apontados na presente **NOTIFICAÇÃO.**

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurado prazo de 05 (cinco) dias, para ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA.

Diamantino - MT, 07 de Outubro de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 113-2020

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT.

VALOR TOTAL: R$ 425.545,34 (QUATROCENTOS E VINTE E CINCO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: ENGEVIAS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 29 DE SETEMBRO DE 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 114-2020

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, DESCRIÇÃO: MANEJO DO PACIENTE COVID-19

VALOR TOTAL: R$ 5.400,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

CONTRATADO: C. A. ROTTAVA LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2020.

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 115-2020

OBJETO AQUISIÇÃO DE 01(UMA) LAVADORA DE ROUPA 16 KG PARA ATENDER O LAR DO MENOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VALOR TOTAL: R$ 2.096,00 (DOIS MIL E NOVENTA E SEIS REAIS).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

CONTRATADO: GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 06 DE OUTUBRO DE 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 099-2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

VALOR : R$ 186.000,00 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

CONTRATADO: LARISSA VITORASSI CAYRES

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2020.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 015/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2020, do tipo “Menor Preço Global”, tendo como objetivo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DA ESCADARIA DO BAIRRO BURITI E ILUMINAÇÃO DO ACESSO, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, onde se sagrou vencedora da licitação a empresa CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI, inscrita no CNPJ nº 22.103.781/0001-82, com o valor de R$ 168.263.82 (Cento e sessenta e oito mil e duzentos e sessenta e tres reais e oitenta e dois centavos). **A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 07 de Outubro de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 001-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS

CONTRATADO: E. DE J. ROCHA - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE OUTUBRO DE 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR AO CONTRATO Nº 047-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICAÇÃO DE LAMA ASFALTICA GROSSA COM RL 1C, NA RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, REFERENTE AO LOTE 02

VALOR ACRESCIDO: R$ 40.548,06 (QUARENTA MIL QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS).

CONTRATADO: G. L COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE OUTUBRO DE 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH Nº 220/2020

O Secretário Municipal de Administração de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das funções legais que são conferidas pelo art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e,

Concede Férias Regulamentar aos servidores e da outras providências.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, com seus períodos aquisitivos, períodos de férias e lotação, devendo a mesma ser usufruída **integralmente** no período abaixo descrito:

MAT.	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE FÉRIAS	SECR.	ABONO
6440-1	Fabíola Verônica L. da Silva	16/07/2019 a 15/07/2020	01/09/2020 a 20/09/2020	SPLAM	10 DIAS
3064-1	Auzilene Lopes Martins	14/03/2019 a 13/03/2020	01/09/2020 a 20/09/2020	SMSVS	10 DIAS
6252-1	Emerson de Alves de Sá	03/06/2019 a 02/06/2020	01/09/2020 a 20/09/2020	SMSVS	10 DIAS
667-1	Rosimeire Apª Vanni Lima	09/07/2019 a 08/07/2020	01/09/2020 a 20/09/2020	SMSVS	10 DIAS
3542-1	Rafaela Vitorassi Brambati	09/05/2018 a 08/05/2019	05/09/2020 a 04/10/2020	SMSVS	10 DIAS
128-1	Irtes Albuquerque Arruda	01/03/2019 a 29/02/2020	08/09/2020 a 27/09/2020	SMSVS	10 DIAS
3705-1	Neuci Santos da Silva	03/09/2019 a 02/09/2020	08/09/2020 a 27/09/2020	SMSVS	10 DIAS
6241-1	Rozilene José Barbosa	03/06/2019 a 02/06/2020	08/09/2020 a 27/09/2020	SMSVS	10 DIAS
2892-1	Eliane Campos da Silva	27/06/2019 a 26/06/2020	21/09/2020 a 10/10/2020	SMSVS	10 DIAS
6452-1	Maria Jucileide M.de Andrade	27/08/2019 a 26/08/2020	21/09/2020 a 10/10/2020	SMSVS	10 DIAS
1384-1	Davi Emanoel da Cruz Moraes	07/01/2019 a 06/01/2020	02/09/2020 a 21/09/2020	SINFRA	10 DIAS
1513-1	Marionei Ferreira Mendes	12/11/2018 a 11/11/2019	03/09/2020 a 22/09/2020	SINFRA	10 DIAS
1722-1	José Pacheco Netto	04/03/2019 a 03/03/2020	08/09/2020 a 07/10/2020	SINFRA	
225-1	Nelson Sá Telles Filho	01/03/2019 a 29/02/2020	08/09/2020 a 07/10/2020	SINFRA	
131-1	Ivan Anjolin	20/07/2019 a 19/07/2020	08/09/2020 a 27/09/2020	SINFRA	10 DIAS

ART. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua assinatura, revogada as deposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE

Diamantino-MT, 07 de Outubro de 2020.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO E HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 006/2020

AVISO E HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 006/2020

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, torna Público, que **ADERIU** a **Ata de Registro de Preços** 227/2020, originada **do Pregão Eletrônico nº** 082/2020, realizado pela Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT, tendo como fornecedor registrado, a empresa REAVEL VEÍCULOS EIRELI, detentora doCNPJ: 30.260.538/0001-04**,** para fornecimento de uma UTI MÓVEL, da qual obtivemos a concordância na referida adesão, e aceite da licitante para a adesão junto a prefeitura municipal de Dom Aquino-MT.

R E S O L V E :

Resolve, HOMOLOGAR e em consonância ADJUDICAR a Empresa, REAVEL VEÍCULOS EIRELI, detentora doCNPJ: 30.260.538/0001-04, com um valor de R$ 225.500,00 (Duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais), destinado a atender a demanda da Secretaria de Saúde, na condição "CARONA".

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa REAVEL VEÍCULOS EIRELI.

Dom Aquino-MT, 07 de outubro de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL 338/2020

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a Sra. **ANETTE INGRIT BENCKE SCHNEIDER,** ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 01/10/2020 a 30/10/2020.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL 340/2020

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a Sra. **LIVANETE FRANCISCA VIEIRA DE SOUZA,** ocupante do cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 01/10/2020 a 30/10/2020.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2019/2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL 345/2020

DATA: 06 DE OUTUBRO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar por falecimento, o Sr. **RODRIGO MEGIOLARO**, matrícula nº 715, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO I**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, do Município de Feliz Natal/MT, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

LEI Nº. 986/2020 - AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - COVID-19 SAÚDE

LEI Nº. 986 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 05/10/2020, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a criar crédito adicional especial no orçamento vigente de até R$ **48.659,00** (quarenta e oito mil seiscentos e cinquenta e nove reais), criando a dotação mencionada abaixo:

06 SEC. MUN. DE SAÚDE

002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0298.20134 ENFRENTAMENTO COVID-19

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

0.1.26.076000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS, INSTITUÍDO PELA LC 173, DE 27/05/2020, ART. 5º, I. PARA A SAÚDE

SUBTOTAL 48.659,00

TOTAL 48.659,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de Previsão de Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso 0.1.26.076000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS, INSTITUÍDO PELA LC 173, DE 27/05/2020, ART. 5º, I. PARA A SAÚDE, conforme preceitua o **artigo 43, II da Lei Federal nº 4.320/1964.**

Art. 3º - Fica o poder executivo autorizado a realizar as atualizações nos anexos do PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) vigentes, sejam por inclusão ou alteração de Programas e Ações.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 07 de outubro de 2020.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 008/2020 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 071/2019

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 008/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 071/2019

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL- SRP.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 033/2019

Por meio do presente termo de apostila para reajuste de preços, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59 e a empresa **JOÃO MARINHO**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 02.378.934/0001-97, estabelecida na Avenida Brasil s/n, centro, na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato pelo empresário Sr. **João Marinho**, portador da cédula de identidade RG nº 143.865- SSP/MS e do CPF nº 367.140.971-15, resolvem firmar o presente **termo de apostila** nos termos abaixo descritos,

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude de autorização da **Agencia Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP**, órgãos Federal que regulamenta os preços do combustível, ficam alterados os valores dos combustíveis licitados no referido certame para o fornecimento do objeto mencionado, conforme comprovação por notas fiscais de aquisição.

PARÁGRAFO ÚNICO: Com o reajuste acima mencionado, serão alterados os valores unitários de preços constantes na Ata de Registro de Preços acima referenciados, ficando os novos preços, que serão praticados **a partir do dia 07 de outubro de 2020** do corrente ano e nos valores abaixo descritos:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	Valor Anterior	Valor Alterado
02	lt	Gasolina Comum	4,69	4,84
01	lt	Diesel S-10	4,04	4,26

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ADMINISTRAÇÃO

ORGAO: 03

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20007

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30

COD REDUZIDO: 33

SEC SAUDE

ORGAO: 06

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 20009.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30

COD REDUZIDO: 89

SEC OBRAS

ORGAO: 09

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20042

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30

COD REDUZIDO: 281

SEC FINANÇAS

ORGAO: 11

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20045

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30

COD REDUZIDO: 389

SEC EDUCAÇÃO

ORGAO: 12

UNIDADE: 003

PROJ/ATIV: 20060

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30

COD REDUZIDO: 504

ASSISTENCIA SOCIAL

ORGAO: 13

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 20080

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30

COD REDUZIDO: 652

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no artigo 65, II, d, e § 5º da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas na **ATA - SRP**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Gaúcha do Norte – MT, 07 de outubro de 2020.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE JOÃO MARINHO

VONEY RODRIGUES GOULART

CNPJ: 02.378.934/0001-97

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Testemunhas:

1)_____CPF: _____

2)_____CPF: _____

JOÃO MARINHO EPP

CNPJ nº 02.378.934/0001-97

CONTRATADO

LEI Nº. 987/2020 - AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - COVID-19 SAÚDE CUSTEIO

LEI Nº. 987 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 05/10/2020, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito especial no orçamento vigente de até R$ 40,000,00 (quarenta mil reais), criando a dotação mencionada abaixo:

06 SEC. MUN. DE SAÚDE

002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0298.20134 COVID-19 ENFRENTAMENTO A PANDEMIA – SAÚDE.

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

0.1.46.074000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – ENFRENTAMENTO COVID-19

SUBTOTAL 40.000,00

TOTAL 40.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes anulações, conforme preceitua o artigo 43, III da Lei Federal nº 4.320/1964.

06 SEC. MUN. DE SAÚDE

002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0075.20128 ENFRENTAMENTO COVID-19

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

0.1.46.074000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – ENFRENTAMENTO COVID-19

SUBTOTAL 40.000,00

TOTAL 40.000,00

Art. 3º - Fica o poder executivo autorizado a realizar as atualizações nos anexos do PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) vigentes, sejam por inclusão ou alteração de Programas e Ações.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 07 de outubro de 2020.

VONEY RODRIGUES GOULART PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 024/2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2020

Modalidade: Pregão Presencial 027/2020, Processo 50/2020. Órgão Gerenciador: Município de General Carneiro-MT. Vigência: 12 (Doze) meses. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MAQUINAS PESADAS POR HORAS (HORIMETRO) CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES MUNICIPAL E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA.. Empresas:

1) **CERRADO INDUTRIA DE MOVEIS LTDA** CNPJ; **16.703.030/0001-02**

General Carneiro-MT, em 07, de Outubro de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2020 - MENOR PREÇO POR ITEM

Aos seis dias do mês de Outubro de 2020, às 08:00 hs, o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso o Sr. Fettermman Fonseca Sebastião e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 773/2018, deu início ao Pregão Presencial n.º 05/2020, julgamento tipo MENOR PREÇO POR ITEM, referente ao processo Administrativo N.º 32/2020, que tem como objeto Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA**,** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme Termo de Referência em anexo.

1 - CREDENCIAMENTO

Como de rotina do Sr. Pregoeiro, concedeu 10 (dez) minutos de tolerância para o início dos trabalhos.

Declarada aberta a sessão pelo Sr. Pregoeiro, constatando a presença de apenas uma proponente interessada, a sessão teve início o Credenciamento do mesmo, constituindo no exame dos documentos oferecidos pelo interessado presente, visando a comprovação da existência de poderes para formulação de propostas e a prática dos demais atos de atribuição dos licitantes.

Depois de analisados todos os documentos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio foi credenciada a empresa abaixo;

EMPRESA	ME/EPP/ LTDA	CNPJ	REPRESENTANTE	IDENTIFICAÇÃO
IVAIR JAMARIQUELI	ME	11.002.794/0001-49	IVAIR JAMARIQUELI	PROPRIETÁRIO

Ao término do credenciamento, o Sr. Pregoeiro solicitou que a empresa presente credenciada que entregasse à Equipe de Apoio, os envelopes n.º 01 contendo a Proposta e o n.º 02 contendo a habilitação.

2 - REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA ESCRITA

Ato contínuo foi aberto o Envelope contendo a proposta, e com a colaboração da equipe de apoio, o pregoeiro, passando-se a analisar a proposta da empresa credenciada, para verificar se a mesma atendia aos requisitos do Edital e examinando a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento. O Pregoeiro franqueou o acesso a todos ao conteúdo da proposta, solicitando que as rubricassem.

Após esse procedimento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio verificaram que a empresa credenciada atenderam as exigências do Edital. Estando portando classificada, conforme segue sua proposta inicial em anexo, dando seguimento a próxima fase.

3 - RODADA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

Com a empresa proponente classificada, o Pregoeiro convidou o representante da empresa proponente e autor da proposta selecionada, a negociar o preço inicial. O representante propôs a dar um desconto de 3% para todos os itens. Após esta negociação consagrou-se vencedor, que segue em anexo com esta ata.

4 - SITUAÇÃO FINAL DOS ITENS

O pregoeiro declara encerrado a fase de lances, e fica CLASSIFICADA a empresa com os devidos valores finais por item, conforme relatório em anexo e valor total conforme quadro abaixo;

PROPONENTE	VALOR TOTAL
IVAIR JAMARIQUELI – ME	R$ 111.897,52

5 - HABILITAÇÃO

Após a fase de lances e negociação com as empresas credenciadas, o Sr. Pregoeiro realizou a abertura do ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, para análises, onde foram assinados por todos os presentes, com amplo acesso para os interessados. Dando seguimento a Sessão, passou-se a análises dos documentos da empresa classificada, com Menor Preço por item. Após analisar toda a documentação apresentada pela empresa proponente e exigidas no edital, verificou-se que todas foram apresentadas dentro dos prazos de validade, assim, considerando classificada, conforme quadro abaixo.

EMPRESA	ME/EPP/ LTDA	CNPJ	REPRESENTANTE	SITUAÇÃO
IVAIR JAMARIQUELI – ME	ME	11.002.794/0001-49	Ivair Jamariqueli	Classificada

6 - Da fase de Apresentação de Recursos

Após a classificação do Proponente/Fornecedor, o Pregoeiro avisou que se houvesse algum interesse em interpor recurso contra o procedimento deveria manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, que seria registrada no final da ata. Como ninguém demonstrou interesse de interpor recurso, o Pregoeiro encerra esta fase do certame.

7 - Das Ocorrências na Sessão Pública

Nada relevante a mencionar

8 - Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar o Pregoeiro encerrou a sessão, da qual, para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelo licitante presente.

9 - Publicação

Todos os atos relativos ao processo Pregão Presencial n.º 05/2020, serão publicados no MURAL da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e no Site da Prefeitura, o Contrato e Homologação no Diário Oficial da AMM.

Glória D´Oeste – MT, 06 de Outubro de 2020

Fettermman Fonseca Sebastião Orivaldo Lima Leão Pinto

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Josélia Bressanin Bossolani Kepury De Carvalho

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Kellyton Ribeiro Dos Santos

Equipe de Apoio

IVAIR JAMARIQUELI – ME

Ivair Jamariqueli

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2020

O Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico n° 002/2020**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 50 tablets a serem utilizados como ferramentas pedagógicas nas turmas de alfabetização das Escolas Municipais do Município de Itanhangá – MT"**, cuja a abertura ocorrerá no dia **22 de outubro de 2020, às 09H00MIN (nove horas) – Horário de Brasília.** O Edital completo poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Itanhanga-MT, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br e ainda na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br ou www.gov.br/compras-br.

Itanhangá-MT, 07 de outubro de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2020

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados através da Portaria n° 002/2020 de 06/01/2020, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 032/2020**, instaurada para o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pintura em paredes internas e externas, comunicação visual (letreiros, faixas e fachadas), pintura de calçadas, sinalização viária, demarcação de quadra de esporte e de estruturas metálicas para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT."., sagrou-se vencedora a seguinte empresa: **ODAIR JOSÉ FONSECA 78252652115 – CNPJ: 30.501.024/0001-95,** sagrou-se vencedora de todos os itens com o valor total de R$ 198.889,00 (cento e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e nove reais).

Itanhangá-MT, 07 de outubro de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 110/2020.

Dispõe sobre Prorrogação de Afastamento a servidor público da Câmara Municipal de Itiquira e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o requerimento da servidora. emitido em 06/10/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR afastamento da Servidora **CAROLINE RAMOS DA SILVA**, brasileira, solteira, filha de José Luiz Barboza da Silva e Marcia Cristina Ramos da Silva, natural de Barreiras-BA., nascida em: 05/03/1995, devidamente inscrita no CPF sob o nº 047.560.031-25, portadora da Carteira de Identidade RG. 2303131-0 SSP/MT., Assessora Parlamentar/Legislativa (Gabinete do Vereador Álvaro), matrícula funcional 287, por mais 14 dias, a partir de 06/10/2020, em razão de isolamento social, por determinação médica.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 06 de outubro de 2020.

Marcio Alves Fontes
Presidente
(Gestão 2019/2020)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO N. 041/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, a sessão do dia 05/10/2020, referente ao **PREGÃO n.º. 041/2020**. OBJETO: **PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preços para eventual contratação de empresa para aquisição de 1 (um) caminhão novo com equipamento compactador de lixo, para o Município de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **05 DE OUTUBRO DE 2020 – 08:30 h - MT,** foi declarada **DESERTA**, pois não acudiram interessados. Jaciara-MT, 05 de outubro de 2020.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º 036/2020**, que tem por objeto o **"Registro de preços para futura aquisição de uma máquina tipo Retroescavadeira Zero Km, para o Município de Jaciara - MT",** onde foi vencedora a empresa **DEFANT E CAPELOSSA SILVA LTDA,** inscrita no CNPJ nº **33.086.529/0001-29**,ao valor global de **R$ 220.000,00** (Duzentos e vinte mil reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 05 de outubro de 2020.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 033/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 033/2020**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de caminhão limpa fossa, para atender a demanda das Secretarias do município de Jaciara/MT",** onde foi vencedora a empresa **JOSINELSON PEREIRA DA SILVA CRUZ - ME** ao valor global de **R$ 261.750,00** (Duzentos e Sessenta e Um Mil Setecentos e Cinquenta Reais) conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 25 de setembro de 2020.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

COVID-19: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020. TERMO DE RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 012/2020.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal De Promoção Assistência e Social, no processo de contratação direta da Pessoa Jurídica: **CIRURGICA GONCALVES LTDA-EPP, CNPJ n.º 15.371.628/0001-70,** objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL DE FISIOTERAPIA PARA SECRETARIA DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS [COVID-19], NO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT**, mediante o pagamento de valor total de R$ 25.291,00 (vinte cinco mil duzentos e noventa e um reais). Onde formulou-se expediente de dispensa de licitação nº 012/2020, conforme disposição do art. 24, inciso I, em atendimento ao disposto na Lei nº 8.666/1993, Lei 13.979/2020 e Medida Provisória Nº 926/2020 RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Prestação do Serviço, Objeto Licitado.

Jangada/MT, 06 de Outubro de 2020.

_____

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 0121/2020

Dispõe sobre a Designação do Srº Jones de Campos Souza para ser Fiscal de Ata de Registro de Preços.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar Ata de Registro de Preço abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **JONES DE CAMPOS SOUZA**, Assessor Especial, como Fiscal dos Contratos, conforme segue:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2020

OBJETO: - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, ACESSÓRIOS E RESSOLAGEM PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT.

CONTRATADO: PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

CNPJ Nº 03.532.991/0001-41;

CONTRATADO: PNEUS VIA NOBRE LTDA

CNPJ Nº 01.976.860/0048-91

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 05 de outubro de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

COVID-19: PORTARIA N º 0122/2020

Dispõe sobre a Designação do Srº Jones Campos Souza para ser Fiscal de Contrato.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jones Campos Souza**, Assessor Especial, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DEMAIS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS [COVID-19].

CONTRATADO: MARCINEY GREGORIO DE ALEIDA & CIA LTDA-ME.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 05 de outubro de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 020/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE APOIO TÉCNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA VOLTADA A GESTÃO PÚBLICA, ENVOLVENDO ÁREA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E PRESTACAO DE CONTAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS, PROCESSOS LEGISLATIVOS, RECURSOS HUMANOS, TRIBUTARIA, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DIVERSAS, BEM COMO, DEFESAS DOS INTERESSES DO MUNICIPIO JUNTO A ORGÃOS DE CONTROLE EXTERNO.

PRAZO: 22/07/2020 A 22/05/2021

CONTRATADO: TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA-ME

CONTRATANTE: EDERZIO DE JESUS MENDES

JANGADA/MT, 22 DE JULHO DE 2020

PORTARIA N º 0120/2020

Dispõe sobre a Designação do Srº Jones de Campos Souza para ser Fiscal de Ata de Registro de Preços.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar Ata de Registro de Preço abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **JONES DE CAMPOS SOUZA**, Assessor Especial, como Fiscal dos Contratos, conforme segue:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2020

OBJETO: - REGISTRO DE PRECOS PARA AQUISICAO DE 01 UM CAMINHAO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO COM CAPACIDADE DE 15M³, PARA O MUNICIPIO DE JANGADA-MT, TERMO DE CONVENIO Nº 0560-2020.

CONTRATADO: EMPORIUM CONSTRUTORA COMERCIO E SERVICOS LTDA

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 05 de outubro de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

AVISO PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 029/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3021/2020

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 029/2020 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009 e Decreto Municipal nº. 058/2009 de 03 de Novembro 2009, subsidiariamente pela Lei 8. 666/93 e alterações posteriores.

Objeto: "**Registro de preços para futura contratação de serviços de micro-revestimento para a pavimentação asfáltica das ruas e avenidas do Município de Jauru**", conforme especificações do anexo I, que faz parte integrante do Edital.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 21/10/2020 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal "José Peres" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

Pregoeiro – Anderson Pavini

Telefone: (65) 3244-1849 (setor de Licitação)

www.jauru.mt.gov.br

E-mail: licitacao@jauru.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 118/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 118/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 075/2020 PREGÃO ELETRÔNICO SRP: Nº 033/2020

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **NAVODAP – COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI CNPJ: 33.540.**

866/0001-44, neste ato representada legalmente pela Sra. **MARLENE APARECIDA GUERINI PADOVAN**, portadora do **CPF de n° 757.207.109-06 e RG: 3547179-0 SSP/PR**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Materiais Hidráulicos para atender as necessidades do Setor Operacional do Departamento de Água e Esgoto do Município de Juruena, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital, pelo período de 12 meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com início em 07/10/2020 e término em 07/10/2021.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

3.2. A FISCALIZAÇÃO FICARÁ POR CONTA DE: Fiscal de Contrato: Eliane Gonçalves Borges Rodrigues – CPF: 980.838.801-91 - Portaria nº 65 de 20 de maio de 2020.

4. DO CONTRATADO 4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ANEL DE BORRACHA - JE PBA DN 50/DE 60	UNID.	500	GIBABOR	1,00	500,00
02	ARRUELA DE VEDACAO PARA FLANGES - DE BORRACHA, PARA SER UTILIZADA EM TUBULACAO , COM CLASSE DE PRESSAO PN10, E DIAMETRO NOMINAL DO FLANGE DE 200MM	UNID.	10	GIBABOR	5,00	50,00
03	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO, MARROM, COM DIAMETRO DE 25MM, COM ENCAIXE TIPO ROSCA	UNID.	300	PLASTILIT	0,70	210,00
04	ANEL DE VEDACAO - DE BORRACHA,COM DIAMETRO DE 150 MM (NBR 7665),PARA SER UTILIZADO EM TUBO PVC DEFOFO	UNID.	110	GIBABOR	3,98	437,80
06	ANEL DE VEDACAO - DE BORRACHA, COM DIAMETRO DE 110MM, PARA SER UTILIZADO EM PARA TUBO DE PVC	UNID.	200	GIBABOR	2,50	500,00
08	CAPS - PVC, ROSCAVEL,DIAMETRO DE 3/4¨,FECHAMENTO DE TUBOS	UNID.	2.100	GIBABOR	1,20	2.520,00
10	CAP DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77,DIAMETRO NOMINAL: 60MM,COR: MARROM,PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	UNID.	150	PLASTILIT	7,00	1.050,00
12	CAP - EM PVC, DEFOFO, BOLSA FERRO,SOLDAVEL,COM DIAMETRO NOMINAL DE 150MM	UNID.	07	C&M	77,99	545,93
17	COLAR DE TOMADA - EM PVC, COM TRAVAS,COM DIAMETRO NOMINAL DE 32MM,SAIDA COM ROSCA DE 32 MM X 3/4¨, PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA,CONFORME NBR 10930	UNID.	100	IPAL	5,50	550,00
19	CURVA 90 GR PVC PB JE - EM PVC RIGIDO INJETADO, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELASTICA, CONFORME ESPECIFICADO NA NBR 10351 E PADRONIZADO NA 9815, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, COM DIAMETRO EXTERNO DE 60 MM	UNID.	70	C&M	20,80	1.456,00
20	CURVA 90 GR PVC PB JE - EM PVC RIGIDO INJETADO, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELASTICA, CONFORME ESPECIFICADO NA NBR 10351 E PADRONIZADO NA 9815, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100 MM, COM DIAMETRO EXTERNO DE 110 MM	UNID.	15	C&M	52,00	780,00
28	LUVA COM ROSCA DE PVC RIGIDO - BRANCA ROSCAVEL 25MM OU 3/4"	UNID	100	PLASTILIT	0,99	99,00
36	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4 POL, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	UNID.	200	PLASTILIT	0,63	126,00
37	PLUG EM PVC - DE PVC, DE 3/4¨, TIPO ROSCAVEL	UNID.	50	PLASTILIT	0,63	31,50
39	REGISTRO - PBA EM FERRO COM COM DIAMETRO DE 110MM, COM ANEL DE VEDACAO, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA NBR REGULAMENTADORA VIGENTE	UNID.	07	AVK	717,45	5.022,15
42	REGISTRO - PBA 60MM - REGISTRO EM FERRO COM DIAMETRO DE 60MM, COM ANEL DE VEDACAO, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA NBR REGULAMENTADORA VIGENTE	UNID.	15	AVK	390,00	5.850,00
43	REGISTRO - DE GAVETA, COM VOLANTE, FLANGE X FLANGE, EM FERRO FUNDIDO, DE 150 MM	UNID.	5	AVK	1.600,00	8.000,00
52	TE 90 GR - EM PVC, SOLDAVEL, 25MM.	UNID.	100	PLASTILIT	0,95	95,00
54	TE PVC PBA DN 100MM DE 110MM C/ ANEL	UNID.	20	AMANCO	69,99	1.399,80
55	TE DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - JE BBB PBA DN 100 / DE 110 MM MEDIDAS: ALTURA: 2,29 CM, LARGURA: 1,47 CM, PROFUNDIDADE: 3 CM, PESO: 2,05 GRAMA	UNID.	20	AMANCO	80,98	1.619,60
63	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) - EM POLIETILENO, CONFORME ESPECIFICADO NA ABNT, COM DIAMETRO EXTERNO DE 20MM	METRO	10.500	POLIERG	2,83	29.715,00
66	VALVULA DE RETENCAO - DE FERRO FUNDIDO (VALVULA PE COM CRIVO), DN-200MM.	UNID.	01	INAPI	2.100,00	2.100,00

VALOR TOTAL R$ 62.657,78

Juruena – MT, 07 de Outubro de 2020.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

NAVODAP – COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI MARLENE APARECIDA GUERINI PADOVAN

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº

8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 033/2020

Modalidade: Pregão Eletrônico Data da Homologação: 07/10/2020

Objeto da Licitação: Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE JURUENA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO NO EDITAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedores:

Razão Social: NAVODAP – COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI CNPJ: 33.540.866/0001-44 Valor: R$ 62.657,78 Razão Social: METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP CNPJ: 09.655.998/0001-37 Valor: R$ 166.060,00 Juruena – MT, 07 de Outubro de 2020 **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 119/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 119/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 075/2020 PREGÃO ELETRÔNICO SRP: Nº 033/2020

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP CNPJ: 09.655.998/0001-37**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **SEBASTIAO ATAIDE FONSECA**, portador do **CPF de n° 867.396.896-87 e RG: M5849808 SSP/MG**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Materiais Hidráulicos para atender as necessidades do Setor Operacional do Departamento de Água e Esgoto do Município de Juruena, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital, pelo período de 12 meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com início em 07/10/2020 e término em 07/10/2021.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

3.2. A FISCALIZAÇÃO FICARÁ POR CONTA DE: Fiscal de Contrato: Eliane Gonçalves Borges Rodrigues – CPF: 980.838.801-91 - Portaria nº 65 de 20 de maio de 2020.

4. DO CONTRATADO 4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	ANEL DE VEDACAO - DE BORRACHA PARA TUBETE 3/4".	UNID.	2.000	MARCA PROPRIA	0,23	460,00
65	HIDROMETRO – TIPO VELOCIMETRICO UNIJATO/MONOJATO, CLASSE METROLOGIA B, COMPRIMENTO 115 MM, PRE EQUIPADO PARA LEITOR MAGNETICO DE 1 OU 10 LITROS, CORPO EM PLASTICO DE ENGENHARIA COMPOSITE (PLASTICO) OU LATÃO, DIAMETRO 20MM (3/4"), VAZAO MAXIMA 1,5 M³/H, VAZAO NOMINAL 0,75 M³/H, VAZAO MINIMA 15L/H, PRESSAO MAXIMA DE TRABALHO 10BAR, ROSCA (DIREITA) 1POL, BLINDAGEM CONTRA INFLUENCIAS EXTERNAS DE CAMPO MAGNETICO, RELOJOARIA 45º, ORIENTAVEL ATE 360º, COM LOGOMARCA DO SAMAE IMPRESSA NA RELOJOARIA, CUPULA DE POLICARBONATO COM GRAU DE PROTECAO IP67, SISTEMA DE PROTECAO ANTI-FRAUDE MOSTRADOR DE VELOCIDADE (VOLUME – INDICA PASSAGEM DE ÁGUA PELO HIDRÔMETRO OU SE O MESMO ESTÁ PARADO); PONTEIRO MOSTRADOR X0, 0001 – CADA VOLTA DEVE MARCAR 01 (UM) LITRO; PONTEIRO MOSTRADOR X0, 001 – CADA VOLTA DEVE MARCAR 10 (DEZ) LITROS; OS HIDRÔMETROS DEVEM CONSTAR O SELO DE APROVAÇÃO PELO INMETRO; OS NUMEROS MARCADORES DE CONSUMO EM M³ DEVEM SER MARCADOS ATRAVÉS DE 06 (SEIS) DEZENAS (MILHAR, CENTENA E DEZENA);	UNID.	2.300	HIDROMETER	72,00	165.600,00

VALOR TOTAL R$ 166.060,00

Juruena – MT, 07 de Outubro de 2020.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP SEBASTIAO ATAIDE FONSECA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2020

OBJETO: Aquisição de peças mecânicas, elétricas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 013/2020 e Ata de Registro de Preços nº 030/2020.

CONTRATADA: ADRIANO DOS REIS EIRELI - EPP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO**.**

VALOR: R$ 2.048,27 (dois mil, quarenta e oito reais e vinte e sete centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/10/2020

DATA ASSINATURA: 08/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2020

OBJETO: Aquisição de peças mecânicas, elétricas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 013/2020 e Ata de Registro de Preços nº 031/2020.

CONTRATADA: TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: MEIO AMBIENTE.

VALOR: R$ 167,18 (cento e sessenta e sete reais e dezoito centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/10/2020

DATA ASSINATURA: 09/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2020

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material para confecção da mureta de concreto que será base para o fechamento em tela metálica da Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos do Município de Marcelândia - MT, conforme Dispensa de Licitação nº 016/2020.

CONTRATADA: VACCARI E VACCARI LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: OBRAS MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS

VALOR: R$ 9.018,00 (nove mil e dezoito reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2020

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de conserto, montagem e vulcanização de pneus da frota de veículos e máquinas de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 014/2020 e Ata de Registro de Preços nº 038/2020.

CONTRATADA: VANDERLEI RIBEIRO DOS SANTOS 89497180144

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: OBRAS MOBILIDADAES E SERVIÇOS URBANOS

VALOR: R$ 6.042,18 (seis mil e quarenta e dois reais e dezoito centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/10/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2020

OBJETO: Aquisição de equipamentos permanentes para atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Marcelândia-MT, conforme Pregão Eletrônico nº 007/2020 e Ata de Registro de Preços nº 009/2020.

CONTRATADA: POTÊNCIA COMÉRCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: ASSISTENCIA SOCIAL, CIDADANIA E CULTURA

VALOR: R$ 2.155,00 (dois mil, cento e cinquenta e cinco reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2020

OBJETO: Aquisição de peças mecânicas, elétricas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 013/2020 e Ata de Registro de Preços nº 028/2020.

CONTRATADA: F E CRISTOVÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO / EDUCAÇÃO.

VALOR: R$ 608,20 (seiscentos e oito reais e vinte centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2020

OBJETO: aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 019/2020 e Ata de Registro de Preços nº 046/2020.

CONTRATADA: ERICA DE FATIMA GENTIL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 13.027,00 (treze mil e vinte e sete reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2020

OBJETO: aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 019/2020 e Ata de Registro de Preços nº 049/2020.

CONTRATADA: CIRURGICA PARMA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 10.470,00 (dez mil, quatrocentos e setenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2020

OBJETO: aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 019/2020 e Ata de Registro de Preços nº 048/2020.

CONTRATADA: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2020

OBJETO: aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 019/2020 e Ata de Registro de Preços nº 051/2020.

CONTRATADA: C E CARVALHO COMERCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 2.840,00 (dois mil, oitocentos e quarenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2020

OBJETO: aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 019/2020 e Ata de Registro de Preços nº 050/2020.

CONTRATADA: LINCK & LAGEMANN CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2020

OBJETO: aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 019/2020 e Ata de Registro de Preços nº 047/2020.

CONTRATADA: CIRURGICA GONÇALVES LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 3.560,00 (três mil, quinhentos e sessenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2020

OBJETO: Aquisição de equipamentos permanentes para atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Marcelândia-MT, conforme Pregão Eletrônico nº 007/2020 e Ata de Registro de Preços nº 015/2020.

CONTRATADA: DOUGLAS E.C MONTEIRO EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO / EDUCAÇÃO.

VALOR: R$ 5.395,00 (cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/11/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 125/2020

OBJETO: Aquisição de madeira serrada para atender as necessidades das Secretarias do Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Presencial nº 001/2020 e Ata de Registro de Preços nº 005/2020.

CONTRATADA: W.O. IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS E BENEFICIAMENTO EIRELI **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: OBRAS MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS

VALOR: R$ 7.869,54 (sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 15/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2020

OBJETO: aquisição de cadeiras estofadas giratórias dos modelos secretaria e diretor, para atender o Hospital Municipal Maria Zélia de interesse da Secretaria Municipal do Município de Marcelândia/MT, conforme Dispensa de Licitação nº 017/2020

CONTRATADA: K.O.A DREHMER – ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO.

VALOR: R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 17/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2020

OBJETO: Aquisição de peças mecânicas, elétricas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 013/2020 e Ata de Registro de Preços nº 029/2020.

CONTRATADA: VITÓRIA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 1.276,95 (um mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa e cinco)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 21/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2020

OBJETO: aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 019/2020 e Ata de Registro de Preços nº 054/2020.

CONTRATADA: LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020

DATA ASSINATURA: 22/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2020

OBJETO: aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 019/2020 e Ata de Registro de Preços nº 052/2020.

CONTRATADA: CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 51.992,00 (cinquenta e um mil, novecentos e noventa e dois reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020

DATA ASSINATURA: 22/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2020

OBJETO: Aquisição de peças mecânicas, elétricas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 013/2020 e Ata de Registro de Preços nº 031/2020.

CONTRATADA: TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: OBRAS MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS.

VALOR: R$ 216,51 (duzentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 23/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 035/2020.**

CONTRATADA: COMÉRCIO DE PETROLEO AVENIDA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: MEIO AMBIENTE E TURISMO

VALOR: R$ 796,00 (setecentos e noventa e seis reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/11/2020

DATA ASSINATURA: 25/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 035/2020.**

CONTRATADA: COMÉRCIO DE PETROLEO AVENIDA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: OBRAS, MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS

VALOR: R$ 89.550,00 (oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/11/2020

DATA ASSINATURA: 25/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 035/2020.**

CONTRATADA: COMÉRCIO DE PETROLEO AVENIDA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: OBRAS, MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS

VALOR: R$ 4.932,00 (quatro mil, novecentos e trinta e dois reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/11/2020

DATA ASSINATURA: 25/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 036/2020.**

CONTRATADA: AUTO POSTO 4AR LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO

VALOR: R$ 21.395,00 (vinte e um mil, trezentos e noventa e cinco reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/11/2020

DATA ASSINATURA: 25/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 036/2020.**

CONTRATADA: AUTO POSTO 4AR LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: OBRAS, MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS

VALOR: R$ 35.010,00 (trinta e cinco mil e dez reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/11/2020

DATA ASSINATURA: 25/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2020

OBJETO: Aquisição de peças mecânicas, elétricas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e máquinas de diversas secretarias do Município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 013/2020 e Ata de Registro de Preços nº 030/2020.

CONTRATADA: ADRIANO DOS REIS EIRELI - EPP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO**.**

VALOR: R$ 2.674,50 (dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/11/2020

DATA ASSINATURA: 28/09/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2020

OBJETO: aquisição de oxigênio medicinal para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Marcelândia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 011/2020 e Ata de Registro de Preços nº 020/2020.

CONTRATADA: OXIGÊNIO DOIS IRMÃOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: SAÚDE E SANEAMENTO.

VALOR: R$ 23.259,50 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 29/09/2020

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2020

OBJETO: Aquisição de escrivaninha e cadeiras plásticas para servir de suporte para atendimento ao público nas ações de enfrentamento ao Covid-19 da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura de Marcelândia/MT, conforme Dispensa de Licitação nº 018/2020

CONTRATADA: K.O.A DREHMER – ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

SECRETARIAS: ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E CULTURA.

VALOR: R$ 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2020

DATA ASSINATURA: 17/09/2020

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2019

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na Cláusula Quarta e aditar o valor mencionado na Clausula Terceira do contrato administrativo de locação de imóvel nº 008/2019, que tem como o objeto o seguinte: **Sendo a Locadora proprietária de um imóvel, em alvenaria, localizado na Rua Getúlio Marchetto, n° 846 – Centro, nesta cidade de Marcelândia – MT, resolve locar o imóvel para as instalações e funcionamento da Creche Municipal Lar Menino Jesus conforme Dispensa 004/2019.**

CONTRATADO: SILVIO GOMES DE OLIVEIRA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA-MT

VALOR: R$ 4.622,08 (quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/11/2020**. DATA ASSINATURA:** 29/09/2020

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESCISÕES

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 035/2020.**

CONTRATADA: COMÉRCIO DE PETROLEO AVENIDA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

DATA DA RESCISÃO: 24/09/2020

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 035/2020.**

CONTRATADA: COMÉRCIO DE PETROLEO AVENIDA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

DATA DA RESCISÃO: 24/09/2020

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 035/2020.**

CONTRATADA: COMÉRCIO DE PETROLEO AVENIDA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

DATA DA RESCISÃO: 24/09/2020

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 036/2020.**

CONTRATADA: AUTO POSTO 4AR LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

DATA DA RESCISÃO: 24/09/2020

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 036/2020.**

CONTRATADA: AUTO POSTO 4AR LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

DATA DA RESCISÃO: 24/09/2020

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2020

OBJETO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**, conforme Pregão Eletrônico nº 018/2020 e Ata de Registro de Preços nº 036/2020.**

CONTRATADA: AUTO POSTO 4AR LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

DATA DA RESCISÃO: 24/09/2020

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO LICITATORIO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2020.

OBJETO: Pelo presente Termo de Apostilamento, a Prefeitura Municipal de Marcelândia, resolve **INCLUIR** a nova dotação orçamentaria: (**06.002. 10.302.0013.2040.44.90.52.00.00.00 – (205) Equipamentos e Materiais permanentes: Fonte de Recursos: 0.1.23.000000***)* conforme Indicação Contábil D.C. 033/2020-2, no processo que tem como objeto o seguinte: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de material permanente (mobiliário e materiais e equipamentos hospitalares) a serem utilizados pela Secretária Municipal de Saúde, no município de Marcelândia/MT.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT**.**

SECRETÁRIA SOLICITANTE: SAÚDE E SANEAMENTO.

DATA ASSINATURA: 21/09/2020

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO APOSTILAMENTO AO PROCESSO LICITATORIO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2020.

OBJETO: pelo presente termo de apostilamento, a prefeitura municipal de Marcelândia, resolve alterar a razão socialda pessoa jurídica, VALDECIR GAZZIERO & CIA LTDA, passando a ser AUTO POSTO 4AR LTDA e alterando o quadro societário da empresa conforme 3ª alteração contratual. **DATA ASSINATURA:** 24/09/2020.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2020

Onde lê-se:

“VALOR: R$ 132,13 (cento e trinta e dois reais e treze centavos)”

Leia-se:

"**VALOR: R$ 336,50 (trezentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)"**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PUBLICA VIRTUAL LOA2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

Objeto: Audiência Pública Virtual para Apresentação da **LOA – Lei Orçamentaria Anual** para o período de **2021.**

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - Estado de Mato Grosso, comunica que realizará no dia **14/10/2020**, às **15h00min**, da Sala de Reuniões do Paço Municipal, situada à Rua dos Três Poderes 777 - Centro, Marcelândia/MT, CEP - 78535-000, **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL** para à apresentação da **LOA – Lei Orçamentária Anual para o período de 2021**, ocasião em que os interessados poderão ter acesso a todas as informações pertinentes, bem como se manifestarem sobre os assuntos envolvidos, acessando o link que estará disponível no site oficial do município (www.marcelandia.mt.gov.br), no dia da Audiência.

Marcelândia, 07 de outubro de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **RIBEIRO COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 09.237.458/0001-33 e Inscrição Estadual n° 13.347.772-0, com sede na Rua 21, n° 3002, Bairro Centro, na Cidade de Matupá/MT, CEP 78525-000, e-mail florencamatupa@hotmail.com, telefone (66) 3595-2128, neste ato representada pela Sócia **DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO**, portadora da RG nº 1226202-1 SSP/MT e do CPF nº 850.445.711-72, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONDICIONADORES DE AR, ELETRO PORTÁTEIS, ENTRE OUTROS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do produto, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	UNID de Forn.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
233681	MICROFONE PROFISSIONAL - SEM FIO, DE MAO, CONSTITUIDO DE: COMPOSTO POR 1 RECEPTOR PGX4 E 1 TRANSMISSOR DE MAO PGX2, COM 90 FREQUENCIAS UFH, SAÍDAS DE XLR, ACOMPANHA: CABO, CAIXA E MANUAL DE INSTRUCAO, ACONDICIONAMENTO E PRAZO DE GARANTIA DE ACORDO COM O FRABRICANTE	UNID	LESSON	20	999,00	19.980,00
23564	VIOLAO - MOGNO BRASILEIRO,INICIANTE,COM 6 CORDAS DE NYLON, 20 TRASTES, BRACO COM TENSOR BIDIRECIONAL, TARRAXAS CROMADAS, CLASSICO COM CAPTACAO	UNID	KUAT	22	398,00	8.756,00
Total Fornecedor						28.736,00

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1 - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (15) quinze dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no produto e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.10 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.11 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.12- Recebimento **dos** Produtos:

5.12.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.12.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.12.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.13 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.14 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 – Todos os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses;

6.15 - Os equipamentos/produtos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

6.16 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

6.17 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

6.18 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

6.19 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

6.20 - No caso de substituição de equipamentos/produtos, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

6.21 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos/produtos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

6.22 - Todos os equipamentos/produtos que compõe a solução devem ser novos, sem uso e de última geração, estando em linha de comercialização pelo fabricante na data de abertura desta licitação.

6.23 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) equipamento/produto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.24 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.25 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

6.26 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6.27 - Etiqueta externa que apresente o modelo do equipamento e número de série para facilidade de controle de ativos.

6.28 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.29 - A Licitante Vencedora deverá prestar Assistência Técnica durante todo o período de garantia para com Produto/equipamentos, respeitando os seguintes prazos:

6.29.1 - Para iniciar o atendimento de Assistência Técnica: máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação do defeito, por escrito, pela Divisão de Manutenção em Equipamentos da Prefeitura Municipal de Matupá;

6.29.2 - Para concluir os reparos: máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da comunicação referida no item acima.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na entrega dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0034.10120 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.10107 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA PLANEJAMENTO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.10103 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.122.0036.10136 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE FINANÇAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.662.0021.10008 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA AGRICULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10062 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - CRECHE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10061 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.10151 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.10084 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - UNIDADES DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO CRDO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.10133 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.10128 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10076 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ HOSPITAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.10140 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO COMPLEXO REGULADOR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0013.10126 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ CAF-CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACEUTICO DO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10089 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20064 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ATENDIMENTO AO IGD SUAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EM ATENDIMENTO AO SCFV – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10088 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONSELHO TUTELAR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO IGD-PBF – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 10.001.15.451.0004.10042 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.10012 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 14.001.04.122.0035.10122 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE GOVERNO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.10070 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE CULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.661.0042.10142 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Planejamento	Nayara Medeiros de Oliveira	8184/2019
Secretaria de Finanças	Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Sueli Aparecida dos Santos	8618/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Industria Comercio Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Antônio Pereira de Figueiredo Netto	7252/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 020/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 06 de outubro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

RIBEIRO COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA – ME

CNPJ sob o nº 09.237.458/0001-33

DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO

CPF nº 850.445.711-72

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 194/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: *Constitui objeto deste Contrato* **"CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TOMOGRAFIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA ENCAMINHADOS PELO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** conforme descrição dos serviços que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 0104/2020 do respectivo Processo de Inexigibilidade nº 012/2020**.**

CONTRATADA: CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM GUARANTA LTDA

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 35.124,95 (trinta e cinco mil, cento e vinte quatro reais e noventa e cinco centavos).**

Assinatura: 07/10/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 050/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MARMITA E SUCO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO E PÓS SESSÕES DE HEMODIÁLISE NO CTR EM SINOP/MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante da Dispensa de Licitação **nº 11/2019**

CONTRATADA: HORA DO RANGO LTDA

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quinta – Valor e Pagamento

Ficando **ADITIVADO** o valor de **R$ 1.615,00 (Um mil e seiscentos e quinze reais).**

Assinatura: 06/10/2020

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 154/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **GDAI INDUS-**

TRIA E COMERCIO ELTRONICOS EIRELI devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 32.084.616/0001-84 e Inscrição Estadual n° 797.432.050.110, com sede na Rua Lions Clube, n° 239, Bairro Parque dos Bandeirantes, na Cidade de Ribeirão Preto, CEP 14090-430, e-mail licitacao@gdai.com.br, telefone (16) 3618-1648, neste ato representada pelo Sr. **PAULO HENRIQUE SOUSA NASCIMENTO**, portador do RG nº 081.785.576-90 SSP/MG e do CPF nº 081.785.576-90, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONDICIONADORES DE AR, ELETRO PORTÁTEIS, ENTRE OUTROS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do produto, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	UNID de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
369935	MICROCOMPUTADOR COM AS SEGUINTES CONFIGURAÇÕES: GABINETE DE 4 BAIAS COM FONTE E COOLER TRASEIRA DE 8X8; FONTE DE ALIMENTAÇÃO 350 WATTS REAIS, 110/220 VAC, PADRÃO ATX 24 PINOS, 60 HZ, CABO DE FORÇA COM PLUGUE DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO NBR 14136; LEITOR DE CARTÕES COM SUPORTE AOS FORMATOS CF/MD/ME-MORYSTICK/MINI SD/MMC/SD/SD/MMC/XD; PROCESSADOR: QUATRO NÚCLEOS SUPERIOR, BARRAMENTO: 1151 MHZ, CACHE: 8MB OU SUPERIOR, CLOCK: 3.0GHZ OU SUPERIOR; PLACA MÃE COM SUPORTE A DUAL CHANNEL, SUPORTE MINIMO A 1 SLOT PCI-EXPRESS 16X, 1 SLOT PCI-EXPRESS 1X , REDE ON BOARD 10/100/1000 , MEMÓRIA: 8GB DDR4 2400MHZ OU SUPERIOR, PLACA DE VIDEO 4GB, 4 PORTAS SATA 6 GBIT/S, BARRAMENTO DA MEMÓRIA: DDR4 2400MHZ OU SUPERIOR, SOM: ON BOARD, DRIVE DVD/RW SATA, HD: 2TB SATA III (6 GBIT/S) , 7.200 RPM, 3.5" TECLADO MULTIMÍDIA (TECLAS GRAVADAS A LASER E CABO DE NO MÍNIMO 1,80M) E MOUSE ÓTICO (RESOLUÇÃO MÍNIMA 1600DPI E CABO DE NO MÍNIMO 1,80M); TAMPA DE ACESSO LATERAL DA CPU SEM LACRE.	UNID	MARCA JIQUI MODELO JQ-PRO (JQ-146G)	51	3.482,00	177.582,00
Total Fornecedor						177.582,00

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1 - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (15) quinze dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no produto e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.10 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.11 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.12 - Recebimento dos Produtos:

5.12.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.12.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.12.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.13 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.14 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 – Todos os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses;

6.15 - Os equipamentos/produtos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

6.16 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

6.17 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

6.18 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

6.19 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

6.20 - No caso de substituição de equipamentos/produtos, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

6.21 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos/produtos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

6.22 - Todos os equipamentos/produtos que compõe a solução devem ser novos, sem uso e de última geração, estando em linha de comercialização pelo fabricante na data de abertura desta licitação.

6.23 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) equipamento/produto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.24 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.25 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

6.26 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6.27 - Etiqueta externa que apresente o modelo do equipamento e número de série para facilidade de controle de ativos.

6.28 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.29 - A Licitante Vencedora deverá prestar Assistência Técnica durante todo o período de garantia para com Produto/equipamentos, respeitando os seguintes prazos:

6.29.1 - Para iniciar o atendimento de Assistência Técnica: máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação do defeito, por escrito, pela Divisão de Manutenção em Equipamentos da Prefeitura Municipal de Matupá;

6.29.2 - Para concluir os reparos: máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da comunicação referida no item acima.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são: GDAI INDUSTRIA E COMERCIO ELTRONICOS EIRELI Banco do Brasil, Ag. nº 3235-2 Conta corrente nº 33187-2

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na entrega dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0034.10120 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.10107 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA PLANEJAMENTO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.10103 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.122.0036.10136 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE FINANÇAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.662.0021.10008 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA AGRICULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10062 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - CRECHE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10061 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.10151 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.10084 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - UNIDADES DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO CRDO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.10133 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.10128 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10076 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ HOSPITAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.10140 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO COMPLEXO REGULADOR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0013.10126 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ CAF-CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACEUTICO DO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10089 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20064 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ATENDIMENTO AO IGD SUAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EM ATENDIMENTO AO SCFV – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10088 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONSELHO TUTELAR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO IGD-PBF – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 10.001.15.451.0004.10042 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.10012 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 14.001.04.122.0035.10122 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE GOVERNO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.10070 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE CULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.661.0042.10142 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Planejamento	Nayara Medeiros de Oliveira	8184/2019
Secretaria de Finanças	Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Sueli Aparecida dos Santos	8618/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Industria Comercio Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Antônio Pereira de Figueiredo Netto	7252/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 020/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 06 de outubro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

GDAI INDUSTRIA E COMERCIO ELTRONICOS EIRELI

CNPJ sob o nº. 32.084.616/0001-84

PAULO HENRIQUE SOUSA NASCIMENTO

CPF nº 081.785.576-90

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 151/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 17.417.928/0001-79 e Inscrição Estadual n° 05.365.511-7, com sede na Rua Azaleia, n° 2421, Bairro Distrito Industrial II, na Cidade de Manaus/AM, CEP 69075-845, e-mail licitacao@ventisol.com.br, telefone (11) 5521-1841/(11) 2338-9299, neste ato representada pelo procurador o Sr. **JULIO CESAR GARCIA MARTINS**, portador do RG nº 54.550.854-X SSP e do CPF nº 109.342.046-40, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONDICIONADORES DE AR, ELETRO PORTÁTEIS, ENTRE OUTROS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do produto, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	UNID de Forn.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
374719	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTU´S TIPO3-12.000BTUSMODELO SPLIT: HIGHWALL TIPO DE CICLO: FRIO COR: BRANCOENCE: AFILTRODE AR: ANTI-BACTERIA VAZÃO DE AR: NO MÍNIMO 500 M³/H CONTROLE REMOTO: SIM TERMOSTATO: DIGITAL FUNÇÕES: SLEEPESWING VOLTAGEM 220V, TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL (TIPO1 AO3), DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER. TODOS OS MODELOS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA? ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO. TODOS OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA TIPO A	UNID	AGRATTO	55	1.510,00	83.050,00
374718	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTU´S DISPLAY DIGITAL QUE INDICA A TEMPERATURA AMBIENTE. COMANDO TOTAL DAS OPERAÇÕES NO CONTROLE REMOTO. CONSUMO APROXIMADO DE 1100W COM COMPRESSOR ROTATIVO, FILTRO ANTI-ÁCARO, ANTIFUNGO E ANTI-BACTÉRIAS. VAZÃO DE AR 800M³/H. DIMENSÕES INTERNAS APROXIMADAS DO PRODUTO (L X A X P): 125 X 33 X 23 CM. PESO INTERNO APROXIMADO: 18 KGTODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL (TIPO 1 AO 3), DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER. TODOS OS MODELOS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ? ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO. TODOS OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA TIPO A	UNID	AGRATTO	21	2.270,00	47.670,00
369439	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTU´S DISPLAY DIGITAL QUE INDICA A TEMPERATURA AMBIENTE.COMANDO TOTAL DAS OPERAÇÕES NO CONTROLE REMOTO.FILTRO ANTI-ÁCARO, ANTI-FUNGO E ANTI-BACTÉRIAS.VAZÃO DE AR 800M³/H.TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL (TIPO 1 AO 3), DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER. TODOS OS MODELOS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO. TODOS OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.	UNID	AGRATTO	1	2.895,00	2.895,00
374690	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTU´S DISPLAY DIGITAL QUE INDICA A TEMPERATURA AMBIENTE.COMANDO TOTAL DAS OPERAÇÕES NO CONTROLE REMOTO.FILTRO ANTI-ÁCARO, ANTI-FUNGO E ANTI-BACTÉRIAS.VAZÃO DE AR 800M³/H.TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL (TIPO 1 AO 3), DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER. TODOS OS MODELOS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ? ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO. TODOS OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA TIPO A	UNID	AGRATTO	11	2.895,00	31.845,00
374691	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTU´S DISPLAY DIGITAL QUE INDICA A TEMPERATURA AMBIENTE. COMANDO TOTAL DAS OPERAÇÕES NO CONTROLE REMOTO.FILTRO ANTI-ÁCARO, ANTI-FUNGO E ANTI-BACTÉRIAS.VAZÃO DE AR 800M³/H.TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL (TIPO 1 AO 3), DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER. TODOS OS MODELOS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ? ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO. TODOS OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO: A	UNID	AGRATTO	15	3.515,00	52.725,00
374693	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTU´S DISPLAY DIGITAL QUE INDICA A TEMPERATURA AMBIENTE. COMANDO TOTAL DAS OPERAÇÕES NO CONTROLE REMOTO.FILTRO ANTI-ÁCARO, ANTI-FUNGO E ANTI-BACTÉRIAS. VAZÃO DE AR 800M³/H.TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL (TIPO 1 AO 3), DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER. TODOS OS MODELOS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ? ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO. TODOS OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA TIPO A	UNID	AGRATTO	14	1.430,00	20.020,00
Total Fornecedor						238.205,00

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1 - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (15) quinze dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no produto e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.10 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.11 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.12 - Recebimento dos Produtos:

5.12.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.12.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.12.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.13 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.14 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 – Todos os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses;

6.15 - Os equipamentos/produtos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

6.16 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

6.17 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

6.18 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

6.19 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

6.20 - No caso de substituição de equipamentos/produtos, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

6.21 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos/produtos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

6.22 - Todos os equipamentos/produtos que compõe a solução devem ser novos, sem uso e de última geração, estando em linha de comercialização pelo fabricante na data de abertura desta licitação.

6.23 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) equipamento/produto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.24 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.25 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

6.26 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6.27 - Etiqueta externa que apresente o modelo do equipamento e número de série para facilidade de controle de ativos.

6.28 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.29 - A Licitante Vencedora deverá prestar Assistência Técnica durante todo o período de garantia para com Produto/equipamentos, respeitando os seguintes prazos:

6.29.1 - Para iniciar o atendimento de Assistência Técnica: máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação do defeito, por escrito, pela Divisão de Manutenção em Equipamentos da Prefeitura Municipal de Matupá;

6.29.2 - Para concluir os reparos: máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da comunicação referida no item acima.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA

Banco do Brasil, Ag. nº 3425-8 Conta corrente nº 5914-5

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na entrega dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0034.10120 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.10107 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA PLANEJAMENTO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.10103 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.122.0036.10136 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE FINANÇAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.662.0021.10008 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA AGRICULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10062 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - CRECHE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10061 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.10151 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.10084 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - UNIDADES DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO CRDO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.10133 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.10128 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10076 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ HOSPITAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.10140 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO COMPLEXO REGULADOR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0013.10126 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ CAF-CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACEUTICO DO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10089 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20064 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ATENDIMENTO AO IGD SUAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EM ATENDIMENTO AO SCFV – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10088 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONSELHO TUTELAR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO IGD-PBF – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 10.001.15.451.0004.10042 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.10012 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 14.001.04.122.0035.10122 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE GOVERNO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.10070 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE CULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.661.0042.10142 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Planejamento	Nayara Medeiros de Oliveira	8184/2019
Secretaria de Finanças	Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Sueli Aparecida dos Santos	8618/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Industria Comercio Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Antônio Pereira de Figueiredo Netto	7252/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 020/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 06 de outubro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA CNPJ sob o nº. 17.417.928/0001-79

JULIO CESAR GARCIA MARTINS

CPF nº 109.342.046-40

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 152/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **ERICA DE FATIMA GENTIL** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 36.656.877/0001-82 e Inscrição Estadual n° 13.808.314-2, com sede na Av Mato Grosso nº 92 N, Bairro Modulo 02, na Cidade de Juína/MT, CEP: 78.320-00, e-mail: olmieletro@gmail.com, telefone: (66) 3566-1240, neste ato representada por sua proprietária a Srª **ERICA DE FATIMA GENTIL**,portadora do RG 14107406 SSP/MT e CPF nº. 009.876.531-05, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONDICIONADORES DE AR, ELETRO PORTÁTEIS, ENTRE OUTROS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do produto, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	UNID de Forn.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
374694	ARMARIO ALTO EM AÇO COM DUAS PORTAS DE ABRIR: DESCRIÇÃO: FORNECIMENTO DE ARMÁRIO ALTO EM AÇO, TODO EM CHAPA 24, COM 02 PORTAS DE	UNID	PANDIN	49	622,00	30.478,00

	ABRIR COM REFORÇOS INTERNOS TIPO ÔMEGA E PUXADORES ESTAMPADOS NAS PORTAS NO SENTIDO VERTICAL, COM ACABAMENTO EM PVC, CONTENDO 04 PRATELEIRAS, SENDO 01 FIXA E 03 COM REGULAGEM DE ALTURA DO TIPO CREMALHEIRA, COM FECHADURA CILÍNDRICA E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ.DIMENSÕES: ALTURA:198CM LARGURA:90CM PROFUNDIDADE: 40CM					
374695	ARMARIO ALTO EM AÇO COM DUAS PORTAS DE ABRIR, OBS. A CAIXA É CINZA COM AS PORTAS PRETAS. (PANDIN PADRONIZAÇÃO MÓVEIS PREFEITURA) DESCRIÇÃO: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ARMÁRIO ALTO EM AÇO, TODO EM CHAPA 24, COM 02 PORTAS DE ABRIR COM REFORÇOS INTERNOS TIPO ÔMEGA E PUXADORES ESTAMPADOS NAS PORTAS NO SENTIDO VERTICAL, CONTENDO 04 PRATELEIRAS, SENDO 01 FIXA E 03 COM REGULAGEM DE ALTURA DO TIPO CREMALHEIRA, COM FECHADURA CILÍNDRICA E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ. DIMENSÕES: ALTURA:198CM LARGURA:90CM PROFUNDIDADE: 40CM. PÉS COM SAPATAS PLASTICAS PROTETORAS	UNID	PANDIN	56	594,00	33.264,00
374696	ARMÁRIO BAIXO COM 04 PORTAS, TAMPO EM MDP NO MINIMO ACABAMENTO CORPO EM 36MM, 02 PRATELEIRAS INTERNAS REGULÁVEIS SENDO UMA PARA CADA PORTA, NO MINIMO 06 RODIZIOS DE SILICONE TRANSPARENTE RESISTENTES SUPORTANDO ATÉ 120 KG, COM CHAVES SENDO UM MIOLO PARA CADA PORTA, MEDIDAS(LXPXA) 1,60X0,47X0,75, NA COR TABACO.	UNID	VANDAFLEX - MAGNUM	30	748,00	22.440,00
368980	ARMARIO DE PAREDE 3 PORTAS BRANCO PARA COZINHA, DIMENSÕES APROXIMADAS 1,05 X 0,52 X 0,25 M PRODUZIDAS EM CHAPA DE AÇO	UNID	TELASUL STAR	45	385,00	17.325,00
374697	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS ECONÔMICO COM TRILHO TELESCÓPIO DA MARCA PANDIN CAIXA CINZA E GAVETAS PRETA, ALTURA: 136,2 CM LARGURA: 47,0 CM PROFUNDIDADE: 57,0 CM. FRENTE DAS GAVETAS EM AÇO CHAPA #26 (0,45MM) 30 A 40 PASTAS OU 25KG POR GAVETA. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ (TINTA HÍBRIDA) NA COR CINZA CRISTAL. PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO NAS DEMAIS CORES. FECHADURA TIPO YALE COM 2 CHAVES E FECHAMENTO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS.	UNID	PANDIN	25	535,00	13.375,00
373196	ARQUIVO EM AÇO - ARQUIVO DESLIZANTE EM AÇO COM QUATRO GAVETAS MONTADAS SOBRE TRILHOS TELESCÓPICOS QUE PERMITAM ABERTURA TOTAL. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS ALTURA: 1330 MM +/- 10 MM; LARGURA: 470 MM +/- 10 MM; PROFUNDIDADE: 710 MM	UNID	PANDIN	20	479,00	9.580,00
369086	BEBEDOURO ELETRICO - DO TIPO INDUSTRIAL. COM CAPACIDADE DE 100 LITROS NO RESERVATORIO. TRES TORNEIRA FRONTAIS CROMADAS, APARADOR DE AGUA FRONTAL EM CHAPA DE INOX COM DRENO. ISOLAMENTO TERMICO INJETADO EM POLIURETANO EXPANDIDO, SERPENTINA INTERNA EM ACO INOX 304, REFRIGERADO A GAS ECOLOGICO R134. MOTOR HERMETICO, REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE INOX,NA COR DO PROPRIO REVESTIMENTO,COM RESERVATORIO INTERNO EM ACO INOX 304 E SISTEMA DE OSMOSE REVERSA ACOPLADO,MEDINDO APROXIMADAMENTE 1300X600X650MM(ALT.XLARG.XPROF.),COM VOLTAGEM DE 220V,APROVADO PELO IMETRO	UNID	REFRIGRAÇÃO NACIONAL	20	1.639,00	32.780,00
374706	CADEIRA FIXA - CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRAÇOS, MONTADA SOBRE ARMAÇÃO TUBULAR DE AÇO COM QUATRO PÉS. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS LARGURA DO ASSENTO: 500 MM +/- 50 MM; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 460 MM +/- 10 MM; ALTURA DO ASSENTO: 430 MM +/- 10 MM; LARGURA DO ENCOSTO: 400 MM +/- 10 MM (MEDIDA NO PONTO MAIS SALIENTE DO APOIO LOMBAR); EXTENSÃO VERTICAL DO ENCOSTO: 350 MM +/- 10 MM; ESPESSURA DA ESPUMA DO ASSENTO: MÍNIMA DE 40 MM; ESPESSURA DA ESPUMA DO ENCOSTO: MÍNIMA DE 30 MM. TOLERÂNCIAS DIMENSIONAIS PARA TUBOS CONFORME ABNT NBR 6591. TOLERÂNCIAS PARA CAMADA DE TINTA: MÍNIMO 40 MICRÔMETROS /MÁXIMO 100 MICRÔMETROS. CARACTERÍSTICAS ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADOS EM COMPENSADO ANATÔMICO MOLDADO A QUENTE, CONTENDO NO MÍNIMO SETE LÂMINAS INTERNAS, COM ESPESSURA MÁXIMA DE 1,5 MM CADA. ESTOFAMENTO DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDO, COLADA À MADEIRA E REVESTIDA COM TECIDO, NA COR CINZA, DOTADO DE PROTEÇÃO COM PRODUTO IMPERMEABILIZANTE HIDRO-REPELENTE. FACES INFERIOR DO ASSENTO E POSTERIOR DO ENCOSTO REVESTIDAS COM CAPAS DE PLÁSTICO INJETADO, NA COR PRETA. FIXAÇÃO DO ASSENTO E DO ENCOSTO À ESTRUTURA POR MEIO DE PARAFUSOS COM ROSCA MÉTRICA E PORCAS DE CRAVAR. ESTRUTURA CONSTITUÍDA DE 4 PÉS, CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO COM COSTURA, LAMINADO A FRIO, SECÇÃO CIRCULAR MÍNIMA 22,3 MM (7/8"), COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM (CHAPA 16). ACABAMENTO DAS PARTES METÁLICAS EM PINTURA EM PÓ, BRILHANTE, NA COR PRETA. TERMINAÇÕES DE TUBOS EM PLÁSTICO INJETADO, NA COR PRETA, FIXADAS ATRAVÉS DE ENCAIXE. ESTAS NÃO DEVEM PODER SER RETIRADAS SEM O USO DE FERRAMENTAS. SAPATAS ARTICULADAS PARA GARANTIR O NIVELAMENTO EM RELAÇÃO ÀS VARIAÇÕES DO PISO. TODOS OS ENCONTROS DE TUBOS OU UNIÕES DE PARTES METÁLICAS DEVEM RECEBER SOLDA EM TODA A EXTENSÃO DA UNIÃO. GARANTIA MÍNIMA DE DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, OXIDAÇÃO DAS PARTES METÁLICAS, DEGRADAÇÃO DO TECIDO E DAS SAPATAS.	UNID	VANDAFLEX	110	112,00	12.320,00
374699	CADEIRA - FIXA SEM BRAÇO SECRETÁRIA EXECUTIVA GOMADA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MINIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MINIMO 12MM; ACABAMENTO TRASEIRO EM VINIL TIPO NAPA MINIMO DE 0,28 MM E ESPUMA LAMINADA; COM LÂMINA DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E ENCOSTO, ACABAMENTO EM PERFIL PVC TIPO FRANCIS 13,5MM; REVESTIMENTO EXTERNO EM COURO SINTETICO NA COR PRETA; ESPALDAR MÉDIO; MINIMO DE PESO SUPORTADO 120 KILOS; ESTRUTURA SKIN EXECUTIVA.	UNID	VANDAFLEX	79	196,00	15.484,00
369082	CADEIRA GIRATORIA - COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADO EM MADEIRA PRENSADA, TIPO SECRETARIA EXECUTIVA, REVESTIDOS EM COURVIN, COR AZUL MARINHO, BORDA EM PVC PRETO, ESPUMA INJETADA, COM DENSIDADE MINIMA DE 50 KG/M3, ENCOSTO MEDIO ESPECIAL, REGULAGEM DE ALTURA DE 100,00MM, ATRAVES DE MANOPLA LATERAL, COM BRACOS REGULAVEIS, JUNCAO REFORCADA, ESTRUTURA EM ACO, COM RODIZIOS DUPLO DE NYLON, BASE FORMADA POR CINCO PATAS, GARANTIA DE 2 ANOS	UNID	VANDAFLEX EXECUTIVA COM BRAÇO	85	240,00	20.400,00
368991	CADEIRA LONGARINA 3 LUGARES, CONFECCIONADA EM TUBO OBLONGO 16X30 E TUBO RETANGULAR 50X30, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR PRETA.	UNID	VANDAFLEX	85	279,00	23.715,00
374700	CADEIRA - LONGARINA EXECUTIVA 3 LUGARES GOMADA COM BRAÇO TIPO CORSA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MINIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MINIMO 12MM; ACABAMENTO TRASEIRO EM VINIL TIPO NAPA MINIMO DE 0,28 MM E ESPUMA LAMINADA; COM LÂMINA DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E ENCOSTO, ACABAMENTO EM PERFIL PVC TIPO FRANCIS 13,5MM; REVESTIMENTO EXTERNO EM COURO SINTETICO NA COR PRETA; ESPALDAR MÉDIO; MINIMO DE PESO SUPORTADO 120 KILOS; ESTRUTURA PRETA.	UNID	VANDAFLX EXECUTIVA	32	674,00	21.568,00

374701	CADEIRA - LONGARINA EXECUTIVA 3 LUGARES SEM BRAÇO GOMADA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MINIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MINIMO 12MM; ACABAMENTO TRASEIRO EM VINIL TIPO NAPA MINIMO DE 0,28 MM E ESPUMA LAMINADA; COM LÂMINA DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E ENCOSTO, ACABAMENTO EM PERFIL PVC TIPO FRANCIS 13,5MM; REVESTIMENTO EXTERNO EM COURO SINTETICO NA COR PRETA; ESPALDAR MÉDIO; MINIMO DE PESO SUPORTADO 120 KILOS; ESTRUTURA PRETA.	UNID	VANDAFLEX EXECUTIVA	21	489,50	10.279,50
374702	CADEIRA - LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES GOMADA COM BRAÇO TIPO CORSA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MINIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MINIMO 12MM; ACABAMENTO TRASEIRO EM VINIL TIPO NAPA MINIMO DE 0,28 MM E ESPUMA LAMINADA; COM LÂMINA DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E ENCOSTO, ACABAMENTO EM PERFIL PVC TIPO FRANCIS 13,5MM; REVESTIMENTO EXTERNO EM COURO SINTETICO NA COR PRETA; ESPALDAR MÉDIO; MINIMO DE PESO SUPORTADO 120 KILOS; ESTRUTURA PRETA.	UNID	VANDEFLEX EXECUTIVA	36	873,00	31.428,00
374703	CADEIRA - LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES SEM BRAÇO GOMADA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MINIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MINIMO 12MM; ACABAMENTO TRASEIRO EM VINIL TIPO NAPA MINIMO DE 0,28 MM E ESPUMA LAMINADA; COM LÂMINA DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E ENCOSTO, ACABAMENTO EM PERFIL PVC TIPO FRANCIS 13,5MM; REVESTIMENTO EXTERNO EM COURO SINTETICO NA COR PRETA; ESPALDAR MÉDIO; MINIMO DE PESO SUPORTADO 120 KILOS, ESTRUTURA PRETA.	UNID	VANDAFLEX EXECUTIVA	5	754,50	3.772,50
374704	CADEIRA - PRESIDENTE COM COSTURA ANATÔMICA DO TIPO GOMADA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MINIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MINIMO 12MM; ACABAMENTO TRASEIRO EM VINIL TIPO NAPA MINIMO DE 0,28 MM E ESPUMA LAMINADA; SISTEMA DE MONTAGEM POR PORCA-GARRA; BRAÇOS DO TIPO CORSA; FURAÇÃO DA BASE PADRÃO NACIONAL TIPO DIRETOR; COM LÂMINA DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E ENCOSTO, ACABAMENTO EM PERFIL PVC TIPO FRANCIS 15,5MM; REVESTIMENTO EXTERNO EM COURO SINTETICO NA COR PRETA; ESPALDAR ALTO; MINIMO DE PESO SUPORTADO 120 KILOS; PISTÃO AJUSTÁVEL A GÁS; BASE GIRATÓRIA DIRETOR/EXECUTIVA PRETA COM RELAX; RODIZIOS DUPLOS.	UNID	VANDAFLEX PRESIDENTE	57	494,00	28.158,00
374707	CAIXA TÉRMICA 250 LITROS ARMON TMG250 GALVANIZADA REFERÊNCIA TMG - 250 CAPACIDADE 250 LITROS ACABAMENTO INTERNO GALVANIZADO ISOLAMENTO TÉRMICO POLIURETANO INJETADO ARMAZENAMENTO 140 GARRAFAS DE 600 ML + GELO MEDIDAS INTERNAS COMPR. 770 MM / LARG. 520 MM / ALT. 660 MM MEDIDAS EXTERNAS COMPR. 860 MM / LARG. 610 MM / ALT. 775 MM ISOLAMENTO TÉRMICO COM PU (POLIURETANO INJETADO) LEGENDA A - REVESTIMENTO INTERNO B - VÁLVULA DE ESCOAMENTO FÁCIL C - DOBRADIÇA REFORÇADA D - ALÇAS EMBUTIDAS E - PÉ DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA F - ACOMPANHA ADESIVO G - TAMPA COM TRINCO PORTA CADEADO H - REFORÇO DE CANTO I - GUARNIÇÃO EM PVC ANTI BACTERICIDA	UNID	BW 250 LTS	9	1.059,00	9.531,00
374708	CAMA - SOLTEIRO, DE MADEIRA DE LEI, COM ESTRADO EM MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, COR NATURAL	UNID	VERONA RIPA	15,	352,00	5.280,00
370613	COLCHÃO SOLTEIRO - ESTRUTURA EM ESPUMA DE NO MÍNIMO D45 PRÓ ADITIVADA DE ALTA PERFORMANCE, ESTRUTURA COMPOSTA POR ESPUMA D45 COM UM TAMPO EM BORDADO E TECIDO POLIÉSTER QUE SUPORTA ATÉ 200 KG COLCHÃO DOUBLE SIDE(USA DOS DOIS LADOS), ANTI-ACARO, ANTI-ALERGICO E ANTI-MOFO - (188X88X24)	UNID	ORTOBOM D-45	31	993,00	30.783,00
374710	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA - COM 4 CADEIRAS, NAS CORES VARIADAS, DE PLASTICO RIGIDO, MESA COM FORMATO QUADRADO. CARACTERISTICAS MINIMAS: 1 MESA MONOBLOCO MODELO QUADRADA DE NO MINIMO 70X70 E ALTURA DE 70 CM E 4 CADEIRA DE NO MINIMO 44 CM DE COMPRIMENTO, ALTURA DE 72 CM,E LARGURA DE 55 CM MODELO COM APOIO PARA BRAÇOS. MESA SUPORTA ATÉ 20 KG, CADEIRA ATÉ 120 KG - CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	DOLFIN FIRENZE+-MICAELLA	75	208,00	15.600,00
369097	ESCADA EM ALUMÍNIO 07 DEGRAUS. CAPACIDADE 120KG ALCANCE 1,52MTS, LARGURA 49CM. PEÇAS PLÁSTICAS EM POLIPROLENO. GARANTIAS 1 ANO.	UNID	BOTAFOGO 07 DEGRAUS	21	168,00	3.528,00
369079	ESTACAO DE TRABALHO - CONTENDO MESA EM ¨L¨ COM GAVETEIRO VOLANTE, MADEIRA PRENSADA DE 25MM COM ENCABECAMENTO COM FITA DE BORDA DE PVC DE 3MM NA PARTE FRONTAL E DEMAIS, ARESTAS COM FITA DE BORDA DE PVC DE 1,5MM NA MESMA COR DO TAMPO, APROXIMADAMENTE (1370X1370X600X25)MM, PAINEL FRONTAL EM MADEIRA PRENSADA COM ESPESSURA DE 18MM REVESTIDO COM LAMINADO MELAMINICO DE BAIXA PRESSAO EM AMBAS AS FACES, PARTE INFERIOR COM FITA BORDA 0,4MM, LAMINADO MELAMINICO DE BAIXA PRESSAO EM AMBAS AS FACES, EM MADEIRA PRENSADA DE 25MM, MADEIRA PRENSADA, 1370X1370X600X25 MM, , FIXACAO A ESTRUTURA ATRAVES DE PARAFUSOS AUTO-ATARRACHANTES E GUIA PARA PASSAGEM DE CABOS COM TAMPA, REMOVIVEL, COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO NAS PARTES METALICAS, TODOS NA COR TABACO	UNID	PANDIN ETA 140X140	15	800,00	12.000,00
370185	ESTANTE DESMONTÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO, ABERTA NO FUNDO E NAS LATERAIS.COM CAPACIDADE MINIMA DE 100KG, COM 06 PRATELEIRAS E COM REFORÇO. MEDINDO MIN. 2,00 X 0,90	UNID	PANDIN EST06	45	184,00	8.280,00
26320	EXAUSTOR AXIAL - EM ALUMINIO, MEDINDO (23X20) CM, DIAMETRO 30CM, MOTOR 1/4 CV, VAZAO 700M-/H, HELICE EM ALUMINIO COM 05 PAS, TENSAO 220V	UNID	VENTISOL AXIAL	1	450,00	450,00
374711	FERRO ELETRICO - DE PASSAR ROUPA, A VAPOR CERAMICA 110V, COM O JATO DE VAPOR, RESERVATORIO E PARA ATE 240ML. BASE DE CERAMICA MAIS RESISTENTES A RISCOS E COM DESLIZAMENTO SUPERIOR. CONSUMO TIPO A.	UNID	MULTILASER	9	90,00	810,00
369438	FOGÃO 04 BOCAS DE USO DOMÉSTICO ? LINHA BRANCA. VOLUME DO FORNO: 62,3 LITROS CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: MESA/ FORNO: A/B MESA: QUEIMADOR NORMAL (1,7 KW); 03 QUEIMADORES FAMÍLIA (2 KW);1 FORNO: QUEIMADOR DO FORNO 2,4 DIMENSÕES APROXIMADAS: 87X 51X 63 CM (AXLXP)PESO APROXIMADO: 28,4 KG	UNID	ATLAS MONACO	9	474,00	4.266,00
369469	GAVETEIRO VOLANTE DE DUAS GAVETAS E GAVETA PARA PASTA SUSPENSA, GAVETEIRO EM MADEIRA PRENSADA, MEDIDAS: COMPRIMENTO: 0,52M / LARGURA: 0,38M / ALTURA: 0,61M, PESO MAX. SUPORTADO: 4 KG NO TAMPO / 3 KG CADA GAVETA PESO BRUTO: 14,48KG, NA COR TABACO, RODIZIOS DE SILICONE	UNID	VANDAFLEX LIGHT	28	285,30	7.988,40
374712	GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROST-FREE DESCRIÇÃO: REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO?FROSTFREE?, VOLTAGEM 110 V OU 220 V (CONFORME DEMANDA). O REFRIGERADOR DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO INMETRO APRESENTANDO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA "A".DIMENSÕES APROXIMADAS: 176 X 62 X 69 CM (AXLXP) CAPACIDADE: CAPACIDADE TOTAL (VOLUME INTERNO): MÍNIMA DE 345 LITROS.CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS: GABINETE EXTERNO DO TIPO MONOBLOCO E PORTAS REVESTIDAS EM CHAPA DE AÇO COMACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA (EM	UNID	ELECTOLUX	23	2.585,00	59.455,00

	PÓ), NA COR BRANCA. SISTEMA DE ISOLAMENTO TÉRMICO EM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADO NO GABINETE ENAS PORTAS. GABINETE TIPO "DUPLEX" COM DUAS (2) PORTAS (FREEZER E REFRIGERADOR). PARTES INTERNAS REVESTIDAS COM PAINEIS PLASTICOS MOLDADOS COM RELEVOS PARASUPORTE DAS PRATELEIRAS INTERNAS DESLIZANTES. CONJUNTO DE PRATELEIRAS DE VIDRO TEMPERADO REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS. PRATELEIRAS DA PORTA E CESTOS PLÁSTICOS, REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS.GAVETA PLÁSTICA PARA ACONDICIONAMENTO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES. PRATELEIRA E/OU GAVETA PLÁSTICA NO COMPARTIMENTO DO FREEZER. FORMAS PARA GELO NO COMPARTIMENTO DO FREEZER. GAXETAS MAGNÉTICAS PARA VEDAÇÃO HERMÉTICA DAS PORTAS COM O GABINETE. BATENTES DAS PORTAS DOTADOS DE SISTEMA ANTITRANSPIRANTE. DOBRADIÇAS METÁLICAS. SAPATAS NIVELADORAS. SISTEMA DE CONTROLE DE TEMPERATURA POR MEIO DE TERMOSTATO AJUSTÁVEL. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ?FROSTFREE?. GÁS REFRIGERANTE R600A.					
369948	HD EXTERNO COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 1TB; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: DC 5V (ALIMENTADO POR BUS USB); VELOCIDADES DE TRANSFERÊNCIA: ATÉ 5GBPS (USB 3.0) E ATÉ 480MBPS (USB 2.0); PORTAS USB 3.0 E 2.0; TIPO DE PORTA: CONECTOR USB 3.0 MICRO-B; CABO USB 3.0 STANDARD-A A CABO USB MICRO-B (60CM).	UNID	ADATA - AHV6205-1TU31-CBK	30	447,00	13.410,00
374751	MAQUINA DE LAVAR ROUPAS - TIPO AUTOMATICA, CAPACIDADE APROXIMADA 12 KG, COR BRANCA, DIMENSOES APROXIMADAS (1,30X0,82X0,83), APLICACAO DOMESTICA, LAVAGEM/ENXAGUE E CENTRIFUGACAO, VOLTAGEM 110V. REFERENCIA: ELECTROLUX LT12F, EQUIVALENTE, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.	UNID	COLORMAQ - LCA12	2	1.634,00	3.268,00
369089	MAQUINA DE LAVAR - SEMI AUTOMATICA, MODELO TANQUINHO, CAPACIDADE 10 QUILOS, DISPENSER PARA SABAO E AMACIANTE, ACESSO AO CESTO PELA PARTE SUPERIOR, FILTRO PARA FIAPOS	UNID	WANKE BARBARA	13	515,00	6.695,00
374713	MESA ESCRIVANINHA - EM MADEIRA PRENSADA, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, NA COR TABACO, RETANGULAR, COM ESPESSURA 15MM, NA ALTURA DE 0,74M, ACO PITADO EM EPOXI, COMPRIMENTO 1,20M X LARGURA 0,60M, 15MM, TABACO, COM GAVETEIRO, COM 02 GAVETAS, COM FECHADURA, FRONTAL EM AGLOMERADO, COM ESPESSURA DE 15MM	UNID	PANDIN	51	449,00	22.899,00
368973	MESA ESCRIVANINHA - MADEIRA PRENSADA, MELAMINICO, CINZA, COM TAMPO EM L, 15MM, 0,74M, COM ESTRUTURA EM ACO, MEDINDO (1,20 X 1,20 X 0,70)M, 15MM, PRETA, COM 01 GAVETEIRO, COM 02 GAVETAS, COM CHAVE NAS GAVETAS, FRONTAL EM AGLOMERADO, 15MM	UNID	PANDIN	7	446,20	3.123,40
248450	MESA MODELO EM L, ESTAÇÃO DE TRABALHO ALTURA 75 CM, LARGURA 140/140 CM, PROFUNDIDADE 60CM EM MATERIAL MDF COM 03 GAVETAS COM CHAVE E SUPORTE PARA CPU - NA COR TABACO	UNID	PANDIN - MAN 140+-MAN 140	24	600,00	14.400,00
246030	MESA MODELO EM L, ESTAÇÃO DE TRABALHO TAMANHO MINÍMO DE LARGURA 1,20M X COMPRIMENTO 1,20M, ESPESSURA DO TAMPO 0,15MM, 01 GAVETEIRO FIXO COM 03 GAVETAS, EM MATERIAL MDP (MEDIUM DENSITY PARTICLEBOARD - PAINEL DE AGLOMERADO CONSTITUÍDO DE PARTICULAS DE MADEIRA AGLUTINADAS ENTRE SI)..	UNID	PANDIN - MAN 120+-MAN 120	15	639,00	9.585,00
369078	PROJETOR MULTIMIDIA - LITE SHOW COMPATIVEL COM RESOLUCAO INFOCUS, EXIBICAO DE IMAGEM DE COMPUTADOR, PERMITE A EXIBICAO DE IMAGENS DE COMPUTADOR SEM CONECTAR CABOS, MULTIVOLT, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	UNID	TOMATE - MPR 2003	8	2.790,00	22.320,00
374714	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO – PR DESCRIÇÃO:PURIFICADOR/BEBEDOURO DE ÁGUA REFRIGERADO, COM SELOS INMETRO, COMPROBATÓRIOS DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.CAPACIDADE:ARMAZENAMENTO DE ÁGUA GELADA: DE 2,5 A 2,8 LITROS. ATENDIMENTO: MÍNIMO DE 30 PESSOAS. CARACTERÍSTICAS GERAIS:CONSTITUÍDO DE:SISTEMA DE TRATAMENTO ATRAVÉS DE ELEMENTOS FILTRANTES QUE REMOVEM OS PARTICULADOS DA ÁGUA E O CLORO LIVRE.COMPRESSOR INTERNO COM GÁS REFRIGERANTE CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. BOTÃO DE ACIONAMENTO AUTOMÁTICO DO TIPO FLUXO CONTÍNUO, COM REGULAGEM PARA DIFERENTES NÍVEIS DE TEMPERATURA (NATURAL, FRESCA OU GELADA) OU TORNEIRA.BICA TELESCÓPICA OU AJUSTÁVEL PARA RECIPIENTES DE DIVERSOS TAMANHOS.CÂMARA VERTICAL DE FILTRAGEM E PURIFICAÇÃO.CORPO EM AÇO INOX OU AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ.PAINEL FRONTAL EM PLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA COM PROTEÇÃO UV. VAZÃO APROX.: 40 A 60 LITROS DE ÁGUA/ HORA.PRESSÃO DE FUNCIONAMENTO: 3 A 40 M.C.A (0,3 KGF/CM² À 4 KGF/CM²). TEMPERATURA DE TRABALHO: 03 À 40º C.COMPONENTES PARA FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO:- CANOPLA; CONEXÕES CROMADAS; BUCHAS DE FIXAÇÃO S8; PARAFUSOS; REDUTOR DE VAZÃO; ADAPTADORES PARA REGISTRO: FLEXÍVEL E MANGUEIRA.PRODUTO DE CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA, O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR SELOS INMETRO, COMPROBATÓRIOS DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, INCLUSIVE, COM EFICIÊNCIA BACTERIOLÓGICA “APROVADO”. O GÁS A SER UTILIZADO NO PROCESSO DE REFRIGERAÇÃO NÃO PODERÁ SER PREJUDICIAL À CAMADA DE OZÔNIO, CONFORME PROTOCOLO DE MONTREAL DE 1987; DECRETO FEDERAL Nº 99.280 DE 07/06/90, RESOLUÇÃO CONAMA Nº 13 DE 1995, DECRETO ESTADUAL Nº41.269 DE 10/03/97 E RESOLUÇÃO CONAMA Nº 267 DE 2000. É DESEJAVEL E PREFERENCIAL QUE O GÁS REFRIGERANTE TENHA BAIXO ÍNDICE GWP ("GLOBAL WARMING POTENTIAL" - POTENCIAL DE AQUECIMENTO GLOBAL), CONFORME O PROTOCOLO DE KYOTO DE1997 E DECRETO FEDERAL Nº 5445 DE 12/05/05, DEVENDO NESTA OPÇÃO UTILIZAR O GÁSREFRIGERANTE "R600A". DIMENSIONAMENTO E ROBUSTEZ DA FIAÇÃO, PLUGUE E CONECTORES ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A CORRENTE DE OPERAÇÃO, ESTANDO DE ACORDO COM A DETERMINAÇÃO DA PORTARIA INMETRO Nº 185, DE 21 DE JULHO DE 2000, QUE DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE TODOS OS PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS SE ADAPTAREM AO NOVO PADRÃO DE PLUGUES E TOMADAS NBR 14136, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2010. INDICAÇÃO DA VOLTAGEM NO CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO.	UNID	LIBELL ACQUA FLEX	10	654,00	6.540,00
252896	ROUPEIRO COM 03 PORTAS, DUAS GAVETAS, COM PÉS, EM MDP, MEDIDAS COM NO MÍNIMO: ALTURA 1,83 M X LARGURA 61,5 CM X PROFUNDIDADE DE 38 CM.	UNID	BATROL - 03 PORTAS	4	502,24	2.008,96
370922	SISTEMA DE AR CONDICIONADO - TIPO SPLIT HI-WALLCOM CAPACIDADE DE 30000 BTU/H,COMPOSTO DE 01 UNIDADE CONDENSADORA AXIAL E UMA UNIDADE EVAPORADORA,TENSAO 220 V,CICLO FRIO, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO, DISPLAY DE TEMPERATURA DIGITAL, FUNCOES: SLEEP, TIMER 24 HORAS, 3 VELOCIDADES, BAIXO NIVEL DE RUIDO E BAIXO CONSUMO ENERGIA,GARANTIA MINIMA DE12 MESES,	UNID	PHILCO - PAC30000IFM6	11	3.800,00	41.800,00
369473	TELA PARA PROJETOR, NO MÍNIMO 1,80X1,80 MATERIAL DA ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO E ALUMINIO (COM TRIPE). AJUSTE DA TELA , TELA COM ACABAMENTO RETRATIL (FUNCIONA TIPO ROLO) .	UNID	SUMAY - TTQS100	7	497,00	3.479,00
374716	TELEVISOR - EM CORES, SMART TV, 32 POLEGADAS, TELA LED FULL HD COM RESOLUCAO MINIMA DE (1366 X 768),CONEXOES: 02 USB, 03 HDMI, RF, WI-FI INTEGRADO, RECEPCAO PARA VHF, UHF, CABO E TV DIGITAL INTEGRADOS, SISTEMA	UNID	MULTILASER - TL004	17	1.350,00	22.950,00

	DE COR: PAL-N, NTSC, PAL-M, ALIMENTACAO: BIVOLT 110- 220 V (AUTOMATICO), POTENCIA DO AUDIO 02 X 10W, MODELO UN32F5500AGXZD, ACOMPANHA: CONTROLE REMOTO, PILHAS, PARAFUSOS, MANUAL DE INSTRUCOES, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, DE ACORDO COM A LEGISLACAO BRASILEIRA, PADROES DE VIDEO ADOTADO NO BRASIL PARA TV DIGITAL - CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA TIPO A					
369085	UMIDIFICADOR DE AR, PORTATIL, CAPACIDADE MINIMA DO RESERVATORIO MÍNIMO DE DE 4 LITROS, REGULADOR DE INTENSIDADE DE 3 NIVEIS OU MAIS, TAMPA COM ABERTURA PARA LIMPEZA E MANUTENCAO	UNID	VENTISOL - U-04	88	195,00	17.160,00
374717	VENTILADOR - DE COLUNA, GRADE PROTETORA DE 40CM DE DIAMETRO, 03 PAS DE PLASTICO, COM 3 VELOCIDADES, NA VOLTAGEM 110/220 V - CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA TIPO A	UNID	VENTISOL - COMERCIAL COLUNA 40 CM	30	209,50	6.285,00
TOTAL DO FORNECEDOR						**R$ 680.261,76**

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1 - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (15) quinze dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no produto e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.10 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.11 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.12 - Recebimento dos Produtos:

5.12.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.12.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.12.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.13 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.14 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 – Todos os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses;

6.15 - Os equipamentos/produtos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

6.16 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

6.17 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

6.18 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

6.19 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

6.20 - No caso de substituição de equipamentos/produtos, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

6.21 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos/produtos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

6.22 - Todos os equipamentos/produtos que compõe a solução devem ser novos, sem uso e de última geração, estando em linha de comercialização pelo fabricante na data de abertura desta licitação.

6.23 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) equipamento/produto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.24 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.25 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

6.26 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6.27 - Etiqueta externa que apresente o modelo do equipamento e número de série para facilidade de controle de ativos.

6.28 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.29 - A Licitante Vencedora deverá prestar Assistência Técnica durante todo o período de garantia para com Produto/equipamentos, respeitando os seguintes prazos:

6.29.1 - Para iniciar o atendimento de Assistência Técnica: máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação do defeito, por escrito, pela Divisão de Manutenção em Equipamentos da Prefeitura Municipal de Matupá;

6.29.2 - Para concluir os reparos: máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da comunicação referida no item acima.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 – Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Brasil Ag. Nº 34.385-4 Conta corrente nº 2226-8 em nome de **ERICA DE FATIMA GENTIL**.

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na entrega dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0034.10120 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.10107 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA PLANEJAMENTO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.10103 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.122.0036.10136 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE FINANÇAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.662.0021.10008 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA AGRICULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10062 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - CRECHE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10061 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.10151 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.10084 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - UNIDADES DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO CRDO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.10133 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.10128 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10076 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ HOSPITAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.10140 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO COMPLEXO REGULADOR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0013.10126 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ CAF-CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACEUTICO DO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10089 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20064 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ATENDIMENTO AO IGD SUAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EM ATENDIMENTO AO SCFV – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10088 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONSELHO TUTELAR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO IGD-PBF – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 10.001.15.451.0004.10042 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.10012 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 14.001.04.122.0035.10122 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE GOVERNO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.10070 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE CULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.661.0042.10142 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Planejamento	Nayara Medeiros de Oliveira	8184/2019
Secretaria de Finanças	Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Sueli Aparecida dos Santos	8618/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Industria Comercio Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	**Francisco Carlos Vieira**	**6579/2017**
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	**Janara de Souza Soares Tussi**	**7200/2018**
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	**Mariza Rafaela Baptista da Silva**	**7734/2019**
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	**Janice Kerber**	**2340/2013**
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	**Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos**	**8549/2020**
Secretaria Municipal de Obras	**Mariza Jeniffer Wachholz**	**7021/2018**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	**Antônio Pereira de Figueiredo Netto**	**7252/2018**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 020/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 06 de outubro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

ERICA DE FATIMA GENTIL

CNPJ nº. 36.656.877/0001-82

ERICA DE FATIMA GENTIL

CPF nº. 009.876.531-05

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **FRIOLAR COMERCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRONICOS LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 36.850.598/0001-55 e Inscrição Estadual n° 13.809.975-8, com sede na Rua Trinta e Três, n° 32, Bairro Santa Cruz II, Quadra 78, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.077-015, e-mail licitacao@friolareletro.com.br, telefone (65) 2127-8550/(65) 9.9361-0705, neste ato representada pelo Sr. **LUIZ CARLOS MACHADO**, portador do RG nº 05316979 SJ-MT e do CPF nº 318.356.861-68, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as

partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONDICIONADORES DE AR, ELETRO PORTÁTEIS, ENTRE OUTROS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do produto, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	UNID de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
374692	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 60.000 BTU'S - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO, CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 60.000 BTUS; TRIFASICO; TENSAO NOMINAL DE 220 V; CICLO FRIO; CONTROLE REMOTO SEM FIO; FAIXA MINIMA DE VARIACAO DE TEMPERATURA DE 18º C A 30º C; SELO PROCEL DE ECONOMIA DE ENERGIA DO INMETRO CLASSE A; SISTEMA DE PURIFICACAO DE AR; BAIXO NIVEL DE RUIDO; ALETAS REGULAVEIS DE DIRECIONAMENTO HORIZONTAL E VERTICAL DO AR REFRIGERADO; FILTRO DE AR; MINIMO DUAS VELOCIDADES DE VENTILACAO.	UNID	ELGIN	2	7.320,00	14.640,00
364865	BEBEDOURO - BEBEDOURO DE COLUNA, NA COR BRANCA, 110 OU 220 VOLTS (CONFORME DEMANDA), PARA GARRAFOES DE 20 LITROS, REGULAGEM AUTOMATICA, COM 01 GARRAFAO, COM 02 TORNEIRAS, EM METAL	UNID	LIBELL MASTER	30,0000	440,0000	13.200,00
Total Fornecedor						27.840,00

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1 - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (15) quinze dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.6 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no produto e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.7 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.8 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.10 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.11 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.12 - Recebimento dos Produtos:

5.12.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.12.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.12.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.13 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.14 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 – Todos os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses;

6.15 - Os equipamentos/produtos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

6.16 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

6.17 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

6.18 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

6.19 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

6.20 - No caso de substituição de equipamentos/produtos, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

6.21 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos/produtos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

6.22 - Todos os equipamentos/produtos que compõe a solução devem ser novos, sem uso e de última geração, estando em linha de comercialização pelo fabricante na data de abertura desta licitação.

6.23 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) equipamento/produto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.24 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.25 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

6.26 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6.27 - Etiqueta externa que apresente o modelo do equipamento e número de série para facilidade de controle de ativos.

6.28 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.29 - A Licitante Vencedora deverá prestar Assistência Técnica durante todo o período de garantia para com Produto/equipamentos, respeitando os seguintes prazos:

6.29.1 - Para iniciar o atendimento de Assistência Técnica: máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação do defeito, por escrito, pela Divisão de Manutenção em Equipamentos da Prefeitura Municipal de Matupá;

6.29.2 - Para concluir os reparos: máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da comunicação referida no item acima.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são: FRIOLAR COMERCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRONICOS LTDA Banco do Bradesco, Ag. nº 1966-6 Conta corrente nº 369055-5

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na entrega dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0034.10120 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.10107 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA PLANEJAMENTO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.10103 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.122.0036.10136 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE FINANÇAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.662.0021.10008 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA AGRICULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10062 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - CRECHE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.10061 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.10116 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EDUCAÇÃO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.10151 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.10084 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - UNIDADES DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10078 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO CRDO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.10133 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.10128 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.10076 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ HOSPITAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.10140 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO COMPLEXO REGULADOR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0013.10126 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE/ CAF-CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACEUTICO DO MUNICIPAL DE MATUPÁ – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10089 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20064 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ATENDIMENTO AO IGD SUAS – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA EM ATENDIMENTO AO SCFV – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.10088 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONSELHO TUTELAR – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO IGD-PBF – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0051.20142 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO AO COVID - 19 – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 10.001.15.451.0004.10042 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.10012 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 14.001.04.122.0035.10122 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE GOVERNO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.10070 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE CULTURA – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.661.0042.10142 – MATERIAIS PERMANENTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Planejamento	Nayara Medeiros de Oliveira	8184/2019
Secretaria de Finanças	Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Sueli Aparecida dos Santos	8618/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Industria Comercio Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Antônio Pereira de Figueiredo Netto	7252/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 020/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 06 de outubro de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

FRIOLAR COMERCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRONICOS LTDA

CNPJ sob o nº. 36.850.598/0001-55

LUIZ CARLOS MACHADO

CPF nº 318.356.861-68

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0377/2019 DO MUNICIPIO DE SINOP/MT

A Prefeitura Municipal de Matupá - MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que aderiu a Ata de Registro de Preços 0377/2019 oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 059/2019, do Município de Sinop/MT celebrada com a Empresa SALE SERVICE IND. COM. E SERVS. DE SINAL. VIÁRIA LTDA – INSCRITA NO CNPJ: 00.304.942/0001-63, no valor total de R$ 27.241,62 (Vinte e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), cujo objetivo é "Aquisição de tintas e solvente para sinalização viária, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes", conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência, nos termos do Art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013. Matupá - MT, 07 de outubro de 2020. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 028/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 22 de outubro de 2020 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO E ITENS PARA REPOSIÇÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será das 08:00 horas do dia 09/10/2020 as 08:00 horas do dia 22/10/2020 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0108/2020, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 07 de outubro de 2020. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E DATA DE SESSÃO

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2020 – Objeto: SRP PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO. O Município de Mirassol D' Oeste informa que procedeu a RETIFICAÇÃO DO EDITAL fazendo constar a participação exclusiva para ME e EPP nos itens com preço de referência de até R$80.000,00 (oitenta mil reais).Levando em conta a alteração efetuada, designa nova data para a sessão de abertura: dia **23/10/2020.** Ficam mantidas as demais disposições do Edital. M. D' Oeste, 08/10/20. JUSCELINO DA SILVA ALMEIDA - Pregoeiro. Euclides da Silva Paixão - Prefeito.

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 011/2020

TOMADA DE PREÇO nº 001/2020

A Comissão Permanente de Licitação - CPL da CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, constituída para proceder a instituição, exame e julgamento do Processo Li citatório Tomada de Preço nº 001/2020 que tem por objeto: O objeto desta licitação é a seleção e contratação de empresa especializada, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, para reforma do prédio da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste/MT, conforme descrito nos anexos (PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO),

Adjudicamos a **Empresa M. V. CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ Nº 20. 842.262/0001-00**

Mirassol D'Oeste - MT, 06 de outubro de 2020

_____
_

Joldemar Agueiro – Presidente CPL

Portaria nº 003/2020

_____
___

Luiz Emilio Tolon – Vice-Presidente

Portaria nº 003/2020

_____

Valmir Borges Virtuoso – Secretário

Portaria nº 003/2020

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA PUBLICAÇÃO CONTRATO 33-2020

Título:

ERRATA PUBLICAÇÃO CONTRATO 33-2020

Texto:

ERRATA PUBLICAÇÃO CONTRATO 33-2020

Onde se lê:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de serviços médicos no Hospital Samuel Greve, acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde a cidade de Cáceres, Cuiabá e demais cidades dentro do estado de acordo com a demanda.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO DE ENFERMAGEM, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE E A empresa VALDIR MILANI EIRELI.

2.6 – Os plantões terão a duração de 12 (doze) horas.

CLAUSULA QUINTA

PARÁGRAFO ÚNICO - O controle das horas de plantão executadas pelo CONTRATADO (A) deverá ser feita através de registro no ponto biométrico.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

K - É obrigatório o uso do sistema de saúde (SIS), seu lançamento deve ser feito em tempo real, esse lançamento deve ser efetuado durante o plantão, exceto em caso de força maior ou extrema necessidade.

Leia-se

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS OBSTÉTRICAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE E A EMPRESA VALDIR MILANI EIRELI.

Cláusula 2.6 removida.

PARÁGRAFO ÚNICO removido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

K - É obrigatório o uso do sistema de saúde (SIS), seu lançamento deve ser feito em tempo real, esse lançamento deve ser efetuado antes ou pós o procedimento realizado porem no mesmo dia, exceto em caso de força maior ou extrema necessidade.

Mirassol D´Oeste - MT 07 de outubro de 2020

KAREN TATYANI PEREIRA TERTILIANO

PRESIDENTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA PUBLICAÇÃO CONTRATO 34-2020

Título:

ERRATA PUBLICAÇÃO CONTRATO 34-2020

Texto:

ERRATA PUBLICAÇÃO CONTRATO 34-2020

Onde se lê:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de serviços médicos no Hospital Samuel Greve, acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde a cidade de Cáceres, Cuiabá e demais cidades dentro do estado de acordo com a demanda.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO DE ENFERMAGEM, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE E A empresa VALDIR MILANI EIRELI.

2.6 – Os plantões terão a duração de 12 (doze) horas.

CLAUSULA QUINTA

PARÁGRAFO ÚNICO - O controle das horas de plantão executadas pelo CONTRATADO (A) deverá ser feita através de registro no ponto biométrico.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

K - É obrigatório o uso do sistema de saúde (SIS), seu lançamento deve ser feito em tempo real, esse lançamento deve ser efetuado durante o plantão, exceto em caso de força maior ou extrema necessidade.

Leia-se

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS OBSTÉTRICAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE E A EMPRESA VALDIR MILANI EIRELI.

Cláusula 2.6 removida.

PARÁGRAFO ÚNICO removido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

K - É obrigatório o uso do sistema de saúde (SIS), seu lançamento deve ser feito em tempo real, esse lançamento deve ser efetuado antes ou pós o procedimento realizado porem no mesmo dia, exceto em caso de força maior ou extrema necessidade.

Mirassol D´Oeste - MT 07 de outubro de 2020

KAREN TATYANI PEREIRA TERTILIANO

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO PR 48/2020

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 48/2020 –Tipo de Licitação: Menor Preço por Item. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.** Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **27/10/2020 às 10hs. (horário de Brasilia).** Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRO: LUISMAR DA SILVA MARTINS - Portaria 143/2018. M. D'Oeste, 08/10/2020.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 445/2020

PORTARIA N. 445 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016 e Lei 911 de 14 de janeiro de 2009 e alterações;

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder, 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** conforme o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016**,** para a servidora **CRISTIANA CAMARGO DA SILVA**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **PROFESSORA,** conforme requerimento e atestado médico.

Artigo 2° - Concede 60 (sessenta) dias de **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE** para a servidora **CRISTIANA CAMARGO DA SILVA**, conforme Lei Municipal n°. 911/2009.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05/10/2020.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 07 de outubro de 2020.

MARCIO LUIZ PEREIRA

Secretário de Administração e Planejamento

MLP/pcm

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO SETEMBRO 2020

CONTRATO Nº 011/2020 - Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres – MT e a empresa **MARISTELA WEBER CABRAL**, CNPJ sob o nº **23.145.736/0001-53**. Objeto: Prestação de Serviços correspondente ao envio mensal das cargas XML do APLIC para o TCE – MT e acompanhamento, tais como: Balancetes mensais, cargas tempestivas referentes a processos licitatórios e demais alterações ou informações necessárias, relacionadas a PREVI-NOBRES – MT.Valor: **R$ 3.500,00 (Cinco Mil e Quinhentos Reais)**, Data: 01/09/2020. Prazo: 04 (Quatro) meses + Balanço. Assinam – **NADIR DA SILVA** – Diretora Executiva – Contratante e **MARISTELA WEBER CABRAL–** Proprietária – Contratada.

Nobres - MT, 07 de Outubro de 2020.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 253/2020

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **Elizane da Silva Campos Hartmann**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.197/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Elizane da Silva Campos Hartmann, portadora do RG nº. 0816813-0 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº. 654.172.241-20, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 28/09/2020, referente ao período aquisitivo dos anos de 2012 a 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 29 de setembro de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATO SETEMBRO 2020

CONTRATO Nº 010/2020 - Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres – MT, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 04.463.781/0001-01 e a Senhora **NADJA BARROS MARTINS**, brasileira, união estável, ADVOGADA, devidamente registrada na OAB/MT sob nº 21.491/O, e inscrita no CPF nº 024.779.091-50. Objeto: Execução de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica. Valor: **R$ 6.000,00 (Seis Mil Reais).** Data: 01/09/2020. Prazo: 04 (quatro) meses. Assinam – **NADIR DA SILVA** – Diretora Executiva – Contratante e **NADJA BARROS MARTINS –** Contratada.

Nobres - MT, 07 de Outubro de 2020.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
OFÍCIO N° 254/2020/SAD

OFÍCIO N° 254/2020/SAD

Nortelândia-MT, 06 de outubro 2020.

ATO DECLARATÓRIO

Informamos ao Banco do Brasil Agência de Nortelândia- MT - 4103-3, quais são os responsáveis pela movimentação bancária e a extensão de poderes da conta vinculada ao CNPJ 38.828.938.0001-77 – FUNDO DE MUNICIPAL DE APOIA A POLITICA DO IDOSO - FUMAPI – NORTELANDIA.

Responsáveis pela movimentação de contas:

NOME DOS RESPONSÁVEIS	CPF	CARGO
MÁRCIA DEUNGARO FERNANDES	872.438.061-04	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FRANCISCA GRACINETE RODRIGUEZ PAZ	786.675.773-91	PRESIDENTE DO FUMAPI

Formas como serão feitas as assinaturas:

Exigência de duas pessoas responsáveis pela movimentação da conta.

Poderes de conta corrente devem ser cadastrados, de acordo com os abaixo:

COD PODERES

045- AMPLOS PODERES

009- EMITIR CHEQUES

010- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO

026- SOLICITAR SALDO EXTRATOS E COMPROVANTES

027- REQUISITAR TALONÁRIO DE CHEQUES

031- AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

038- ENDOSSAR CHEQUES

093- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS/PAGAMENTOS EXCETO POR

094- SUSTAR CONTRA ORDENS DE CHEQUES

095- CANCELAR CHEQUES

096- BAIXAR CHEQUES

098- EFETUAR RESGATE/APLICAÇÕES FINANCEIRAS

099- CADASTRAR, ALTERAR, DESBLOQUEAR SENHAS

104- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

105- EFETUAR TRANSFERÊNCIA POR MEIO ELETRÔNICO

117- EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG

118- CONSULTAR CONTAS APLIC. PROGRAMAS REPASSES RECURSOS

119- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

123- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTO

124- SOLICITAR SALDO EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

125- SOLICITAR SALDO/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

126- EMITIR COMPROVANTES

128- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS PARA MESMA TITULARIDADE

133- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Nortelândia- MT, em 06 de outubro de 2020.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Marlene Júlia De Oliveira Scarpat

Secretária Municipal De Administração, Planejamento E Finanças

Márcia Deungaro Fernandes

Secretário Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 094/2019 DISPENSA DE LICITACAO Nº 036/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2019

CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, FIRMADOS ENTRE O **MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT** E A EMPRESA **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram **O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 2412731-0 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS,** inscrita no CNPJ sob o n.º **61.198.164/0001-60,** estabelecida a Avenida Rio Branco n.º 1489, Campos Elíseos, cidade de São Paulo - SP, neste ato representada por seus diretores, Srs. **LENE ARAUJO DE LIMA,** brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 118.454.608-80 e **JOSE RIVALDO LEITE DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 047.332.458-07, ambos com domicilio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, torre B – 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo – SP, doravante denominada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.

1.2.Poreste ato de aditivo de Prorrogação de prazo, ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO**, mediantes as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93, na clausula 4ª, subitem 4.1.1 do contrato nº 094/2019.

2.2. A Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do município –(AMM-MT), conforme estabelece a Lei.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1.Prorrogação do prazo de duração do Contrato original, passando a vigorar até a data de **05/10/2021.**

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

5.1. O valor global do presente contrato é de **R$ 13.562,06 (treze mil quinhentos e sessenta e dois reais e seis centavos).**

5.2. Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, sendo em **4 (quatro)** parcelas iguais e **sem juros**.

5.3. Os valores referidos nesta cláusula serão pagos mediante debito em Conta Correnten° **57.530-5,** Agencia **3271, (756) SICOOB,** sendo no 15º (décimo quinto) dia do mês, subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 02 de setembro de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: **61.198.164/0001-60**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Viviane Sandes Bruno

CPF: 050.597.081-36 CPF: 060.281.821-41

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: AVISO DE RETIFICAÇÃO –PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2020

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, torna público a RETIFICAÇÃO da publicação do aviso de Abertura do Edital de Licitação –Pregão Eletrônico 049/2020, publicado no dia 06/10/2020, Ano XV Nº 3.579 pag. 258.

ONDE SE LÊ: O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade ***Pregão*** **Eletrônico** ***049/2020 OBJETO*** **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, APARELHOS E INSUMOS PARA SEREM UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DE MEDIDAS PARA DIAGNÓSTICO E ENFRENTAMENTO A PANDEMIA COVID-19 (Sars-CoV-2), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

COVID 19

LEIA-SE: ***Pregão*** Eletrônico ***049/2020***

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade ***Pregão*** Eletrônico ***049/2020 OBJETO*** **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, APARELHOS E INSUMOS PARA SEREM**

UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DE MEDIDAS PARA DIAGNÓSTICO E ENFRENTAMENTO A PANDEMIA COVID-19 (Sars-CoV-2), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ü

COVID 19

Nova Bandeirantes/MT, 07 de outubro de 2020.

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 294/2020

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA O CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como Fiscal de Contrato os servidores:

WASHINGTON BOAVENTURA, Assessor Administrativo, portador do CPF 324.141.578-36, matricula 5056.

De acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Nº 068/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS NOVOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como Suplente do referido contrato os servidores:

APARECIDO EMILIANO DOS SANTOS, Agente Operacional, portador do CPF 429.969.531-34, matricula 27.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 02 de setembro de 2020.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em Assinatura Nome por extenso

Suplente

Ciente em Assinatura Nome por extenso

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N°092/2020

EXTRATO DO CONTRATO N°092/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **4 D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI**

CNPJ: 13.278.238/0001-25

OBJETO: **ADESÃO PARCIAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 218/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°084/2019,PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA/MT,** constitui objeto do presente Contrato Administrativo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE IMPRESSOS GRAFICOS, CARIMBOS E CRACHÁS,** especificados nos itens do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, com preços registrados na Ata de Registro de Preços n.º 218/2019 do Munícipio de Juína/MT, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Nova Brasilândia/MT.

VALOR: **R$ 22.156,00 (vinte e dois mil cento e cinquenta e seis reais).**

ASSINATURA**: 23 de setembro de 2020.**

VIGENCIA:**23 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 007/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 007/2020/ REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

PROCESSO Nº. 081/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitação na Modalidade Pregão Eletrônico **n°.007/2020** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, ITENS ATÉ R$ 80.000,00 - EXCLUSIVA ME, EPP ou MEI**, no modo de disputa **ABERTO**, de acordo com as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/1993 e as alterações posteriores, Lei Municipal nº. 414/2009, Lei Complementar Federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013** edos Decretos Municipais nº 025/2016 de 06/05/2016 e 052/2020 de 10/06/2020, **OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, OBSER-**

VADO AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 09/10/2020 ás 07:30mim (horário de Brasília – DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 22/10/2020 ás 07:30mim (horário de Brasília – DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 22/10/2020 ás 08:00mim (horário de Brasília – DF);

ÍNICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 22/10/2020 ás 09:00mim (horário de Brasília – DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: bllcompras.com

LOCAL:O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através da Pregoeira e equipe de apoio. Para as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

DA RETIRADA DO EDITAL: O edital encontra – se disponível para consulta e retirada nos sites: bllcompras.com; e/ou www.novabrasilandia.mt.gov.br,

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMETARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br, para maiores informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1280.

Nova Brasilândia – MT, 07 de outubro de 2020.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos Souza

Pregoeira

Portaria: Nº. 006/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO N.º 009/20/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 813/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT;

CONTRATADA: **LUDIMILA DOS SANTOS**;

ESPÉCIE: RESCISÃO;

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE **INSTRUTORA DE DANÇA**, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) HS SEMANAIS, COM OBJETIVO DE ATUAR NAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO CENTRO DE REFERENCIAL SOCIAL - CRAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

FUNDAMENTO: A PRESENTE RESCISÃO TEM COMO AMPARO LEGAL O ARTIGO 79, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. ° 8.666/93;

ASSINATURA: 23/09/2020.

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO N.º 015/20/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 813/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT;

CONTRATADA: **LEANDRO ALCÂNTARA BORDIGNOM**;

ESPÉCIE: RESCISÃO;

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ARTES MARCIAIS, PELO PERÍODO DE 08 (OITO) HS SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE ATUAR NAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO CENTRO DE REFERENCIAL SOCIAL- CRAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

FUNDAMENTO: A PRESENTE RESCISÃO TEM COMO AMPARO LEGAL O ARTIGO 79, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. ° 8.666/93;

ASSINATURA: 23/09/2020.

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO N.º 016/20/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 813/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT;

CONTRATADA: SIDNEI DE CAMPOS SONORIZAÇÃO - ME;

ESPÉCIE: RESCISÃO;

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **PROFESSOR DE MÚSICA**, PELO PERÍODO DE 08 (OITO) HS SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE ATUAR NAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO CENTRO DE REFERENCIAL SOCIAL- CRAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

FUNDAMENTO: A PRESENTE RESCISÃO TEM COMO AMPARO LEGAL O ARTIGO 79, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. ° 8.666/93;

ASSINATURA: 23/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 59/2020

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 59/2020

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 59/2020.

ABERTURA: 21 de outubro de 2020 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de preços para aquisição de Materiais de Consumo, Gênero alimentícios, limpeza e outros materiais de consumo de, mediante Sistema de Registro de Preços, para confecção de Cestas Básicas visando atender a Secretaria de Assistência Social do município de Nova Lacerda - MT.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 07 de outubro de 2020.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ERRATA EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2020

ERRATA EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, através da Comissão de Licitação, torna publico para conhecimento dos interessados ou a quem venha tomar conhecimento da publicação do extrato da ata de registro de preços Nº 051/2020, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pagina 159 e 160 datado de 07/05/2020:

Onde se lê: **CONTRATADO: G M N EMPREENDIMENTOS EIRELI**

Leia se: **CONTRATADO: NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA**

Onde se lê: **PRAZO:** 12 Meses, a partir de 02 de março de 2020

Leia se: **PRAZO:** 12 Meses, a partir de 01 de outubro de 2020

Nova Lacerda- MT 07 de outubro de 2020.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ERRATA A AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 055/2020

ERRATA A AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 055/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, através da Comissão de Licitação, torna publico para conhecimento dos interessados ou a quem venha tomar conhecimento da publicação do aviso de resultado de licitação PREGÃO PRESENCIAL numero 55/2020, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pagina 159, datado de 07/10/2020:

Onde se lê: **CONTRATADO: G M N EMPREENDIMENTOS EIRELI**

Leia se: **CONTRATADO: NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA**

Onde se lê: **PRAZO:** 12 Meses, a partir de 02 de março de 2020

Leia se: **PRAZO:** 12 Meses, a partir de 01 de outubro de 2020

Nova Lacerda- MT 07 de outubro de 2020.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O CONSERTO DO MOTOR DA PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA 180 PERTECENTE À FROTA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

Dia: 13/10/2020.

ABERTURA DO CERTAME: ás 09:00 horas, do dia 13/10/2020.

Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia.

Fundamento Legal: art. 24, inc. XII da Lei 8.666/93, art 1°, inc. I da Lei **14.065/2020.**

Nova Marilândia – MT, 07 de outubro de 2020.

JOSE CLEITON DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL 172 /2020 DATA: 07/10/2020 EMENTA: CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES PUBLICO MUNICIPAIS RELACIONADOS ABAIXO. ADEMAR SOAVE, PREFEITO MUNICIPAL INTERRINO DE N

EMENTA: CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES PUBLICO MUNICIPAIS RELACIONADOS ABAIXO.

ADEMAR SOAVE,

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº 725/2016, DE 14 DE MARÇO DE 2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder aos servidores Público Municipais *relacionados abaixo*, 90 (noventa) dias de "*LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE"*, atendendo a requerimento.

MEIRE MOURA SOAVE RODRIGUES	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CPF: 850.960.021-49	Inicio- 07/10/2020 A 04/01/2020 retornando dia 05/01/2020.
ROSALINA MARIA FERREIRA DA SILVA	SECRETARIA DE SAUDE	CPF: 411.646.101-63	Inicio- 05/10/2020 A 02/01/2021 retornando dia 03/01/2021.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, o servidor retornará às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria de origem.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 07/10/2020.

ADEMAR SOAVE

Prefeito Municipal interino

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 173/2020 DATA: 07 DE OUTUBRO DE 2020 EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA SR.ª "VANUSA CARAFINI DA SILVA". ADEMAR SOAVE, PREFEIT

EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA Sr.ª **"VANUSA CARAFINI DA SILVA".**

ADEMAR SOAVE, PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 30 (TRINTA) dias de férias a Servidora Pública Municipal contratada Sr.ª VANUSA **CARAFINI DA SILVA**", portadora da cédula de identidade n°- 222611622 SSP/MT e CPF n°- 038.007.511-35 contratada para o cargo de Agente Comunitário de Saúde -POMPEIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 05/10/2020 e término em 03/11/2020, retornando as suas atividades no dia 04/11/2020.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à secretaria municipal de saúde de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 08/09/2020.

ADEMAR SOAVE

Prefeito Municipal Interino

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 887/2020

LEI MUNICIPAL Nº 887/2020

Data: 07 de outubro de 2020

EMENTA: ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL 363 DE 06 (SEIS) DE ABRIL DE 2005 (DOIS MIL E CINCO) QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, E CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMAR SOAVE, Prefeito Interino do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal 363 de 06 (seis) de abril de 2005 faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei;

Art.1º - Altera o Art. 20 da Lei Municipal n.º 363 de 06 (seis) de abril de 2005 (dois mil e cinco) que passará a viger com a seguinte redação:

(...)

"Art. 20 – Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de Nova Marilândia;"

Art.2º - Altera o Art. 21 da Lei Municipal n.º 363 de 06 (seis) de abril de 2005 (dois mil e cinco) que passará a viger com a seguinte redação:

"Art. 21. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será gerenciado pela Secretaria Municipal de Ação Social, sendo de competência do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e planos de ações voltados à pessoa idosa."

Art.3º - Acrescenta o Art. 21A a Lei Municipal n.º 363 de 06 (seis) de abril de 2005 (dois mil e cinco) com a seguinte redação:

"Art. 21 A. Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - as transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II – as transferências e repasses do Município;

III - os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV- produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003);

VI – as doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme a Lei Federal nº 2.213/2010;

VII - outras receitas destinadas ao referido Fundo, e

VIII – as receitas estipuladas em lei.

§ 1°. Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta específica mantida em instituição financeira designada pela Secretaria de Fazenda sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa", e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sem isentar a Administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação vigente.

§ 2°. Os recursos de responsabilidade do Município de Nova Marilândia destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, conforme regulamentação desta Lei."

Art.4º - Acrescenta o Art. 21 B a Lei Municipal n.º 363 de 06 (seis) de abril de 2005 (dois mil e cinco) com a seguinte redação:

"Art. 21 B. Os recursos do Fundo Municipal do Idoso serão aplicados em:

I - programas socioeducativos para assuntos lúdicos, cívicos, artísticos, esportivos, Culturais, tecnológicos, ambientais ou outros relacionados à formação e ao desenvolvimento pessoal, moral, social e intelectual, aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso;

II - programas de aprendizagem e estagiamento para responsáveis, em parceria com o setor produtivo;

III - implantação e manutenção de espaços destinados ao lazer e à prática de esportes;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços aos idosos;

V - Aquisição de material permanente e/ou de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos;

VI - programas de prestação de serviços à comunidade, de proteção e combate à violência, de capacitação para os atores do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso;

VII - campanhas informativas e educativas, eventos, seminários, congressos e conferências com a comunidade;

VIII - programas de promoção do idoso;

IX - programas de acolhimento a portadores de necessidades físicas e psicoterapêuticas em abrigos, centros de convivência, redes de apoio ou serviços alternativos.

X - serviços de atendimento para idosos em instituições de longa permanência, centros de convivência e Centro Dia."

Art.5º - Acrescenta o Art. 21C a Lei Municipal n.º 363 de 06 (seis) de abril de 2005 (dois mil e cinco) com a seguinte redação:

"Art. 21 C - O Conselho Municipal do Idoso elegerá o Presidente do Fundo com respectiva lavratura de Ata que será submetida ao Chefe do Poder Executivo para sua nomeação por meio de ato próprio da administração;"

Art. 6°. Acrescenta o Inc. VI ao Art. 6º da Lei Municipal nº 363 de 06 (seis) de abril de 2005 (dois mil e cinco) que vigerá com a seguinte redação:

(...)

"**VI.** Deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal Direitos da Pessoa Idosa".

Art. 7°. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo no prazo de 15 (quinze) dias da publicação desta Lei, regulamentar a organização e operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Art. 8º – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário;

Nova Marilândia/MT, aos 07 (sete) dias do mês de outubro do ano de 2020 (dois mil e vinte).

_____

ADEMAR SOAVE

PREFEITO INTERINO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº.32/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO 3997/2020

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial Nº.32/2020

Processo Administrativo 3997/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, localizada na Av. Mato Grosso, nº. 51, Centro, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 074/2020/PMNMV/GAB de 01 de Junho de 2020, comunica aos interessados, a **PRORROGAÇÃO** da data da sessão de abertura e julgamento de propostas para a licitação na modalidade Pregão Presencial Nº. **32/2020**, Processo Administrativo 3997/2020, que tem por objeto o **LICENÇA DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, ADEQUAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, MANUTENÇÃO, SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESENCIAL E REMOTA, CONSTITUINDO UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA *nos moldes de Anexo I, para atender as necessidades da Administração Municipal da PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES*,** para o dia **016/10/2020 às 08:00 horas –** horário local, mantendo-se todos os demais dispositivos contidos no edital de Convocação e seus anexos.

Motivo da prorrogação: Devido ao PREGOEIRO estar de Licença Saude por 7 dias a partir do 05 de setembro 2020.

O Edital completo contendo todas as instruções permanece a disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2020 - Campo Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde, 06 de Setembro de 2020.

EDUARDO ODAIR DARUI

Presidente da CPL

Decreto 074/2020

Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 135/2020 SUMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 135/2020

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor que menciona e da outras providências.

A Senhora Beatriz de Fátima S. Lemes, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1032/2019, e em consonância com a lei Federal 4320/64.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica aberto um Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Município de Nova Monte Verde – MT, no corrente exercício, no valor de R$ 1.675,00 (Hum mil seiscentos e setenta e cinco reais) na seguinte dotação orçamentária:

10.001 – GABINETE DO PREVVER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT

10.001.09.272.0045.2002.3.3.90.92.000000 – Despesas de Exercícios Anteriores	1.675,00
Total Suplementado	**1.675,00**

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária:

10.001 – GABINETE DO PREVVER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT

10.001.09.272.0045.2002.3.1.90.05.000000 – Outros Benefícios Previdenciários	1.675,00
Total Reduzido	**1.675,00**

ARTIGO 3° - Este decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, 30 de Setembro de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
BALANÇO ORÇAMENTARIO CONSOLIDADO 2019

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 - CONSOLIDADO — Exercício: 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**26.434.361,11**	**30.065.571,11**	**30.108.120,61**	**42.549,50**
Receita Tributária	2.232.305,80	3.236.203,68	3.198.425,90	-37.777,78
Receita de Contribuições	2.606.502,08	2.606.502,08	2.372.199,77	-234.302,31
Receita Patrimonial	518.055,00	518.055,00	39.254,14	-478.800,86
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	10.035,20	10.035,20		-10.035,20
Transferências Correntes	21.048.163,03	23.671.475,15	24.399.729,23	728.254,08
Outras Receitas Correntes	19.300,00	23.300,00	98.511,57	75.211,57
Receitas de Capital (II)	**1.432.759,16**	**2.832.698,87**	**2.160.330,74**	**-672.368,13**
Operações de Crédito		774.596,00	774.596,00	
Alienação de Bens	1.029,40	1.029,40		-1.029,40
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	1.431.729,76	2.057.073,47	1.385.734,74	-671.338,73
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**27.867.120,27**	**32.898.269,98**	**32.268.451,35**	**-629.818,63**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**27.867.120,27**	**32.898.269,98**	**32.268.451,35**	**-629.818,63**

Emissão: 06/10/2020 16:27:06 — Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2019 - CONSOLIDADO — Exercício: 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)		1.534.816,30		-1.534.816,30
TOTAL (VII) = (V + VI)	**27.867.120,27**	**34.433.086,28**	**32.268.451,35**	**-2.164.634,93**
Saldos de Exercícios Anteriores			**120.000,00**	**120.000,00**
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro			120.000,00	120.000,00
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**24.508.056,34**	**28.784.808,30**	**28.467.396,07**	**28.467.396,07**	**26.795.574,71**	**317.412,23**
Pessoal e Encargos Sociais	13.021.894,54	16.407.746,83	16.302.087,13	16.302.087,13	15.781.323,38	105.659,70
Juros e Encargos da Dívida	155.000,00	51.649,27	39.978,59	39.978,59	39.978,59	11.670,68
Outras Despesas Correntes	11.331.161,80	12.325.412,20	12.125.330,35	12.125.330,35	10.974.272,74	200.081,85
Despesas de Capital (IX)	**1.504.239,12**	**4.910.233,66**	**2.589.740,05**	**2.579.703,07**	**2.488.579,91**	**2.320.493,61**
Investimentos	1.114.239,12	4.740.703,75	2.421.050,60	2.411.013,62	2.319.890,46	2.319.653,15
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida	390.000,00	169.529,91	168.689,45	168.689,45	168.689,45	840,46
Reserva de Contingência (X)	**1.216.596,81**	**738.044,32**				**738.044,32**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**27.228.892,27**	**34.433.086,28**	**31.057.136,12**	**31.047.099,14**	**29.284.154,62**	**3.375.950,16**

Emissão: 06/10/2020 16:27:06 — Página 2
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 - CONSOLIDADO — Exercício: 2019

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**27.228.892,27**	**34.433.086,28**	**31.057.136,12**	**31.047.099,14**	**29.284.154,62**	**3.375.950,16**
Superávit (XIII)	638.228,00		1.211.315,23			-1.211.315,23
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**27.867.120,27**	**34.433.086,28**	**32.268.451,35**	**31.047.099,14**	**29.284.154,62**	**2.164.634,93**
Reserva do RPPS						

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 - CONSOLIDADO — Exercício: 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes	**7.157,29**	**13.892,84**	**13.892,84**	**11.892,84**		**9.157,29**
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	7.157,29	13.892,84	13.892,84	11.892,84		9.157,29
Despesas de Capital	**957.170,11**	**621.597,74**	**1.546.054,31**	**1.546.054,31**		**32.713,54**
Investimentos	957.170,11	621.597,74	1.546.054,31	1.546.054,31		32.713,54
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	**964.327,40**	**635.490,58**	**1.559.947,15**	**1.557.947,15**		**41.870,83**

Emissão: 06/10/2020 16:27:06 — Página 4
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 - CONSOLIDADO — Exercício: 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	**62.374,88**	**1.115.586,89**	**1.127.102,85**		**50.858,92**
Pessoal e Encargos Sociais		497.650,71	497.332,97		317,74
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	62.374,88	617.936,18	629.769,88		50.541,18
Despesas de Capital		**266.767,54**	**253.608,38**		**13.159,16**
Investimentos		266.767,54	253.608,38		13.159,16
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	**62.374,88**	**1.382.354,43**	**1.380.711,23**		**64.018,08**

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES
Prefeito Municipal

NEIDE DIAS DE MELO
Secretario(a) de finanças

GILSON LUIZ VERISSIMO
CONTADOR

Emissão: 06/10/2020 16:27:06 — Página 5
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DOS CONTRATOS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATO N°: 0**55/2020**

BENEFICIARIO: **J.L.DA SILVA PRE-MOLDADOS EIRELI-EPP.**

OBJETO: aquisição de manilhas de concreto

VALOR R$: **126.000,00**

VIGÊNCIA: 08/09/2020 A 08/09/2020

CONTRATO N°: **056/2020**

BENEFICIARIO: , **CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**

OBJETO: materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas, EPI's, dentre outros, para atender as necessidades do município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: **418.971,59**

VIGÊNCIA: 21/09/2020 A **21/09/2021**

CONTRATO N°: **057/2020**

BENEFICIARIO: **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA-EPP.**

OBJETO materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas, EPI's, dentre outros, para atender as necessidades do município de Nova Nazaré-MT,.

VALOR R$: **147.132,70**

VIGÊNCIA: 21/09/2020 A 21/09/2021

CONTRATO N°: **058/2020**

BENEFICIARIO: **SERGIO ANTONIO DE ALMEIDA 59870443168**

OBJETO: materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas, EPI's, dentre outros, para atender as necessidades do município de Nova Nazaré-MT

VALOR R$: **44.200,00**

VIGÊNCIA: 21/09/2020 A 21/09/2021

CONTRATO N°: **059/2020**

BENEFICIARIO: **SAN MARINO ONIBUS LTDA.**

OBJETO aquisição de veículos de transporte escolar

VALOR R$: **274.000,00**

VIGÊNCIA: 21/09/2020

CONTRATO N°: **060/2020**

BENEFICIARIO: **MEI – ANDERSON PEREIRA FERNANDES 04104464163**

OBJETO: **contratação de empresa para serviços de manutenção mecânica e serviços de solda para atendimento da Frota da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT**.

VALOR R$: **17.500,00**

VIGÊNCIA: 29/09/2020 A **29/02/2021**

CONTRATO N°: **061/2020**

BENEFICIARIO: **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI.**

OBJETO: aquisição de veículos tipo ônibus escolar

VALOR R$: **268.900,00**

VIGÊNCIA: **29/09/2020 A 29/09/2021**

CONTRATO N°: **062/2020**

BENEFICIARIO: **ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA**

OBJETO: aquisição de lubrificantes para atendimento da Frota da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: **47.900,00**

VIGÊNCIA: 29/09/2020 A 29/09/2021

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DOS CONTRATOS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020 CORRETA

.

CONTRATO N°: **046/2020.**

BENEFICIARIO: **MEI MARCIO VICENTE DE PAULA CERETTI**.

OBJETO: **contratação de empresa para fornecimento de vídeo aulas, apostila e outros materiais na área de língua inglesa, em continuidade ao PROJETO APRENDER INGLÊS, para atender as necessidades da secretaria municipal de Educação ara ensino especializado à alunos da educação infantil de primeiro ao quinto ano**.

VALOR R$: **17.100,00.**

VIGÊNCIA: 07/08/2020 A **07/01/2021**.

CONTRATO N°: **047/2020**

BENEFICIARIO: **KIST & SEIBEL LTDA EPP.**

OBJETO:**prestação serviços de manutenção preventiva e corretiva em poços artesianos**.

VALOR R$: **47.500,00.**

VIGÊNCIA: 07/08/2020 A **07/08/2021**

CONTRATO N°: **048/2020.**

BENEFICIARIO:**ODVALDO RIBEIRO DA SILVA EIRELLI.**

OBJETO: ***fornecimento*** **de madeira serrada**

VALOR R$: **68.505,96.**

VIGÊNCIA: **14/08/2020 A 14/08/2021**

CONTRATO N°: **049/2020.**

BENEFICIARIO: **ILUISA S.G.A. BARBOSA EPP.**

OBJETO:***fornecimento*** **de combustíveis (abastecimento na bomba) para atender as necessidades do município de Nova Nazaré-MT**

VALOR R$: **525.100,00**

VIGÊNCIA: **21/08/2020 A 21/08/2021**

CONTRATO N°: **050/2020.**

BENEFICIARIO:**SERGIO ANTONIO DE ALMEIDA 59870443168.**

OBJETO: prestação de serviços de transporte de cascalho (terra) com caminhão basculante, com todas as despesas (óleo diesel, lubrificantes, filtros, pneus, manutenção mecânica, elétrica, etc) e motorista por conta do contratado.

VALOR R$: **112.500,00**

VIGÊNCIA: **26/08/2020 A 26/08/2021**

CONTRATO N°: **052/2020.**

BENEFICIARIO: **EMAM – EMULSOES E TRASNPORTES LTDA.**

OBJETO:***fornecimento*** **de emulsão asfáltica RL 1C**

VALOR R$: **293.700,00**

VIGÊNCIA: **26/08/2020 A 26/08/2021**

CONTRATO N°: **053/2020.**

BENEFICIARIO: **MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA.**

OBJETO:***fornecimento*** **de brita e pó de brita**.

VALOR R$: **59.400,00.**

VIGÊNCIA: **26/08/2020 A 26/08/2021**

CONTRATO N°: **054/2020.**

BENEFICIARIO: **GRAZIELLY FERNANDES MORAIS 70793823196.**

OBJETO:***fornecimento*** **de refeições prontas tipo marmitex e comercial**.

VALOR R$: **68.000,00**

VIGÊNCIA: **26/08/2020 A 26/08/2021**

PREFEITURA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT E A EMPRESA CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 21.603.640/0001-66, localizada na Rod. MT 326 s/n, centro, Nova Nazaré-MT representada pelo **SR. DIRCEU JOSÉ CAMPOS,** portador do CPF nº 902.700.021-20 e RG nº 1274025-0 SSP/MT, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e ainda de acordo com a documentação constante no **Processo de Pregão Presencial nº 020/2019** e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERAÇÕES

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto a **Prorrogação do Contrato nº 087/2019, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência prorrogada até o **dia 27/03/2021,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos do item do processo e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem o fornecimento de cimento para a manutenção de obras, execução de meio fio, sarjeta, dentre outros, até a formalização do novo processo licitatório, o que não causará nenhum prejuízo aos cofres publicos.

2.2 – Para a referida prorrogação há previsão legal e contratual conforme **Cláusula Terceira, inciso 3.8** do contrato e ainda conforme o art. 57, § 1º da Lei 8666/93, dentro do limite de legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 097/2019**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa, Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Nova Nazaré – MT, 18 de Setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

DIRCEU JOSÉ CAMPOS

CPF nº 902.700.021-20

CONTRATADA

EDER PEREIRA DA SILVA

Fiscal do contrato

LUCIENE LEITE DA SILVA

Fiscal do contrato

DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA

Fiscal do Contrato

JULIANA FERREIRA DE RESENDE

Fiscal do contrato

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Kenia C. Campos de Azevedo Iuen Grazielle Izabella G. dos Santos

CPF: 550.239.241- 49 CPF: 020.179.841-75

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DOS CONTRATOS DO MÊS DE JUNHO DE 2020.

CONTRATO N°: **042/2020**

BENEFICIARIO: **CRISTIANO DOS SANTOS DURO - ME**

OBJETO prestação de serviços de engenharia para consultoria técnica nas áreas de planejamento; revisão de projetos em andamento; assessoria técnica especializada e apoio à supervisão e fiscalização de execução de obras de pavimentação, drenagem, urbanização, construções, reformas e ampliação de prédios públicos do município, confecção de relatórios de medição, projetos arquitetônicos, projetos complementares, projetos de infra-estrutura urbana e paisagismo.

VALOR R$: **21.000,00.**

VIGÊNCIA: 10/06/2020 A **13/12/2020**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2020/PMNO

REF: A DISPENSA 037/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 171/2020/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: a empresa a EMPRESA **EDOMIR MACIEL DUTRA** INSCRITA NO CNPJ: 31.268.843/0001-05 residentes na AV. RIO DE JANEIRO, Nº283 S BAIRRO: JARDIM DAS PALMEIRAS, na cidade de LUCAS DO RIO VERDE-MT CEP: 78455-000, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SENHOR EDOMIR MACIEL DUTRA, portadora do RG: 1145185-8 SSP/MT e o CPF: 818.246.701-25 CRM-MT 10101 Denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem na forma da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 034/2011, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666/1993, e alterações posteriores, firmado no presente **CONTRATO, cuja minuta foi examinada pela assessoria jurídica do Município de NOVA OLIMPIA, que emitiu seu parecer, a Lei nº 8.666/1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.**

VALOR GLOBAL PARA CADA FORNECEDOR REGISTRADO SERÁ CONFORME ABAIXO:

R$ 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais), conforme tabela a seguir:

Conforme tabela a segui:

QDD	DESCRIÇÃO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
200,00	MEDICO URGENCIA E EMERGENCIA	R$1. 100,00	R$220. 000,00
20,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (MEDICOS) BARRA DO BUGRES E TANGARÁ DA SERRA - MT	R$400,00	R$8. 000,00
20,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (MÉDICOS) CUIABA	R$1. 000,00	R$20. 000,00
VALOR TOTAL = 248.000,00			

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

DOTAÇAO ORÇAMENTARIA
06060021030200202154339039000001020000000

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/ MT VIGENCIA: 07/10/2020 ATE 07/04/2021.

Nova Olímpia, 07 de outubro de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA MT

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 161 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020

PORTARIA MUNICIPAL Nº 161 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte Portaria,

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Ficam nomeados para ocuparem o cargo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, os servidores abaixo relacionados:

NOME	SECRETARIA	CONTRATO/ ATA RP	OBJETO
FISCAL: MARCIA FA-	SECRETARIA DE SAUDE	PROCESSO DE DISPENSA DE LI-	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA

TIMA DE JESUS PADILHA CPF 63325098053 SUPLENTE: JESSICA AQUINO DE OLIVEIRA CPF: 01309550190		CITAÇÃO N.º 038/2020/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2020/PMNO	ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO (TECNICA DE ENFERMAGEM) PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE MISTA DE SAUDE NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.

Art.2º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 07 de outubro de 2020.

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2020/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio De Moraes Cavalcante, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADO: Cristiane Amaral Santana Campos, CPF: 990.158. 031-53, RG: 1501376-6 SSP/MT residente e domiciliada á Rua 32 n. 45-E Cep: 78.370-000 Nova Olímpia-MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO (TECNICA DE ENFERMAGEM) PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE MISTA DE SAUDE NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24º c/c Art. 26 da lei 8666/93.

VALOR GLOBAL: R$ R$ VALOR TOTAL R$ 10.571,40 (dez mil e quinhentos e setenta e um reais e quarenta centavos)

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.36.00.00.0102000000

Nova Olímpia-MT, 07 de outubro de 2020.

Erison Barros Campos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 070/2020

Data: 07 de outubro de 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do mandato do CONSELHO FISCAL E CURADOR do SANTA HELENA-PREVI.

A Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

Considerando a existência da pandemia do COVID 19(novo coronavirus), nos termos declarado pela Organização Mundial da Saúde no país e a permanente necessidade de novas medidas emergenciais e adicionais a serem implementadas no âmbito do Município de Nova Santa Helena com fito a proliferação do COVID 19.

Considerando que o município possui uma gestão humanizada que visa auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID19) de caráter global;

Considerando o número crescente de casos de contaminação, inclusive ocorrência de mortes, o município decidiu tomar algumas medidas;

Considerando, por fim, as medidas de restrição social e econômica adotadas por meio do Decreto Municipal nº 17/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o mandato do CONSELHO CURADOR E PREVIDENCIÁRIO do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Santa Helena – SANTA HELENA-PREVI, até a realização de uma Assembleia Geral para nova eleição.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 17/03/2020. (data início da pandemia)

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 07 de outubro de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
CARTA DE COMPARECIMENTO

OFÍCIO DRH - Nº.154/2020 NOVA UBIRATÃ-MT, 07 de Outubro de 2020.

À: CLAUDIA GUIA DA SILVA DOS SANTOS

CARTA DE COMPARECIMENTO

Prezada Senhora:

Solicitamos o comparecimento de V. Sa. ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, no prazo de 72 horas, no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 13/09/2019, sob pena de caracterização de Abandono de emprego, ensejando assim o Processo Administrativo, conforme dispõe Lei Complementar nº 061 de Maio de 2013, Art.140.

Nada mais havendo, expresso minhas considerações e fico a disposição para sanar dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

AUREA DA SILVA DE MATTOS

Coordenadora de gestão pessoal

Portaria nº. 187/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2.020

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2.020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar CONCORRÊNCIA PÚBLICA-CHAMADA PÚBLICA objetivando a Seleção de empresa do segmento da construção civil, para execução de projetos e obras, consubstanciados na produção de aproximadamente 320 unidades habitacionais, residenciais horizontais, em empreendimento composto com sala, dois quartos, cozinha, banheiro social e

área de serviço, com área construída mínima de 45 (quarenta e cinco) m2, atendendo as especificações do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, em imóvel de propriedade do Município, para viabilizar a seleção do município de Nova Xavantina, estado de Mato Grosso, objetivando a implementação do "Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV", conforme disposto na Lei Federal nº 11.977 de 07 de julho de 2009 e Leis Municipais de nº 2.048 de 14 de Dezembro de 2017 e nº 2.096 de 19 de Junho de 2018, memorial descritivo e anexos do edital. Data de abertura dos envelopes: 10/11/2.020, às 9h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac...

Nova Xavantina – MT, 7 de outubro de 2.020.

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 087/2020

De 04 de agosto de 2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ANTONIO MAFINI, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 474/2019, e em consonância com a lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Credito Adicional SUPLEMENTAR, no montante de R$ 58.000,00 **(cinquenta e oito mil reais)** destinados a atender as necessidades da CAMARA MUNICIPAL, nas seguintes dotações:

01.031.0001.2001.339036000000 SERVICOS DE PESSOA FISICA 58.000,00

TOTALERAL: 58.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior e indicado como recurso, na forma do disposto no art. 43, inciso III, da Lei Federal N 4.320/64, a anulação parcial das rubricas a saber:

01.031.0001.2001.339030000000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00 01.001.01.031.0001.2001.339035000000 CONSULTORIA 4.800,00 01.031.0001.2001.339039000000 SERV. PESSOA JURIDICA 23.200,00

TOTALGERAL: 58.000,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo, 04 de agosto de 2020.

ANTONIO MAFINI

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 020/2020

De 18 de janeiro de 2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ANTONIO MAFINI, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 474/2019, e em consonância com a lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Credito Adicional SUPLEMENTAR, no montante de R$ 169.400,00 **(cento e sessenta e nove mil e quatrocentos reais)** destinados a atender as necessidades da CAMARA MUNICIPAL, nas seguintes dotações:

01.031.0001.2001.339036000000 SERVICOS DE PESSOA FISICA 117.000,00 01.031.0001.1001.449052000000 MATERIAIS PERMANENTES 3.000,00

01.001.01.031.0001.2001.339035000000 CONSULTORIA 9.400,00 01.001.01.031.0001.1002.449051000000 OBRAS E INST. 40.000,00

TOTALERAL: 169.400,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior e indicado como recurso, na forma do disposto no art. 43, inciso III, da Lei Federal N 4.320/64, a anulação parcial das rubricas a saber:

01.031.0001.2001.339014000000 DIARIAS 27.000,00 01.031.0001.2001.339030000000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00 01.001.01.031.0001.2001.319011000000 – VENCIMENTOS 112.400,00

TOTALGERAL: 169.400,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo, 18 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2020 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/01/2019, torna público aos interessados que realizará licitação no dia **22/10/2020**, às 08H00, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE DIESEL S-10 A SER UTILIZADO NO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICÍPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO MT,** conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 07 de outubro de 2020.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, CNPJ nº 04.199.966/0001-50, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), referente ao Projeto de Obras de Construção de Rede de Drenagem de Águas Pluviais, com dissipador e escada hidráulica no Rio das Mortes, e Pavimentação Asfáltica a serem realizadas na Rua Abraão Alves de Souza, localizada na zona urbana do município de Novo Santo Antônio/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 076/2020

Contrato nº. 076/2020 – Dispensa de Licitação 47/2020 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **REGINA LEOPOLDINA OLIVEIRA DE SIQUEIRA - ME, CNPJ: 32.021.334/0001-38**. Objeto: Contratação de empresa especializada para **Confecção de 04 (quatro) Placas de inauguração, gravações de baixo relevo, em aço inox escovado medindo 60 x 40 cm,** a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Paranatinga-MT, **Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.** Valor: **R$: 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).** Vigência: **01/09/2020 A 01/10/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 07 de outubro de 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 078/2020

Contrato nº. 078/2020 – Pregão Eletrônico 53/2020 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **TATIANA CAPITANIO – VEÍCULOS - EPP, CNPJ: 09.103.941/0001-25.** Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2020, PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2020, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO PASSEIO – TIPO HATCH, ZERO KM, MOTOR 1.6, PONTENCIA MINIMA: 100 CV BICOMBUSTIVEL (ETANOL/GASOLINA) DIREÇÃO HIDRAULICA OU ELETRICA, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, AR-CONDICIONADO, ANO/MODELO MINIMO 2020/2020, Prefeitura Gestora da ATA Município de Colniza/MT, com recurso oriundos do Fundo a Fundo de Rec. SUS - provenientes do Gov. Federal, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga/MT. Valor: **R$: 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).** Vigência: **10/09/2020 A 10/09/2021**. Departamento de Licitações e Contratos, em 07 de outubro de 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 051/2020

PREGÃO PRESENCIAL 051/2020

ARP Nº 051/2020 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga;**tendo por objeto:** Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços paraFutura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios,** atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e demais secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 24/09/2020 A 24/09/2021**.Preços Registrados:

Empresa Vencedora			CNPJ da Empresa			Valor Total (R$)
E. R. LOPES - EPP			08.656.178/0001-05			R$: 371.417,05
Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	992001	ABACATE QUINTAL - DE PRIMEIRA , TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA , SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE .	KILO	100,00	7,9000	790,0000
2	992003	ABOBORA KABOTIA- Madura selicionada fresca, compacta, firme , coloracao uniforme , aroma, cor, tipicos da especie , em perfeito estado de desenvolvimento . Necessita estar isenta de sujidades , parasitas, rachaduras, cortes e perfuracoes.	KILO	770,00	3,3000	2.541,0000
3	991923	ACHOCOLATADO EM PO - CX COM 20 UNIDADE	CAIXA	30,00	132,0000	3.960,0000
4	992008	ACUCAR REFINADO - Acucar Obtido da cana de acucar, puro, natural, embalado em sacos de polietilleno transparente de 1 kg, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade minima de 6 meses a contar da data de entrega.	KILO	200,00	3,6000	720,0000
5	992009	ALFACE - lisa , fresca,extra,tamanho e coloracao uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidades, livre de residuos de fertilizantes, livre de agrotoxico, sem danos fisicos e mecanicos sem danos fisicos, acondicionada	UNIDADE	1.000,00	5,9500	5.950,0000
6	991911	ALHO NACIONAL	KILO	912,00	25,1000	22.891,2000
7	991960	AMEIXA - De qualidade apresentando grau de maturação que lhe permite suportar a manipulacao, o transporte e a conservacao em condicoes adequadas, e em bom estado de conservacao.	KILO	193,00	21,3000	4.110,9000
8	992010	AMENDOIM CRU- COM PELE, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, LIMPOS E DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO TRANPARENTE PCT DE 500G	PACOTE	450,00	7,1500	3.217,5000
9	992011	AMIDO DE MILHO- PACOTE 1KG produto amilaceo extraido do milho, com aspecto cor, cheiro e sabor proprios, com umidade maxima de 14% por peso, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plastico impermeavel , fechado	KILO	154,00	4,9500	762,3000
10	991903	ARROZ - AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	PACOTE	833,00	23,0000	19.159,0000
11	991949	BANANA FRITAR - De qualidade, grau medio de amadurecimento, com cascas , sem rupturas, com tamanho e coloracao uniforme, com polpa firme e intacta, devendo estar bem desenvolvida, sem danos fisico e mecanicos, isenta de partes putridas.	KILO	760,00	6,4000	4.864,0000
12	991909	BANANA NANICA EM PENCA	KILO	1.350,00	4,6000	6.210,0000
13	991912	BATATA - INGLESA, LISA	KILO	1.790,00	4,4000	7.876,0000
14	992130	BATATA PALHA, contendo 500 gramas com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	PACOTE	260,00	12,2000	3.172,0000

15	992015	BERINJELA -TIPO COMUM, BOA QUALIDADE ,TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, FIRME E INTACTA , SEM LESOES E INTACTA, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA/ RACHADURAS , PERFURACOES, CORTES),	KILO	40,00	4,9500	198,0000
16	992016	BISCOITO DE POLVILHO- biscoito com sal , tipo polvilho , sem gluten e que nao contenha leite ou derivados a rotulagem deve conter no minimo as seguintes informacoes,nome ou marca,ingredientes, ingredientes, data de fabricacao e de validade, pct 100g	PACOTE	100,00	3,0000	300,0000
17	992020	BISCOITO DOCE SEM RECHEIRO ROSQUINHA DE COCO. CAIXA 15UN X 800G	CAIXA	162,00	81,0000	13.122,0000
18	992017	BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE COCO - CX 15 undX800G SEM RECHEIO - COMPOSICAO BASICA COM FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR,OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP, ACONDICIONADA EM CX DE PAPELAO REFORCADA ,	CAIXA	140,00	81,0000	11.340,0000
19	991984	CAFE - PACOTE 1 KG, CAFE TRADICIONAL	KILO	2.410,00	14,7000	35.427,0000
20	991977	CAFE - TIPO TRADICIONAL - PACOTE 500 GRAMA	PACOTE	1.475,00	7,2000	10.620,0000
21	991999	CAMOMILA (pct 10 g) CONSTITUIDO DE FLORES, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, DE COR ..., COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, EM EMBALAGEM APROPRIADA	PACOTE	5.250,00	1,9000	9.975,0000
22	992159	CANJICA AMARELA 500G	PACOTE	260,00	1,6000	416,0000
23	992027	CANJIQUINHA - Embalagem de 500gr de milho amarelo, nao devera apresentar residuos, impurezas, bolor ou cheiro nao caracteristico, deve ser fabricado com materias primas sas e limpas, devera estar em perfeito estado de conservacao	PACOTE	80,00	2,0000	160,0000
24	991913	CEBOLA - BRANCA	KILO	953,00	4,5000	4.288,5000
25	992124	CEREAL INFANTIL - Cereal Infantil de Arroz e Aveias, tipo mucilon lácteo de preparo instantaneo, preparado a partir de materias primas sas, limpas, enriquecidos com vitaminas. 400GR	UNIDADE	104,00	8,7000	904,8000
26	992121	CHA DE ANIZ ESTRELADO - Sementes, natural, sabor e cor característicos, em embalagens plasticas de 10g.	UNIDADE	300,00	2,6500	795,0000
27	992122	CHA DE CAMOMILA - Sementes, natural, sabor e cor característicos, em embalagens plasticas de 10g.	PACOTE	295,00	1,9000	560,5000
28	992033	CHANTILY - EMBALAGEM 1 LITRO, PREPARADO PARA CREME TIPO CHANTILLY OBTIDO ATRAVES DE GORDURA VEGETAL	LITRO	100,00	12,0000	1.200,0000
29	992035	CHUCHU - grande selecionada verde, fresco, compacta, firme, coloracao uniforme, aroma, cor, tipicos da especie, em perfeito estado de desenvolvimento . Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, parasitas, rachaduras, cortes e perfuracoes .	KILO	360,00	3,9500	1.422,0000
30	992038	COLORAU- (URUCUM) pacote de 500g, po fino ,homogeneo, coloracao vermelho intensa, empacotado convencionalmente em embalagem de polietileno transparente, com dados de identificacao, dados nutricionais , data de fabricacao ,peso liquido e rotulagem	PACOTE	212,00	3,3000	699,6000
31	991953	COXINHA DA ASA - Congelada in natura. A ave deve ter contornos definidos firmes e sem manchas, pele aderente, com aspecto, cor e cheiro caracteristicos. Nao deve apresentar sujidades, penas e carcacas. Inspencao estadual e federal e prazo de val	KILO	1.130,00	17,0000	19.210,0000
32	992041	CRAVO DA INDIA - OBTIDO DO BOTAO FLORAL DE ESPECIME GENUINA,DE COLORACAO PARDO ESCURA, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 16%,ISENTO DE DETRITOS DO PROPRIO PRODUTOEIMPUREZAS DOS GRAOS OU SEMENTES,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO 10g	PACOTE	100,00	1,9000	190,0000
33	992042	CREME DE LEITE(Caixa com 200 g) - Creme de Leite embalagem tipo "tetra rex"(caixinha) 200g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 6 meses	UNIDADE	980,00	2,6000	2.548,0000
34	992046	ERVILHA LATA DE 200 GR - Em conserva simples, inteira, imersa em liquido, tamanho e coloracao uniformes	UNIDADE	150,00	2,3000	345,0000
35	992047	ESPINAFRE - .Boa qualidade ter coloração verde, fresco, estar sem ataques de pragas e doenças e não apresentar-se com folhas amareladas e danos mecânicos que afetem a aparência. MACO	KILO	40,00	13,0000	520,0000
36	991982	FEIJAO - CARIOCA - TIPO 1, (FARDO 30 KG) NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES,	FARDO	170,00	195,0000	33.150,0000
37	991904	FEIJAO - CARIOCA - TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO	KILO	990,00	7,0000	6.930,0000
38	992050	FEIJAO PRETO - Tipo 1, embalagem de 1kg com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses.	PACOTE	80,00	8,4000	672,0000
39	992052	FILE DE FRANGO-semi processado,congelado, sem osso e sem pele , sem tempero, com aspecto,cor e sabor proprio, sem manchas e parasitas , embalada, selada em saco plastico virgem,transparente e atoxico	KILO	1.500,00	15,1000	22.650,0000
40	992125	FLOCOS DE CEREAIS 500GR	UNIDADE	150,00	10,6000	1.590,0000
41	992056	GRANULADO COLORIDO MIL CORES - 250 GRAMAS, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA IDENTICO AO NATURAL, NAO CONTEM GLUTEM CONTEM CORANTES ARTIFICIAIS, AZUL BRILHANTE, VERMELHO 40 AMARELO TARTRAZINA,	UNIDADE	300,00	7,0000	2.100,0000
42	991970	IOGURTE NATURAL - Desnatado com polpa de fruta, sem adicao de acucar. Embalagem tipo copo com 140 grs.	UNIDADE	250,00	3,1000	775,0000

43	992117	JILO - Com folhas oblongas, agudas e cobertas por pêlos finos, principalmente na parte inferior do limbo foliar. Flores brancas e agrupadas em inflorescências do tipo racemo, de pedúnculo curto e com estames porosos.	KILO	220,00	8,5000	1.870,0000
44	992059	LEITE CONDENSADO - Leite condensado, embalagem tipo Tetra Rex (caixinha) de 395g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data	UNIDADE	800,00	4,7000	3.760,0000
45	992077	LEITE DE SOJA SEM LACTOSE - TETRA PACK 1 LITRO	LITRO	80,00	6,1500	492,0000
46	992115	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO, LATA 400 gr.Rico em ferro, vitaminas c,a,e d onde um porcao de 26g contendo130kcal. 9,9 de carboidrato 6,8g de proteinas, validade 12 meses	UNIDADE	30,00	14,9000	447,0000
47	991986	LEITE INTEGRAL UHT	LITRO	20,00	5,6000	112,0000
48	992076	LEITE SEMI DESNATADO UHT: SEM LACTOSE 1 LITROS	LITRO	160,00	5,9500	952,0000
49	992062	LENTILHA - Pacote 500g.de primeira, nova, constituida de graos inteiros e saos,com umidade máxima de 15%por peso,isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em saco de polietileno. Acondicionado em saco plastico, validade minima de 04 mese	PACOTE	80,00	8,5000	680,0000
50	992063	LIMAO -TAHITY,OTIMA QUALIDADE, FRESCO, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHOECOR UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDOS E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADO EM SACO, PESO POR KG	KILO	100,00	8,0000	800,0000
51	991954	LINGUICA CALABRESA - linguica tipo calabresa de carne suina pura e limpa, de 1º qualidade, adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporçoes adequadas ao tipo calabres submetida ao precesso de cura, embalada a vacuo	KILO	980,00	23,5000	23.030,0000
52	992119	LINGUICA MISTA - Com carne bovina e porco, acondicionada em embalagem adequada de acordo com as normas da ANVISA, Com cor, odor e sabor caracteristicos	KILO	700,00	18,0000	12.600,0000
53	991907	MACARRAO DE SEMOLA GRAVATA - PC 500GR, CONTEM SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, E CORANTE NATURAL, SEM OVOS.	PACOTE	40,00	3,3500	134,0000
54	992065	MACARRAO TIPO CONCHINHA -massaalimenticia -tipo seca para sopa, formato conchinha, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial,ovos e demais substancias permitidas, isenta de corantes artificiais , sujidades, parasitas, pct 500g	PACOTE	80,00	2,8500	228,0000
55	992066	MAIONESE FRASCO 500 GR - Maionese emulsao cremosa obtida com ovos e oleos vegetais com adicao de condimentos, substancia comestivel e sem corantes cremosa na cor amarelo claro	UNIDADE	150,00	4,2000	630,0000
56	991925	MARGARINA - 500 GR - Creme vegetal cremoso,com no mínimo 60% de lipídios, embalagem plástica atóxica, lacrada, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional,peso, fabricante.Validade minima 6 meses.	UNIDADE	1.200,00	6,1000	7.320,0000
57	991966	MELAO - De primeira qualidade, amarelo, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados.	KILO	290,00	5,8500	1.696,5000
58	992081	MILHO PARA CANJICA, 500G, amarela, tipo 01, de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidade, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, tipo 1. Embalagem,	PACOTE	100,00	1,6000	160,0000
59	991989	MORTANDELA TRADICIONAL	KILO	395,00	12,5000	4.937,5000
60	992133	NOZ MOSCADA - Em po 100 gr	PACOTE	260,00	28,5000	7.410,0000
61	991937	OVO - DE GALINHA, BRANCO, GRANDE	DUZIA	975,00	6,8500	6.678,7500
62	991988	PAO DE FORMA PACOTE 500 GRAMA	PACOTE	410,00	9,0000	3.690,0000
63	991946	PEIXE TAMBAQUI INTEIRO	KILO	245,00	18,8000	4.606,0000
64	992089	PIMENTAO AMARELO- PESO POR KG, EXTRA DE OTIMA QUALIDADE , GRANDE , SEM LESOES, ACONDICIONADO EM SACOS PLASTICOS ATOXICOS ,	KILO	180,00	18,4000	3.312,0000
65	992091	PIMENTAO VERMELHO- EXTRA DE OTIMA QUALIDADE , GRANDE , SEM LESOES, ACONDICIONADO EM SACOS PLASTICOS ATOXICOS , PESO POR KG	KILO	180,00	18,4000	3.312,0000
66	992093	POLVILHO DOCE -BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E ARVAS.PACOTE DE 500G	PACOTE	230,00	3,9500	908,5000
67	992096	QUIABO - LISO , OTIMA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, ACONDICIONADO EM SACO, PESO EM kg	KILO	290,00	8,9500	2.595,5000
68	992098	REPOLHO ROXO - FRESCO, DE PRIMEIRA ,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO, EM KG	KILO	100,00	8,1700	817,0000
69	992099	REQUEIJAO CREMOSO - Embalagem de 1.8 kg, Tipo Cremoso para uso culinario contendo a identificacao do protudo e prazo de validade	UNIDADE	100,00	22,8900	2.289,0000
70	991948	SAL REFINADO - Pacotes de 1 kg. Iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou empedrado, Validade no mínimo 1 ano.	PACOTE	650,00	1,2000	780,0000
71	992106	SUCO CONCENTRADO SABOR CAJU - BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA,SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	300,00	3,2500	975,0000
72	992109	SUCO CONCENTRADO SABOR MARACUJA - BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	300,00	6,9000	2.070,0000
73	992110	SUCO CONCENTRADO SABOR UVA - BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	300,00	4,3000	1.290,0000

74	992114	VAGEM - macarrao ,otima qualidade ,tamanho e coloracao uniformes, , livre de sujidades, sem danos fisicos e mecanicos, acondicionado em caixote, em kg	KILO	50,00	12,6000	630,0000
75	991927	VINAGRE TINTO 1 LITRO	LITRO	480,00	3,9000	1.872,0000

Empresa Vencedora	CNPJ da Empresa	Valor Total (R$)
APARECIDA MARCIA TOMAZINI - EPP	00.145.325/0001-62	R$: 434.504,10

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	991940	CARNE BOVINA - TIPO ALCATRA	KILO	2.030,00	36,9000	74.907,0000
2	991942	CARNE BOVINA - TIPO BISTECA	KILO	740,00	26,1200	19.328,8000
3	991941	CARNE BOVINA - TIPO COXAO MOLE (BIFE)	KILO	1.990,00	29,9000	59.501,0000
4	991917	CARNE BOVINA - TIPO MOIDA, DIANTEIRA SEM OSSO, TIPO PALETA OU ACEM,SEM PELANCA, SEM GORDURA,CONGELADA,ISENTA DE SEBO, LIMPA, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EM EMBALAGEM APROPRIADA,SEM SUJIDADES E ACAO DE MICROBIOS,INSPECIONADA PELO	KILO	3.355,00	26,2000	87.901,0000
5	992028	CARNE BOVINA COSTELA, CUBOS, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA,COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS	KILO	800,00	20,9000	16.720,0000
6	992029	CARNE BOVINA DE 2º EM CUBOS - TIPO PALETA, REFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, , EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, INSPECIONADO PELO SIF OU SIE	KILO	2.615,00	26,2000	68.513,0000
7	992030	CARNE BOVINA SALGADA - PREPARADO COM CARNE BOVINA EM CUBOS, PARTE DIANTEIRA, COM SALMOURA, DESSECADA,DE CONSISTENCIA FIRME COM ASPECTO, COR, ODOR E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS E MATERIAIS ESTRANHOS, EMBALADO EM SACO DE 1KG	KILO	500,00	32,0000	16.000,0000
8	991919	CARNE BOVINA TIPO CONTRA FILE	KILO	50,00	34,1800	1.709,0000
9	991944	CARNE SUINA - TIPO BISTECA	KILO	1.310,00	17,4400	22.846,4000
10	992031	CARNE SUINA - TIPO LOMBO, EM CUBO, CONGELADO, SEM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO	KILO	500,00	17,4400	8.720,0000
11	991943	CARNE SUINA - TIPO PALETA	KILO	745,00	17,4400	12.992,8000
12	992039	CORANTE ALIMENTICIO - Essencia Artificial, liquido frasco 10 ML, produzido a base de corantes e organicos, pode ser aplicado em alimento doce ou salgado para efeito de tingimento completo ou decorativo, cores variadas	UNIDADE	150,00	4,0000	600,0000
13	991952	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO-semi processado,congelado, com cortes de 300gr a 350gr por unidade, com aspecto,cor e cheiro proprio, sem manchas e parasitas , acondicionada em saco plastico transparente e atoxico, peso de1,500kg á k 1,800kg com selo sif	KILO	2.370,00	11,9900	28.416,3000
14	992073	FIGADO BOVINO EM BIFE	KILO	100,00	11,9000	1.190,0000
15	992067	MANDIOCA PROCESSADA- tipo branca , embalada em saco plastico , com aspecto uniforme na coloracao , firme e intacta , livre de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas	KILO	250,00	5,3500	1.337,5000
16	992078	MANTEIGA COM SAL POTE 500ML - De primeira linha em pote plastico atoxido com protecao de papel aluminizadoapos a tampa e com identificacao do produto	UNIDADE	150,00	15,3600	2.304,0000
17	992118	MAXIXE - apresentando tamanho, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos	KILO	230,00	9,8600	2.267,8000
18	992086	PEIXE - TIPO PINTADO,em filés, produto cru com aspecto , cor, cheiro e sabor proprios, limpo, isento de tecidos inferiores como: ossos, cartilagens, gorduras, tendoes, e etc, resfriado, embalado a vacuo, ou em filme pvc ou plastico atoxico	KILO	100,00	50,0000	5.000,0000
19	992087	PEPINO -tipo caipira selecionado fresco ,de otima qualidade, compacta, firme ,coloracao uniforme ,aroma,cor, tipicos da especie , em perfeito estado de desenvolvimento.Necessita estar isenta de sujidades , parasitas, rachaduras, cortes e perfuracoes.	KILO	230,00	4,0000	920,0000
20	992100	RUCULA - (maco). fresca de primeira, tamanho e coloracao uniformes,bem desenvolvida, isenta de enfermidades , material terroso e umidade externa anormal, livre de residuos de fertilizantes,sem danos fis. e mec. , acondicionada em embalagem adequada	UNIDADE	150,00	5,9900	898,5000
21	992102	SALSINHA - IN NATURA, SEM ESTRAGOS, AROMA E COR PROPRIA (MACO)	UNIDADE	100,00	5,9900	599,0000
22	992108	SUCO CONCENTRADO SABOR LARANJA - BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	300,00	4,5900	1.377,0000
23	991929	SUCO EM PO SACHE PACOTE 500 GR	PACOTE	70,00	6,5000	455,0000

Empresa Vencedora	CNPJ da Empresa	Valor Total (R$)
COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP	02.545.557/0001-33	R$: 257.698,58

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total

1	991973	AGUA MINERAL - Sem gaz fardo 12 x 1 frasco de 497 ml	FARDO	240,00	10,8400	2.601,6000
2	991974	AGUA MINERAL - Sem gaz copo de 300ml caixa de 48 x1	CAIXA	145,00	31,6000	4.582,0000
3	992012	AVEIA EM FLOCOS - Isenta de mofo, livre de parasitas e substancias, acondicionada em embalagens de 500 GR. prazo de validade 10 meses a contar com a data da entrega	UNIDADE	100,00	5,6000	560,0000
4	992014	BATATA PALHA, pacote 140 gramas com identificação do produto, testura crocante, sabor e cheiro tipo caracteristicos, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	UNIDADE	200,00	4,8500	970,0000
5	991924	BISCOITO - DE SAL - Caixa com 21 uni x 400 g. Textura crocante, sabor e cor característico, embalagem dupla face de polietileno atóxico de 400g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes.Validade 6 meses.	CAIXA	432,00	72,4500	31.298,4000
6	991992	BISCOITO - DE SAL - Pacote 400g, Textura crocante, sabor e cor característico, embalagem dupla face de polietileno atóxico de, com identificação do produto, rótulo com ingredientes.Validade 6 meses.	UNIDADE	144,00	3,4500	496,8000
7	992127	BISCOITO - Doce Maisena Chocolate, de sabor e cor característico, textura crocante, embalagem de 400g, dupla face de polietileno atóxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes.	UNIDADE	112,00	4,6700	523,0400
8	991995	BISCOITO - Doce tipo leite, sem recheio e cor caracteristico, textura crocante, embalagem de 400 g, dupla face de polietileno atoxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes. Cx 20 un de 400 g) -	CAIXA	165,00	69,0000	11.385,0000
9	991994	BISCOITO - Doce tipo maisena, de sabor e cor característico, textura crocante, embalagem de 400g, dupla face de polietileno atóxico, com identificação do produto, rótulo com ingredientes.(Caixa: 20 un de 400 g).	CAIXA	165,00	69,0000	11.385,0000
10	991996	BISCOITO DE SAL INTEGRAL - Biscoito de 400gr, consistencia crocante deve conter no minimo 4 gr de fibra em 100gr de biscoito, em embalagem plástica atóxica com dupla proteção. Validade minima 6 meses a contar da data da entrega.	PACOTE	452,00	3,5800	1.618,1600
11	991993	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - 400G, SABOR CHOCOLATE,COMPOSICAO BASICA COM FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR,OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP	UNIDADE	110,00	4,4900	493,9000
12	991997	BOMBOM - Bombom 20g, em embalagens plásticas de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 1 ano, a conta	PACOTE	1.315,00	31,0000	40.765,0000
13	992131	CALDO DE CARNE (1 X 6 TABLETES) 57 GRAMAS	UNIDADE	300,00	1,3900	417,0000
14	992025	CANELA EM PAU - pacote de 30g obtida da casca de especimes vegetais genuinos, cascas e limpas , de coloracao pardo amarelada ou marron claro ,com aspecto cheiro aromatico e sabor propios, livre de sujidades e materiais estranhos a sua especie,	PACOTE	175,00	2,6900	470,7500
15	992123	CHA DE ERVA DOCE - Sementes, natural, sabor e cor característicos, em embalagens plásticas de 10g.	UNIDADE	125,00	1,1500	143,7500
16	991979	CHA HORTELA (CAIXINHA DE 20 GR)	UNIDADE	765,00	5,0300	3.847,9500
17	991983	CHA MATE 500 GRAMA	UNIDADE	150,00	8,9000	1.335,0000
18	992160	CHA MATE 20 X 200G	CAIXA	192,00	89,0000	17.088,0000
19	991931	CHA MATE 250 GRAMA	UNIDADE	3.380,00	4,4500	15.041,0000
20	991980	CHA PRETO COM CANELA PACOTE 20 GRAMAS	PACOTE	75,00	5,6000	420,0000
21	992128	CHOCOLATE GRANULADO - Pacote com 250 gr, à base de açúcar, amido de milho, gordura vegetal, glucose em pó, cacau em pó, maltodextrina, sal. Inviolado, livre de insetos, microorganismos ou outras impurezas que venham a comprometer	PACOTE	150,00	5,4800	822,0000
22	992036	COCO RALADO - PCT DE 100GR, AMENDOAS DE COCO PURO,PARCIALMENTE DESIDRATADO, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO, COM UMIDADE MAXIMA DE 4% P/P E	UNIDADE	600,00	2,7000	1.620,0000

		LIPIDIOS ENTRE 35% A 60%, ISENTO DE IMPUREZAS,SUJIDADES E RANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIA				
23	992043	DOCE DE LEITE EM PASTA - tipo cremoso, em pasta, composto de leite e acucar, isento de sujidades,parasitas e larvas,com aspecto,cor, cheiro e sabor proprios, acondicionado em potes de vdro e potes, pote de 400g	UNIDADE	200,00	3,9500	790,0000
24	992044	DOCE EM PASTA DE GOIABA - obtido por partes comestiveis desintegradas de goiaba, livre de residuos, tipo em creme ou pasta, classificada em composto de frutas selecionadas, com consistencia em potes de vidro ou plastico, pote de 400g	UNIDADE	200,00	3,1400	628,0000
25	992045	EMULSIFICANTE- Emulsificante (tipo Emustab), potes plásticos de 200g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de	UNIDADE	350,00	5,2200	1.827,0000
26	992000	ERVA DOCE - EM GRAO, (PCT DE 10G), OBTIDA DE DE PRIMEIRA QUALIDADE APRESENTANDO TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORMES, DE ESPECIME DE VEGETAIS GENUINOS, ISENTO DE FERMENTACAO E MOFO, HOMOGENEA, COM ASPECTO, CHEIRO E SABOR PROPRIOS	PACOTE	5.800,00	1,1500	6.670,0000
27	992048	ESSENCIA DE BAUNILHA - Essência de baunilha com 30 ml, composto por: água destilada, álcool etílico, corante caramelo e aromatizante. Em embalagem de vidro, Rótulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricação	FRASCO	240,00	2,9600	710,4000
28	991933	FARINHA DE MANDIOCA - SECA,FINA,LIGEIRAMENTE TORRADA, ESCURA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO,ATOXICO	KILO	785,00	3,7300	2.928,0500
29	992049	FARINHA DE MILHO- tipo flocao ,precozida,obtida do grao do milho, torrado e peneirado, na cor, amarela, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em saco plastico, atoxico, com plastico,atoxico, com identificacao do produto, pct de 500G	UNIDADE	150,00	2,1500	322,5000
30	991957	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL,OBTIDA DO TRIGO MOIDO,DE COR BRANCA,ISENTA DE SUJIDADE FARDO 10X1.	FARDO	286,00	32,3900	9.263,5400
31	992051	FERMENTO QUIMICO - Embalagem de 100gr Instantâneo para bolos, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	UNIDADE	354,00	2,2400	792,9600
32	992055	GELEIA DE FRUTAS - Potes de 400g .Geléia de frutas (diversos sabores), de acordo com a RDC nº. 272 de 22/09/05 - ANVISA, embalado em material plástico (polietileno) e rotulagem específica.	UNIDADE	200,00	3,0500	610,0000
33	992057	GRANULADO DE CHOCOLATE- Pacote com 150 gr, Ao Leite, tipo granulado, preparado com cacau, acucar, leite, licor de cacaou, manteiga de cacau e outros substancias.	UNIDADE	300,00	3,1000	930,0000
34	992060	LEITE DE COCO - Frasco 200 ML, natural concentrado acucarado, obtido do endosperma de coco, procedente de frutos saos e maduros	UNIDADE	200,00	2,1500	430,0000
35	991935	MACARRAO TIPO PARAFUSO SEMOLA PACOTE 500 GRAMA	PACOTE	850,00	2,2400	1.904,0000
36	992080	MILHO DE PIPOCA- PACOTE 500G.DE PRIMEIRA QUALIDADE , BENEFICIADO, POLIDO ,LIMPO ISENTO DE SUJIDADES , PARASITAS E LARVAS.	PACOTE	500,00	2,1100	1.055,0000
37	992085	OREGANO -PACOTE DE 100 GRAMAS EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE.	PACOTE	400,00	4,8100	1.924,0000
38	992134	PIMENTA DO REINO MOIDA (30 GR)	UNIDADE	137,00	2,8700	393,1900
39	992135	PIPOCA - Grãos inteiriços, com cor característica, embalagem de 500g com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Ob	UNIDADE	510,00	2,1100	1.076,1000

40	991998	PIRULITOS- Embalagens plásticas de 700 g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 1 ano, a contar data entreg	PACOTE	2.175,00	8,0500	17.508,7500
41	991975	REFRIGERANTE - Em embalagens tipo Pet de 2 litros, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade. Validade mínima de 6 meses, a contar da data da entrega. Embalagem: (6 X 1)	FARDO	1.710,00	21,7700	37.226,7000
42	992103	SARDINHA - PESCADO EM CONSERVA - PREPARADOS COM PESCADO FRESCO,LIMPO,VISCERADO, APRESENTACAO: INTEIRA COM ESPINHA, CONSERVADO EM MOLHO DE TOMATE, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO, LATA 250GR	UNIDADE	400,00	6,9200	2.768,0000
43	991971	SUCO CONCENTRADO - Com sabor natural das frutas, sabores variadas. Embalagem 1litros UHT.	UNIDADE	350,00	4,1800	1.463,0000
44	992107	SUCO CONCENTRADO SABOR DE GOIABA-FRASCO DE 500ML BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.	FRASCO	300,00	3,5900	1.077,0000
45	991930	SUCO DE FRUTAS NATURAL FRASCO 1 LITRO	LITRO	80,00	3,6400	291,2000
46	991972	SUCO NATURAL - 1 LITRO Sabores variados embalagem tetra pak, caixa 12 x 1 UNIDADES	CAIXA	336,00	43,1900	14.511,8400
47	991926	TEMPERO COMPLETO 500 GR	UNIDADE	255,00	3,4100	869,5500
48	991936	TEMPERO EM PO - SACHE SABORES DIVERSOS, SACHE 10 GRAMA	UNIDADE	310,00	0,7500	232,5000
49	992072	VINAGRE DE MACA, FRASCO 750 ML	FRASCO	505,00	3,1900	1.610,9500

Empresa Vencedora	CNPJ da Empresa	Valor Total (R$)
JOANA FERNANDES - EPP	22.753.337/0001-02	R$: 622.452,95

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	992002	ABACAXI PEROLA- fresco, em perfeito estado de desenvolvimento , nao serao permitidos danos que lhe alterem a conformacao e a aparencia necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfuracoes.	KILO	660,00	7,5000	4.950,0000
2	992004	ABOBRINHA VERDE- grande , selicionada fresca, compacta, firme , coloracao uniforme , aroma, cor, tipicos da especie , em perfeito estado de desenvolvimento .Necessita estar isenta de sujidades , parasitas, rachaduras, cortes e perfuracoes.	KILO	50,00	3,9000	195,0000
3	992005	ACAFRAO - pacote de 30 gramas, Curcuma em po, embalado convencionalmente em embalagem de polietileno transparente ,com dados de identificacao, informacoes nutricionais , data de fabricacao , peso liquido e rotulagem de acordo com legislacao	PACOTE	260,00	1,2500	325,0000
4	992006	ACELGA- fresca, extra, tamanho e conformacao uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e compacta, isenta de enfermidades, isenta de anormalidades, livre de residuos de fertelizantes livre de agrotoxico, pesando aproximadamente quilograma	KILO	50,00	10,3000	515,0000
5	992007	ACHOCOLATADO EM PO - Pote de 400gr , a base de acucar, cacau,maltodextrina, complexo vitaminico, sal leite em po integral. Identificacao do produto , rotulo com ingredientes, valor nutricional peso e dadta de fabricacao validade minima 6 meses.	UNIDADE	450,00	6,6500	2.992,5000
6	991956	ACUCAR - (FARDO 30 KG), OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, COM ASPECTO COR , CHEIRO E SABOR PROPRIO, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO, SEM FERMENTACAO,ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO APROPRIADO.	FARDO	592,00	78,8000	46.649,6000
7	991978	ACUCAR - BRANCO PURO PACOTE DE 2 KG	PACOTE	7.930,00	5,1000	40.443,0000
8	991981	ARROZ - AGULHINHA, TIPO 1, LONGO (FARDO 6 X 5 KG) CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	FARDO	305,00	134,0000	40.870,0000
9	992013	AZEITONA VERDE - Em Conserva, Inteira com caroco, imersa em liquido, tamanho e coloracao uniforme, acondicionada em vidro de 500 G, com Identificacao do fabricante	UNIDADE	150,00	9,3000	1.395,0000
10	991976	BALA MASTIGAVEL (Mole) - Em embalagens plastica de 1 kg, com identificação do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e Registro no Ministerio da Agricultura. Validade minima de 1 ano a cont	PACOTE	1.860,00	6,9000	12.834,0000
11	991961	BANANA MACA - De qualidade, grau medio de amadurecimento, com cascas , sem rupturas, com tamanho e coloracao uniforme, com polpa firme e intacta, devendo estar bem desenvolvida, sem danos fisico e mecanicos, isenta de partes putridas.	KILO	1.450,00	5,9000	8.555,0000
12	991950	BATATA DOCE -grauda selicionada fresca, compacta, firme , coloracao uniforme , aroma, cor, tipicos da especie , em perfeito estado de desenvolvimento .Necessita estar isenta de sujidades , parasitas, rachaduras, cortes e perfuracoes.	KILO	420,00	3,5000	1.470,0000

13	991951	BETERRABA - ESPECIAL, TIPO SELECIONADA FRESCA, COMPACTA, FIRME COLORACAO UNIFORME , AROMA , COR, TIPICOS DA ESPECIE , em perfeito estado de desenvolvimento.necessitam estar isentas de sujidades, parasitas, rachaduras,cortes e perfuracoes	KILO	740,00	3,1000	2.294,0000
14	992074	BISCOITO - DOCE MAIZENA, Pacote de 400 g, dupla face de polietileno atoxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes.	PACOTE	120,00	3,4000	408,0000
15	991987	BISCOITO DOCE SEM RECHEIRO ROSQUINHA DE COCO. PESO 400 GR	UNIDADE	20,00	3,4000	68,0000
16	992021	BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE LEITE - SEM RECHEIO -COMPOSICAO BASICA COM FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR,OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP, ACONDICIONADA EM CX DE PAPELAO REFORCADA , CX 15 undX800G	CAIXA	50,00	121,0000	6.050,0000
17	992382	CAFE - EM PO PACOTE DE 250 GR	PACOTE	6.200,00	3,8500	23.870,0000
18	991932	CAFE - FARDO COM 10 UNIDADE DE 500 GRAMA, CAFE TRADICIONAL	FARDO	745,00	73,7500	54.943,7500
19	992026	CANELA EM PO - pacote de 30g obtida da casca de especimes vegetais genuinos, graos sas e limpas ,de coloracao pardo amarelada ou marron claro ,com aspecto cheiro aromatico e sabor proprios, livre de sujidades e materiais estranhos a sua especie,	PACOTE	100,00	3,0000	300,0000
20	992032	CEBOLINHA VERDE- (MACO) fresca, com cor, odor e sabor proprios, de especies especimes, vegetais genuinas e sas, bem desenvolvida , ausencia de sujidades, parasitas e larvas, isento de substancias, terrosas e corpos,	UNIDADE	100,00	5,8000	580,0000
21	991914	CENOURA - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA,	KILO	830,00	3,5500	2.946,5000
22	992037	COENTRO - COR COLORACAO UNIFORME, FRESCA E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS (MACO)	UNIDADE	100,00	5,9000	590,0000
23	992040	COUVE-tipo folha , fresca, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, livre de residuos de fertilizantes, , sujidades, sem parasitas e larvas, sem danos fisicos e mecanicos oriundos de manuseio e transporte, (MACO) tamanho e coloracao uniformes ,	UNIDADE	150,00	5,9000	885,0000
24	991906	EXTRATO DE TOMATE - 350GR, CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLOGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS SEM PELE,SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS,	UNIDADE	564,00	2,3500	1.325,4000
25	992136	EXTRATO DE TOMATE - CAIXA 24X1, CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLOGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS SEM PELE,SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS,	CAIXA	72,00	27,4000	1.972,8000
26	991947	EXTRATO DE TOMATE Caixa 24 X 1- Concentrado embalagem tipo “tetra rex” (caixinha), 140g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses.	CAIXA	152,00	27,4000	4.164,8000
27	991958	FERMENTO BIOLOGICO - Fermento biologico (para pao), embalagem de 125g, com identificacao do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricacao e validade.	UNIDADE	255,00	6,6000	1.683,0000
28	991945	FRANGO SEMI - PROCESSADO INTEIRO	KILO	2.090,00	8,6000	17.974,0000
29	992053	FUBA DE MILHO - SIMPLES,DO GRAO DE MILHO MOIDO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE,FERMENTACAO,RANCO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, PACOTE 1KILO	PACOTE	200,00	3,0000	600,0000
30	992129	GELATINA EM PO - embalagem de 1Kg, sabor, morango, uva, limão e abacaxi, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 6 meses.	UNIDADE	415,00	11,6000	4.814,0000
31	992058	GRANULADO MESCLADO- Pacote com 150 gr, Ao Leite, tipo granulado, preparado com cacau, acucar, glicose em po, leite, licor de cacaou, manteiga de cacau e outros substancias, aroma identico ao natural.	UNIDADE	300,00	4,1000	1.230,0000
32	991969	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA - cartela 6x1, 540 gramas, Sabores variados, com consistencia cremosa ou liquida, acondicionada em pote.	UNIDADE	300,00	4,0000	1.200,0000
33	991962	LARANJA PERA - Deverá ser fresca, com grau de maturação que permita a manipulação no transporte, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura. As frutas não poderão apresentar mancha.	KILO	2.710,00	2,5000	6.775,0000
34	992075	LEITE DESNATADO UHT: CX 12 X 1 LITROS	CAIXA	60,00	66,0000	3.960,0000
35	992061	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO, Pacote 400 gr. - Integral instantaneo, enriquecido com vitaminas e minerais e deverá ser de boa solubilidade, sem gluten. O produto devera estar de acordo com a com a Portaria MA-369.	PACOTE	350,00	12,3000	4.305,0000
36	992071	LEITE INTEGRAL UHT CX DE 12 LITROS	CAIXA	926,00	67,0000	62.042,0000
37	991928	LEITE INTEGRAL UHTCX COM 12 UNIDADES	CAIXA	365,00	67,0000	24.455,0000
38	991922	LINGUICA - TIPO MISTA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRORPIOS, RESFRIADA, EMBALADA A VACUO	KILO	140,00	18,8000	2.632,0000
39	992064	LINGUICA DE FRANGO - Linguica de carne de frango tipo pura, embalagem propria.Contendo certificado sanitaria, selo da industria, identificacao do produto peso marca do fabricante, prazo de validade carimbos com ministerio da agrIcultura e ANVISA	KILO	600,00	20,5000	12.300,0000
40	991963	MACA VERMELHA NACIONAL - As macas devem se apresentar: inteiras; sãs; limpas, praticamente isentas de matérias estranhas	KILO	1.606,00	9,0500	14.534,3000

		e impurezas visíveis; isentas de parasitas, de umidade e de odores estranhos; tamanho medio				
41	991934	MACARRAO TIPO ESPAGUETE COM OVOS, PACOTE 500 GRAMA	PACOTE	685,00	2,4000	1.644,0000
42	991964	MAMAO FORMOSA - De qualidade apresentado grau de maturacao que lhe permita suportar a manipulacao, nao estar amassado, ferida, manchas na casca ou qualquer outra alteracao. Tamanho medio	KILO	520,00	5,2000	2.704,0000
43	992068	MANGA - TOMMY ATKINS, DE PRIMEIRA, TAMANHO , COR, E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, PESO POR KG.	KILO	80,00	7,0000	560,0000
44	991965	MELANCIA - De qualidade tamanho medio, frutas firmes limpas e maduras, sem machucados.	KILO	1.190,00	2,6000	3.094,0000
45	992083	MILHO VERDE - Espigas sem casca, verde de tamanho medio graos firmes, limpo, sem machucados peso por espiga 150 a 250 gr	UNIDADE	250,00	1,2500	312,5000
46	992082	MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, ACONDICIONADO EM LATA COM 200 GRAMAS, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	UNIDADE	1.000,00	2,3000	2.300,0000
47	992084	MUSSARELA - Queijo tipo mussarela com registro no SIF,SISE/MT ou SIM, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea,cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado e resfriado.	KILO	950,00	49,5000	47.025,0000
48	991905	OLEO COMESTIVEL - DE SOJA, CX 12 UNIDADES, OBTIDO DE ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS	CAIXA	547,00	87,3500	47.780,4500
49	992070	OLEO DE SOJA REFINADO EMBALADO 900ML	LITRO	30,00	7,2700	218,1000
50	992120	PEITO DE FRANGO - Peito de frango sem osso, sem pele, congelado. Na embalagem deve ter os seguintes informacoes. peso de processamento e data de validade, tipo de carne, carimbo de inspecao estadual ou federal e prazo de validade minimo 03 meses.	KILO	350,00	10,5000	3.675,0000
51	991967	PERA - De boa qualidade, casca sa, lisa, sem picadas de insetos, sem imperfeicoes, cor uniforme, sem rupturas, sem danos fisicos e mecanicos, isento de partes putridas. Devendo estar bem desenvolvidas e maduras, devendo apresentar boa maturacao.	KILO	170,00	10,8500	1.844,5000
52	992090	PIMENTAO VERDE- EXTRA DE OTIMA QUALIDADE , GRANDE , SEM LESOES, ACONDICIONADO EM SACOS PLASTICOS ATOXICOS.	KILO	210,00	7,8000	1.638,0000
53	992092	POLVILHO AZEDO PACOTE DE 500GR, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS.	PACOTE	230,00	4,3500	1.000,5000
54	991990	PRESUNTO PRE - COZIDO	KILO	735,00	26,2000	19.257,0000
55	992094	QUEIJO CURADO - Pasteurizado com teor de gordura, cloreto de calcio, leite coalho líquido, leite salga em salmoura fermento latico mesofilico. Manipuladas em condicoes satisfatorias. Embalagem primaria.(PECA)	UNIDADE	150,00	26,0000	3.900,0000
56	992095	QUEIJO PARMESAO RALADO - Embalado em saco plastico transparente atoxico, resistente, hermeticamente fechado. A embalagem deverá conter externamente os dados de indentificacao e procedencia, data de fabricacao, quantidade do produto. 100gr	PACOTE	250,00	5,5000	1.375,0000
57	991991	QUEIJO TIPO MUSSARELA	KILO	45,00	50,0000	2.250,0000
58	992097	REFRIGERANTE - 2 litros,Embalagem: (6 X 1) com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade. Validade mínima de 6 meses, a contar da data da entrega.Ref. coca cola	FARDO	300,00	46,2000	13.860,0000
59	991915	REPOLHO - VERDE	KILO	1.390,00	2,8000	3.892,0000
60	992101	SALSICHA -TIPO HOT DOG,COMPOSTA DE CARNE DE FRANGO, COM CONDIMENTOS TRITURADOS, MISTURADOS E COZIDOS,COM ASPECTO CARACTERISTICO E BOA QUALIDADE, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,AC. EM EMBALAGEM DE SISTEMA A VACUO, inspecionada sif	KILO	1.370,00	12,3000	16.851,0000
61	991955	SOBRECOXA DE FRANCO - Congelada in natura. A ave deve ter contornos definidos firmes e sem manchas, pele aderente, com aspecto, cor e cheiro caracteristicos. Nao deve apresentar sujidades, penas e carcacas. Inspencao estadual e federal e prazo de val	KILO	380,00	11,9000	4.522,0000
62	992105	SUCO CONCENTRADO SABOR DE ABACAXI- BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	300,00	3,7000	1.110,0000
63	992111	SUCO EM PO 1 KG - Suco em po adoçado, sabores diversos, redimento 10 litros, em embalagens plásticas atóxicas, com 25G do produto, com identificação do fabricante, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabri.	UNIDADE	900,00	5,8000	5.220,0000
64	992112	TANGERINA - PONKAN , DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA.	KILO	100,00	4,9000	490,0000
65	991916	TOMATE MADURO	KILO	1.345,00	5,6500	7.599,2500
66	991968	UVA - De qualidade apresentando grau de maturação que lhe permite suportar a manipulacao, o transporte e a conservacao em condicoes adequadas, e em bom estado de conservacao.	KILO	460,00	17,9000	8.234,0000

Departamento de Licitações e Contratos, em 07 de outubro de 2020.

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO 079/2020

Contrato nº. 079/2020 – Dispensa de Licitação 50/2020 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP, CNPJ: 22.862.531/0001-26.** Objeto: Contratação de Empresa especializada para **Aquisição de Luvas de procedimentos Látex Descartáveis, para Proteção de pacientes e profissionais em procedimentos médicos e hospitalares,** em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT, com fulcro na Lei Federal 13.979/2020 com redação dada pela Medida Provisória n° 926/2020. Valor: **R$: 38.610,00 (trinta e oito mil seiscentos e dez reais).** Vigência: **11/09/2020 A 11/11/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 07 de outubro de 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 077/2020

Contrato nº. 077/2020 – Dispensa de Licitação 48/2020 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR – EIRELI, CNPJ 06.065.614/0001-38.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada para fins de **Aquisição de Medicamento HIOSCINA COMPOSTA 5 ML, Injetável, Caixa c/ 50 unidades,** em atendimento a Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9. 412/2018. Valor: **R$: 14.112,00 (quatorze mil e cento e doze reais).** Vigência: **08/09/2020 A 06/11/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 07 de outubro de 2020.

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO 080/2020

Contrato nº. 080/2020 – Dispensa de Licitação 49/2020 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **VALERIA FRANCA BARRETO – COMERCIO VAREJISTA – ME, CNPJ: 30.026.755/0001-26.** Objeto: Contratação de Empresa especializada para **Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Material de Consumo**, conforme a Lei Complementar 173/2020 para enfrentamento emergencial do Coronavirus – COVID-19, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT, com fulcro na Lei Federal 13.979/2020 com redação dada pela Medida Provisória n° 926/2020. Valor**: R$: 19. 535,84 (dezenove mil quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).** Vigência: **14/09/2020 A 14/11/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 07 de outubro de 2020.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 397 DE 24 DE SETEMBRO DE 2020.

PORTARIA N° 397 DE 24 DE SETEMBRO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Conceder Licença Maternidade conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 a servidora**Fabiana Serafim do Nascimento – Psicólogo –** a partir de 01/09/2020;

II - Conceder Licença Maternidade conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 a servidora**Daniela Vaca Quirino Silva de Lima – Enfermeiro Padrão –** a partir de 04/09/2020;

III - Conceder Licença Maternidade conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 a servidora**Emelian Borges da Silva – AAE I - Ag Serv Gerais (T) –** a partir de 23/09/2020;

IV - Conceder Licença Saúde conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 ao servidor**Orlando Pereira de Freitas – Agente Administrativo I –** a partir de 25/09/2020;

V - Transferir a servidora **Camila Premoli de Oliveira,** para a lotação:05/001/00002078 - MANUTENCAO DO SAMU;

VI – Transferir os servidores abaixo relacionadospara a **Lotação: 06/001/00002146 - MUN. ENS. FUND 25% - LC 173/2020- P. IV.**

1. Alessandro Fonseca **2.** Claudeir Montes De Novais **3.** Cristianny Dos Passos Bittencourt **4.** Elso Pereira Martins **5.** Eva Almeida Vale Da Silva **6.** Geronimo Pereira Dos Santos **7.** Isaias Lima Ribeiro **8.** Itamar Alves Ferreira **9.** Jaqueline Nunes Costa **10.** Jileuza Reis Vieira **11.** Jose Carlos De Campos **12.** Jose Da Paz Pinheiro Da Rocha **13.** Josias Ivan Peruchini **14.** Julieta Gonçalves Dos Reis **15.** Laura Maria Rodrigues Nascimento **16.** Liton Lanes Petry **17.** Marcelly Silva Moreira **18.** Milton Rodrigues Barbosa **19.** Neide Cavalcante Fabian **20.** Rogerio Divino Dos Reis Silva **21.** Rosalina Martins De Souza **22.** Rozania Gomes **23.** Valderes Peruchini **24.** Valter Carlos Vidori **25.** Vilmar Joao Vidori **26.** Volmir Colussi **27.** Willian De Oliveira Alves

VII – Transferir os servidores abaixo relacionadospara a **Lotação: 09/001/00002149 - MAT.AT.DEP.OBR.SER.URB-LC-173/2020-P.IV.**

1. Adair Bernini **2.** Alessandre Silva **3.** Antonia Margarida Gomes **4.** Antonio Carlos Pereira De Oliveira **5.** Aurisino Da Conceição Ferreira **6.** Bibiano Sousa Chagas **7.** Cirilo Lucio De Viveiros **8.** Cristielly Oliveira **9.** Denivaldo Dos Santos **10.** Deuzinei De Almeida Silva **11.** Ederson Joel Santin **12.** Edivair Gonçalves De Araujo **13.** Elson Gouveia Vieira **14.** Geracino Martins Vieira **15.** Hélio Silva Ferreira **16.** Ide Antonio Dos Santos **17.** Irene Dos Santos **18.** Ivo Jose de Oliveira **19.** Izaias Ferreira Do Nascimento **20.** Joel Dourado De França **21.** Jose Agnaldo Barbosa **22.** Jovair Liborio Da Silva **23.** Julio Ferreira De Oliveira **24.** Katiane Furtado Da Silva Barbosa **25.** Lauriano Cicero Da Cruz **26.** Luzinete Rodrigues De Arruda **27.** Manoel Lazaro De Brito **28.** Marcelo Braz Venuti **29.** Maria Auxiliadora Dos Santos **30.** Maria De Fatima Oliveira **31.** Marilene De Sousa **32.** Marilza Dos Santos **33.** Marina Maria De Jesus Carvalho **34.** Marinete Felix Da Silva **35.** Moises Cavaleiro Torres 36. Natalia Pinto Da Silva Pelegrine **37.** Nilton Moises Fragoso **38.** Odair Fernandes Tondorf 39. Quelle Furtado De França **40.** Rosalino Pereira De Jesus **41.** Roseni Dos Santos Silva **42.** Sebastião Evangelista De Carvalho **43.** Signey Francisco Dos Santos **44.** Sudário Rodrigues Borges **45.** Valdecy Barreto Dos Santos 46. Valdemir Gomes Coimbra **47.** Vestas Melo Rodrigues 48. Vicente Francisco Da Silva **49.** Wesley Vilela Teixeira

VIII – Transferir os servidores abaixo relacionadospara a **Lotação: 04/001/00002145 - MAN. ATIV. SEC. ADM - LC 173/2020- P. IV.**

1. Abílio Moraes Ramos 2. Ana Paula Basto Da Silva Ferreira 3. Benvinda Rodrigues Galdino 4. Ciene Dias Ferreira 5. Devenilson Da Silva 6. Jefferson Andre De Oliveira 7. Maria Aparecida Gloria Da Silva 8. Maria Barbosa Da Silva 9. Mucio Roberto 10. Osvaldina Ribeiro De Souza 11. Rosirei De Almeida Silva Dos Santos 12. Sabta Taylla Biazin Da Silva 13. Simara Paulina Roesler

IX – Transferir os servidores abaixo relacionados**para a Lotação: 03/001/00002143 - MAT. ATIV. SEC. FIN. LC 173/2020-P.IV.**

1. Darci Silverio de Faria 2. Dorivan Lima Ribeiro 3. Edelson Stefani 4. Edmilson De Matos 5. Gabrieli De Oliveira Silva 6. Itamar Rodrigues 7. Izabel Pereira Barreira 8. Jair Carneiro Ribas 9. Jose Antonio Dos Santos Filho 10. Jose Carlos Dos Santos 11. Kennedy De Oliveira Macaubas 12. Leandro De Matos Silva 13. Luciane Maria Thomas 14. Orlando Pereira De Freitas 15. Rosangela Queiroz Martins 16. Rosemar Antonio Rocha 17. Sivaldo Pereira Dos Santos 18. Vitor Cezar Da Silva Anfilofev 19. Vonabio Cordeiro Da Silva

X – Transferir os servidores abaixo relacionadospara a **Lotação: 05/001/ 00002144 - COVID 19. AC. ENFR. CORONAVIRUS.**

1. Adailton Alves De Sousa **2.** Agmar Francisco da Silva **3.** Alessandra Kerley Firmino Dos Santos **4.** Amelia Aparecida Souza **5.** Ana Regina Gomes Costa Marques Gunsch **6.** Antonino Rodrigues Gonçalves Filho **7.** Cleide Maristel Baptista Klein **8.** Cleiton Miguel Schneider **9.** Cleunizangela Silva Pereira **10.** Creonice Vilela Dos Santos **11.** Darlene Antonia Faria Arruda **12.** Diozeni Maria Lima **13.** Diozimeire Aparecida Lima **14.** Divino Donizeth Vieira **15.** Edson Barbosa Domingos **16.** Edson Hugney França Galindo **17.** Eduardo Aparecido Moraes Da Silva **18.** Elenita Celant Marcon **19.** Eli Neves Ferreira **20.** Elianeide Pereira De Miranda **21.** Elias De Sousa Pinto **22.** Elizete De Souza Matos Teodoro **23.** Euda Maria De Oliveira **24.** Fabbiola da Silva Mendes **25.** Fabiana Cristina De Oliveira Packoski **26.** Fatima Eickhoff Hammarstrom **27.** Fernanda Cristina De Melo **28.** Fernanda Onorio Da Silva **29.** Francisca Luciene Feitosa **30.** Francisco Alves De Arruda **31.** Geissy Aparecida Peixoto De Souza **32.** Gilson Cesar De Menezes **33.** Giseli Chiodi Machado **34.** Guilherme Humberto Da Costa Carvalho **35.** Hiarai Vilela **36.** Izabel Maria Santana **37.** Janayle De Faria Miranda **38.** Janete Ribeiro De Macedo Santos **39.** Jonilson De Campos **40.** Jose Antonio Reis **41.** Jose Mendonça Borges **42.** Jusselina Sampaio De Souza **43.** Lais Bezerra Buriol Rosas **44.** Larissa Torres De Oliveira **45.** Leticia Soares Vaz De Souza **46.** Loide Tormes Gusmão **47.** Lorival Ferreira Pereira **48.** Luciana Fonseca Lima Petry **49.** Luciana Rodrigues Galdino **50.** Lucimar Pereira Da Fe **51.** Luis Artur Potrich **52.** Luzia Aparecida Da Silva Santos **53.** Marcia Aparecida Vilodres Borges **54.** Margarida De Jesus Oliveira Da Silva **55.** Maria Aparecida de Matos **56.** Maria Aparecida Pereira De Oliveira **57.** Maria Helena Ribeiro de Souza Pereira **58.** Maria Madalena Gaudencia De Pontes **59.** Maria Rejane De Souza **60.** Maria Vilela Machado **61.** Marilda Teixeira Da Silva **62.** Marlene Benedita Da Silva Nascimento **63.** Marli Terezinha Silva **64.** Naiara Rosa Nogueira Da Silva **65.** Natalia Da Silva **66.** Natanael Schuenquener **67.** Nathany Assis Bonatti **68.** Neide Aparecida Moura **69.** Neuza Cavalcante Ferreira **70.** Noeli Aparecida Barreto **71.** Paul Ricardo Arenas Neyra **72.** Rejaine Moreno Maciel **73.** Rogerio Silva Rocha **74.** Sonilse Regina Ramos **75.** Sueli Gonçalves Pereira **76.** Tereza Cristina Pereira **77.** Uenison Gomes Guimarães **78.** Valeria Borges Alves De Lima **79.** Vanderlei Sousa Madureira **80.** Vanderley Aparecido Dionesio **81.** Vera Lucia Rodrigues Messias Da Silva **82.** Vivian Micaelli Stacke **83.** Wilson Batista Klein **84.** Zelia Moreira Ortiz

XI – Transferir os servidores abaixo relacionadospara a **Lotação: 13/001/ 00002150 - MAN. AT. DEP.TRANSP- LC- 173/2020- P.IV.**

1. Adnomar Alves Toledo 2. Afonso Viola Neto 3. Agnaldo Bernini Da Silva 4. Emerson Cesar Moretto 5. Guido Da Conceição Da Silva 6. Josivan Candido Da Silva 7. Luiz Carlos Leorato 8. Manoel Luiz Ferreira 9. Nilson Antonio Lutken Hoppen

XII – Transferir os servidores abaixo relacionadospara a **Lotação: 02/001/ 00002142 - MAT. EN. GAB. PRE. DEP- LC 173/2020-P.IV.**

1. Graciela Azevedo Oliveira 2. Sandra Dias de Oliveira 3. Viviane Fascículo Durão

XIII – Transferir os servidores abaixo relacionadospara a **Lotação: 07/001/ 00002147 - MAN AT. SEC. ESP. LAZ- LC 173/2020- P.IV.**

1. Beatriz Elisa Behnen 2. Claudia Pereira da Silva 3. Guilherme Semtchuk Ritter 4. Jose Alves de Lima 5. Madalena Marques Moura 6. Mauricio Alencar Ribeiro 7. Paulo Ricardo Sousa Vieira

XIV – Transferir os servidores abaixo relacionadospara a **Lotação: 08/001/ 00002148 - MAT. ENC. FMAS - LC 173/2020- P. IV.**

1. Ana Neris Rocha **2.** Fatima Rosane Ritter Pereira **3.** Gilberto de Oliveira Borges **4.** Lucilene Rodrigues Galdino **5.** Ricardo Grillanda de Faria **6.** Valquiria Inacia Ferreira **7.** Vanessa Godoi de Souza

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 24 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de setembro de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 006/2020

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL nº 006/2020

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE PARANATINGA – MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. **15.023.971/ 0001-24**, com sede na Avenida Brasil, nº 1.900, Bairro Centro, na cidade de Paranatinga/MT, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, brasileiro, agropecuarista, portador do RG nº. 0305291-5 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº. **550.450.651-49**, residente e domiciliado à Rua Apolônio Bouret de Melo, nº. 266, Bairro Centro, na cidade de Paranatinga/MT.

NOTIFICADO: ÁGUAS DE PARANATINGA LTDA, CNPJ: 20.978.996/ 0001-11, localizada na Avenida Bandeirantes, nº 1889, Centro, município de Paranatinga-MT;

NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Pela melhor forma admitida e no presente instrumento particular em direito, o **NOTIFICANTE**, através desta procuradora que a este subscreve notifica respeitosa e formalmente Vossa Senhoria, sobre os fatos que são expostos a seguir:

Com a disseminação do Vírus C-19 e a instauração da pandemia, várias medidas de seguranças foram adotadas, sendo o atendimento ao público pela empresa notificada uma dessas, iniciando em 23 de março de 2020.

Entretanto, a medida se estende até o presente momento mostra-se desarrazoada com a realidade atual.

Assim, o PROCON Paranatinga, no uso de suas atribuições requereu justificativa e informações quanto ao retorno do atendimento ao público na modalidade presencial, mediante notificação nº 004/2020/PROCON.

Em resposta ao PROCON, a empresa notificada alega que foi disponibilizado canais de atendimentos (app, whatsapp, 0800) e atendimento presencial “Aguas vai até você”, porém não apresentou resposta direta as indagações provenientes da notificação 004/2020/PROCON.

Em que pese os números de atendimentos realizados e apresentados na CARTA APA Nº 094/2020, têm-se que ainda não é possível abarcar a demanda e as especificidades do município.

Ademais, especificamente o estado de Mato Grosso transita para a normalidade, inclusive com o retorno das atividades presenciais, do mesmo modo o Poder Judiciário do estado.

Deste modo, o Município de Paranatinga-MT no uso de suas atribuições e diante da desídia no cumprimento fiel do pacto, não encontra outra alternativa, senão encaminhar notificação, pois vejamos, o disposto no edital de concorrência n. 001/2014, no item 2 e 7 que disciplina

2— DO SERVIÇO ADEQUADO.

2.1 — Toda Concessão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido em Lei, neste Edital e no respectivo contrato.

***2.1.1 — Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade**, cortesia na sua prestação e modicidade dos preços.*

CLÁUSULA SÉTIMA — OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Constituem obrigações da Concessionária, além dos encargos que são fixados no artigo 31 da Lei Federal 8.987/95:

I. Prestar serviço adequado, na forma prevista em Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato; (...) XV. Cumprir as determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

Deste modo, é límpido o dispositivo do edital de concorrência quanto ao assunto em comento, vejamos o que dispõe acerca das medidas de segurança no Decreto Municipal nº 1817/2020 com vigência estendida pelo Decreto Municipal nº 1834/2020:

Artigo 14. A classificação de risco será divulgada pela Secretaria de Estado de Saúde, observando os preceitos estabelecidos no Decreto Estadual, classificando-os em níveis:

I - Baixo, identificado em verde;

II - Moderado, identificado em amarelo;

III - Alto, identificado em laranja;

IV – Muito Alto, identificado em vermelho;

§1º Atingida determinada classificação de risco, as medidas de restrição correspondentes devem ser aplicadas imediatamente por, no mínimo, 14 (quatorze) dias, ainda que, neste período, ocorra o rebaixamento da classificação do Município.

§2º Em caso de agravamento da classificação de risco em dois boletins informativos consecutivos, deve a autoridade municipal adotar as medidas restritivas correspondentes no prazo máximo de 02 (dois) dias, ainda que não finalizados os 14 (quatorze) dias de aplicação das medidas da classificação anterior.

Artigo 15. Para cada nível de classificação de risco definida no art. 14 deste Decreto, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde, fica determinado a adoção das seguintes medidas não-farmacológicas:

I - Nível de Risco BAIXO:

a) evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

b) isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

c) quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

d) disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

e) ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

f) evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

g) controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

h) vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) manter os ambientes arejados por ventilação natural;

j) observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

k) Demarcar o chão com 1,5m (um metro e meio) de distância para o atendimento ao público;

II - Nível de Risco MODERADO:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para o Nível de Risco BAIXO;

b) quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;

III - Nível de Risco ALTO:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO e MODERADO;

b) proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, ressalvado os departamentos Tributação e Licitação, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais e implementação de escala de serviços a fim de evitar aglomeração na repartição pública;

c) Das 17h00 as 22h00 os restaurantes, bares, lanchonetes, pizzarias, sorveterias e congêneres somente poderão funcionar para retirada do produto no local ou na modalidade delivery, sendo vedado o consumo no local;

IV - Nível de Risco MUITO ALTO:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO, MODERADO e ALTO;

b) quarentena coletiva obrigatória no território do Município, por períodos de 15 (quinze) dias, prorrogáveis, mediante reavaliação da autoridade competente;

c) controle do perímetro da área de contenção, por barreiras sanitárias, para triagem da entrada e saída de pessoas;

§1º Todas as empresas mencionadas no Artigo 3º do Decreto Federal nº 10.282/2020, deverão cumprir as normativas específicas da atividade-fim bem como as medidas de prevenção dispostas neste decreto.

§2º As empresas que exerçam atividades não especificada acima e nem indicada no Artigo 3º do Decreto Federal nº 10.282/2020, deverão realizar constante higienização do ambiente, com atendimento ao público conforme a capacidade de lotação máxima do local, devendo dispensar os trabalhadores com mais de 60 anos, gestantes, e portadores de comorbidade e os que forem diagnosticados com síndrome gripal, e observar demais medidas de biossegurança cabíveis a atividade específica desenvolvida.

Assim, infere-se que cabe a empresa notificada realizar o atendimento ao público forma segura, satisfatória e comprometida com suas responsabilidades, sendo o envio de profissionais e equipamentos necessários para prestação de atendimento presencial, pois assim foi consentido por esta (princípio do *pacta sund servanda*).

O parâmetro de classificação de risco instituído no estado do Mato Grosso, através do Decreto Estadual nº 522/2020 e ss deve ser observado e seguido pela empresa notificada.

Caso posteriormente a esta notificação, o município seja classificado em nível ALTO ou MUITO ALTO[1], a empresa notificada possuirá justificativa e respaldo para suspender o atendimento presencial, observando o tempo descrito no artigo 14 do Decreto municipal nº 1817/2020.

Ademais, considerando que a condicionante estabelecida pela empresa notificada é infundada, pois decorre cabalmente o descumprimento injustificado, o que enseja em aplicação das penalidades contida no item 1.4 dado edital de concorrência 0001/2014, e cláusula décima quinta do contrato de concessão, *in verbis:*

Art. 1.4 DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO.

14.1 – À Proponente vencedora serão aplicadas as seguinte sanções em caso de recusa da assinatura do Contrato e pelo inadimplemento ao cumprimento das suas obrigações;

a) Advertência; b) Multa de 0,01% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega do serviço objeto desta licitação; c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do Contrato d) Multa de 2% (dois por cento) do valor do contrat, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa; e) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de Paranatinga – MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos; f) Declaração de inidoneidade para licitar ao contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; g) Perda de garantia contratual, quando for o caso

Em razão da desídia no cumprimento do estabelecido no contrato n. 115/2019, é dever deste Município **NOTIFICAR ESTA EMPRESA** para que no prazo de 10 (dez) dias restabeleça o atendimento presencial na sede, **sob pena de aplicação de multa pelo descumprimento do contrato, devendo ainda informar quais as medidas de segurança que foram adotadas e ampla divulgação do retorno das atividades.**

Atenciosamente.

Paranatinga-MT, 07 de outubro de 2020

THAINÁ LOULA

ASSESSORA JURÍDICA

PORTARIA 129/2019

OAB-MT 24728

[1] Informações disponibilizadas no site http://www.saude.mt.gov.br/painel-covidmt/

OUVIDORIA MUNICIPAL
PROJETO DE LEI Nº 212/2020

PROJETO DE LEI Nº 212/2020

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA – MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, **PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Paranatinga - MT, para o Exercício Financeiro de 2021 em R$ 83.960.000,00 (Oitenta e Três Milhões, Novecentos e Sessenta Mil Reais) compreendendo:

I. - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta. II. - O Orçamento da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo único. O orçamento do Fundo de Previdência do Servidor Municipal, órgão vinculado a Administração Indireta do Município de Paranatinga, e integrante do Orçamento da Seguridade Social, foi fixado em R$ 4.900.000,00 (Quatro Milhões, e Novecentos Mil Reais).

CAPÍTULO II

DA PREVISÃO DA RECEITA

Artigo 2º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Paranatinga – MT para o exercício de 2020, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima à Receita Bruta em R$ 93.080.000, (Noventa e Três Milhões e Oitenta Mil Reais), realizadas as deduções para formação do FUNDEB e Deduções Tributárias no valor de R$ 9.120.000,00 (Nove Milhões, Cento e Vinte Mil Reais), totaliza-se uma Receita Liquida de R$ 83.960.000,00 (Oitenta e Três Milhões, Novecentos e Sessenta Mil Reais), para Administração Direta e Indireta discriminados conforme quadros a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES	79.796.733,66	6.274.264,84	86.070.998,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.808.215,52	300.785,98	2.109.001,50
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-9.120.000,00	0,00	-9.120.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**72.484.949,18**	**6.575.050,82**	**79.060.000,00**
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
RECEITAS CORRENTES	0,00	2.150.800,00	2.150.800,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	2.749.200,00	2.749.200,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**0,00**	**4.900.000,00**	**4.900.000,00**
TOTAL GERAL	**72.484.949,18**	**11.475.050,82**	**83.960.000,00**

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.337.500,00	0,00	10.337.500,00
Contribuições	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
Receita de Patrimonial	430.000,00	15.000,00	445.000,00
Receita de Serviços	51.000,00	0,00	51.000,00
Transferências Correntes	67.775.089,52	6.259.264,84	74.034.354,36
Outras Receitas Correntes	3.144,14	0,00	3.144,14
Total das Receitas Correntes	**79.796.733,66**	**6.274.264,84**	**86.070.998,50**

RECEITA DE CAPITAL			
Transferências de Capital	1.808.215,52	300.785,98	2.109.001,50
Total das Receitas de Capital	**1.808.215,52**	**300.785,98**	**2.109.001,50**
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			
Deduções da Receita Tributária	-70.000,00	0,00	-70.000,00
Deduções de Transferências Correntes	-9.050.000,00	0,00	-9.050.000,00
Total Deduções da Receita Corrente	**-9.120.000,00**	**0,00**	**-9.120.000,00**
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**72.484.949,18**	**6.575.050,82**	**79.060.000,00**
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Contribuições	0,00	2.145.300,00	2.145.300,00
Receita de Patrimonial	0,00	5.000,00	5.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	500,00	500,00
Total das Receitas Correntes	**0,00**	**2.150.800,00**	**2.150.800,00**
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	2.749.200,00	2.749.200,00
Total das Receitas Intra-Orçamentárias	**0,00**	**2.749.200,00**	**2.749.200,00**
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**0,00**	**4.900.000,00**	**4.900.000,00**
TOTAL GERAL	**72.484.949,18**	**11.475.050,82**	**83.960.000,00**

CAPÍTULO III

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Artigo 3º - A despesa do Município é fixada na forma dos anexos desta Lei em R$ 83.960.000,00 (Oitenta e Três Milhões, Novecentos e Sessenta Mil Reais) para Administração Direta e Indireta e será realizada segundo a discriminação dos quadros de trabalho e natureza de despesas que estão assim desdobrados:

I.- Por Categoria Econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
DESPESAS CORRENTES	**51.476.885,88**	**21.384.800,00**	**72.861.685,88**
Pessoal e Encargos Sociais	24.544.335,99	13.920.400,00	38.464.735,99
Juros e Encargos da Dívida	11.000,00	0,00	11.000,00
Outras Despesas Correntes	26.921.549,89	7.464.400,00	34.385.949,89
DESPESAS DE CAPITAL	**4.730.914,12**	**757.400,00**	**5.488.314,12**
Investimentos	4.432.914,12	757.400,00	5.190.314,12
Amortização da Dívida	298.000,00	0,00	298.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**710.000,00**	**0,00**	**710.000,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	710.000,00	0,00	710.000,00
Total da Administração Direta	**56.917.800,00**	**22.142.200,00**	**79.060.000,00**
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
DESPESAS CORRENTES	**0,00**	**2.922.000,00**	**2.922.000,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	2.306.000,00	2.306.000,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	2.000,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	0,00	614.000,00	614.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**26.000,00**	**26.000,00**
Investimentos	0,00	25.000,00	25.000,00
Amortização da Dívida	0,00	1.000,00	1.000,00
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**1.952.000,00**	**1.952.000,00**
RESERVA DO RPPS	0,00	1.952.000,00	1.952.000,00
Total da Administração Indireta	**0,00**	**4.900.000,00**	**4.900.000,00**
TOTAL GERAL	**56.917.800,00**	**27.042.200,00**	**83.960.000,00**

II. – Por Órgãos de Governo:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Câmara Municipal	3.539.360,99	0,00	3.539.360,99
Gabinete do Prefeito	3.155.824,89	0,00	3.155.824,89
Secretaria Mun. de Finanças	5.082.900,00	0,00	5.082.900,00
Secretaria Mun. de Administração	1.549.900,00	0,00	1.549.900,00
Secretaria Mun. de Saúde	0,00	18.235.900,00	18.235.900,00
Secretaria Mun. de Educação e Cultura	26.875.514,12	0,00	26.875.514,12
Secretaria Mun. de Esportes e Lazer	1.258.200,00	0,00	1.258.200,00
Secretaria Mun. de Trabalho e Assistência Social	0,00	3.906.300,00	3.906.300,00
Secretaria Mun. de Obras e Serviços Urbanos	8.586.000,00	0,00	8.586.000,00
Secretaria Mun. De Agricultura	272.000,00	0,00	272.000,00
Secretaria Mun. De Meio Ambiente, Turismo, Industria, Comércio e Regularização Fundiária	505.000,00	0,00	505.000,00
Secretaria Mun. de Transportes	6.093.100,00	0,00	6.093.100,00
Total da Administração Direta	**56.917.800,00**	**22.142.200,00**	**79.060.000,00**
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Fundo Mun. De Prev. Social Servidores	0,00	4.900.000,00	4.900.000,00
Total da Administração Indireta	**0,00**	**4.900.000,00**	**4.900.000,00**
TOTAL GERAL	**56.917.800,00**	**27.042.200,00**	**83.960.000,00**

III. – Por Funções:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			0,00
01. Legislativa	3.539.360,99	0,00	3.539.360,99
04. Administração	9.844.624,89	0,00	9.844.624,89
08. Assistência Social	0,00	3.906.300,00	3.906.300,00
10. Saúde	0,00	18.235.900,00	18.235.900,00
12. Educação	26.592.414,12	0,00	26.592.414,12
13. Cultura	283.100,00	0,00	283.100,00
15. Urbanismo	8.586.000,00	0,00	8.586.000,00
18. Gestão Ambiental	260.000,00	0,00	260.000,00
20. Agricultura	70.000,00	0,00	70.000,00
23. Comercio e Serviços	32.000,00	0,00	32.000,00
26. Transporte	6.093.100,00	0,00	6.093.100,00
27. Desporto e Lazer	1.258.200,00	0,00	1.258.200,00
28. Encargos Especiais	309.000,00	0,00	309.000,00
99 - Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	50.000,00
Total da Administração Direta	**56.917.800,00**	**22.142.200,00**	**79.060.000,00**
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
09. Previdência Social	0,00	4.900.000,00	4.900.000,00
Total da Administração Indireta	**0,00**	**4.900.000,00**	**4.900.000,00**
TOTAL GERAL	**56.917.800,00**	**27.042.200,00**	**83.960.000,00**

Artigo. 4º **-** O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta ficam assim distribuídos:

DESCRIÇÃO	TOTAL
Orçamento Fiscal	**56.917.800,00**
Orçamento da Seguridade Social	**27.042.200,00**
Saúde	18.235.900,00
Assistência Social	3.906.300,00
Previdência Social	4.900.000,00
ORÇAMENTO TOTAL	**83.960.000,00**

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 5.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no exercício de 2021, Crédito Adicional Suplementar no valor de 2,00 % (Dois por cento) da despesa fixada no artigo 3º desta Lei, nos termos do art. 7°, 41º e 43º § 1º, Inciso I, II e III da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Municipal 2.013 de 15 de Setembro de 2020 – LDO, art. 12, e ainda:

I - Até o limite da dotação consignada nesta Lei como PROVISÃO PARA EMENDAS PARLAMENTARES – Projeto/Atividade 1.999**,** observado o disposto na emenda à Lei Orgânica 004/2018 de 14 de dezembro de 2018, e no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, para atendimento a Emendas Parlamentares.

II - Não onerarão o limite previsto no *caput* deste artigo os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal e encargos, bem como, de amortização e encargos da dívida e precatórios, qual terá o limite de 2,00% (Dois por cento) da despesa Fixada no Art. 3º desta Lei.

III - Fica autorizado alterações orçamentárias entre fontes de destinações “fontes de recursos” de despesas da mesma dotação e ou projeto atividade não afetando o limite previsto no *caput* deste artigo;

Artigo 6.º - Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.021.

Artigo 7.º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.021, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 06 de outubro de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 037/2020

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE PARA A IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE REFERENCIA TECNOLÓGICA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT. DE ACORDO COM O CONVÊNIO 0625/2017 DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SEAF. CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO A ESTE EDITAL – TERMO DE REFERENCIA.

Data da Abertura: Dia 21/10/2020 às 13hrs00min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, www.pedrapreta.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br .

Pedra Preta - MT, 07 de Outubro de 2020.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 008/2020

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, a vista do Termo de Retificação da Ata de Abertura de Licitação Tomada de Preço nº 008/2020, por motivo de erro de digitação no valor do objeto resolve:

RETIFICAR a adjudicação e homologação passando a valer o que segue:

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Tomada de Preço n.º 008/2020,** a escolha da proposta mais vantajosa para "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE SÃO SEBASTIÃO - REPROGRAMAÇÃO, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL Nº 11465.2600001/17-007 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE",** mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Composição do BDI para Serviços - ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital. O aviso de abertura de licitação da **Tomada de Preço nº 008/2020.**

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **j. a. taveirA engenharia e construções eireli, cnpj: 34. 299.045/0001-20.**

Valor da Proposta desendo: **R$ 106.563,46 (Cento e seis mil quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos)**.

Proceda - se a contratação da empresa**: j. a. taveirA engenharia e construções eireli.**

Pedra Preta - MT, 07 de Outubro de 2020.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

PORTARIA Nº 670/2020 - ALTERAÇÃO DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 658/2020

07 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispõe sobre alteração do art. 1º da Portaria nº 658/2020 de 28 de setembro de 2020 e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o Oficio da servidora Arlete Silva dos Santos;

CONSIDERANDO o Oficio da servidora Eliene Baleeiro Bonadio;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da legalidade dos atos administrativos, com a observância estrita da moralidade e da probidade administrativa;

RESOLVE:

ART. 1º Instaurar a ComissãodeSindicância e consequentemente, nomear as Servidoras Municipais: CRISTIANE PEREIRA MOKFA, APARECIDA DE CASSIA CARDOSO DE OLIVEIRA E MARIA APARECIDA DOS SANTOS para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de Processo Administrativo nº 005/2020.

ART. 2º A Comissão deverá, com senso de responsabilidade, ouvir quem achar de direito e demais servidores ou outros que possam colaborar para elucidar os fatos, buscar documentos e diligenciar na prática de todos os atos necessários, para ao final, apresentar no prazo de até 30 (trinta) dias um relatório conclusivo.

ART. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 038/2020

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ALIMENTOS PARA A COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A DISTRIBUIÇÃO A POPULAÇÃO QUE NECESSITA DE ATENÇÃO ESPECÍFICA EM VULNERABILIDADE SOCIAL MONTADAS E EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL". CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO VI DESTE EDITAL.

Data da Abertura: Dia 22/10/2020 às 13hrs00min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, www.pedrapreta.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br .

Pedra Preta - MT, 07 de Outubro de 2020.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1084, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1084, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **SILVIA BARBARA PRISCILA VACARO,** matrícula funcional nº 5449, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal "Dom Helder Câmara", nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1085, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1085, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **VERLENE GOMES,** matrícula funcional nº 4917,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 12 (doze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 04.09.2020 à 15.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1086, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1086, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **BRENDA MASCARENHAS DE OLIVEIRA FEITOSA,** matrícula funcional nº 8288,ocupante do cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, 07 (sete) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 08.09.2020 à 14.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1087, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1087, de 11 de sETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - Relotar, a Servidora **ERICA PEREIRA SENA,** matrícula funcional nº 7558, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Ambiental, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda para Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1088, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1088, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a pedido do Servidor **HALLISON DA SILVA CONCEIÇÃO,** matrícula funcional nº 5704, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo**,** lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 907/2008 e do Termo de Posse nº 226/2008, nos termos do disposto no artigo 35, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de Setembro de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 907/2008, de 11 de Setembro de 2008.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1091, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1091, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **SOSTENES AQUILA SILVA PINHEIRO,** matrícula funcional nº 7565,ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 28.08.2020 à 11.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005,

que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1092, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1092, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUSA,** matrícula funcional nº 1613,ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 04 (dias) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 24.08.2020 à 27.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1093, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1093, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **REGIA MARIA TORRES MOURÃO,** ocupante do cargo efetivo de Professor,matrícula funcional nº 2926, admitida em 23 de Julho de 2004, nomeada através da Portaria nº 1454/2004 e do Termo de Posse nº 070/2004, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2009/2014**, no período de 1º.09.2020 à 29.11.2020, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1094, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1094, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **JANETE SOUSA PEREIRA,** ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira,matrícula funcional nº 5488, admitida em 24 de Abril de 2008, nomeada através da Portaria nº 294/2008 e do Termo de Posse nº 055/2008, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 1º.09.2020 à 29.11.2020, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1095, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1095, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **BENTO PERES DE SOUSA,** matrícula funcional nº 2891,ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Rodoviário, 17 (dezessete) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 14.09.2020 à 30.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1096, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1096, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **DAVID MARTINS VIEIRA NETO,** matrícula funcional nº 7608,ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 14 (quatorze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 07.09.2020 à 20.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1097, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1097, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ANDREANA MARIA DE JESUS ALMEIDA,** matricula funcional nº 7652,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 08.09.2020 à 12.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1098, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 1098, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **CATIA MICHELI BERNS,** matrícula funcional nº 4657, admitida em 07 de Julho de 2006, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/13"** para **Classe "C/13"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1099, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1099, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** ao Servidor **AILSON MENEZ,** matrícula funcional nº 7198, admitido em 1º de Agosto de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1100, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1100, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **CRISTIANE BENTO,** matrícula funcional nº 7419,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 144 (cento e quarenta e quatro) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.08.2020 à 31.12.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1101, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1101, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARINETE TOMAZ DA SILVA,** matrícula funcional nº 6170,ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Readaptação Funcional Temporária,** de conformidade com Laudo Pericial, nos termos do disposto no Artigo 23, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na Forma da Constituição Federal, Sobre Alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1102, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1102, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **ANA PATRICIA ARRUDA PELEGRINE,** matrícula funcional nº 7162, admitida em 1º de Julho de 2014, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "B/07"** para **Classe "C/07"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, c) Classe C, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 17 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1103, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1103, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **IVANETE GOMES DA SILVA,** matrícula funcional nº 7191,ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 10 (dez) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 04.09.2020 à 13.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1104, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1104, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Alterar, o período de concessão da Licença para Tratamento de Saúde concedida a Servidora **MARLI OLINDA ALMEIDA,** matrícula funcional nº 5448,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pela Portaria nº 100/2020, de 27 de Janeiro de 2020, no período de 1º.01.2020 à 31.12.2020 para 1º.01.2020 à 31.08.2020, em virtude de concessão de Aposentadoria por Invalidez, retificando o período do afastamento solicitado.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1105, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1105, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Alterar, o período de concessão da Licença para Tratamento de Saúde concedida a Servidora **NOILY FORTUNATO DO AMARAL,** matricula funcional nº 378,ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pela Portaria nº 235/2020, de 09 de Março de 2020, no período de 05.03.2020 à 31.12.2020 para 05.03.2020 à 31.08.2020, em virtude de concessão de Aposentadoria por Invalidez, retificando o período do afastamento solicitado.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de Março de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1106, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1106, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder Aposentadoria Por Invalidez, a Servidora **NOILY FORTUNATO DO AMARAL,** matrícula funcional nº 378, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais**,** admitida em 1º de Fevereiro de 1996, nomeada através da Portaria nº 045/1996, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 187, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e de conformidade com a Portaria nº 043/2020, de 1º de Setembro de 2020, do **PREVI-PAZ** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 045/1996, de 1º de Fevereiro de 1996.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1107, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1107, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder Aposentadoria Por Invalidez, a Servidora **MARLI OLINDA ALMEIDA,** matrícula funcional nº 5448, ocupante do cargo efetivo de Professor de I a IV**,** admitida em 24 de Abril de 2008, nomeada através da Portaria nº 436/2008 e do Termo de Posse nº 073/2008, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 187, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e de conformidade com a Portaria nº 045/2020, de 1º de Setembro de 2020, do **PREVI-PAZ** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 436/2008, de 25 de Março de 2008.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1108, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1108, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder Aposentadoria Por Idade, a Servidora **FRANCISCA DAS CHAGAS LIMA ALMEIDA,** matrícula funcional nº 4955, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais**,** admitida em 15 de Maio de 2007, nomeada através da Portaria nº 116/2007 e do Termo de Posse nº 019/2007, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 187, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e de conformidade com a Portaria nº 045/2020, de 1º de Setembro de 2020, do **PREVI-PAZ** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 116/2007, de 17 de Abril de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1109, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1109, de 21 De SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a pedido do Senhor **PAULO CHAVES NASCIMENTO JUNIOR,** matrícula funcional nº 8369, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Técnico em Gestão Pública,** lotado no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 371/2020, nós termos do disposto no artigo 19, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 371/2020, de 08 de Abril de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1110, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1110, de 21 De SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a pedido do Senhor **EDINEY MENEZES,** matrícula funcional nº 8414, ocupante do cargo em comissão de **Assessor de Imprensa e Comunicação Social,** lotado na Secretaria Municipal de Governo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 953/2020, nós termos do disposto no artigo 19, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 953/2020, de 20 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1113, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1113, de 22 de SETEMBRO de 2020

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo,Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Elevação de Nível, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado a cada 03 (três) anos ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no **MÊS DE SETEMBRO DE 2020**, nos termos do disposto no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Matrícula	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
7057	CAROLINA RAFAELA VIEIRA DOS SANTOS	22	04	C	2	C	3

A**rt. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2020, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 22 de Setembro de 2020.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1114, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1114, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **JOSÉ ROMULO ROCABADO SOTO**, matricula funcional nº 5540, ocupante do cargo efetivo de Médico Clinico Geral 40 Horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, o valor fixado da Verba Indenizatória de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) nos termos do disposto no artigo 3º, da Lei Municipal nº 1056/2019, de 09 de Agosto de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 22 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1115, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1115, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, o Senhor **FERNANDO LUIZ ALTMAYER SCHOMMER**, matrícula funcional nº 8417, ocupante do cargo em comissão de Subprefeito, lotado no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, o valor fixado da Verba Indenizatória de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) nos termos do disposto no artigo 1º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 966/2017, de 22 de Setembro de 2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 22 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1116, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1116, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **GILMA FERREIRA,** matrícula funcional nº 4299,ocupante do cargo em comissão de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento 03 (três) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 15.09.2020 à 17.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 22 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1118, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1118, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 7795,ocupante do cargo em efetivo de Orientador Social 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 09.09.2020 à 23.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1119, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1119, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **IVONETE BENEDITA DAS CHAGAS,** matrícula funcional nº 7741,ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, 12 (doze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 13.09.2020 à 24.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1120, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1120, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **GRACILENE E SOUSA DA COSTA,** matrícula funcional nº 1755,ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, 10 (dez) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 21.09.2020 à 30.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1121, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1121, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Senhor **MANOEL SILVA DE MORAES**, matricula funcional nº 8289, ocupante do cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, do Conselho Tutelar, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, o valor fixado da Verba Indenizatória de R$ 500,00 (quinhentos reais) nos termos do disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.085/2017, de 29 de Maio de 2020.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1125, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1125, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - **Conceder**, aos Servidores abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, que prestam serviço na linha de frente ao combate ao COVID-19, em especial aos vinculados nas Unidades Básicas de Saúde - UBS 01, 02, 03, 04, 05, 06, e 08, Vigilâncias em Saúde e Hospital Municipal, no Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no valor de quatrocentos reais, nos termos do Decreto nº 074/2020.

Matricula	Nome
7198	AILSON MENEZ
7428	ALEX NELSON VIEIRA GAUTO
7195	ANA LUCIA BRAZ
6169	ANA MARIA DE JESUS ALMEIDA
7162	ANA PATRICIA ARRUDA PELEGRINE
7576	ANDRESSA DE SOUSA SOARES
376	ANTONIA BERNARDA DE OLIVEIRA SILVA
324	ANTONIO AUGUSTO BRILHANTE SILVA
6814	ANTONIO JAMES OLIVEIRA DA COSTA
8243	ARTEMISA TAVEIRA DE MELO DANTAS
8279	CHISLENE DE SOUSA ALMEIDA
5554	CLARICE RODRIGUES MILHOMENS
6078	CLAUDIA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA
8315	CLAUDINEIA DE BORBA
7203	CLEIDE APARECIDA GIANCHINI PRESTES
7006	CLEIDIVANIA OLIVEIRA DE SOUSA
5671	CLEITON BEZERRA DE ARAUJO
6807	CLENILDO OLIVEIRA DE SOUZA
5530	CLERES MILCEIA SANTOS ANDRADE
1750	CREUZA RODRIGUES DA SILVA
6855	DANYELLE DE LIMA SILVA
6072	DAVID BRUNO SILVA
7009	DAYANA RODRIGUES BARBOSA
427	DENISE APARECIDA MOREIRA GOLLNER LOPES
7194	DINEIDE DE ARAUJO
6810	EDICLEIA DA CONCEICAO AQUINO CAVALCANTI
6161	EDILENE LIMA DA SILVA SANTOS
6815	EDINEI DA COSTA SANTOS
316	EDIVAN JOSE RIBEIRO
8244	EDSON CORREA COELHO
4626	ELAINE CRISTINA DOS SANTOS
7012	ELENILCE CARDOSO RAMOS
7192	ELIANA MARIA RODRIGUES
8245	ELIZANGELA SILVA DA CRUZ GOMES
5406	ELSIRA LANGUE
5544	ELSON MENDES DE FARIA
6696	FABIO ANDREOTTI
6831	FRANCIO FAUSTINO DOS SANTOS
2876	FRANCISCA BARBOSA DA SILVA
390	FRANCISCA PIRES DE ARAUJO NETA LEITAO
4299	GILMA FERREIRA
271	GILMAR FERREIRA FERNANDES
7199	HELENICE DE OLIVEIRA PINTO
4652	HERMERSON SOUZA LEAL
8281	INES APARECIDA CENCI
6848	IONE DA SILVA ARRAIS
7191	IVANETE GOMES DA SILVA
7839	IVAN MANOEL NUNES CANGERANA
8247	IVONE MELO DO NASCIMENTO
6820	IVONETI DIAS SANTANA
6833	JEFFERSON RAMON BATISTA SOARES
8248	JESSICA GOMES DA SILVA
6996	JHONATA PALMER FARIAS
6585	JOAO BATISTA DA SILVA CURTI
322	JOAO DE JESUS FARIAS
8249	JOICIANE PAIVA NERES
1469	JORGE LUIZ BARROS DO VALE
4343	JOSEFA ALVES DE SOUZA
8280	JOSIELE VIEIRA NUNES
8377	JULIANA CRISTINA LOPES DA SILVA
5695	JULIO CESAR DE OLIVEIRA
4714	JULIO PECCI DA CRUZ
6583	JUNIOR DE JESUS SANTOS
8251	KAROLAINE RODRIGUES DOS SANTOS
6584	LEILIANE MARIA FIRMINO
5702	LENICE GUIMARAES SILVA
7206	LEUANA MARIA VIEIRA
1751	LINDIMAR ALVES DA SILVA
8252	LUANA MARTINS WANDERLEY
6070	LUCIDALVA SOUSA SILVA
364	LUZIENE CARVALHO DE SOUZA
1433	LUZINETE LUCENA ROCHA GOMES
6587	MARCIA CRISTINA NUNES DE OLIVEIRA
7188	MARCIA MARIA DIBA FERRARI
6816	MARIA DE FATIMA CONCEICAO DOS SANTOS RODRIGUES
1613	MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUSA
4268	MARIA DE LOURDES LIMA GONCALVES
6586	MARIA DE NAZARE DA SILVA CRUZ
7200	MARIA DENES DOS REIS PEREIRA
7201	MARIA GENECY DE OLIVEIRA RODRIGUES
287	MARIA GILZA PEREIRA DE SOUSA
395	MARIA IVONETE CORDEIRO SILVA SANTANA
8254	MARIA IZABEL MIRANDA
380	MARIA JOSE DA SILVA FREITAS
7184	MARIA LENE TIBURSKI
2872	MARIA LUCIA CORDEIRO PEDROSA
6184	MARIA MARTA SOUZA DOS SANTOS
6926	MARIA NILVA ALVES CARVALHO DA SILVA
6914	MARIO BISMARK PIZARRO VACA
7011	MARLICE MARIA SCHOMMER ALTMAYER
8392	NATHALIA MEDEIROS HIPOLITO
7182	NEIA DA SILVA CORREA
8255	NOEMI MARIA LANG
279	ODILIA VIRIATO RODRIGUES
8256	PATRICIA FERREIRA GAMA CUNHA
5547	PATRICIA SAUERESSIG
5563	PATRICIA SOUTO LIMA PARANHOS
8257	PRISCILA CAMPELO QUEIROZ
7213	PRISCILA TORRES MOURAO VIEIRA
6841	RAFAELA ALMEIDA DOS SANTOS
8372	RAIANE DA SILVA BARBOSA
7007	REGINALDO PEREIRA DIAS
8242	REMIRIAM BORNHOLDT DOS SANTOS
8316	ROGERIO CHAGAS DOS SANTOS
7013	ROSANGELA DE ARAUJO TERTO
6990	ROSELENE TAVARES
6925	ROSENEIDE PASSOS CARVALHO
8258	SABRINA STTEFANI CUNHA ALMEIDA
6213	SANDRA MARIA GOMES DA SILVA RIBEIRO
5487	SILVANILA NUNES PEREIRA
5546	SILVIA CARLA SCHMITT
6846	SILVIA REGINA LISBOA
6581	SILVIA SANTOS GONCALVES
5697	SIONARA DA SILVA
5517	SOELI SOKOLOSKI
6827	TACIANE RODRIGUES GARRIDO CAMPOS
8259	TAMARA MARIA DA SILVA ALVES
6853	TATIANA GOMES DE SOUSA
8260	TATIANE DE SOUSA OLIVEIRA
5416	TEREZINHA DE ARAUJO SANTOS
6214	VALDIR DOS REIS DE BRITO
7263	VALDIRENE APARECIDA OLIMPIO
6840	VANESSA PEREIRA DOS SANTOS
2875	VERONICA DE OLIVEIRA BASSO
8261	VICENCIA DE PAULA DOS SANTOS LOPES
7180	VILMA FERREIRA FERNANDES
7179	VIVIANE HARKA
7840	WILLIAM JOHN LIMA DOS SANTOS
429	WOSHINGTON LUIZ GOMES DA SILVA
5584	ZAIDA CASTRO DE SIQUEIRA
4357	ZENI MELLO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1147, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1147, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO o estabelecido nas Leis Federais nº 13.165/2015, conhecida como Reforma Eleitoral 2015, que promoveu importantes alterações nas regras das eleições deste ano ao introduzir mudanças nas Leis n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições), nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) e nº 4.737/1965 (Código Eleitoral), Resolução 23.609/2019 e Emenda Constitucional nº 107/2020.

CONSIDERANDO o estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SILVANA ROCHA SOUSA DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Zelador,matrícula funcional nº 4267, lotada na Secretaria de Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, **Licença Para Concorrer a Cargo Eletivo,** nos termos do disposto no artigo 91 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Setembro de 2020 até 11 de Novembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Outubro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1130, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1130, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando a exoneração do Senhor Matudjo Metuktire do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração Pedagógica, a partir de 03 de Agosto de 2020, através da Portaria nº 835, de 03 de Agosto de 2020.

R E S O L V E

Art.1º - **Nomear**, o Senhor **BEPNHI METUKTIRE,** portador da Cédula de Identidade RG nº 2346607-3 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 045.512.131-10, para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Administração Pedagógica,** do Departamento de Administração Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no Artigo 8º, V, "c", da Lei Complementar 001, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Outubro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Outubro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1021, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1021, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA ELZA OLIVEIRA AGUIAR DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira,matrícula funcional nº 292, admitida em 03 de Julho de 2000, nomeada através da Portaria nº 061/2000 e do Termo de Posse nº 047/2000, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2015/2020**, no período de 18.09.2020 à 16.12.2020, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1022, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1022, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ARIENE FRANCIANY DE ABREU,** matrícula funcional nº 6742,ocupante do cargo efetivo de Advogado 40 Horas, lotada na Procuradoria Municipal, do Gabinete do Prefeito, 85 (oitenta e cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 04.09.2020 à 27.11.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1023, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1023, de 01 De SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a pedido da Senhora **RAIELI GOMES BATISTA,** matrícula funcional nº 8147, ocupante do cargo em comissão de **Monitor de Cursos Livres,** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº 334/2019, nós termos do disposto no artigo 19, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 334/2020, de 22 de Março de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1024, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1024, de 01 de SETEMBRO de 2020

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo,Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Elevação de Nível, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado a cada 03 (três) anos ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no **MÊS DE SETEMBRO DE 2020**, nos termos do disposto no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Matrícula	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
5705	ANGELICA DE SOUSA COSTA	12	09	A	4	A	5
1409	ANTONIA LIMA OLIVEIRA	02	09	A	6	A	7
1375	ALEXANDRA BARBOSA DA SILVA	02	09	C	6	C	7
1372	ANA CLEIA CUNHA PARA	02	09	C	6	C	7
1440	AIRTON DA SILVA CRUZ	02	09	A	6	A	7
5710	BELIZARIO ARAUJO GONCALVES	12	09	A	4	A	5
1412	CECILIA MORAIS FONSECA	02	09	A	6	A	7
1413	CELINA DA CONCEICAO SILVA DO CARMO	02	09	A	6	A	7
1456	CICERO RODRIGUES DOS SANTOS	02	09	A	6	A	7
5690	DEBORA GONÇALVES LOPES	09	09	C	4	C	5
1378	DIONEA PIRES DE LIMA	02	09	C	6	C	7
1374	FRANCISCA ANTONIA PIRES DE ARAUJO	02	09	C	6	C	7
1373	EDILA MARIA ALMEIDA	02	09	C	6	C	7
1416	ELZA BRITO DA SILVA	02	09	A	6	A	7
1452	FRANCISCA DAS CHAGAS MAXIMO SANTOS	02	09	A	6	A	7
1480	FRANCISCA SANTOS DO VALE	02	09	A	6	A	7
1370	MARILENE SOUSA SILVA CARVALHO	02	09	C	6	C	7
1461	IRACEMA DA CONCEICAO DE SOUSA	02	09	A	6	A	7
5696	JESSICA BARBARA GARCIA OLIVEIRA	02	09	A	4	A	5
1465	JOSE ROBERTO DE MORAES SANTOS	02	09	A	6	A	7
1383	LENILDA BRITO GONÇALVES	02	09	B	6	B	7
1451	MARIA DORALICE RIBEIRO DA SILVA	02	09	A	6	A	7
1370	MARILENE SOUSA SILVA CARVALHO	02	09	C	6	C	7
1449	MARILENE VASCONCELOS DE SOUSA	02	09	A	6	A	7
1478	NILTON PAIXAO DE ALMEIDA	02	09	A	6	A	7
1454	ROBERTO BARROSO SAID	02	09	A	6	A	7
1417	ROSIMAR LOBO CAMPOS	02	09	A	6	A	7
959	VALDELICE RESPLANDES DE OLIVEIRA	02	09	A	6	A	7
1391	VANIA CONCEIÇÃO DE SOUZA CHAMBO	02	09	C	6	C	7
5703	VANIA GOUVEIA	12	09	C	4	C	5

A**rt. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2020, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1025, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1025, de 01 de SETEMBRO de 2020

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do artigo 10 do Plano de Cargos e Carreira do Município - Lei Complementar 002/2005.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Art. 10 da Lei Complementar 002/2005 de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Progressão Funcional, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado 12 (doze) meses ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no**MÊS DE SETEMBRO DE 2020**, nos termos do art. 10 da Lei Complementar 02, de 26 de agosto de 2005.

Mat.	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
1460	ALBARI JOSE DO NASCIMENTO	02	09	E	19	E	20
5698	ALDICELIO NASCIMENTO ROCHA	12	09	D	11	D	12
7415	ANA MARIA DA COSTA LIMA	01	09	B	04	B	05
7416	CLEONIRA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA FERREIRA	01	09	B	05	B	06
7418	FRANCISCO FERREIRA DA CONCEIÇÃO	01	09	B	04	B	05
7413	IRISLANDIA DA SILVA BALBINO	01	09	B	05	B	06
7420	LIONICE DORNELAS LAURENTINO SILVA	01	09	B	04	B	05
7417	LUCIENE SILVA SANTOS	01	09	B	04	B	05
1392	MARCELO HENRIQUE LIMA CORREIA	02	09	D	17	D	18
7654	MARCUS VINICIUS ORTEGA ZANATTA	01	09	B	04	B	05
4710	MARIA DO SOCORRO PEREIRA	11	09	E	13	E	14
1448	MAXIMA SOUZA OLIVEIRA SILVA	02	09	E	16	E	17
7414	ROSELY FERREIRA DOS SANTOS	01	09	B	04	B	05
22	SORAYA CRISTINE CARVALHO DUARTE	02	09	C	25	C	26
1419	TANIA CECILIA MOHR DE ANDRADE	02	09	A	17	A	18
4713	VANDERLEI DOS SANTOS	11	09	E	13	E	14

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **ROBERVAL MARTINS DE SOUSA,** matrícula funcional nº 1612,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, 10 (dez) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 14.08.2020 à 23.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1027, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1027, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 863, de 06 de Agosto de 2020, que concedeu o exercício de suas funções via “home Office, a Servidora **ELSIRA LANGUE,** matricula funcional nº 5406, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1028, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1028, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 4650,ocupante do cargo efetivo de ASS Agente de Saúde Ambiental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 07.08.2020 à 11.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1029, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1029, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 4650,ocupante do cargo efetivo de ASS Agente de Saúde Ambiental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 17.08.2020 à 21.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1030, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1030, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JOANDERSON SILVA RODRIGUES,** matrícula funcional nº 8291,ocupante do cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, 11 (onze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 24.08.2020 à 03.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1031, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1031, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ARTEMISA TAVEIRA DE MELO DANTAS,** matrícula funcional nº 8243,ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento 03 (três) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 18.08.2020 à 20.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1033, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1033, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando a exoneração da Senhora Selma Ferreira de Souza do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Cultura, a partir de 12 de Agosto de 2020, através da Portaria nº 915, de 13 de Agosto de 2020.

R E S O L V E

Art.1º - **Nomear**, o Servidor **MARCIEL DA SILVA FREITAS,** matrícula funcional nº 6932, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Cultura,** do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no Artigo 8º, V, "D", da Lei Complementar 001, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Conceder Função de Encarregado (FE) de 42,64% (quarenta e dois virgula sessenta e quatro por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1037, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1037, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JOEZER PONCIANO DE JESUS,** matrícula funcional nº 6178,ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, 04 (quatro) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 25.08.2020 à 28.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1038, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1038, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **ANTONIO LIMA,** matrícula funcional nº 4549,ocupante do cargo efetivo de Operador de Pá Carregadeira, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Rodoviário, 334 (trezentos e trinta e quatro) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 28.09.2020 à 27.08.2021, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1039, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1039, DE 03 de SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARGARIDA QUEIROZ DE CARVALHO**, matrícula funcional nº 1716, ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 86 (oitenta e seis) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.09.2020 à 25.11.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1040, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1040, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **EDINA DE MACENA BORGUETTI,** matrícula funcional nº 290,ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 31.08.2020 à 04.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1041, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1041, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **JEANE CAXIADO DA SILVA,** matrícula funcional nº 6829,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Higiene Dentaria, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** conforme atestado médico no período de 17.08.2020 à 12.02.2021, nos termos do disposto

no artigo 84 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1042, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1042, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **JOSELIA SILVA FRAZAO,** matrícula funcional nº 7762,ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** conforme atestado médico no período de 28.08.2020 à 23.02.2021, nos termos do disposto no artigo 84 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1043, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1043, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **PEDRO PEREIRA ALMEIDA**,matrícula funcional nº 2884,ocupante do cargo de efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido em 02 de Junho de 2004, nomeado através da Portaria nº 092/2004 e do Termo de Posse nº 033/2004, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2009/2014**, no período de 03.09.2020 à 1º.12.2020, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 04 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1044, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1044, DE 08 de SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **KAROLINE APARECIDA PEREIRA**, matrícula funcional nº 5567, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 26.08.2020 à 24.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 08 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1045, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1045, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **TAMIRES DE SOUZA ARAUJO,** matrícula funcional nº 8190,ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 05.09.2020 à 19.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 08 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1046, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1046, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SIMONE DE ALMEIDA RAMOS PAIANO,** matrícula funcional nº 7952,ocupante do cargo em comissão de Chefe de

Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 04.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1047, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1047, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **RAIMUNDO SINFRONIO COELHO JUNIOR,** matrícula funcional nº 7254,ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 20 (vinte) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 02.09.2020 à 21.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1048, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1048, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ROGERIA DA SILVA SANTOS DO NASCIMENTO,** matrícula funcional nº 5055,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 32 (trinta e dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 28.07.2020 à 28.08.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1049, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1049, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ROGERIA DA SILVA SANTOS DO NASCIMENTO,** matrícula funcional nº 5055,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 31 (trinta e um) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 31.08.2020 à 30.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1050, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1050, de 10 De SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a pedido do Senhor **ALEXANDRE BALDAIA,** matricula funcional nº 8293, ocupante do cargo em comissão de **Diretor de Departamento de Fiscalização,** do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 136/2020, nós termos do disposto no artigo 19, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de Setembro de 2020, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 136/2020, de 10 de Fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1051, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1051, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **BENTO PERES DE SOUSA,** matrícula funcional nº 2891,ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Rodoviário, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.09.2020 à 11.09.2020, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de Setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 10 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1077, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1077, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **MATEUS ESTEVÃO DE SOUSA,** ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar,matrícula funcional nº 16178, admitido em 16 de Janeiro de 2003, nomeado através da Portaria nº 158/2002 e do Termo de Posse nº 060/2003, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2008/2013**, no período de 31.08. 2020 à 27.11.2020, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1080, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1080, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **CELMA FRANCISCA CARVALHO RAMOS,** matrícula funcional nº 243, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal “Dom Helder Câmara”, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1081, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1081, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **CLEIDE APARECIDA DE SOUZA LIMA,** matrícula funcional nº 1732, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal “Paulo Freire”, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1082, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1082, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **EDILENE CHAVES DA SILVA,** matrícula funcional nº 5453, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal “Dom Helder Câmara”, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1083, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1083, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** ao Servidor **PAULO SERGIO COSTA,** matrícula funcional nº 6956, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal "Dom Helder Câmara", nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 11 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1126, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 1126, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA MARLENE LOPES BARBOSA PARA EXERCER SUA FUNÇÃO LABORAIS INTERNA COMPONDO O COMITÊ DE COMBATE A COVI-19, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE PEIXOTO DE AZEVEDO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o disposto no artigo 4º do Decreto Municipal nº 023, de 24 de março de 2020, dispõe sobre novas adoções de medidas temporárias restritivas e emergenciais e adicionais aos Decretos nº 021/202, 022/202, às atividades privadas para prevenção e contágio pelo novo Coronavírus (COVID 19).

R E S O L V E

Art.1º - **Designar,** a Servidora **MARLENE LOPES BARBOSA**, matrícula funcional nº 7038, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, para exercer sua função laborais interna compondo o Comitê de Combate a COVID-19, na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em virtude do déficit de servidores para apoiar o enfrentamento a COVID-19, realizando ligações telefônica, no monitoramento dos pacientes positivos para a COVI-19, nos termos do artigo 4º do Decreto Municipal nº 023, de 24 de março de 2020.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Setembro de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020– RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna-se **Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA RAIMUNDO NONATO DE PAULA (PISTA VELHA) SITUADA NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO". Onde** sagrou-se vencedora a empresa **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI - EPP (CNPJ 15.984.883/0001-99)**, com o valor global de **R$ 197.725,22 (cento e noventa e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos)**.

Peixoto de Azevedo-MT, 07 de outubro 2020.

EMERSON NUNES FREITAS

Presidente em Substituição – CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 188/GP/2020

PORTARIA N.º 188/GP/2020 Em 07 de Outubro de 2020.

"Adia Período de Gozo de Férias Regulamentares de Servidor".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Adiar o período de gozo de 30(trinta) dias das férias regulamentares concedidos à servidora abaixo relacionada, através da Portaria n° 176/2020 de 15/09/2020, ficando para ser usufruída oportunamente.

Servidor	Cargo
Maria Ely da Costa Silva	Secretária Municipal de Assistência Social

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 07 de Outubro de 2020.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 31/2020-SRP.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 31/2020-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do Pregão eletrônico nº31/2020 Objeto: Registro de preço para Futura e Eventual Lavagem de Veículos - Empresas Vencedoras: Carlischesma Silva Almeida – MEI i**nscrito no CNPJ: 17934222/0001-84** Valor Total **R$ 68.046,00 .** Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
DECRETO N.º 066/2020, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarado luto oficial no âmbito do Município de Porto Esperidião/MT, por três dias, a partir desta data, em demonstração de pesar pelo falecimento da ilustre Senhora **MARIA PEDRAÇA DA SILVA.**

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Porto Esperidião/MT, em 07 de outubro de 202

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 222/2020, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

PORTARIA N° 222/2020, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO do servidor efetivo ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS PESADA do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 144, inciso I, da Lei Complementar n.º 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art.1º – **EXONERAR** a pedido,para fins de Aposentadoria, a partir desta data **(01/OUTUBRO/2020),** o servidor efetivo no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS** o senhor **GENTIL DOS REIS PEREIRA,** registro funcional nº.0025**,** matricula nº. 829**,** portador do RG nº. 30105486- SSP/PR e do CPF nº 561.691.169-00, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Porto Esperidião-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

PORTARIA N°. 219/2020 DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

PORTARIA N°. 219/2020 DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data **(28/AGOSTO/2020)**, para fiscalizar contrato o senhor **HERCULIS ALBERTINI VENTURELLI,** matrícula 12220, inscrito no CPF nº 035.484.641-81.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 48/2020	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.	DENTAL MIX COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS ODONTOLOGICOS LTDA-ME. CNPJ: 14.890.803/0001-73.

Art. 2°- Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data de 28 de agosto de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 29 de setembro de 2020.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito

GABINETE
COVID-19: DECRETO Nº 65/2020 DE 05 DE OUTUBRO DE 2020

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/ MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, seguindo o que determina a Lei Federal nº 14047/2020, e as recomendações da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e

Considerando os cálculos dispostos na Lei o município receberá R$ 95. 781,32 a serem aplicados em Renda Emergencial, Subsídios e Editais.

Considerando que farão jus à renda emergencial os trabalhadores e trabalhadoras da cultura com atividades interrompidas e que comprovem a necessidade financeira e social de participação no programa de incentivo previsto na Lei Aldir Blanc

Considerando que os recursos deverão ser utilizados na promoção de atividades culturais pública a programação e normatização referente aos recursos emergenciais destinados ao Setor Cultural do Município.

DECRETA

Art. 1º Ficam estabelecidas as regras de normatização do uso dos recursos oriundos do Governo Federal através da Lei nº 14.047/2020 (Lei Aldir Blanc) e as ações emergenciais destinadas ao setor cultural no âmbito do município de Porto Esperidião/MT, conforme segue:

Farão jus à renda emergencial os trabalhadores e trabalhadoras da cultura com atividades interrompidas e que comprovem:

I – terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei, comprovada a atuação de forma documental ou autodeclaratória;

II – não terem emprego formal ativo;

PROGRAMA 01

I – Cadastros referentes a atividades culturais.

Compreendem-se como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

I – pontos e pontões de cultura;

II – teatros independentes;

III – escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;

IV – circos;

V – cineclubes;

VI – centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;

VII – museus comunitários, centros de memória e patrimônio;

VIII – bibliotecas comunitárias;

IX – espaços culturais em comunidades indígenas;

X – centros artísticos e culturais afro-brasileiros;

XI – comunidades quilombolas;

XII – espaços de povos e comunidades tradicionais;

XIII – festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional;

XIV – teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;

XV – livrarias, editoras e sebos;

XVI – empresas de diversão e produção de espetáculos;

XVII – estúdios de fotografia;

XVIII – produtoras de cinema e audiovisual;

XIX – ateliês de pintura, moda, design e artesanato;

XX – galerias de arte e de fotografias;

XXI – feiras de arte e de artesanato;

XXII – espaços de apresentação musical;

XXIII – espaços de literatura, poesia e literatura de cordel;

XXIV – espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares;

XXV – outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros.

Fica vedada a concessão do benefício a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

Os espaços culturais e artísticos, as empresas culturais e organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio ficarão obrigados a garantir como contrapartida, após o reinício de suas atividades, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o setor de cultura do município.

O beneficiário do subsídio deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao Município em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento do subsídio.

PROGRAMA 02

Edital de Chamada Pública de Projetos Culturais

O Departamento de Cultura e Turismo deverá elaborar Edital de Chamada Pública de Projetos Culturais do setor cultural do município destinado à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

Ressalte-se que o Edital de Chamada Pública não poderá ter seu valor total menor que 20% (vinte por cento) do valor a receber do Governo Federal.

A APLICAÇÃO DA LEI ALDIR BLANC NO ÂMBITO MUNICIPAL

Recomenda-se que na programação da utilização dos recursos o setor de cultura defina, em consonância com a demanda do setor cultural, a realidade do Município, seguindo o que expressa o Plano Municipal de Cultura 2019/2028.

O decreto federal nº 10464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 em âmbito nacional, dispõe sobre as competências das ações emergenciais que estão previstas da seguinte forma:

I - Compete aos Estados e ao Distrito Federal distribuir a renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura, em observância ao disposto no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;

II - Compete aos Municípios e ao Distrito Federal distribuir os subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020; e

III - compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020.

Desta forma, o Município de Porto Esperidião atende o **item III**, mas como os cadastros municipais não detectaram espaços de atividades culturais interrompidos optou-se pela aplicação dos recursos **apenas no item III**. Assim sendo, o Departamento de Cultura e Turismo do município deverá elaborar Edital de Chamada Pública de Projetos com a finalidade de selecionar as melhores propostas para Premiação.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião MT , 05 de outrubro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N°. 220/2020 DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

PORTARIA N°. 220/2020 DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data **(17/SETEMBRO/2020)**, para fiscalizar contrato o senhor **HERCULIS ALBERTINI VENTURELLI,** matrícula 12220, inscrito no CPF nº 035.484.641-81.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 49/2020	AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES PARA O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.	DENTAL MIX COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS ADONTOLOGICOS. CNPJ: 14.890.803/0001-73.

Art. 2°- Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data de 17 de setembro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 29 de setembro de 2020.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito

PORTARIA N°. 221/2020 DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

PORTARIA N°. 221/2020 DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data **(09/SETEMBRO/2020)**, para fiscalizar contrato o senhor **CLEDINEI ROCHA DO NASCIMENTO,** matrícula 97-8, inscrito no CPF nº 699.299.712-20.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 50/2020	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA.	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. CNPJ: 08.979.143/0001-07.

Art. 2°- Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data de 09 de setembro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 29 de setembro de 2020.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO MUNICIPAL N° 117/2020 - QUE AUTORIZA O PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DE UM LOTE DE TERRENO URBANO

“QUE AUTORIZA O PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DE UM LOTE DE TERRENO URBANO, LOCALIZADO NA RUA CAMPO GRANDE, NESTA CIDADE DE PORTO ESTRELA-MT”

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela-MT, no uso de suas atribuições que são feridos por Lei.

DECRETA:

Art. 1° - Fica autorizado o projeto de desmembramento de um terreno urbano localizado na Rua Campo Grande, **objeto da Matrícula n° 8305 do Livro N° 2 do Registro Geral 1° Oficio da Comarca de Barra do Bugres-MT,** com uma área total 720,00 m², de propriedade do Sr.° Armindo Pereira de Almeida, inscrito no CPF 111.583.361-87, tendo como resultante as áreas abaixo, conforme projeto e memorial descritivo que passa a fazer parte e integrar o presente Decreto.

Lote 08-A: 360,00m²

Lote 08-B: 360,00m²

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela-MT, 07 de outubro de 2020

_____

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS N° 27/2020 - ALTERA A RESOLUÇÃO N°. 15/2019 SOBRE OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

RESOLUÇÃO N°. 27/2020 POXORÉU-MT, 07 DE OUTUBRO DE 2020.

Altera a Resolução N°. 15/2019/CMAS, de 27 de Setembro de 2019 que dispõe sobre a Concessão dos Benefícios Eventuais, na forma que menciona.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS do município de Poxoréu – MT, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 9°, incisos VI e VII do Regimento Interno, homologado pelo Poder Executivo, através do Dec. 035/2008, datado de 01/08/2008;

CONSIDERANDO, as necessidades das demandas atendidas com os Benefícios Eventuais no município, as quais se acentuaram com a situação de emergência decorrente da Pandemia da Covid-2019.

CONSIDERANDO, que alguns valores praticados se encontram defasados à atual realidade de mercados.

CONSIDERANDO as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião do dia 26/10/2020, conforme lavrado na Ata n°. 16/2020, fl. 02 e verso do livro 03/CMAS.

RESOLVE:

Art. 1° - A composição do Kit de auxílio alimentação constante da Concessão dos Benefícios Eventuais de que trata o art. 5º da Resolução n° 15/2019/CMAS, de 27/09/2019 passa a vigorar com a seguinte composição:

I – 10 (dez) kg de arroz,

II - 02 (dois) kg de feijão,

III - 500g (meio kilo) de macarrão;

IV – 01(um) Litro de óleo;

V – 01 (um) kg de sal,

VII - 250g (duzentos e cinquenta) café;

VIII - 02kg (dois kg) de açúcar;

IX - 340g (trezentos e quarenta Gramas) de extrato de tomate,

X – 01 (um) pote de 500 g de tempero completo,

XI - 01 (um) dúzia de ovos;

XII – 02 pacotes (de oitocentos gramas, cada) de bolacha agua e sal;

XIII – 03 (três) litros de Leite

XIV – 03 (dois) sabonetes,

XV – 04 (quatro) Barras de sabão,

XVI – 01 (um) creme dental,

XVII - 04 rolos de papel higiênico

XVIII – 02 Kg de carne (Vermelha ou Branca)e,

XIX – 01 (um) Kg. de Fubá

XX - Outros itens na cesta básica, nos casos identificados pela equipe técnica.

Parágrafo Único – A carne vermelha de que trata o inciso XVIII deste artigo poderá ser substituída por linguiça, nos impedimentos eventuais dos fornecedores, legalmente habilitados**.**

Art. 2° - O valor do auxílio-Aluguel de que trata o art. 6º da Resolução n° 15/2019/CMAS, de 27/09/2019 passa a vigorar de R**$: 600,00** (Seiscentos) Reais**.**

Art. 3° - Fica homologada a composição da Comissão/CMAS com atribuição de analisar as despesas praticadas pela Assistência Social referente

ao exercício de 2019 nas contas do IGDSUAS, CRAS, CREAS, IGD BOLSAS composta pelos membros:

I – Rejane Barbosa Nalon Vilela

II – Neide Salete Battisti Xavier e

III – Daiane Pereira Crispin

Parágrafo Único: Fica estabelecido o prazo de 30 dias para elaboração do relatório, cujo instrumento deverá ser apresentado na próxima reunião do CMAS, no mês de Novembro/2020.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 07 de Outubro de 2020.

Rejane Barbosa Nalon Vilela

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 091/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: EDMILSON FERREIRA DE LISBOA -ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS, REATORES E OUTROS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E PRAÇAS.

DATA DA ASSINATURA: 21 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 491.375,00 (quatrocentos e noventa e mil trezentos e setenta e cinco reais)

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 083/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 323.080,00 (trezentos e vinte e três mil e oitenta reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 084/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2020CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: L F COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 60.405,00 (sessenta mil quatrocentos e cinco reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 085/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: JOELMA DA SILVA CRUZ-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 199.094,90 (cento e noventa e nove mil noventa e quatro reais e noventa centavos).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 086/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 2.935,00 (dois mil novecentos e trinta e cinco reais);

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 087/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: JC COMÉRCIO DE TECNOLOGIA EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 576.510,00 (quinhentos e setenta e seis mil quinhentos e dez reais).

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 082/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2020

REGISTRO DE PREÇO Nº. 027/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: JOSE MORAES BARBOSA FILHO ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 1.723.694,50 (UM MILHÃO E SETECENTOS E VINTE E TRÊS MIL SEISCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS);

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2020 DISPENSA Nº 011/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARA TRIPLA TNT C/ MELBLOWN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E TODA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: YANAGUI & LOPES SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

VALOR GLOBAL: 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)

VIGENCIA: 60 (SESSENTA) DIAS

BASE LEGAL IV DO ART. 24 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E ART. 4º DA LEI 13.979/2020

POXORÉU-MT, 07 DE OUTUBRO DE 2020

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 092/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: JANIO RIBEIRO DA SILVA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA, EM REGIME DE CONTENÇÃO (INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA).

DATA DA ASSINATURA: 21 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS);

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 080/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 034/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ASSINATURA: 14 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 864.346,50 (oitocentos e sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 034/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ASSINATURA: 14 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 215.559,00 (duzentos e quinze mil quinhentos e cinquenta e nove reais).

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 27.365,00 (vinte e sete mil trezentos e sessenta e cinco reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 089/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 52.830,00 (cinquenta e dois mil oitocentos e trinta reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 090/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRÔNICOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE SETEMBRO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 260.725,00 (duzentos e sessenta mil setecentos e vinte e cinco reais).

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 020 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT, torna público que ás 07:30 horas do dia 21 de Outubro de 2020, estará abrindo o pregão presencial, para Registro de Preço para Futura aquisição de materiais de construção para atender as necessidades de todas as secretarias. O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Ribeirão Cascalheira, durante o horário de expediente das 07h:00 às 13h:00 e também estará disponível no site prefeiturarc.com.br .Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com ou pelo telefone (66) 3489- 1838.

Ribeirão Cascalheira-MT, 07 de Outubro de 2.020.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

LEI N° 864/2020 DATA: 06 DE OUTUBRO DE 2020 "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS".

LEI N° 864/2020

DATA: 06 DE OUTUBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Suplementar no valor de R**$ 2.538.407,18** (dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sete reais e dezoito centavos) destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE	AÇÃO	FICHA	ELEMENTO	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	REDUÇÃO
Sec. Mun. de Educação	2034	71	3.1.90.13	101	9.600,00	
Sec. Mun. de Educação	2035	570	3.1.90.13	118	238.930,00	
Sec. Mun. de Educação	2034	472	3.1.90.04	101	16.681,00	
Sec. Mun. de Educação	2041	559	3.1.90.11	101	136.000,00	
Sec. Mun. de Educação	2036	574	3.1.90.11	119	160.000,00	
Sec. Mun. de Educação	2036	581	3.3.90.39	119	172,00	
Sec. Mun. de Educação	2041	560	3.1.90.13	101	17.574,00	
Sec. Mun. de Educação	2034	69	3.1.90.04	101	31.000,00	
Sec. Mun. de Educação	2034	70	3.1.90.11	101	75.200,00	
Sec. Mun. de Educação	2034	72	3.1.91.13	101	7.000,00	
Sec. Mun. de Educação	2035	572	3.1.90.13	118	31.600,00	
Sec. Mun. de Educação	2036	577	3.1.91.13	119	97.000,00	
Sec. Mun. de Educação	2037	471	3.1.91.13	101	10.000,00	
Sec. Mun. de Educação	2041	562	3.1.91.13	101	78.450,00	
Sec. Mun. de Educação	2036	573	3.1.90.04	119	209.553,86	
Sec. Mun. de Educação	2035	568	3.1.90.04	118	214.557,95	
TOTAL					**1.333.318,81**	
Sec. Mun. de Educação	1425	557	4.4.90.51	100		61.182,50
Sec. Mun. de Educação	1435	463	4.4.90.52	115		106.000,00
Sec. Mun. de Educação	1450	592	4.4.90.52	100		10.500,00
Sec. Mun. de Educação	2034	074	3.3.90.30	100		8.490,66
Sec. Mun. de Educação	2034	073	3.3.90.14	101		1.000,00
Sec. Mun. de Educação	2036	578	3.3.90.14	119		775,00

Sec. Mun. de Educação	2037	472	3.3.90.14	101		8.000,00
Sec. Mun. de Educação	2037	474	3.3.90.33	101		4.000,00
Sec. Mun. de Educação	2037	475	3.3.90.36	101		8.600,00
Sec. Mun. de Educação	2038	604	3.3.90.30	100		68.598,00
Sec. Mun. de Educação	2040	479	3.3.90.39	115		248.735,16
Sec. Mun. de Educação	2041	563	33.90.14	101		3.000,00
Sec. Mun. de Educação	2041	567	4.4..90.52	101		40.000,00
Sec. Mun. de Educação	2152	605	3.3.90.30	100		52.607,96
Sec. Mun. de Educação	2213	587	3.3.90.30	115		32.000,00
Sec. Mun. de Educação	2213	589	3.3.90.39	115		48.117,92
Sec. Mun. de Educação	2248	603	3.3.90.30	100		130.698,13
Sec. Mun. de Educação	2888	600	3.3.90.36	100		3.500,00
Sec. Mun. de Educação	2888	601	3.3.90.39	100		15.470,50
Sec. Mun. de Educação	2888	598	3.3.90.14	100		1.000,00
Sec. Mun. de Educação	2037	469	3.1.90.13	101		35.000,00
Sec. Mun. de Educação	2888	595	3.1.90.13	101		8.500,00
Sec. Mun. de Educação	2037	467	3.1.90.04	101		9.668,68
Sec. Mun. de Educação	2888	593	3.1.90.04	101		160.000,00
Sec. Mun. de Educação	2035	569	3.1.90.11	118		140.000,00
Sec. Mun. de Educação	2037	468	3.1.90.11	101		81.000,00
Sec. Mun. de Educação	2888	594	3.1.90.11	101		45.030,35
Sec. Mun. de Educação	2888	597	3.1.91.13	101		1.843,95
TOTAL						**1.333.318,81**
Gabinete do Prefeito	2004	15	3.1.91.13	100	15.000,00	
Gabinete do Prefeito	2008	34	3.1.90.11	100	13.700,00	
Gabinete do Prefeito	2004	13	3.1.90.13	100	32.000,00	
Gabinete do Prefeito	2004	21	3.3.90.39	100	12.795,50	
TOTAL					**73.495,50**	
Gabinete do Prefeito	2004	19	3.3.90.39	100		7.000,00
Gabinete do Prefeito	1182	02	4.4.90.52	100		2.300,00
Gabinete do Prefeito	2007	33	4.4.90.52	100		2.100,00
Gabinete do Prefeito	2004	16	3.3.90.14	100		4.200,00
Gabinete do Prefeito	2007	30	3.1.90.13	100		3.100,00
Gabinete do Prefeito	2008	35	3.1.90.13	100		5.300,00
Gabinete do Prefeito	2004	12	3.1.90.11	100		13.700,00
Gabinete do Prefeito	1505	621	4.4.90.51	100		30.000,00
Sec. De Infraestrutura	2044	395	3.1.90.04	100		5.795,00
TOTAL						**73.495,50**
Sec. Mun. de Finanças	2015	100	3.1.91.13	100	24.900,00	
Sec. Mun. de Finanças	2016	110	3.1.91.13	100	5.500,00	
Sec. Mun. de Finanças	2249	120	3.1.91.13	100	1.200,00	
Sec. Mun. de Finanças	2015	97	3.1.90.11	100	73.000,00	
Sec. Mun. de Finanças	2016	107	3.1.90.11	100	46.800,00	
Sec. Mun. de Finanças	2249	117	3.1.90.11	100	16.600,00	
Sec. Mun. de Finanças	2014	85	3.1.90.13	100	1.000,00	
Sec. Mun. de Finanças	2014	83	3.1.90.04	100	14.000,00	
Sec. Mun. de Finanças	2016	106	3.1.90.04	100	9.500,00	
TOTAL					**192.500,00**	
Sec. Mun. de Finanças	2014	87	3.1.91.13	100		12.101,95
Sec. Mun. de Finanças	2014	84	3.1.90.11	100		94.996,37
Sec. Mun. de Finanças	2015	96	3.1.90.04	100		5.500,00
Sec. Mun. de Finanças	2015	98	3.1.90.13	100		6.000,00
Sec. Mun. de Finanças	2014	93	3.3.90.39	100		2.421,57
Sec. Mun. de Finanças	2014	92	3.3.90.36	100		7.674,00
Sec. Mun. de Finanças	2014	89	3.3.90.30	100		5.165,75
Sec. Mun. de Finanças	2014	88	3.3.90.14	100		1.500,00
Sec. Mun. de Finanças	2015	105	4.4.90.52	100		7.500,00
Sec. Mun. de Finanças	2015	104	3.3.90.39	100		2.350,00
Sec. Mun. de Finanças	2015	102	3.3.90.30	100		5.000,00
Sec. Mun. de Finanças	2015	101	3.3.90.14	100		1.000,00
Sec. Mun. de Finanças	2016	115	4.4.90.52	100		5.300,00
Sec. Mun. de Finanças	2016	114	3.3.90.39	100		413,86
Sec. Mun. de Finanças	2016	113	3.3.90.36	100		2.500,00
Sec. Mun. de Finanças	2016	112	3.3.90.30	100		3.000,00
Sec. Mun. de Finanças	2014	91	3.3.90.35	100		30.076,50
TOTAL						**192.500,00**
Sec. M. de Meio Ambiente	2017	340	3.1.90.04	100	20.600,00	
Sec. M. de Meio Ambiente	2017	342	3.1.90.13	100	3.900,00	
TOTAL					**24.500,00**	
Sec. M. de Meio Ambiente	2265	359	4.4.90.52	100		1.600,00
Sec. M. de Meio Ambiente	2265	357	3.3.90.36	100		2.000,00
Sec. M. de Meio Ambiente	2276	439	3.1.90.11	100		300,00
Sec. M. de Meio Ambiente	1479	351	4.4.90.52	100		2.087,00
Sec. M. de Meio Ambiente	1479	344	3.1.91.13	100		5.000,00
Sec. M. de Meio Ambiente	2017	345	3.3.90.14	100		1.000,00
Sec. M. de Meio Ambiente	2265	358	3.3.90.52	100		3.000,00

Sec. M. de Meio Ambiente	2276	442	3.3.90.30	100		1.500,00
Sec. M. de Meio Ambiente	2276	444	3.3.90.39	100		1.656,25
Sec. M. de Meio Ambiente	2017	341	3.1.90.11	100		4.656,75
Sec. M. de Meio Ambiente	2276	439	3.1.90.11	100		1.700,00
TOTAL						**24.500,00**
Sec. Mun. de Cultura	2133	500	3.1.90.13	100	3.000,00	
TOTAL					**3.000,00**	
Sec. Mun. de Cultura	2043	303	3.1.90.13	100		3.000,00
TOTAL						**3.000,00**

Sec. Mun. Assistência Social	2019	135	3.1.90.04	100	8.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2020	147	31.90.04	100	5.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2018	448	3.1.90.13	100	800,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2019	137	3.1.90.13	100	22.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2020	148	3.1.90.11	100	112.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2019	139	3.1.91.13	100	2.420,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2020	151	3.1.91.13	100	11.400,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2018	453	3.3.90.36	100	6.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2020	157	3.3.90.39	100	4.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2020	156	3.3.90.36	100	4.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2120	162	3.3.90.39	100	20.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2018	450	3.3.90.14	100	6.000,00	
Sec. Mun. Assistência Social	2019	143	3.3.90.36	100	4.000,00	
TOTAL					**R$ 205.620,00**	
Sec. Mun. Assistência Social	2018	446	3.1.90.04	100		21.300,00
Sec. Mun. Assistência Social	2020	149	3.1.90.13	100		5.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2018	451	3.3.90.30	143		5.325,00
Sec. Mun. Assistência Social	2019	146	4.4.90.52	100		10.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2019	140	3.3.90.14	100		100,00
Sec. Mun. Assistência Social	2020	158	4.4.90.52	100		5.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2120	163	4.4.90.52	100		2.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2268	166	3.3.90.39	100		7.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2270	175	4.4.90.52	129		5.600,00
Sec. Mun. Assistência Social	2270	174	3.3.90.39	129		10.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2271	176	3.3.90.30	100		3.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2271	177	3.3.90.36	100		3.800,00
Sec. Mun. Assistência Social	2271	179	4.4.90.52	100		5.600,00
Sec. Mun. Assistência Social	2272	183	4.4.90.52	100		5.600,00
Sec. Mun. Assistência Social	2272	180	3.3.90.30	100		3.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2272	181	3.3.90.36	100		3.800,00
Sec. Mun. Assistência Social	2272	182	3.3.90.39	100		10.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2018	455	4.4.90.52	100		3.600,00
Sec. Mun. Assistência Social	2224	132	3.3.90.36	100		2.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2224	133	3.3.90.39	100		2.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2224	131	3.3.90.30	100		2.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	1222	129	4.4.90.52	100		4.500,00
Sec. Mun. Assistência Social	2268	164	3.3.90.30	100		3.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2268	165	3.3.90.36	100		3.800,00
Sec. Mun. Assistência Social	2268	166	3.3.90.39	100		10.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2268	167	4.4.90.52	100		5.600,00
Sec. Mun. Assistência Social	2120	159	3.3.90.30	100		12.475,76
Sec. Mun. Assistência Social	2120	161	3.3.90.36	100		6.221,64
Sec. Mun. Assistência Social	2120	163	4.4.90.52	100		3.508,00
Sec. Mun. Assistência Social	2267	127	3.3.90.30	100		5.600,00
Sec. Mun. Assistência Social	2270	172	3.3.90.30	129		2.745,00
Sec. Mun. Assistência Social	2270	173	3.3.90.36.	129		3.800,00
Sec. Mun. Assistência Social	2018	454	3.3.90.39	100		7.044,60
Sec. Mun. Assistência Social	2268	170	3.3.90.3	100		2.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2268	171	4.4.90.52	100		5.600,00
Sec. Mun. Assistência Social	2019	136	3.1.90.11	100		12.000,00
Sec. Mun. Assistência Social	2020	154	3.3.90.30	129		2.000,00
TOTAL						**R$205.620,00**
Sec. De Infraestrutura	2045	484	3.1.90.04	100	49.000,00	
Sec. De Infraestrutura	2273	323	3.1.90.04	100	242.000,00	
Sec. De Infraestrutura	2051	412	3.1.90.13	100	26.000,00	
Sec. De Infraestrutura	2273	325	3.1.90.13	100	6.000,00	
Sec. De Infraestrutura	2044	396	3.1.90.11	100	71.000,00	
Sec. De Infraestrutura	2045	485	3.1.90.11	100	3.800,00	
Sec. De Infraestrutura	2044	399	3.1.91.13	100	32.000,00	
Sec. De Infraestrutura	2045	488	3.1.91.13	100	500,00	

Sec. De Infraestrutura	2044	399	3.1.91.13	**100**	4.760,45	
Sec. De Infraestrutura	2051	412	3.1.90.13	**100**	4.039,52	
Sec. De Infraestrutura	2051	410	3.1.90.04	**100**	23.391,75	

TOTAL	**462.491,72**	

Sec. De Infraestrutura	1505	629	4.4.90.51	100		102.192,72
Sec. De Infraestrutura	2044	398	3.1.90.94	100		10.000,00
Sec. De Infraestrutura	2044	405	4.4.90.52	100		5.300,00
Sec. De Infraestrutura	1232	004	4.4.90.52	100		10.000,00
Sec. De Infraestrutura	1233	480	4.4.90.51	100		11.000,00
Sec. De Infraestrutura	1235	482	4.4.90.52	100		8.000,00
Sec. De Infraestrutura	1484	392	4.4.90.51	117		8.000,00
Sec. De Infraestrutura	2045	492	3.3.90.36	100		3.000,00
Sec. De Infraestrutura	2044	404	3.3.90.39	100		24.000,00
Sec. De Infraestrutura	2045	490	3.3.90.30	100		15.000,00
Sec. De Infraestrutura	2051	416	3.3.90.30	100		21.000,00
Sec. De Infraestrutura	2045	494	4.4.90.52	100		3.000,00
Sec. De Infraestrutura	2051	418	3.3.90.36	100		50.000,00
Sec. De Infraestrutura	2051	411	3.1.90.11	100		40.000,00
Sec. De Infraestrutura	2273	329	3.3.90.30	100		50.000,00
Sec. De Infraestrutura	2045	486	3.1.90.13	100		3.000,00
Sec. De Infraestrutura	2273	324	3.1.90.11	100		97.000,00
Sec. De Infraestrutura	2273	327	3.1.91.13	100		2.000,00
TOTAL						**462.491,72**
Sec. De Agricultura	2250	367	3.1.90.13	100	2.000,00	
Sec. De Agricultura	2250	369	3.1.91.13	100	12.000,00	
Sec. De Agricultura	2250	366	3.1.90.11	100	85.300,00	
TOTAL					**99.300,00**	
Sec. De Agricultura	2250	371	3.3.90.30	100		9.500,00
Sec. De Agricultura	2250	373	3.3.90.39	100		2.000,00
Sec. De Agricultura	2250	374	3.3.90.93	100		2.800,00
Sec. De Infraestrutura	2051	416	3.3.90.30	100		30.000,00
Sec. De Infraestrutura	2273	324	3.1.90.11	100		35.000,00
Sec. De Infraestrutura	2273	332	3.3.90.39	100		20.000,00
TOTAL						**99.300,00**

Sec. Administração	2009	048	3.3.90.39	100	22.000,00

Sec. Administração	2009	042	3.1.91.13	100	14.561,30
Sec. Administração	2009	040	3.1.90.13	100	4.685,73
Sec. Administração	2009	039	3.1.90.11	100	71.668,92
Sec. Administração	2009	038	3.1.90.04	100	17.824,22
Sec. Administração	2010	054	3.1.90.11	100	11.512,52
Sec. Administração	2010	057	3.1.90.13	100	1.928,46

TOTAL	**144.181,15**

Sec. De Infraestrutura	1505	629	4.4.90.51	100	8.000,00
Sec. De Infraestrutura	1233	480	4.4.90.51	100	7.000,00
Sec. De Infraestrutura	2051	418	3.3.90.36	100	5.000,00
Sec. De Infraestrutura	2273	329	3.3.90.30	100	2.000,00
Gabinete do Prefeito	2004	017	3.3.90.30	100	8.999,97
Gabinete do Prefeito	2007	033	4.4.90.52	100	1.800,00
Sec. Assistência Social	2018	446	3.1.90.04	100	20.000,00
Sec. Assistência Social	2272	182	3.3.90.39	100	6.000,00
Sec. Cultura, Desporto	2043	311	3.3.90.39	100	21.175,49
Sec. Cultura, Desporto	2043	307	3.3.90.30	100	30.605,01
Sec. De Infraestrutura	1505	327	3.1.91.51	100	33.600,68

TOTAL	**144.181,15**

TOTAL	**2.538.407,18**
TOTAL GERAL	**2.538.407,18**

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 06 DE OUTUBRO DE 2020.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 202, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020. "NOMEIA ROSANGELA COELHO FERRARI PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE OUVIDOR MUNICIPAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o inciso 1º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 635/2014, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear **ROSANGELA COELHO FERRARI**, portadora do RG n° 1139948-1 SSP/MT e do CPF n° 812.755.791-91, para exercer o Cargo em Comissão de Ouvidor Municipal, sem ônus, lotada na Secretária de Administração.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 07 de outubro de 2020.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 059/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 1.725/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 059/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 126/2020, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **Aquisição de Camisetas e Máscaras destinadas a Campanha de Outubro Rosa com objetivo principal de Conscientização e Prevenção do Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama e o Câncer de Colo do Útero, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *cpl@rondolandia.mt.gov.br* no período de até 01 (um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 07 de Outubro de 2020.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 81/2020.

O Município de Rondonópolis-MT, torna público que houve **retificação** na especificação do objeto em razão da necessidade de correções visando ampliação da disputa, reabrimos o prazo inicialmente estabelecido. Objeto **registro de preços para futura e eventual aquisição de ônibus para atender a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, no transporte urbano coletivo deste Município,**conforme Edital e seus anexos. A novadata da sessão pública será dia**22/10/2020às09h30 (horáriodeBrasília).** Os interessados poderão retirar o **novoedital** completo gratuitamente na Prefeitura - Departº. de Compras, Av. Duque de Caxias n.º 1.000, B. Vila Aurora, das 12h00 às 18h00, contato (66) 3411-5739, endereço eletrônico **www.rondonopolis.mt.gov.br** menu: **Empresa**opção: **Licitações**, ou **bllcompras.com**, onde as propostas serão recebidas e processadas por meio eletrônico.

Rondonópolis-MT, 07 de outubro de 2020.

José Edilson Gonçalves

Pregoeiro

AVISO ADIAMENTO LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2020

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, **resolve reabrir o prazo para realização da sessão pública para o dia 22 de outubro de 2020às 08:30 horas,** na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração - Prefeitura, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, procedendo a abertura dos envelopes n.ºs 01 e 02, contendo: proposta comercial e documentos de habilitação, respectivamente, para o seguinte objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **www.rondonopolis.mt.gov.br**opção: **Licitação**, ou no endereço acima citado, horário das 12:00 às 18:00 horas, telefone para contato (66) 3411-5739, Departamento de Compras/Licitação.

Rondonópolis-MT., 07 de outubro de 2020.

Filipe Santos Ciriaco

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2020

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação em epígrafe para o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** Com data marcada para ser realizada no dia 07/10/2020 às 08:30 hrs, foi declarada "DESERTA", face à ausência de interessados. Motivo pelo qual, reabre-se o prazo, ficando designada a Sessão Pública para ocorrer no dia 22 de outubro de 2020, às 08:30 horas. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **www.rondonopolis.mt.gov.br**opção: **Licitação**, ou no endereço acima citado, horário das 12:00 às 18:00 horas, telefone para contato (66) 3411-5739, Departamento de Compras/Licitação.

Rondonópolis-MT., 07 de outubro de 2020.

Filipe Santos Ciriaco

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2020 – contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços Especializados, sendo: **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL TANCREDO NEVES** de Salto do Céu-MT, conforme anexos e Especificações Técnicas constantes da **Tomada de Preços nº 001/2020.** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE CONTRATO ao Contrato 020/2020, este estabelecido no Itens 4.1 da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: CONSTRUTORA QUEIROZ E LIMA EIRELI CNPJ**

Nº 30.762.886/0001-71. Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em publicações de matérias no jornal Diário Oficial da União", conforme especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa **JOÃO DIAS RAMOS – EPP CNPJ: 03.805.679/0001-84,** vencedora deste certame com o valor total em R$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais), com o valor unitário registrado no relatório final emitido pelo sistema, anexo ao procedimento, e na Ata de Registro de Preços.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 07 de Outubro de 2020.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira -

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, CNPJ nº 15.024.011/0001-89, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente a Outorga de Direito de Uso de Recurso Hídrico para captação superficial no Córrego Rico nas coordenadas geográficas 15°09'42,02"S; 58°08'07,42"O na Comunidade Salto das Nuvens no município de Salto do Céu/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2020

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Resultado de Licitação

Pregão Presencial n° 018/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de perfuração de 02 (dois) poços artesianos para atender a secretaria municipal de obras de Santa Cruz do Xingu-MT. A Pregoeira oficial regida pela Portaria nº 063/SAD/2020 de 02 de abril de 2020, torna público o resultado do Pregão Presencial n° 018/2020, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizou-se às 09h00 minutos, do dia 07 de Outubro de 2020. Não havendo o comparecimento de interessados, e após cumprir os prazos legais, a Pregoeira declarou a licitação **DESERTA,** sendo encerrada a reunião às 09h40 minutos do mesmo dia. Santa Cruz do Xingu – MT, 07 de Outubro de 2020. Palanna Oliveira Bezerra **-** Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 010/2020

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Resultado de Licitação Tomada de Preço n° 010/2020

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem á público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da Licitação Supracitada. **Objeto**: Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para reforma e ampliação da Prefeitura Municipal **de Santa Cruz do Xingu-MT**. VENCEDORA: CVRA – CONSTRUTORA VALE DO RIO ARAGUAIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 13.819.633/0001-78. Valor Global de R$ 292.566,49.

Luis Marcelio Carvalho – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 069 A 072/2020

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 069/2020

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA,** inscrita no **CNPJ 08.952.092/0001-11**,VIGÊNCIA: 07/10/2020 até 07/10/2021; VALOR ESTIMADO de **R$ 65.065,00 (**sessenta e cinco mil e sessenta e cinco reais)OBJETO: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE CAMISETAS E PRESTACAO DE SERVICOS DE BORDADO, TRANSFER, SERIGRAFIA E SUBLIMACAO, PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2020 para REGISTRO DE PREÇOS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 070/2020

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **ALFAIATARIA DE UNIFORMES EIRELE,** inscrita no **CNPJ 23.603.476/0001-12**, VIGÊNCIA: 07/10/2020 até 07/10/2021; VALOR ESTIMADO de **R$ 80.115,00 (**oitenta mil cento e quinze reais)OBJETO: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE CAMISETAS E PRESTACAO DE SERVICOS DE BORDADO, TRANSFER, SERIGRAFIA E SUBLIMACAO, PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2020 para REGISTRO DE PREÇOS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 071/2020

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **LEIDE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI,** inscrita no **CNPJ 12.309.536/0001-72**, VIGÊNCIA: 07/10/2020 até 07/10/2021; VALOR ESTIMADO de **R$ 32.480,00 (**trinta e dois mil quatrocentos e oitenta reais)OBJETO: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE CAMISETAS E PRESTACAO DE SERVICOS DE BORDADO, TRANSFER, SERIGRAFIA E SUBLIMACAO, PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2020 para REGISTRO DE PREÇOS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2020

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA**: **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA,** inscrita no **CNPJ 08.711.005/0001-34**, VIGÊNCIA: 07/10/2020 até 07/10/2021; VALOR ESTIMADO de **R$ 43.080,00 (**quarenta e três mil e oitenta reais)OBJETO: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE CAMISETAS E PRESTACAO DE SERVICOS DE BORDADO, TRANSFER, SERIGRAFIA E SUBLIMACAO, PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO -**

MT, resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2020 para REGISTRO DE PREÇOS.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0454/2020 DE 7 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as servidoras **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ SILVA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 000.164.601-03 e **SANDRA REGINA HAUBRICKT** (suplente) inscrita no CPF/MF nº 837.564.421-87 representando a Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Saúde, a servidora **Luciana Paula Hoeperc** inscrita no CPF nº 569.688.841-00 representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura para fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 024/2020 – DETENTORA: Supermercado Arara Eireli – EPP, CNPJ sob nº 20.227.228/0001-26; Vigência: 03/06/2020 até 03/06/2021; Valor estimado R$ 382.915,70, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, resultado do Pregão Presencial nº 023/202020 para Registro de Preços.

Art. 2º. Esta portaria *retroage seus efeitos* a 04 de Junho de 2020.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 7 DE OUTUBRO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
TORNA-SE PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, CNPJ nº 04.205.596/0001-17,torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), a Licença Previa (LP) e Licença de Instalação (LI), referente ao Projeto de Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial e Sinalização a serem realizadas na Rua Luiz Pedroso, localizada na área urbana do município de Santa Rita do Trivelato/MT.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 016/2020 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS INDENIZATÓRIAS AO SERVIDOR CLEITON MARTINELLI TABORDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **WANDERSON PEREIRA DIAS**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder "Férias Indenizatórias" ao servidor **CLEITON MARTINELLI TABORDA,** portadora do RG: 169.291.79 SSP/MT, inscrita no CPF nº 006.811.921-60, cargo de contador, para o mês de **OUTUBRO/2020,** sendo 15 DIAS, gozadas 05 dias a partir 13/10/2020 á 17/10/2020 e 10 dias de abono a partir 18/10/2020 à 27/10/2020, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 07 de outubro de 2020.

WANDERSON PEREIRA DIAS

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 07.10.2020.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 120/2020 - DISPENSA Nº 074/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERÍCIA MÉDICA EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS LOTADO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT.

Contratada:G.B. DE ABREU SERVIÇOS MEDICOS, inscrita no CNPJ nº **31.013.277/0001-82**

VALOR GLOBAL: R$ 3.000,00 (três mil reais**)**

VIGÊNCIA: 12(doze) meses

Santa Rita do Trivelato – MT, 06 Outubro de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LEI MUNICIPAL 751/2020

LEI MUNICIPAL 751/2020

DE 06 de Outubro de 2020

AUTORIZA O EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Sr. Euclésio José Ferretto, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Por força desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares às dotações do Orçamento Municipal Vigente, Lei Municipal nº 747/2019 - Lei Orçamentária Anual 2020, que se tornarem insuficientes, **no limite de 5% (Cinco por cento)** da despesa inicialmente orçada, tendo como fonte os recursos dispostos nos itens II e III, do § 1º, art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e nos moldes do artigo 167, VI da Constituição Federal realocar recursos orçamentários no âmbito da Administração Direta e Administração Indireta, a título de Transposição, Transferências e Remanejamento de Créditos Orçamentários desde que não haja prejuízos à execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Outubro de 2.020.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA / COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2020

A prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, Declara que aderiu a **Ata de Registro de Preços nº 040/2020** decorrente do **Pregão Eletrônico nº 033/2020**, realizado pela **Prefeitura Municipal Vila Rica - MT,** que tem por objeto A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REFORMA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE TODOS OS PREDIOS, AMBIENTES, ESTRUTURAS E INSTALAÇOES PUBLICAS,conforme especificações do termo de referência – anexo I do edital.

DETENTORES DAS ATAS:

1. A empresa **CASA DO PINTOR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI**

CNPJ: 13.519.978/0001-06

CIDADE: VILA RICA-MT

END: RUA VINTE E UM DE ABRIL, Nº100 - INCONFIDENTES.

WILLIAN CESAR SEABRA ANDRADE

CPF: 833.590.101-59

Representante Legal.

R$ 922.017,59

2. A empresa **VERSATIL MATERIAIS DE FERRO E AÇO LTDA**

CNPJ: 31.509.279/0001-67

CIDADE: VILA RICA-MT

END: SITIO A ESTRADA RURAL S/N – PROJETO IGUATU – VILA RICA - MT

ROBERTO ALVES BORGES

CPF: 958.393.641-34

Representante Legal.

R$ 22.729,00

3. A empresa **ITACA EIRELI**

CNPJ: 24.845.457/0001-65

END: LUIZ ALTEMBURG SENIOR, Nº635 SALA 101 ESCOLA AGRICOLA

CIDADE: BLUMENAU-SC

ISMAEL GEOVANI REICHERT

CPF: 010.021.359-66

Representante Legal.

R$ 57.687,68

4. A empresa **L. M. CUPINI COMERCIO**

CNPJ: 09.450.774/0001-99

END: RUA DOIS Nº 145, BAIRRO SETOR SUL

CIDADE: VILA RICA - MT

LUCIANA MURAT CUPINI

CPF: 955.876.161-34

Representante Legal.

R$ 104.658,90

5. A empresa **WELIA R. DA SILVA COSTA**

CNPJ: 21.067.346/0001-87

END: AV. BRASIL, Nº 443, BAIRRO SETOR NORTE

CIDADE: VILA RICA - MT

WELIA RAMOS DA SILVA COSTA

CPF: 013.511.651-91

Representante Legal.

R$ 291.317,80

Santa Terezinha-MT, 07 de Outubro de 2020.

Presidente CPL

PREFEITURA / COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 012/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020

OBJETO: **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CIMENTO DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA TEREZINHA/MT.**

DETENTOR DA ATA:

J. PRESSI EIRELI - ME

CNPJ: 16.501.192/0001-50

END: RUA 02, 475 – SETOR SUL

CEP: 78645-000 - **MUNICÍPIO DE VILA RICA-MT**

Valor registrado R$ 163.440,00 (CENTO E SESSENTA E TRES MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 07 de Outubro de 2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.

Santa Terezinha - MT, em 07 de Outubro de 2020.

PREFEITURA / COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020.

CONTRATO Nº 12/2020.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO EM SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL, COMPREENDENDO TODAS AS UNIDADES MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. SERVIÇO APLICADO A TODOS OS FUNCIONÁRIOS COM SISTEMA HIBRIDO OPERANDO ON LINE OU OFF LINE**.

FAVORECIDO: **E.C. ZOCANTE LTDA - ME**

CNPJ Nº: 106525.132/0001-90

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (DOZE) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2020.

VALOR GLOBAL: R$ 39.996,00 (TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS), que serão pagos conforme a prestação de serviços. **FUNDAMENTO LEGAL**: Art. 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Santa Terezinha - MT, em 07 de outubro de 2020.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA / COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2020

A prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, Declara que aderiu a Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 011/2020, realizado pela Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT, que tem

por objeto a aquisição de medicamentos, conforme especificações do termo de referência – anexo I do edital., cuja detentora da ATA e a empresa RET FARMA DIST DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.313.826/0001-90, de acordo com as quantidades abaixo relacionados:

Item Descrição Quantidade Valor unitário Valor Total

5039 IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML FRASCO 2.000,0000 R$3,50 R$7.000,00

5061 OLEO MINERAL PURO 100ML FRASCO 300,0000 R$5,80 R$1.740,00

5167 ERITROMICINA ESTEREATO DE CAPSULA 500MG UNIDADE 5.000,0000 R$1,50 R$7.500,00

5198 PASTA D'AGUA UNIDADE 5.000,0000 R$6,00 R$30.000,00

5205 SINVASTATINA 10MG CPR UNIDADE 8.000,0000 R$0,38 R$3.040,00

5213 CARBAMAZEPINA 200MG CPR CAIXA 5.000,0000 R$0,50 R$2.500,00

6037 ACICLOVIR COMP. 200MG COMPRIMID 7.000,0000 R$0,55 R$3.850,00

6403 ALBENDAZOL 40 MG/10 ML FRASCO 5.000,0000 R$2,50 R$12.500,00

6415 SULFAMETOXAZOL +TRIMETORPIMA- 40 MG/ 8 MG/ML FRASCO 10.000,0000 R$3,80 R$38.000,00

6948 METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML SOLUÇÃO FRASCO 2.500,0000 R$2,15 R$5.375,00

7135 CEFALEXINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/ 5ML - SUSPENSAO FRASCO 2.000,0000 R$11,00 R$22.000,00

7154 HIDROCLOROTIAZIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 12,5 MG COMPRIMID 5.000,0000 R$0,30 R$1.500,00

7160 MICONAZOL, NITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/G FRASCO 1.500,0000 R$11,50 R$17.250,00

7235 AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO - 50 MG/ML+12,5 MG/ML FRASCO 5.000,0000 R$22,00 R$110.000,00

7240 ATENOLOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG COMPRIMID 5.000,0000 R$0,08 R$400,00

7268 ERITROMICINA, ESTOLATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG COMPRIMID 10.000,0000 R$1,50 R$15.000,00

7334 HALOPERIDOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG COMPRIMID 30.000,0000 R$0,35 R$10.500,00

7355 PROMETAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML AMPOLA 2.000,0000 R$3,70 R$7.400,00

25237 CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMID 100.000,0000 R$0,04 R$4.000,00

303766 AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO- CONCENTRACAO/ DOSAGEM 500 MG+ 125MG UNIDADE 5.000,0000 R$2,12 R$10.600,00

303767 CARVEDILOL- 25 MG COMPRIMID 3.000,0000 R$0,35 R$1.050,00

303768 CLORPROMAZINA, CLORIDRATO- 25 MG COMPRIMID 3.000,0000 R$0,64 R$1.920,00

303769 ESPIRINOLACTONA- 100 GM COMPRIMID 5.000,0000 R$0,70 R$3.500,00

Total Geral: R$316.625,00

Valor de Referência: R$ 316.625,00 (TREZENTOS DEZESSEIS MIL, SEISCENTOS E VINTE ECINCO REAIS)

Santa Terezinha-MT, 07 de Outubro de 2020.

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE PROJETOS EM ANDAMENTO – LDO 2021

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, realiza a Publicação do Relatório dos Projetos em Andamento – Art. 45 da Lei Federal 101/2000.

AÇÃO/ CONVÊNIO	OBJETO	ÓRGÃO	SITUAÇÃO	R$ PACTUADO
886884/ 2019	Implantação de Iluminação Pública do Município de Santo Afonso-MT.	MINISTERIO DA DEFESA	CELEBRADO	R$ 408. 000,00
	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE 3ª IDADE.	MINISTÉRIO DA SAUDE	PROJETO	R$ 100. 000,00
873562/ 2018	AQUISICAO DE CAMINHAO CACAMBA BASCULANTE.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	CELEBRADO	R$ 360. 000,00
680224/ 2014	TC/PAC 0413 /14 / IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.	Ministério da Sade	CELEBRADO	R$ 32. 000,00
0169/2020	Conservação Asfáltica com Aplicação de Lama Asfáltica no Distrito Boa Esperança	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA	CELEBRADO	R$ 138. 347,40
0739-2018	Equipamentos e mobiliários para manutenção das unidades escolares.	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC	CELEBRADO	R$ 132. 005,36
SUBTOTAL:				**R$ 1.170. 352,76**

Nota: *constam na relação acima: obras em andamento; projetos em andamento e processos de convênios e emendas em andamento, os quais integram ou integrarão o Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2021.*

SANTO AFONSO - MT, 28 de Setembro de 2020

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 017/2020

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 017/2020

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por seu gestor Municipal, Sr. Joabe Almeida dos Santos, torna público aos interessados o **extrato da dispensa de licitação de n° 017/2020** em conformidade com a lei de licitações 8.666 de 21 Junho de 1993 e seus modificações, bem como Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, (Covide 19). A presente dispensa de licitação prescinde em**CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA EXECUTAR AS FUNÇÕES DE MOTORISTA DE VEÍCULO EM ESCALA DE PLANTÕES, VIAGENS E SOBRE AVISO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.**

Contratado: Miraldo Andrade da Silva

CPF: 078.830.774-65

Tem o presente termo de dispensa o valor global de **R$- 6.920,48 (seis mil, novecentos e vinte reais e quarenta e oito centavos).**

Santo Afonso/MT, 07 de Outubro de 2020.

Joabe Almeida dos Santos - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 047/GP/2020

DECRETO Nº 047/GP/2020

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 781/GP/2001;

Considerando o processo eleitoral para os Membros dos Segmentos Artísticos e Culturais e os Membros da Sociedade Civil Organizada do Conselho Municipal de Cultura de Santo Antonio de Leverger.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Cultura, para o período de 2020 a 2022:

Representante do Executivo

- Álvaro Benedito de Lima - Presidente

- Claudete Ferreira de Castro Santos - Titular - Secretária Executiva

- Renata Leonora Fontes Moreira - Suplente

- Josiane da Costa Santos - Suplente

Representante do Legislativo

- Rômulo Queiroz das Neves - Titular

- Fábio Ribeiro Teixeira - Suplente

Representante da Sociedade Civil Organizada

- Jeferson Gonçalo Ribeiro - Titular - Vice Presidente

- Fabrícia de Miranda Oliveira - Titular

- Alyrio Cardoso Filho - Titular

- Dalva Verônica de Castro Miranda - Suplente

- Elson Evangelista Pinheiro - Suplente

- Ivani Cardoso - Suplente

Representante do Produtor Cultural

- Elton Francisco da Silva de Pinho - Titular

- Creuza Costa Lopes Silva - Titular

- Vital Gomes de Siqueira - Titular

- Glauco do Bom despacho Gálio - Suplente

- Damião Marlone de Moaraes - Suplente

- Ketilli Raiane da Silva Pinto - Suplente

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a partir de 16 de Setembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon” em Santo Antonio de Leverger - MT, 16 de Setembro de 2020.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL - CONTRATO Nº 053/2014

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 053/2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE E META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, com sede à Rua A, nº 367, bairro Jardim Bem Viver, neste atorepresentado por seu Prefeito Municipal, **MIGUEL JOSÉ BRUNETTA,** brasileiro, casado, empresário do agronegócio, inscrito no CPF sob o nº 326.034.369-53, portador do RG nº 1.427.577 – SSP/PR, **RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE,** o Contrato nº 053/2014 que foi firmado com a empresa **META CONSTRUTORA C.V.E LTDA. – ME,** nos termos do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, o que fazem mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão unilateral do Contrato nº 053/2014, que tem por objeto a Construção de uma Praça Recreativa no Jardim Bem Viver.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Em razão à paralisação injustificada da obra, a qual constitui motivo para rescindir o presente contrato, nos termos do artigo 78, V, da Lei nº 8.666/93, bem como o descumprimento na reparação dos danos gerados na obra, não cumprindo assim a cláusula 15.1, “b”, do contrato administrativo nº 053/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

E assim, por estarem de acordo, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste, 06 de outubro de 2.020.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome: _____

CPF:_____

Nome:_____

CPF:_____

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 419/2020.

DE: 07 DE OUTUBRO DE 2020.

DISPÕE DE PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA ELENITA VIDAL DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica no dia 06/10/2020 em que atesta que a referida servidora encontra apta para exercer outra função, respeitando os horários e orientações através de relatórios profissionais;

Considerando ainda que o artigo 157 da Lei Municipal possibilite a readaptação de função, sendo a mesma utilizada quando se verificar modificações no estado físico ou psíquico de saúde da servidora que lhe diminua a eficiência no desempenho do cargo.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO à servidora pública efetiva ELENITA VIDAL DE ALMEIDA nos termos do Laudo Médico Pericial – Auxilio Doença expedido em 06/10/2020, por prazo de 365 (trezentos e sessenta cinco) dias sendo o vencimento 30/09/2021.

Art. 2º - Fica a servidora readaptada, sem prejuízo de vencimento da servidora do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, devendo exercer sua função na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º - Para realização do tratamento de saúde, a servidora deverá requerer antecipadamente a solicitação de ausência, bem como encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos, relatórios expedidos por profissionais que comprovem a efetiva realização do tratamento de Saúde.

Art. 4º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 07 DE OUTUBRO DE 2020.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

JURIDICO
DECRETO Nº 090/2020 DE 02 DE OUTUBRO DE 2020

"Prorroga o Processo Seletivo Unificado nº 001/2019, realizado pelo município de Santo Antônio do Leste e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, **MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o inciso IV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO os termos do item 6.1 do Edital nº 001/2019, referente à validade do **Processo Seletivo Unificado**;

CONSIDERANDO a necessidade do chamamento de candidatos aprovados/classificados no referido certame, em decorrência de carência de pessoal ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Direta que vão surgindo;

CONSIDERANDO o prazo legal determinado pela Constituição Federal no art. 37, inciso III que dispõe acerca da prorrogação do Processo Seletivo Unificado em vigor;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais de transparência, legalidade e impessoalidade;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto de nº 046/2019 de 04 de outubro de 2019, no art. 1º que trata da homologação do Processo Seletivo Unificado.

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o Processo Seletivo Unificado, concernente ao Edital nº 001/2019, por igual período de 01 (um) ano, objetivando o preenchimento de cargos vagos que forem disponibilizados, para atender o interesse público da administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE OUTUBRO DE 2020

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL - CONTRATO Nº 054/2014

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 054/2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE E META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, com sede à Rua A, nº 367, bairro Jardim Bem Viver, neste atorepresentado por seu Prefeito Municipal, **MIGUEL JOSÉ BRUNETTA,** brasileiro, casado, empresário do agronegócio, inscrito no CPF sob o nº 326.034.369-53, portador do RG nº 1.427.577 – SSP/PR, **RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE,** o Contrato nº 053/2014 que foi firmado com a empresa **META CONSTRUTORA C.V.E LTDA. – ME,** nos termos do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, o que fazem mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão unilateral do Contrato nº 053/2014, que tem por objeto a Construção de uma Praça Recreativa Central.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Em razão à paralisação injustificada da obra, a qual constitui motivo para rescindir o presente contrato, nos termos do artigo 78, V, da Lei nº 8.666/93, bem como o descumprimento na reparação dos danos gerados na obra, não cumprindo assim a cláusula 15.1, "b", do contrato administrativo nº 054/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

E assim, por estarem de acordo, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste, 06 de outubro de 2.020.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome: _____

CPF:_____

Nome:_____

CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2020

COVID 19

EXTRATO CONTRATO Nº 118/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: Objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS REAGENTES TIPO: ITEM 2- TESTE RÁPIDO IMUNOCROMATOGRÁFICO ANTÍGENO anti-**

COVID-19 SARS CoV-2, para atender toda demanda da população na realização de exames dos usuários do Sistema Único de Saúde –SUS, no CENTRO DE REFERÊNCIA DE COMBATE AO COVID-19, HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO ABREU LUZ E CENTRO DE SAÚDE DO ESPIGÃO DO LESTE (DISTRITO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT).

CONTRATADO: EMPRESA: VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA CNPJ: 11. 308.834/0001-85

com valor de **R$186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais). Prazo: 12 meses**

Período: 07/10/2020 A 07/10/2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020 - PREGÃO Nº 016/2020

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 012/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020.

Para fins de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, bem como a relação entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante, na Ata de Registro de Preço nº 012/2020, que, respectivamente, a empresa **BOM JESUS COM. DE PETROLEO LTDA - CNPJ: 03.646.889/0001-77** e a Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT, pactuaram para a justa remuneração do fornecimento de **Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Óleo S10, Álcool/Etanol, Óleos Lubrificantes, Óleos de Transmissão, Óleos Hidráulicos, Graxas, Fluidos para Freios e Detergentes Desengraxantes** para manutenção da frota de veículos pertencente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT, homologado em **25 junho de 2020**, realiza-se através do presente termo, o segundo termo de apostilamento relativo aos reajustes verificados nos preços dos mesmos, ART. 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

Ficam ratificados os reajuste dos preços dos combustíveis praticados a partir de 05/10/2020:

Item	Descriminação	Valor da licitação (R$)	Difertença do reajuste (R$)	Valor com reajuste(R$)
13	GASOLINA COMUM	4,93	+0,28	5,21
23	ÓLEO DIESEL COMUM	4,22	+0,19	4,41
25	ÓLEO DIESEL S10 COMUM	4,26	+0,26	4,52

São Felix do Araguaia - MT, 05 de outubro de 2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE BOM JESUS COM. DE PETROLEO LTDA

PREFEITA MUNICIPAL CNPJ/MF Nº 03.646.889/0001-77

CONTRATANTE CATIA CILENE ALVES DA SILVA

CPF Nº 944.030.231-34

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2020

COVID 19

EXTRATO CONTRATO Nº 117/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT.

OBJETO: Objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS REAGENTES TIPO: ITEM 1- TESTE RÁPIDO IMUNOCROMATOGRÁFICO CORONAVÍRUS (COVID-19) ANTICORPOS IgG/IgM;** para atender toda demanda da população na realização de exames dos usuários do Sistema Único de Saúde –SUS, no CENTRO DE REFERÊNCIA DE COMBATE AO COVID-19, **HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO ABREU LUZ E CENTRO DE SAÚDE DO ESPIGÃO DO LESTE (DISTRITO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT).**

CONTRATADO: EMPRESA: CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA, CNPJ: 02.248.312/0001-44, com valor de **R$:95.994,00 (noventa e cinco mil novecentos e noventa e quatro reais).Prazo: 12 meses.**

Período: 07/10/2020 A 07/10/2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 058/2020. ASS: 09/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado**INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO JP LTDA** Objeto:contratação de empresa para fornecimento de aduelas de concretos armado para canalização do córrego beija flor no Município de São José do Rio Claro – MT R$ 17.142,40 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.285, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

***VALDOMIRO LACHOVICZ**, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.*

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, os objetivos, as diretrizes e as prioridades da Administração Pública Municipal, inclusive as orientações para a elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de São José do Rio Claro, para o exercício de 2021, compreendendo:

I - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - A estrutura e organização dos orçamentos;

III - As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - As disposições relativas à dívida pública Municipal;

V - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - As disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operação de crédito;

VIII - A Projeção e a apresentação da receita para o exercício;

IX - As disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2018 a 2021.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2021 serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, no entanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º - O anexo de metas e prioridades conterá, no que couber, o disposto no parágrafo 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

§ 3º - Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2021, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 3º - A Proposta Orçamentária do Município de São José do Rio Claro, relativa ao exercício de 2021, deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, justiça social e o da transparência social:

I - o princípio de justiça social implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos munícipes mais necessitados.

II - o princípio da transparência social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto no ciclo orçamentário de qualquer esfera governamental;

V - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, projetos, atividades ou operações especiais, desdobrados em subtítulos, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 3º - O produto e a unidade de medida a que se refere o parágrafo anterior deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do plano plurianual.

§ 4º - Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade prevista na legislação vigente.

Art. 6º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - Pessoal e encargos sociais - 1;

II - Juros e encargos da dívida - 2;

III - Outras despesas correntes - 3;

IV - Investimentos - 4;

V - Inversões financeiras - 5;

VI - Amortização da dívida – 6.

§ 2º - A reserva do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) será identificada pelo código 7 e a Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 3º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - Mediante transferência financeira:

a) As outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades;

b) As entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - Diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 4º - A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências à União – 20;

II - Execução Orçamentária Delegada à União – 22;

III - Transferências a Estados e ao Distrito Federal – 30;

IV - Transferências a Estados e ao Distrito Federal -Fundo a Fundo – 31;

V - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal – 32;

VI - Transferências a Municípios – 40;

VII - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo – 41;

VIII - Execução Orçamentária Delegada a Municípios – 42;

IX - Entidade privada sem fins lucrativos – 50;

X - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos – 60;

XI - Transferências a Instituições Multigovernamentais – 70;

XII - Transferências a Consórcios Públicos – 71;

XIII - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos – 72;

XIV - Transferências ao Exterior – 80;

XV - Aplicação direta – 90;

XVI - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 91;

XVII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe – 93;

XVIII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe – 94; ou

XIX - A Definir – 99.

§ 5º - É vedada à execução orçamentária com a modalidade de aplicação "a definir – 99".

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Quadros orçamentários e anexos consolidados exigidos pelo artigo 165, §6º da Constituição Federal e pelos §§ 1º, 2º e incisos do artigo 2º e artigo 22 da Lei 4.320/1964:

a) Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo;

b) Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do anexo I da Lei nº 4.320/1964;

c) Receitas segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 2 da Lei 4.320/1964;

d) Natureza da despesa segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral, na forma do Anexo 2 da Lei 4.320/1964;

e) Quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

f) Quadro das dotações por órgãos do governo, compreendendo Poder Legislativo e Poder Executivo;

g) Quadro discriminativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho, na forma do Anexo 6 da Lei nº 4.320/1964;

h) Quadro discriminativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental, na forma do Anexo 7 da Lei nº 4.320/1964;

i) Quadro discriminativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos, na forma do Anexo 8 da Lei nº 4.320/1964;

j) Quadro discriminativo das despesas por órgão e funções, na forma do Anexo 9 da Lei nº 4.320/1964;

l) Quadro discriminativo da receita e plano de aplicação dos fundos especiais;

m) Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

n) Tabela exemplificativa da evolução da receita e da despesa, conforme artigo 22, inciso III da Lei nº 4.320/1964;

o) Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação.

Art. 8º - A Lei Orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a no máximo, 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 9º - O Poder Legislativo e a Administração Indireta encaminharão ao Poder Executivo, até 29 de setembro do exercício de 2020, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 10 - A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único - Serão divulgados na internet, ao menos:

I - Pelo Poder Executivo:

a) As estimativas das receitas de que trata o art. 12, §3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) A proposta de Lei Orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) A Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

d) A execução orçamentária com o detalhamento das ações, por função, sub-função e programa, mensalmente e de forma acumulada.

Art. 11 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de **40% (quarenta por cento)** do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal.

Subseção I

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 12 - A lei Orçamentária para o exercício de 2021 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I - Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;

III - Que tenham sido apresentadas para inclusão dentro do prazo definido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.

Subseção II

Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado

Art. 13 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - Clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto, recursos para Creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando necessário.

II - Pagamento, a qualquer título, a servidor público, da ativa, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 14 - É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que

exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura**,** assistência social, saúde e educação.

Parágrafo Único - No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores, bem como, o disposto na Lei Federal 13.019/2014.

Art. 15 - Para habilitar-se ao recebimento de recursos públicos, a entidade sem fins lucrativos deverá apresentar, dentre outros documentos, declaração de funcionamento regular, emitida nos exercícios de 2019 e 2020, por autoridades locais, e comprovante de regularidade de sua diretoria.

Art. 16 - As entidades públicas e privadas, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 17 - A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social, educacional, de saúde, cultural e de cooperativismo, ressalvando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recurso Federal, Estadual ou Municipal, observadas as exigências da legislação em vigor, e condicionada:

I - ao reconhecimento como de utilidade pública, através de Lei Municipal;

II - a comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Publico, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis e atendam aos termos dos Art. 25 e 62 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 19 - Poderá ser exigida contrapartida, a ser definida entre os interessados, para as transferências permitidas na forma dos art. 15.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às entidades de assistência social e saúde registradas no Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS.

Art. 20 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput.

Seção II

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 21 - As fontes de financiamento do orçamento de investimento, as fontes de recursos, as modalidades de aplicação, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por Lei.

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 22 - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 23 - Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação e informará a cada um dos órgãos referidos no §3º do referido artigo o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§ 1º - O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido no **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§ 2º - A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício de 2021, excluídas:

I - As despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 24 - A execução da Lei Orçamentária e seus créditos adicionais obedecerá ao princípio constitucional da impessoalidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25 -Os Orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, da Fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispões o Artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 26 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se os limites e dispostos nas normas constitucionais aplicáveis, sendo o disposto no art. 20, III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Legislação municipal em vigor.

Parágrafo único – Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos fundos de educação serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, conforme o art. 22 da Lei nº 11.494/2007.

Art. 27 - Os Poderes Legislativo e Executivo, por intermédio do setor de controle de pessoal da Administração Direta e Indireta, publicará anualmente a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.

Parágrafo Único - Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais serão incorporados á tabela referida neste artigo.

Art. 28 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 29 - Ficam autorizados às concessões de quaisquer vantagens, os aumentos de remuneração e as alterações de estrutura de carreiras, observando o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal e aos limites fixados na Lei Complementar Federal 101/2000.

Art. 30 - No exercício de 2021, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 27 desta Lei;

II – Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – Forem observados os limites previstos no artigo 26 desta Lei, ressalvando o disposto no artigo 22, inciso IV, parte final, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal somente poderão ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo e no artigo 169, §1º, incisos I e II, da Constituição Federal.

§ 2º - A dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa, de que trata o inciso II do caput deste artigo, será considerado o valor adicionado à dotação pré-existente destinada ao pagamento de pessoal e encargos sociais, sendo desnecessária a abertura de dotação especifica para esse fim.

Art. 31 - A realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 26 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário Municipal com aval do Prefeito Municipal.

Art. 32 - A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e ao treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.

Art. 33 - O relatório bimestral de execução orçamentária conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ÀS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 34 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 35 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposta de projeto de lei esteja em tramitação no Legislativo Municipal.

Art. 36 - Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.

Art. 37 - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e a Taxa de Fiscalização e Funcionamento, do exercício de 2021, poderão ter desconto de até 30% (trinta por cento) do valor lançado para pagamento em cota única, conforme a conveniência.

§ 1º - Os descontos previstos no caput serão considerados na previsão da receita orçamentária.

§ 2º - Além do desconto concedido no pagamento da cota única a Prefeitura Municipal poderá desenvolver campanha de incentivo com oferecimento de premiações aos contribuintes adimplentes.

Art. 38 – Durante o exercício de 2021, o Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo, Projetos de Lei que trate de alterações na legislação tributária, tais como:

I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - Revisão das isenções de impostos, taxas e incentivos fiscais, aperfeiçoando seus critérios;

III - Revisão do Código de Posturas, de forma a corrigir distorções;

IV - Revisão da Planta Genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - Instituição de taxas e contribuições de melhoria para custeio de serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade.

Art. 39 - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCA-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo, através de Decreto do Poder Executivo, respeitando o período de 12 (doze) meses do exercício fiscal, compreendido entre janeiro e dezembro, lançando o fato de correção no mês de janeiro do exercício seguinte.

Art. 40 - O Poder Executivo enviará projeto de lei para o Poder Legislativo regulamentando o parcelamento e desconto para recebimento da dívida ativa tributária.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 41 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito até o limite fixado pela Resolução n. 43, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 42 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

CAPÍTULO VIII

DA PROJEÇÃO E A APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 43 - O cálculo para a projeção de receita atende os dispositivos da Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional, além das metodologias específicas da educação, da previdência, da saúde e da autarquia.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - Integra esta Lei, em atendimento ao disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Anexo de metas fiscais;

II - Demonstrativo das metas anuais;

III - Demonstrativo do patrimônio líquido;

IV - Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores municipais;

V - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;

VI - Anexo de riscos fiscais.

Art. 45 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o §3º do art. 182 da Constituição; e

II - Para fins do §3º do artigo referido no **caput**, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 46 - Os Projetos de Lei que importem diminuição da receita ou aumento de despesa no exercício de 2021 deverão estar acompanhados de demonstrativo discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos nos períodos de referência, detalhando a memória de cálculo respectiva.

Art. 47 - O Prefeito Municipal enviará o Projeto de Lei Orçamentário á Câmara Municipal, conforme prazo previsto na Lei Orgânica do Município, que o apreciará e devolverá até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 48 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:

I - Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Não alterem dotações referentes a despesas de custeio de pessoal e encargos sociais e serviços da dívida;

III - Não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de créditos vinculados.

Art. 49 - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado á sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido á Câmara Municipal.

Art. 50 - Se verificado que ao final do bimestre o não cumprimento das metas de equilíbrio financeiro, que visa obtenção de resultado primário conforme determinação da Lei Complementar 101, o Poder Executivo e Legislativo, efetivar-se-ão a limitação de empenho e movimentação financeira de forma proporcional ao montante dos recursos alocados com base nos seguintes critérios:

I - Limitação de empenhos relativos a investimentos a serem executados com recursos próprios do orçamento;

II - Limitação de empenhos de despesas relativas a viagens e diárias;

III - Limitação de empenhos de despesas gráficas;

IV - Limitação de empenhos de despesas relativas à veiculação – institucionais pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade prevista na Lei Complementar 101/2000;

V - Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços públicos essenciais, de saúde e educação.

Parágrafo Único - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais prevista nas emendas constitucionais nº 14 e 29, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 51 - Para atender o disposto no Art. 4º inciso I, letra "e" da Lei Complementar nº 101/2000, será:

I - Realizado estudos permanentes visando a definição e aprimoramentos de sistemas de controle de custo e avaliação de resultado das ações de governo;

II - Criada comissão de controle e custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, composta da seguinte forma:

a) Um membro do setor de Contabilidade;

b) Um membro do setor de Planejamento;

c) Um membro do setor de Controle Interno.

§ 1º - Vedado consignar na Lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 2º - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente á unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e proporcionar a correta avaliação dos resultados.

Art. 52 - Só será permitida a inclusão de novos projetos de duração continuada, a Lei Orçamentária e as de créditos adicionais quando:

I - Não houver construções de obras públicas municipais paralisadas;

II - O Patrimônio Público estiver conservado;

III - A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Parágrafo Único - Fica especificado em Anexo, as obras e projetos em andamento.

Art. 53 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 7 de outubro de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.284, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

"ALTERA A LEI Nº 1.125 DE 14 DE AGOSTO DE 2017 – PLANO PLURIANUAL 2018/2021, VISANDO A ADEQUAÇÃO À LDO DO EXERCÍCIO DE 2021".

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a Lei Nº 1.125 de 14 de agosto de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021, referente ao ano de 2021, conforme anexo I desta lei.

Art. 2º. Os programas e metas para o exercício 2021 listados na Consolidação dos Programas por Órgãos e Unidades Orçamentárias desta Lei encontram-se definidas em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º. Ficam mantidos os demais programas, metas e artigos constantes da Lei Municipal nº 1.125/2017.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 7 de outubro de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO 09/2020

QUARTO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 047/2019. ASS: 01/09/2020. VCT: 17/09/2020. Contratado: **O. G. COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o produto **ÓLEO** DIESEL S10 que passará de R$ 3,55 (Três reais e cinquenta e cinco centavos) para 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos) por litro de ÓLEO DIESEL S10 , o item 03 GASOLINA COMUM que passará de R$ 4,00 (Quatro reais) para R$ 4,32 (Quatro reais e trinta e dois centavos) por litro de GASOLINA COMUM . **Valdomiro Lachovicz –** Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO 09/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 003/2020. ASS: 29/09/2020. VCT: 01/10/2021. Contratado: **DELTA GESTÃO PUBLICA.** Objeto: : serviços de call center para o fornecimento de serviços de atualização cadastral municipal em banco de dados próprio, cobrança administrativa da divida ativa e outros créditos tributários no Município de São José do Rio Claro – MT R$ 111.480,00 **Valdomiro Lachovicz –** Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 063/2020. ASS: 29/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado **OESTE MEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** Objeto:contratação de empresa para aquisição de uma impressora para digitalização de imagem do aparelho de digitalização para enfretamento do covid-19 no Município de São José do Rio Claro – MT R$ 97.500,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 062/2020. ASS: 21/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado **BKP CONSTRUTORA LTDA** Objeto:aquisição serviço de hora máquinas pesada e caminhões, para execução de serviços de recuperação de leitos de estradas vicinais, e outros serviços públicos municipais de terraplenagem na zona rural e urbana no Município de São José do Rio Claro – MT R$ 340.380,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 061/2020. ASS: 21/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado **EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA**Objeto:aquisição de emulsão asfáltica para manutenção de ruas e avenidas municipais no Município de São José do Rio Claro – MT R$ 341. 503,29 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 060/2020. ASS: 17/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado **ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA** Objeto:Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção da maquina pesada motoniveladora lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura no Município de São José do Rio Claro – MT R$ 5.057,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 059/2020. ASS: 11/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado**VETOR ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI** Objeto:**Contratação de empresa especializada no ramo para execução de obra, visando** obras complementares e sinalização da rua londrina e avenida brianorte no Município de São José do Rio Claro – MT R$ 69. 681,37 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 057/2020. ASS: 04/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado ***C. RODRIGUES PEREIRA PRESTADORA DE SERVIÇOS-ME*** Objeto:prestação de serviços de reparos e manutenção de pontes de madeira do município de São José do Rio Claro- R$ 196. 202,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 056/2020. ASS:01/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado **GEANDRE FRANK LATORRACA – ME**Objeto:serviço de publicações de atos administrativos no diário oficial do estado e jornal de grande circulação para atender as necessidades do gabinete do prefeito e órgãos vinculados no Município de São José do Rio Claro – MT R$ 19.992,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 055/2020. ASS: 01/09/2020 VCT: 31/12/2020. Contratado**: TAIAMÃ EMERGENCIAS MEDICAS EIRELI** Objeto: Contratação de empresa para locação de ventiladores pulmonares, oximetro de mesa com acessórios e bombas de infusão com acessórios para equipar o pronto atendimento no enfretamento do COVID-19 no Município de São José do Rio Claro – MT . Valor: **R$** 54.000,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS 09/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 054/2020. ASS:01/09/2020 VCT: 31/12/2020 Contratado:**ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA** Objeto: Fornecimento de Câmara Conservadora Portatil para armazenamento de teste rápido de covid 19, para auxilio no diagnostico no Municipio de São José do Rio Claro-MT .Valor: R$ 6.448,54 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 213/2020

PORTARIA Nº 213/2020

DE 05 DE OUTUBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA EDIVAINE ALVES FERREIRA.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e Lei Orgânica do Município, resolve**:**

CONSIDERANDO pedido de exoneração da servidora Edivaine Alves Ferreira, no cargo de Agente Comunitária de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora EDIVAINE ALVES FERREIRA, matricula Funcional nº 10134 do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Jose do Xingu-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 05 de outubro de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 212/2020

PORTARIA Nº 212/2020

DE 02 DE OUTUBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 194/2020 DE 01 DE SETEMBRO DE 2020".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve**:**

Art. 1º - Fica revogada a Portaria 194/2020 do dia 01 de setembro de 2020, publicado no dia 08 de setembro de 2020 no diário oficial-AMM, a qual concede licença particular a servidor.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de outubro de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 211/2020

PORTARIA Nº 211/2020

DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, DAURA SOUSA COSTA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo efetiva de Agente Administrativa no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01/10/2020 a 01/11/2020, totalizando 30 dias, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de outubro de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

COVID-19: DECRETO Nº 147, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020

CONSOLIDA AS MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS ATIVIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS E AS DE ISOLAMENTO SOCIAL PARA PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. Ronaldo Floreano dos Santos**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Este Decreto atualiza as diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e às atividades públicas e privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no Município de São José dos Quatro Marcos - MT, face ao cenário de disseminação do vírus, vivenciado em âmbito municipal.

Art. 2º Fica suspenso o Toque de Recolher no território do Município de São José dos Quatro Marcos – MT.

Art. 3º Ficam limitadas até as 00h00min (meia noite) todas as atividades comerciais noturnas em quaisquer modalidades de atendimentos como bares, lanchonetes, carrinhos de lanches, espetarias, sorveterias, conveniências e congêneres no âmbito do Município de São José dos Quatro Marcos – MT.

Art. 4º O não cumprimento do limite de horário instituído neste Decreto, acarretará na interdição imediata e temporária dos estabelecimentos comerciais da seguinte forma:

I – Primeira interdição: paralisação das atividades comerciais por 02 (dois) dias;

II – Segunda interdição: paralisação das atividades comerciais por 05 (cinco) dias;

III – Terceira interdição: paralisação das atividades comerciais por 10 (dez) dias;

§1º A reabertura do estabelecimento comercial será automática, após transcorrido o prazo integral de interdição;

§ 2º O funcionamento do estabelecimento comercial antes de cumprido o prazo de interdição temporária, acarretará na suspensão do Alvará de Funcionamento e ou Alvará Sanitário pelo prazo de 15 (quinze) dias, contabilizados a partir da data da constatação do descumprimento.

Art. 5º Ficam autorizadas as atividades esportivas que utilizam quadras poliesportivas, campos de futebol, futebol society e esportes individuais.

§1º - As atividades esportivas são aquelas em que há a prática de atividades físicas ou mentais, visando competição ou superação de limites humanos.

§2º - Fica proibida toda e qualquer tipo de competição esportiva intermunicipal.

§3º - Aplicam-se às atividades esportivas todas as recomendações sanitárias, ambientais e de segurança preconizadas na legislação federal, estadual e municipal e também as seguintes regras, enquanto durar a pandemia do Coronavírus (Covid-19):

I – É permitida apenas a presença dos participantes para o jogo ou treino, não se estendendo a permissão a familiares, amigos ou torcidas e desde que obrigatoriamente sejam residentes em São José dos Quatro Marcos – MT;

II – Cada participante deverá ter sua temperatura corporal aferida antes do início da partida ou do treino;

III – Cada participante deverá levar seu próprio material, sendo vedado o compartilhamento de uniformes, coletes, toalhas, copos, garrafas, tereré, e demais itens;

IV – Higienização das mãos com álcool 70º INPM ou álcool em gel 70º INPM antes e depois de cada período das partidas;

V – Utilização obrigatória de máscaras de proteção facial, exceto durante a prática do esporte;

VI – Ao final dos jogos, as equipes deverão se retirar do local da partida ou do treino imediatamente, não sendo permitidos agrupamentos e ou confraternizações;

VII – Os banheiros e vestiários deverão ser utilizados apenas para uso dos sanitários, sendo vedado o uso dos chuveiros;

VIII – Para as escolinhas de futebol, o Departamento de Esportes Municipal estará divulgando documento contendo recomendações e exigências para o desenvolvimento das atividades pertinentes a esse segmento;

IX – FicaVedada a presença de pessoas do grupo de risco e outras recomendações que porventura sejam dadas pela Vigilância Sanitária Municipal ou Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com o Departamento Municipal de Esportes.

Art. 6º Além das interdições previstas no artigo anterior, em caso de descumprimento por cidadãos e comerciantes das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infração administrativa prevista no artigo 10, inciso VII, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, no artigo 65 da Lei Estadual nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1999, Lei Estadual nº 11.110/2020, ficando sujeitas ainda as penas por violação dos Art. 132, 268 e 330, todos do Código Penal Brasileiro, bem como do Código de Postura Municipal.

Art. 7º As normas sanitárias municipais que tratam do enfrentamento à COVID-19 e que foram editadas nos Decretos Municipais anteriores permanecem vigentes naquilo que não forem contrárias às disposições do presente Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, **com efeitos a partir do dia 06 de outubro de 2020.**

Gabinete do Prefeito Municipal, Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, aos 06 dias do mês de outubro de 2020.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO: A publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Terça-Feira dia 08 de Setembro de 2020, na página nº 294 ano XV nº 3.559, Extrato de Termo Aditivo, Ondeselê **EXTRATO DE TERMO ADITIVO** leia-se **EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO** e onde se lê **3º Termo Aditivo do Contrato Nº 59/2018** Leia – se **1º Termo de Apostilamento de Preço do Contrato nº 59/2018.**

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA
COVID-19: AVISO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2020

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação tendo por objeto, **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTO DE DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL Á BASE DE ÁCIDO PERACÉTICO 15%",** visto a empresa***CARBON PLANT REPRESENTAÇÕES LTDA*****,** que pode atender ao único item com o menor preço por item**,** totalizando ao valor de **R$9.750,00(nove mil setecentos e cinquenta reais).** Tendo como fundamento o disposto no Art. 24, IV, da Lei 8666/93 em conformidade com a Lei nº 13.979 de 06/02/2020 em seu artigo 4º e na MP nº 926 e Decreto Municipal 252/2020.SÃO PEDRO DA CIPA, 07 de outubro de 2020. **Fabiana Nunes Ruiz Silva- Presidente da CPL**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2020

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação tendo por objeto, **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TESTES RÁPIDOS IGG/IGM/AG" PARA DIAGNÓSTICO DA SARS-CO-V-2 (COVID-19)"**visto a empresa***EH GOLLUB MACHADO EIRELE***,** que pode atender a todos os itens com o menor preço por item**,** totalizando ao valor de**R$200.000,00 (duzentos mil reais).** Tendo como fundamento o disposto no Art. 24, IV, da Lei 8666/93 em conformidade com a Lei nº 13.979 de 06/02/2020 em seu artigo 4º e na MP nº 926 e Decreto Municipal 252/2020.SÃO PEDRO DA CIPA, 07 de outubro de 2020. **Fabiana Nunes Ruiz Silva - Presidente da CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 080/2020.

Portaria nº 080/2020

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Conceder **LICENÇA PRÊMIO**, a servidora efetiva **ERCILIA PINTO DOS SANTOS,** matricula nº 168, CPF: 514.228.911-00**, ocupante** do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais deste Município. Pelo período de 03 (três) meses, a serem gozadas em: 01/10/2020 á 31/12/2020, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 012 de 02 de junho de 2014.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT, 01 de outubro 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N°015/2020.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 015/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, COPIADORAS E SCANNERS, INCLUINDO RECARGAS DE CARTUCHOS PARA TONNERS DAS IMPRESSORAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, SENDO NECESSARIO COMODATO DOS TONNERS. PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT**.**

FAVORECIDO: E. MENDES ME.

CNPJ: 18.713.549/0001-99**.**

END: Avenida Principal, s/n°, Centro, CEP: 78.674-000 - Novo Santo Antonio - Mato Grosso.

VIGENCIA DO CONTRATO: 03 (Três) Meses.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (Três) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 07/10/2020.

VALOR GLOBAL: R$ 14.070,00 (Vinte e Um Mil Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Serra Nova Dourada - MT, em 08 de Outubro de 2020.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Portaria nº 025/2020.

P.M.S.N.D.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2018.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 012/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA - MT - RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2018.

A Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT, através de seu Pregoeiro, Sr. Jean Flávio dos Santos Milhomem, torna público a retificação do Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2018.

Onde se lê:

OBJETO DO TERMO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO N.º 012/2018, PELO PERIODO DE 113 (CENTO E TREZE) DIAS.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 113 (CENTO E TREZE) DIAS, DO DIA 10/09/2020 A 31/12/2020;

Leia-se:

OBJETO DO TERMO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO N.º 012/2018, PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 12 (DOZE) MESES, DO DIA 10/09/2020 A 09/09/2021;

Mantidos inalterados os demais itens publicados.

Serra Nova Dourada - MT, em 07 de Outubro de 2020.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria nº 021/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA - MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2020.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 014/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, COPIADORAS E SCANNERS, INCLUINDO RECARGAS DE CARTUCHOS PARA TONNERS DAS IMPRESSORAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, SENDO NECESSARIO COMODATO DOS TONNERS. PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT.

CONTRATADA:

E. MENDES ME.

CNPJ: 18.713.549/0001-99**.**

END: Avenida Principal, s/n°, Centro, CEP: 78.674-000 - Novo Santo Antonio - Mato Grosso.

VALOR TOTAL CONTRATADO R$ 14.070,00 (**Quatorze Mil e Setenta Reais**), para o a execução dos serviços objeto da Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 014/2020, em conformidade com o Processo Licitatório nº 028/2020.

Serra Nova Dourada - MT, em 07 de Outubro de 2.020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR.

PREFEITO MUNICIPAL.

MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 524/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** à servidora **VALDIRENE FERREIRA DA SILVA,** efetiva no cargo de Professora, admitida em 01/04/2004, matrícula nº 314, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, **DESVIO DE FUNÇÃO**, pelo período de 180 (Cento e Oitenta) dias a partir de 22/07/2020, conforme Perícia Médica realizada na data de 17/09/2020 assinada pelo Médico Dr. Antonio Moro Pena, CRM-MT 9351. Passando a desempenhar suas funções junto a Coordenação da Escola Municipal Valdecir Dias Rodrigues.

Artigo 2º - A servidora em epígrafe deverá realizar nova perícia médica em Janeiro de 2021.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 17/09/2020, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Setembro de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 24/2020/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 24/2020/SAMAE

TIPO	TERMO Aditivo n. 24/SAMAE/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N. 33/2016/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado n Av. Brasil, 2.350-E, Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **MARCEL ANDRADE BERTÊGES.**
CONTRATADA	**ADEMIR CARLOS DA SILVA – ME**, inscrita no CNPJ: 05.059.815/0001-60, localizada na Rua Santa Catarina, S/N, Distrito de São Jorge, em Tangará da Serra/MT, CEP 78.300-000, neste ato representada por **ADEMIR CARLOS DA SILVA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS DO DISTRITO SÃO JORGE, GLEBA TRIANGULO, SALTO MACIEL, ESCOLA MARECHAL RONDON E ESCOLA ERNESTO CHE GUEVARA, COM DESTINAÇÃO FINAL NO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT.** Com supedâneo no art. 57 e 65 da Lei 8.666/93. **R$ 133.664,33 (CENTO E VINTE E NOVE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 03 de outubro de 2020 até 03 de outubro de 2021.**

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2020/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE BOBINAS PERSONALIZADAS DE PAPEL TERMOSSENSÍVEL PARA EMISSÃO DE FATURAS DE ÁGUA, ESGOTO E DEMAIS SERVIÇOS DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 26 de Outubro de 2020 (Horário de Brasília)**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00m às 13h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 07 de Outubro de 2020.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2020.

AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2020. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 072/2020: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS, INDUSTRIAIS E AFINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS DE SAÚDE E INFRAESTRUTURA,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 07.10.2020. Dalila Cristian F. Da Paz . Pregoeira Oficial. Portaria nº 874/2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2020

AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2020, que fará realizar no dia **21 DE OUTUBRO DE 2020, às 08:00** horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "NATAL ILUMINADO 2020" DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **08 de Outubro de 2020**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 07 de Outubro de 2020. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 75/2020

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 75/2020-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 23 DE OUTUBRO de 2020 às 09:00 hs horário de Brasília**. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **09 de Outubro de 2020,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-311-4809.Tangará da Serra-MT, 07 de Outubro de 2020. Maria Alves de Souza- Chefe Departamento de Licitação-Portaria nº 484/2019.

SERRAPREV
PORTARIA N.º 045/2020

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 92, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, Art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 5.130 de 08 de maio de 2019 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora Sra. **Elza Mendes Moreira**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 1848811-0 - SEJUSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 102.748.468-96, servidora efetiva no cargo de Zeladora, Classe "D", Nível "III", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando com 30 (trinta) anos, 07 (sete) meses e 28 (vinte e oito) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2020.04.00115P**, a partir de 15 de outubro de 2020,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 06 de outubro de 2020.

Prof.º FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO SOB A MODALIDADE SUPRAMENCIONADA, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PISTA DE CAMINHADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA E PEÇAS TÉCNICAS EM ANEXO AO EDITAL.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CADASTRAMENTO EXIGIDO: NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.

RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 23/10/2020 AS 07H:30MIN.

LOCAL: AVENIDA CLOVIS FELÍCIO VETTORATO, 107, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

EDITAL E ESCLARECIMENTOS: ENDEREÇO ACIMA, NO HORÁRIO DAS 7:00 ÀS 13:00; FONE (66) 3534 - 2500, O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 07 DE OUTUBRO DE 2020.

CONTRATOS
AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT torna público que, com base no novo Decreto n.º 10.024, de setembro de 2019, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** visando REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos, soro e nutrições enteral e oral**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital com as características descritasno Termo de Referencia**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08:00 horas do dia 08/10/2020 até as 08:00 horas do dia 23/10/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 8:00 às 10:30 horas do dia 23/10/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:00 horas do dia 26/10/2020

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. . O edital completo está disponível, via e-mail: licitacao@terranovadonorte.mt.gov.br ou através do site: https://www.terranovadonorte.mt.gov.br/Transparencia, telefone (XX 66) 3534-2500.

Terra Nova do Norte - MT, 07 de Outubro de 2020.

Elisangela Azevedo Spuldaro

Pregoeira

CONTRATOS
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 12/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO SOB A MODALIDADE SUPRAMENCIONADA, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DE FAIXAS DE PRESTRES ELEVADAS, CAPA ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA E PEÇAS TÉCNICAS EM ANEXO AO EDITAL.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CADASTRAMENTO EXIGIDO: NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.

RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 23/10/2020 AS 09H:30MIN.

LOCAL: AVENIDA CLOVIS FELÍCIO VETTORATO, 107, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

EDITAL E ESCLARECIMENTOS: ENDEREÇO ACIMA, NO HORÁRIO DAS 7:00 ÀS 13:00; FONE (66) 3534 - 2500, O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 07 DE OUTUBRO DE 2020.

CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇO 09/2020

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO 09/2020

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, torna publico para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada que a data para realização da Tomada de preço 09/2020 prorrogação, mudança da data de abertura do processo referido, nova abertura dia 21/10/2020 às 08:00 horas**.**

Fica esclarecido, outrossim, que permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no respectivo edital.

Justificativa do Adiamento: Fundamenta-se tendo em vista que visamos um prazo maior de publicação para atrair mais concorrentes, com o objetivo de obter um preço melhor na referida contratação.

Terra Nova do Norte-MT, 07 de Outubro de 2020.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.591, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

LEI MUNICIPAL Nº 1.591, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

EMENTA: "FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa os subsídios dos agentes políticos do Município de Terra Nova do Norte/MT e Secretários Municipais para a legislatura 2021/2024 conforme estabelecido abaixo:

I) Prefeito Municipal o valor de R$ 12.00,00 (doze mil reais);

II) Vice-Prefeito o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

III) Vereador o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

IV) Vereador Presidente da Mesa Diretora o valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);

V) Secretários Municipais o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 2º O Vice-Prefeito nomeado no cargo de Secretário Municipal, deverá optar pelo seu subsídio ou do cargo de Secretário Municipal, vedado o pagamento de qualquer acréscimo.

Art. 3º Os valores acima expostos serão aplicados a partir de 01 de janeiro de 2021.

Art. 4º Os subsídios fixados por esta Lei, poderão ser revistos no mesmo período da revisão geral anual e no mesmo índice fixado para os servidores públicos municipais.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Poder Executivo e Legislativo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

AUTORES DO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 05/2020

EDIVALDO GOMES

PRESIDENTE

EDÉZIO FERREIRA DOS REIS

VICE-PRESIDENTE

VALDIR ROSA DOS SANTOS

1° SECRETÁRIO

KLAYTON ANTONIO FIDELEX

2° SECRETÁRIO

CONTRATOS
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO PE 03/2020

DECISÃO

Trata-se de Recurso Administrativo manejado pela Empresa cognominada **A VMI TECNOLOGIA LTDA** questionando a habilitação da Empresa denominada **IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A** enquanto vencedora do Pregão Eletrônico n°. 003/2020 da Prefeitura de Terra Nova do Norte/MT, sob o argumento de que a mesma não apresentou atestado de capacidade técnica compatível com o objeto do edital, desrespeitando, pois, as disposições contidas no item 9.9.1.1.

Isso, porque, seu atestado se refere ao fornecimento de sistema de digitalização de Raio-X e Mamografia e não da comercialização de Raio -X propriamente dito, o qual afigura como objeto do edital.

Em contrarrazões, asseverou-se que o fornecimento de sistema de digitalização de e Raio-X e Mamografia é suficientemente capaz de demonstrar sua capacidade para participar do certame, vencê-lo e fornecer o equipamento licitado.

É o relatório.

Passo a decidir.

A Lei 8.666/93 em seu Art. 30, II, dispõe que, *in verbis:*

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(…)

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, **e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos". (gn)**

Este inciso deve ser interpretado conjuntamente com o § 3° do mesmo artigo, a saber, *verbi gratia:*

"Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior". **(gn)**

Assim sendo, quando tratamos da capacidade técnica, devemos considerar que os requisitos devem ser especificamente atrelados ao objeto da contratação, de maneira a atender plenamente a necessidade da Administração. Isto porque, sempre que possível, a contratação deverá assegurar o maior número de participantes, em atendimento ao preceito constitucional da isonomia, a fim de garantir a obtenção da proposta mais vantajosa.

Restringir o universo de participantes, através de exigência de comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto ou serviço que será contratado, seria excluir àqueles que poderiam atender à necessidade da Administração, prejudicando assim a economicidade da contratação e desatendendo também ao previsto no Art. 37, XXI da Constituição Federal, *ipsis verbis:*

"Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (gn)

Diante destas constatações, podemos afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, atestados de experiência anterior na realização de serviço ou referente a objeto **idêntico** ao que será contratado. Exceto nos casos em que a restrição for essencial ao cumprimento da obrigação.

Neste sentido, se pronunciou o TCE/MG, como podemos extrair da Denúncia de nº. 812.442[1].

Vejamos trecho da ementa:

"1. Edital de licitação não pode conter exigência de qualificação técnica que não seja indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais e que não esteja prevista em lei. (…) 3. A exigência de experiência anterior na execução de objeto idêntico ao licitado só e possível se houver justificativa razoável e se não ofender o princípio da competitividade, nem prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa".

Este é também o entendimento do TRF 4ª Região na *AC nº 5019145-37.2012.404.7000**[2]***, em resposta a um de seus jurisdicionados:

"Inexistindo tal exigência e, muito menos, a necessária correlação entre a habilitação especial e os serviços a serem desempenhados pela vencedora, não cabe ao intérprete ampliar exigências ao seu talante, assim como não cabe aos demais licitantes buscar exigências maiores do que as devidas, até porque, visando a licitação a maior participação possível em homenagem ao princípio da concorrência, as restrições à participação devem se conter em estritos limites".

É necessário, portanto, que as exigências relativas à qualificação técnica sejam interpretadas em consonância com o disposto no Art. 37, XXI da Carta Magna, juntamente com os demais dispositivos infraconstitucionais, a fim de que sejam exigidos somente os requisitos indispensáveis ao cumprimento da obrigação, de modo a possibilitar a ampla participação de competidores interessados em contratar com a Administração, assegurar a economicidade da contratação e garantir, sempre que possível, o tratamento isonômico.

No caso dos autos, entendemos ser possível acatar o atestado de capacidade técnica apresentado pela Empresa denominada **IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A** para fins de habilitação, visto ser objeto do certame a "futura e eventual aquisição de um aparelho de raio – x fixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Termo de Referência".

Deste modo, caso as características descritas no Termo de Referência não sejam cumpridas, não será liquidada a despesa em favor da contratada, visto encontra-se previsto no instrumento convocatório que:

"Termo de Referência:

(...)

9.0 Do pagamento:

9.1 O pagamento será realizado após entrega do produto mediante apresentação de Nota Fiscal e programação da Secretaria Municipal de Finanças.

9.2 O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias contados da data do Recebimento das mercadorias e Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada pelo Secretário responsável. O pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento. (...)".

Demais, disso, caso não cumpra a obrigação assumida, estará a licitante, adstrita as penalidades previstas no Edital e seus anexos, além é claro daquelas constantes dos Arts. 86 e 87 da Lei de Licitações.

Por fim, salientar ter sido a Empresa alcunhada **IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A** ofertante na menor proposta, cujo fato, associado aos demais argumentos, demonstra a vantajosidade para administração pública com a manutenção de sua habilitação.

Ante ao exposto, nego provimento ao Recurso Administrativo apresentado pela Empresa denominada **A VMI TECNOLOGIA LTDA,** mantendo incólume a decisão proferida no curso do certame.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Terra Nova do Norte/MT, 07 de outubro de 2020.

PREGOEIRA

[1] **"Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v.82, n. 1, p. 158-165, jan./fev./mar. 2012, seção Pareceres e Decisões".**

[2] **"TRF 4ª Região, AC nº 5019145-37.2012.404.7000/PR, Rel. Des. Maria Lúcia Luz Leiria, j. em 05.12.2012".**

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - Nº 03/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL – MT, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, em observância à legislação vigente;

C O N V O C A:

a) Dirigentes e membros de entidades civis organizadas;

b) Autoridades e funcionários de órgãos públicos;

c) Empresários e empregados da indústria, comércio e serviços, e produtores rurais;

d) Direção, professores e alunos das redes municipal e estadual de ensino;

e) Demais pessoas interessadas.

Para uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se no próximo dia **13 de outubro de 2020 (Terça-Feira)**, com início às **18:30 horas**, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Av. Curitiba, centro desta Cidade de União do Sul-MT, para análise e debate do PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021 (LOA/2021), do Município de União do Sul, a ser encaminhado para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores.

E para que todos tomem conhecimento, expede-se o presente EDITAL que será publicado na imprensa oficial do município e afixado no mural da Prefeitura e em diversos locais de acesso ao público.

União do Sul, MT, 06 de outubro de 2020.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Secretário Mun. de Fazenda e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DECRETO Nº 68 DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispõe sobre a recondução e nomeação dos membros do Conselho Municipal de Recursos Fiscais para desempenharem a atribuição de autoridade julgadora em segunda instância, nos termos do art. 50, da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 69, inciso VI; e

CONSIDERANDO o previsto no inciso II, do art. 14, da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018;

CONSIDERANDO o previsto no art. 50, da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018; e

CONSIDERANDO os Decretos Municipais ns. 58/2019 e 40/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica reconduzido o Conselheiro titular, e seu respectivo suplente, para o Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com mandato de 01 (um) ano, contado a partir de 07/10/2020:

I – **SAMUEL RICHARD DECKER NETO** – OAB/MT n.º 4.965, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Várzea Grande, conforme o inciso III, do art. 50, da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018, na condição de titular no Conselho Municipal de Recursos Fiscais, e sua respectiva suplente: **INGRID DE SOUZA EICKHOFF** – OAB/MT n.º 10.216/O, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Várzea Grande, conforme o inciso III, art. 50 da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes Conselheiros titulares, e seus respectivos suplentes, para o Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com mandato de 01 (um) ano, contado a partir de 07/10/2020, permitida uma única recondução:

I – **MAXWEL SILVA ALVES** – Matrícula: 86.784 - Auditora Fiscal Tributária da Receita Municipal, chefe superior do Conselho/Presidente conforme o art. 47, inciso I do art. 50 e art. 55 da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018, e seu suplente, **WASHINGTON LUIZ LOPES FILHO** - Matrícula: 103.468 - Auditora Fiscal Tributária da Receita Municipal;

II – **PEDRO HENRIQUE PEROTTO PAGOT** – Matrícula: 135.521 - Auditora Fiscal Tributária da Receita Municipal, conforme inciso I do art. 50 da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018, e sua suplente **KELMA KAROLINA DA COSTA AMORIM** – Matrícula: 86.721 - Auditora Fiscal Tributária da Receita Municipal;

III – **JOSIVANIA FRANCA SANTOS** – Matrícula: 138.850 – Superintendente de Modernização de Prestação de Contas – Vice-Presidente do Conselho, conforme inciso II do art. 50 da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018, e seu suplente **VICENTE GOMES DE LACERDA** - Matrícula: 46.745 – Coordenador de Cadastro Geral e Geoprocessamento; e

IV – **RODRIGO YAWATA CHAGAS**, representante do Conselho Regional de Administração – CRA, conforme inciso IV do art. 50 da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018, e seu suplente **LAELSON AUGUSTO DO NASCIMENTO**.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 07/10/2020.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 01 de outubro de 2020.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 42/2020

Processo n° 675597/2020. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de limpeza para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT**.** O certame foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em **07/10/2020**, sagrando vencedoras as empresas: **MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 10.226.940/0001-57, vencedora dos**itens01, 03, 04, 09, 10, 20, 26, 27, 29, 31, 33, 41, 43, 45, 46, 48, 51, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 71, 80, 81, 82 e 83**com o total de **R$781.260,05**(setecentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta reais e cinco centavos);**MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 12.811. 487/0001-71, vencedora dos**itens02, 19, 39, 72, 77 e 79,**com o total de **R$6.721,91** (seis mil setecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos).**COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ **02.545.557/0001-33,** vencedora dos **itens 05, 13, 21, 30 e 73** com o total de **R$109.195,00** (cento e nove mil, cento e noventa e cinco reais).**CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 37.200. 096/0001-41**,** vencedora dos **itens 08, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 28, 34, 36, 37, 40, 42, 44, 55, 56, 69 e 70** com o total de **R$ 78.189,03** (setenta e oito mil, cento e oitenta e nove reais e três centavos).**ARENA MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 15. 337.202/0001-09, vencedora dos **itens 14, 25 e 76**com o total de **R$ 19. 186,80** (dezenove mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos).**NABELLA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ **27.981.389/0001-50,** vencedora dos **itens 22, 23, 38, 50, 64 e 78**com o total de **R$8.713,50** (oito mil, setecentos e treze reais e cinquenta centavos).**DISBRANCO COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 33. 823.751/0001-67,vencedora dos **itens 24, 53, 54, 61 e 75**com o total de **R$28.664,50** (vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).**CLORO MATO GROSSO LTDA - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ **33.687.278/0001-38,** vencedora do **item32**com o total de **R$2.495,00**(dois mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).**MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 20.847.096/0001-35,vencedora dos **itens 35 e 47,** com o total de **R$12. 436,00** (doze mil, quatrocentos e trinta e seis reais).**SNOP INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA - ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 34. 686.134/0001-20, vencedora do **item74**com o total de **R$116.748,00** (cento e dezesseis mil, setecentos e quarenta e oito reais).Sendo **FRACASSADO** os itens 06, e 07, e **CANCELADO**os itens 49 e 52. O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br, Várzea Grande - MT, 07 de outubro de 2020. **Daniela Assis Dias Bites -** Secretária de Administração.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 45/2020

Processo n° 679517/2020. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e eletro portáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.O certame foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em **07/10/2020**, sagrando vencedoras as empresas: **FRIOLAR COMERCIO E SERVICOS DE ELETROELETRONICOS LTDA- ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ **36.850.598/0001-55**, vencedora dos**itens03, 04, 05, 10, 13, 18, 21 e 33** com o total de **R$500. 266,05**(quinhentos mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinco centavos);**ERICA DE FATIMA GENTIL - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no **CNPJ36.656.877/0001-82,** vencedora dos**itens06, 07, 09, 15, 16, 24, 27, 29, 34 e 35,**com o total de **R$570.194,90** (quinhentos e setenta mil, cento e noventa e quatro reais e noventa centavos).**MULTIPLICAR COMPRAS & COMERCIO EIRELI - ME**, pessoa jurídica, inscrita no **CNPJ07.508.571/ 0001-80,** vencedora dos **itens 08, 11, 14, 22, 25, 26, 31 e 38** com o total de **R$121.121,40** (cento e vinte e um mil, cento e vinte e um reais e quarenta centavos).**PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no **CNPJ07.555.459/0001-09,** vencedora dos **itens 19, 20, 32, 37 e 39** com o total de **R$ 438.956,33** (quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos).Sendo **FRACASSADO** os itens 01, 12, 17, 23, 28, 30 e 36, e **CANCELADO** o item02. O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br, Várzea Grande - MT, 07 de outubro de 2020. **Daniela Assis Dias Bites -** Secretária de Administração.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2020 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n° 680955/2020. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos **-**HIPERDIA para atender as necessidades da rede Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. A realização do certame está previsto para o **dia 22 de outubro de 2020**, **às 10h00min** – horário de Brasília. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min das 14h00min às 18hs00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, e gratuitamente através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov. br.Várzea Grande-MT, 07 de outubro de 2020.Diógenes Marcondes - **Secretário de Saúde.**

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 21 de setembro de 2020.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a**) JOSHUA TESTONI, RG n° 5299400 - IISC/SC aprovado** (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Técnico de Nível Superior,** em 2°. Lugar foi convocado (a) através do Edital n° 17/2020/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo 30 (trinta) dias de prazo no período compreendido entre 20/08/2020 a 18/09/2020 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **JOSHUA TESTONI**, não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Administração, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) JOSHUA TESTONI, teve a sua Nomeação e Posse CANCELADA.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 21 de setembro de 2020.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a**) KATIA CILENE VICENTE, RG n° 13763857 - SSP/MT aprovado** (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Técnico de Nível Superior,** em 4°. Lugar foi convocado (a) através do Edital n° 17/2020/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo 30 (trinta) dias de prazo no período compreendido entre 20/08/2020 a 18/09/2020 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **KATIA CILENE VICENTE**, não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Administração, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) KATIA CILENE VICENTE, teve a sua Nomeação e Posse CANCELADA.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 21 de setembro de 2020.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a**) WALBER JOSE FIGUEIREDO DE SOUZA, RG n° 2022177-0 - SSP/MT aprovado** (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Técnico de Nível Superior,** em 1°. Lugar foi convocado (a) através do Edital n° 17/2020/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo 30 (trinta) dias de prazo no período compreendido entre 20/08/2020 a 18/09/2020 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **WALBER JOSE FIGUEIREDO DE SOUZA**, não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Administração, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) WALBER JOSE FIGUEIREDO DE SOUZA, teve a sua Nomeação e Posse CANCELADA.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

DAE/VG
PORTARIA Nº 184/2020

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020 – INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020/DAE-VG

PROCESSO ADM 023/2020

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produto químico (fluossilicato de sódio) para tratamento da água fornecida por esta autarquia, e assim atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Calmiro Francisco Ferreira

RG N.º 376130 SSP/MT CPF N.º 384.174.211-49

END.º: Rua Maranguá n.º 65 Bairro: Pedregal Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 525

Suplente de Fiscal: Eder Damasceno Gomes

RG N.º 447119 SSP/SP CPF N.º 924.110451-15

END.º: Rua Goias n.º 18 Bairro: Jardim Paula II Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.274

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 07 de Outubro de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

ATO N° 443/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - Tornar sem efeito a nomeação apenas dos candidatos abaixo relacionados nomeados através do Ato n° 442/2020, para o cargo de provimento efetivo para o qual foram aprovados:

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	12266	WALBER JOSE FIGUEIREDO DE SOUZA	2022177-0 - SSP/MT	APROVADO
2	549	JOSHUA TESTONI	5299400 - IISC/SC	APROVADO
4	37429	KATIA CILENE VICENTE	13763857 - SSP/MT	APROVADO
5	2158	MARCELO PARADA MACHADO FILHO	1762506-8 - SSPMT/MT	APROVADO

Várzea Grande-MT, 18 de setembro de 2020.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 16/2020

Altera o artigo 1º da Portaria GAB/PREF/PMVG 03/2020, dispõe a constituição da Comissão de Alienação em Leilão Público e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado a Comissão de Alienação em Leilão Público, com os seus membros abaixo nomeados, com a responsabilidade administrar e realizar todos os atos e procedimentos necessários ao certame, visando obter o melhor resultado e aperfeiçoamento do leilão de bens de propriedade do município;

I-Diretoria

1. Presidente: José Maria Pulquerio - Secretaria Municipal de Administração;

2. Secretária: Pauline Fonseca Maximino - Secretaria Municipal de Administração;

II- Membros:

1. Heverton Santos de Oliveira – Secretaria Municipal de Administração;

2. Wagner Julio Gomes Teixeira – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

3. Lucilene da Costa – Secretaria Municipal de Assistência Social;

4. Akeslayne Maria de Camargo – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Outubro de 2.020.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal* Daniela Assis Dias Bites *Secretária Municipal de Administração*

DECRETO Nº 66 DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

Altera o Decreto Municipal n.º 75/2017 que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Várzea Grande – CAE, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

DECRETA:

Art. 1° Fica alterada a alínea “b”, do inciso I, do art. 1.º, do Decreto Municipal n.º 75/2017, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

b. Suplente: Mariana Cristina de Barros Costa Marques

CPF: 912.028.841-72

(...)

Art. 2° *Fica alterada a alínea “c”, do inciso III, do art. 1.º, do Decreto Municipal n.º 75/2017, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:*

(...)

c. Titular: Guilherme Alves da Costa

CPF: 475.091.421-20

(...)

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 01 de outubro de 2020.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.644/2020

Dispõe sobre a reserva de vagas em creches e escolas da rede pública municipal para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do município de Várzea Grande.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º O Município de Várzea Grande garantirá vagas na educação pública para os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica.

Art. 2.º As matrículas das crianças de que trata o artigo 1.º serão realizadas com a apresentação dos seguintes documentos:

I – cópia do Boletim de Ocorrência expedido pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher;

II – cópia do Exame de Corpo de Delito (opcional, quando houver);

III – documento de acompanhamento da Secretaria de Assistência Social de estudo social promovido pelo órgão.

Art. 3.º Será concedida a garantia à transferência de uma unidade escolar para outra, na esfera da rede pública municipal, de acordo com a necessidade de mudança de endereço da mãe, visando resguardar a segurança da mulher e dos filhos.

Art. 4.º Deve ser concedida preferência às vagas no período integral à criança cuja mãe comprove emprego fixo nos dois turnos.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 15 de setembro de 2020.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

Autoria: Ver. Fabio José Tardin

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°020 /2020

Pelo presente instrumento, o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, DAE/VG**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.555.079/0001-42, estabelecido na Av. Governador Júlio Campos, 2.599, Bairro Jardim dos Estados, Várzea Grande/MT, CEP 78.150-000, representado pelo Sr. **RICARDO AZEVEDO ARAÚJO**, portador do CPF n.º 165.914.158-31, e portador do RG nº 27889981 SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de Diretor Presidente da Autarquia Municipal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, e as demais

normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 009/2020/DAE-VG,** Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço e necessária homologação devidamente publicada, conforme consta nos autos do respectivo processo licitatório, denominada **CONTRATANTE** e a empresa: **ADMF COMÉRCIO PRODUTOS TRATAMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS EIRELLI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.845.581/0001-01, estabelecida na Av. XV de Novembro Nº 207, Bairro: Centro Sul , Centro Comercial FV – Cuiabá – MT, CEP 78.015-150, neste ato representado pelo procurador Sr.**Arnoldo Silva Veggi**, inscrito no CPF nº: 005.536.791-71 e portador do RG nº:FI413835 DPF/MT**,**doravante denominada **CONTRATADA**, demais empresas relacionadas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produto químico, sal (cloreto de sódio) para tratamento da água fornecida por esta autarquia, e assim atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO REGISTRADO

2.1. Os preços dos bens, produtos e serviços estão registrados nos termos da proposta vencedora do Pregão Presencial nº 009/2020/DAE-VG e Processo nº 025/2020 - Sistema de Registro de Preços, conforme o tabela(s) abaixo:

2.1.1. Dados da 1ª Classificada:

QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA		
Empresa: **ADMF COMERCIO PRODUTOS TRATAMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS EIRELI-ME**		
CNPJ nº: 07.845.581/0001-01.	Inscrição Estadual nº:	
Endereço: Av.XV de Novembro N º 207		
Bairro: Centro Sul		
Cidade: Cuiabá	Estado: MT	CEP: 78.015-150
Telefone(s): (065) 99225-7876/ 99910-7346	E-mail: admquimar@hotmail.com	
Banco: Brasil.	Agência: 4042-8	Conta Corrente: 115727-2
Representante Legal: Arnoldo Silva Veggi.		
RG nº: F1413835.	Órgão Emissor: DPF/MT	CPF nº: 005.536.791-71

2.1.2 Especificação e Quantitativo:

LOTE UNICO						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
01	**SAL, (CLORETO DE SÓDIO) - TIPO SÓLIDO, GRANULADO/GROSSO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, PRODUTO ORIGINAL COM REGISTRO DA ANVISA.**	CIMSAL	KG	243.750	R$0,62	R$151.125,00

O valor global do presente lote é de **R$ 151.125,00 (cento e cinquenta e um mil cento e vinte e cinco reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o serviço, em estrita observância dos termos e condições constantes no Edital do Pregão Presencial 009/2020/DAE-VG, do Termo de Referência e anexos que integram a presente Ata de Registro de Preços.

3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio de Contrato e/ou documento equivalente e/ou Ordem de Fornecimento, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.

3.3. Mediante a assinatura desta Ata de Registro de Preços estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços objeto do Pregão, por todos os signatários.

3.4. O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a nota de empenho ou assinar o respectivo contrato de fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades fixadas no edital e seus anexos.

3.5. Os materiais objetos da licitação deverão ser entregues de acordo com o edital, com a proposta vencedora da licitação, bem como as cláusulas da presente Ata.

3.6. A Administração Pública não está obrigada a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições

3.7. O prazo de realização dos serviços será sob demanda conforme a necessidades da Contratante, da notificação da respectiva Ordem de Fornecimento, ou Nota de Empenho ou documento equivalente nos endereços e horários descritos no Termo de Referência deste edital;

3.8. A contratada poderá solicitar, por uma única vez, prorrogação do prazo que se refere o subitem anteriormediante justificativa a ser analisada pela administração pública, sem prejuízo de aplicação da respectiva sanção administrativa.

3.9. Os serviços serão recebidos em definitivo, por servidor responsável da administração pública, após a verificação de que as qualidades do serviços estão de acordo com as especificações técnicas solicitadas, devendo a unidade solicitante emitir um termo de recebimento definitivo do objeto.

3.9.1. Se, mesmo após o recebimento definitivo do serviço, a qualidade ou características dos serviços entregues não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as adequações/substituições necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até 48hrs, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

3.10. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata e/ou do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados, após apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, em conformidade com as qualidades e quantidades contratadas e estipuladas na Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos pela administração pública.

4.2. A contratada deverá apresentar ainda os documentos a seguir discriminados, para verificação do cumprimento dos deveres trabalhistas e previdenciários, pela mesma:

4.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

4.2.2. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;

4.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.2.4. Certidão Negativa de Débito junto à Fazendas Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora.

4.2.5. Certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br);

4.2.6. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicilio Tributário.

Parágrafo Único: Inclusive as certidões negativas constantes nos artigos 74 (se for o caso) e 75 do Decreto Municipal nº 09/2010 do Município de Várzea Grande.

4.3. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da licitante fornecedora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

4.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em conta indicada pela contratada.

4.5. Em caso de dúvida ou divergência, o gestor do contrato liberará para pagamento a parte inconteste dos serviços.

4.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Departamento de Água e Esgoto, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

4.6.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

4.6.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto entregue ou serviços executados.

4.7. O Departamento de Água e Esgoto não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

4.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DA VALIDADE - DO CONTROLE DOS PREÇOS

5.1. O registro formalizado na ata a ser firmada entre a Administração Pública e os fornecedores classificados, observado o disposto no item 16 deste edital, terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no respectivo Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou do Diário Oficial do Tribunal de Contas de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Publica não ficará obrigada a comprar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.

5.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a Autarquia Municipal, optar pela aquisição do objeto por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

5.4. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração Pública.

5.5. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.

5.6. Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento/serviço, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da ata que poderão convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.7. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso ou do Diário Oficial do Tribunal de Contas de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

5.10. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput, do art. 65, da Lei n. 8666/93.

5.11. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticados no mercado o órgão gerenciador deverá:

5.11.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.11.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

5.11.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, poderá:

5.12.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço; e

5.12.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.14. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento/prestação de serviço nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

5.15.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

5.16. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.17. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

5.18. As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

5.19. O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso ou do Diário Oficial do Tribunal de Contas de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.20. A Adjudicatária que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho/ordem de Serviço no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas neste Edital.

5.21. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos da lei, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.22. O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

5.23. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

5.24. Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.25. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.26. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues e/ou realizados os objetos.

6.2. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

6.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos.

6.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art.65, da Lei nº. 8.666/93.

7.2. Uma vez comunicadas de que o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer até **02 (dois) dias úteis seguintes à comunicação**, para assinatura do contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

7.3. Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.5. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências, do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.6. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem. qualquer ônus para o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, e manter as condições de Habilitação e Qualificação exigidas para a sua contratação.

7.7. Cumprir os prazos de fornecimento, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

7.8. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.11. É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seus produtos/equipamentos ou serviço atenda as condições exigidas.

7.12. Todos os itens objetos do presente contrato e descritos no respectivo Termo de Referência n.º 051/2020 devem estar em perfeitas condições para o uso e consumo, devendo, ainda, ser novos, de primeira linha, primeiro uso e estarem dentro do prazo de validade, com vencimento não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega, bem como deverão possuir a devida avaliação de conformidade ou certificação de aprovação registrado ou autorizado pelo órgão competente, quando as normas pertinentes assim lhe obrigarem.

7.13. A CONTRATADA respeitará a garantia legal estipulada no art. 26 da Lei nº 8.078/1990, devendo ser resguardado, ainda, a garantia de prazo maior eventualmente estipulada pelo fabricante ou fornecedor.

7.14. A CONTRATADA deverá substituir imediatamente eventuais produtos com defeitos, vícios ou com condição que o torne impróprio ao consumo, na forma da lei e do Edital e Termo de Referência.

7.15. As obrigações descritas no **Termo de Referência nº 051/2020** também deverão ser cumpridas, por fazerem parte do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

81. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

8.1.1. Pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, quando:

8.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

8.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) os prazo estabelecido no edital e documentos que o integram, desde que não seja aceita sua(s) justificativa(s);

8.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no artigo 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

8.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

8.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no artigo 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

8.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a Administração Pública, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

8.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

8.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso ou no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

8.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente a Administração Pública, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. Além das penalidades constantes da Minuta do Contrato - AnexoVIII do Edital, e sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

9.2. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a licitante que deixar de entregar documentação exigida na licitação, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, não assinar o Contrato, não retirar a Nota de Empenho, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.3. Ficará também impedido de licitar ou contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 05 (cinco) anos aquele que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.4. A inabilitação da licitante classificada, independentemente da declaração prevista no Anexo III deste edital, implicará a aplicação de multa correspondente a 2% do valor da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

9.5. Será devido multa de 20% sobre o valor estimado para a execução do objeto, no período de 12 meses, pela recusa da assinatura do Contrato ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.

9.6. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

9.6.1. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Contratante.

9.6.2. Em não ocorrendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo de execução fiscal.

9.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

9.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

9.8.1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade deverão ser dirigidos a Secretaria Municipal de Educação, após o recolhimento em agência bancária dos emolumentos devidos.

9.9. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CADASTRO RESERVA

11.1. Para fins de cadastro reserva, em atendimento ao disposto no artigo 10 do Decreto 7.892/2013, tendo aceitado as fornecedoras a redução dos lances ao preço da oferta melhor classificada, registra os preços e a classificação das empresas conforme quadro a seguir:

Posição: 2ª Classificada	Empresa: **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

12.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as propostas, condições, Edital, Anexos, Termo de Referência e respectivos atos do Pregão Presencial nº 009/2020/DAE-VG - Sistema de Registro de Preços.

12.3. A autoridade competente designará o gestor da Ata de Registro de Preços através de Portaria.

12.4. Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições do Decreto Federal 7.892/2013 e Lei Federal n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

12.1. Fica eleito o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Várzea Grande - MT, 06 de Outubro de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

ARNOLDO SILVA VEGGI

ADMF COMERCIO PRODUTOS TRATAMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS EIRELI

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 15/2.020

Dispõe sobre a composição da Comissão de Levantamento e Avaliação Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis, Úteis e Inservíveis da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão de Levantamento e Avaliação Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis, Úteis e Inservíveis da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, assim composta:

Membros:

I. Pauline Fonseca Maximino – Secretaria Municipal de Administração;

II. Maryane Beijamina da Silva – Secretaria Municipal de Administração;

III. Rodrigo Duarte Monteiro – Secretaria Municipal de Administração;

IV. Wagner Julio Gomes Teixeira – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

V. Lucilene da Costa – Secretaria Municipal de Assistência Social;

VI. Vicente Gomes de Lacerda – Secretaria Municipal de Gestão Fazendária;

VII. João Clímaco Viana Filho – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo;

VIII. Akeslayne Maria de Camargo – Secretaria Municipal de Saúde; e IX. Edivaldo Lima de Melo - Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Compete à Comissão de Levantamento e Avaliação Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis, Úteis e Inservíveis;

I. Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio da Prefeitura;

II. Promover a avaliação e controle dos bens integrantes do acervo da Prefeitura, através do seu cadastro central e de relatórios;

III. Elaborar calendário de inventário anual definindo o cronograma para a execução e divulgar as Secretaria;

IV. Coordenar os trabalhos de realização do levantamento dos bens;

V. Realizar in loco o levantamento periódico ou especifico ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;

VI. Receber a planilha de levantamento das Secretarias;

VII. Atualizar as informações sobre os bens encontrados nas Secretarias e fazer a conciliação no sistema de Gestão do Patrimonial;

VIII. Realizar avaliação o estado dos bens e propor o seu reparo e reposição;

IX. Emitir Termo de Responsabilidade atualizado e encaminhados as Secretarias;

X. Elaborar Relatório Final de Levantamento das Secretarias, apresentando ao responsável para validação

XI. Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais; e

XII. Realizar outras atividades correlatas

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Outubro de 2.020.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 917/CPSPAD/SAD/2020

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em30 de setembro de 2020, página 775, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 043/2020e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Ofício nº 289/RH/SAD/2020, da Secretaria Municipal de Administração, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 01 de outubro de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2020

Processo nº 683048/2020. Objeto: **Contratação de empresa capacitada para a execução do serviço de muro de fechamento do Parque Bernardo Berneck, para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.** O certame foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em **07/10/2020**, sagrando vencedora do **LOTE UNICO**a empresa: **A. G. DE ARAUJO EIRELI** pessoa jurídica de direto privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.566.598/0001-05, com valor total de**R$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais)**. O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br, Várzea Grande - MT Várzea Grande-MT, 07 de outubro de 2020. **Luiz Celso Morais de Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras

---

DAE/VG
PORTARIA Nº 185/2020

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020 – ADMF COMÉRCIO PRODUTOS TRATAMENTO DE ÁGUA E SERVIÇO EIRELLI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020/DAE-VG

PROCESSO ADM 025/2020

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produto químico (fluossilicato de sódio) para tratamento da água fornecida por esta autarquia, e assim atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Calmiro Francisco Ferreira

RG N.º 376130 SSP/MT CPF N.º 384.174.211-49

END.º: Rua Maranguá n.º 65 Bairro: Pedregal Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 525

Suplente de Fiscal: Eder Damasceno Gomes

RG N.º 447119 SSP/SP CPF N.º 924.110451-15

END.º: Rua Goias n.º 18 Bairro: Jardim Paula II Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.274

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 07 de Outubro de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

TERMO DE POSSE

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Administração, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Daniele Assis Dias Bites, Secretária Municipal de Administração, o (a) Sr.(a)**LUIS RODRIGO DE PAULA BERNARDINELLI, RG n° 10307672 - SJ/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de**—TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO E SOCIAL –TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR -40 H**, conforme **ATO** de nomeação publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 28 de setembro de 2020.

LUIS RODRIGO DE PAULA BERNARDINELLI

Compromissado (a)

DANIELA ASSIS DIAS BITES

Secretária Municipal de Administração

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 21 de setembro de 2020.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a**) MARCELO PARADA MACHADO FILHO, RG n° 1762506-8 - SSPMT/MT aprovado** (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Técnico de Nível Superior,** em 5°. Lugar foi convocado (a) através do Edital n° 17/2020/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo 30 (trinta) dias de prazo no período compreendido entre 20/08/2020 a 18/09/2020 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **MARCELO PARADA MACHADO FILHO**, não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Administração, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) MARCELO PARADA MACHADO FILHO, teve a sua Nomeação e Posse CANCELADA.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

ATO N° 442/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR os candidatos abaixo relacionados, no cargo de provimento efetivo para o qual foram aprovados:

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	12266	WALBER JOSE FIGUEIREDO DE SOUZA	2022177-0 - SSP/MT	APROVADO
2	549	JOSHUA TESTONI	5299400 - IISC/SC	APROVADO
3	55222	LUIS RODRIGO DE PAULA BERNARDINELLI	10307672 - SJ/MT	APROVADO
4	37429	KATIA CILENE VICENTE	13763857 - SSP/MT	APROVADO
5	2158	MARCELO PARADA MACHADO FILHO	1762506-8 - SSPMT/MT	APROVADO

Várzea Grande-MT, 21 de setembro de 2020.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Daniela Assis Dias Bites

SecretáriaMunicipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

LEI Nº 1.473, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito de Vila Bela da SS. Trindade - MT, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O Orçamento para o Município de Vila Bela da SS. Trindade-MT, para o exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município;

V – as disposições sobre a dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre as despesas com pessoal;

VII – as disposições sobre as alterações tributárias; e

VIII – as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2021 a 2023 de que trata o art. 4º da Lei 101/2000 – LRF, estão identificados no Anexo I desta Lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021são aquelas definidas e demonstradas no Anexo II desta Lei.

§ 1º-Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo II desta Lei.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de estabilizar a despesa orçada e a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art.4º - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, e seus fundos e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura, estabelecida em Lei Complementar e suas alterações posteriores.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e ao Orçamento da Seguridade Social, desdobrando as despesas por função, sub-função, programa, projetos, atividades ou operações especiais, e quanto sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa até o nível de modalidade de aplicação, com fonte de recurso, conforme IDUSO do TCE/MT, tudo em conformidade com as portarias SOF/42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, na qual deverá estar anexado o seguinte:

I – Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;

II – Demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, - Anexo 1 da lei nº. 4320/64;

III – Receita segundo as categorias econômicas - Anexo 2 da Lei n° 4320/64;

IV - Natureza da despesa segundo as categorias econômicas - Consolidação geral - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

VI - Quadro das dotações por órgãos do Governo: Poder Legislativo e Poder Executivo;

VII - Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho - Anexo 6 da Lei n° 4320/64;

VIII - Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental - anexo 7 da lei n° 4320/64;

IX - Quadro demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos - Anexo 8 da Lei n° 4320/64;

X - Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções - Anexo 9 da lei n° 4320/64;

XI - Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

XII - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XIII - Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - artigo 22, inciso III da Lei n° 4320/64;

XIV - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

XV - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

XVI - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias,

XVII - Demonstrativo de medidas de compensação às renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º – O Quadro Demonstrativo das Despesas – QDD poderá ser detalhado em nível de elemento e alterado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 6º - Os Orçamentos para o exercício de 2021 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receita e despesa, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

Art. 7º - Os Fundos Municipais terão suas receitas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas às despesas relacionadas aos seus objetivos, identificando em plano de aplicação, referido no art. 5º, XI desta Lei.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - As movimentações orçamentárias e financeiras das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 8º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive de receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º - Se a receita estimada para 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e consequentemente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 – Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional a suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º- A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 11 – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à receita corrente líquida, programada para 2021, poderão ser expandidas até o limite obtido pela eventual elevação de alíquotas de impostos, ampliação de base de cálculo ou criação de novo tributo, conforme demonstra o Anexo intitulado "**MARGEM DA EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO".**

Art. 12 – Constitui riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III desta Lei. (Art.4º,§ 3º da LRF)

Art. 13– O Orçamento para o exercício de 2021 destinará recursos para a Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras, exceto a unidade PREVILA (RPPS), não inferior a 2% da Receita Corrente Líquida previstas para o mesmo exercício. (art.5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5º, III, "b" da LRF.

§ 2º - Caso os riscos fiscais não se concretizem até 30 de junho de 2021, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotação que tornaram insuficientes, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Reserva de Contingência, sendo o restante do valor passível de utilização apenas a partir de 31 de agosto de 2021.

§ 3º – A Reserva de Contingência da Unidade Gestora PREVILA (RPPS) será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário (Reserva do RPPS).

Art. 14 – Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplado no Plano Plurianual. (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 15 – O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal. (art. 8º da LRF).

Art. 16 –Os recursos legalmente vinculados serão utilizados unicamente para atender o objeto de sua vinculação. (art. 8º parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 17 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2021, constante do Anexo III intitulado "ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA", desta Lei, será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 18 – A transferência de recurso do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (art. 4º, I, "f" e art. 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, ou na forma estabelecida no instrumento legal.

Art. 19 – Os instrumentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos de licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeitos do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, que acarrete aumento de despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 20 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (art. 45 da LRF).

Parágrafo Único – As obras em andamento e os custos programados para a conservação do patrimônio público extraídas do Relatório Sobre Projetos em Execução e a Executar, estão demonstrados no Anexo IV desta Lei. (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 21 – Despesas de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 22 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 23 – A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a portaria 163/2001 e suas alterações posteriores.

§ 1º - As alterações dos atributos do crédito orçamentário, constantes da Lei Orçamentária Anual, tais como modalidade de aplicação, identificador de uso (IDUSO) e fonte de recursos (FR) não são caracterizadas como créditos adicionais por não alterarem o valor das dotações, sendo essas alterações denominadas "outras alterações orçamentárias" e serão realizadas por meio de portaria do Poder Executivo.

§ 2º - A alteração de dotações por transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro ou de um órgão para outro, dar-se-á através de decreto do Poder Executivo Municipal, até o limite de 20% (vinte por cento) da receita estimada na Lei Orçamentária Anual, nos termos do inciso VI, art. 167, da Constituição Federal e Art.7° e 43, Lei 4.320/1964.

§ 3° - A movimentação de recursos entre elementos de despesas pertencentes ao mesmo crédito orçamentário não configura alteração do orçamento, mas mera alteração no detalhamento da despesa.

§ 4° - As aberturas de créditos adicionais suplementares por leis especificas com valores monetários, não serão somados ao limite fixado na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2021.

Art. 24 – Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou operações especiais no orçamento da unidade gestora na forma de crédito adicional e especial, desde que estejam previstos no plano Plurianual.

Art. 25 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os Art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos de serviços, tais como custos dos programas, das ações, do m/2 das construções, do m/2 das pavimentações, do aluno/ano no ensino fundamental, do aluno/ano no transporte escolar, do aluno/ano no ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação

final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (art. 4º, I "e" da LRF).

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas no final do exercício. (art. 4º, I "e" da LRF).

Art. 26 – Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2021 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (art. 4º, I "e" da LRF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27 – A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à Despesa de Capital, observando o limite de endividamento de 16% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30,31 e 32 da Lei Complementar 101/00 (LRF).

Art. 28 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho e movimentação financeira, observando o art. 10 e seus parágrafos desta Lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em Caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/00 (LRF). (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º - Fica o Executivo e o Legislativo Municipal, por ato próprio, autorizados a conceder revisão geral da remuneração dos servidores municipais no exercício de 2021, sendo que o índice a ser utilizado como base será o INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses, apurado na data da concessão.

§ 2º - Fica autorizado ao Executivo e Legislativo Municipal, por ato próprio, conceder revisão geral na remuneração dos servidores municipais em 2021 de exercícios anteriores aos quais não foram concedidos, sempre utilizando como base o INPC de referência ao período correspondente.

§ 3º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2021.

Art. 30 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20,III da LRF.

Art. 31 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I – Eliminação das funções gratificadas;

II – eliminação das despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes em cargos de comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32 – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com as atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Carreiras da Administração Municipal de Vila Bela da SS. Trindade, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais, ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa, que não "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecida, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 34 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto do executivo, não se constituindo como renúncia de receita. (art. 14, § 2º, da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 – O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de 2020, que apreciará e devolverá para sanção até o encerramento do segundo período da sessão Legislativa.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária não for encaminhado para sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrências do disposto do parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2020, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos das dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 36 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 37 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 38 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

Art. 39 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vila Bela da SS. Trindade, 07 de outubro de 2020.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DE INVALIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO.

GABINETE DO PREFEITO

DECLARAÇÃO DE INVALIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO.

Wagner Vicente da Silveira, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, usa do presente Instrumento, para declarar à **INVALIDAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO** com supedâneos no art. 37 da Constituição da República, art. 53 da lei 9.784/99, o faz pelas razões fáticas e jurídicas a seguir delineadas.

Por força de erro material, houve a publicação de uma lei cujo projeto não foi objeto de aprovação pelo legislativo. Explico:

A Câmara Municipal aprovou o projeto de lei 030/2020 que Altera a Lei 601, de 13 de dezembro de 2001, e dá outras providências. No entanto, no oficio enviado a esta administração, por falibilidade humana (erro material de digitação), mencionou a aprovação do projeto de lei 020/2020 que *Altera a* Lei Municipal n. 1.065, de 23 de agosto de 2013, e dá outras providências, que ainda tramita no Legislativo Municipal.

Deste modo, forçosa a anulação de tal ato.

Adstrita ao Princípio Constitucional da Legalidade, a Lei n° 9.784/1999, art. 53, é cristalina em definir, *in verbis*:

Art. 53**. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade**, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. (grifo nosso)

Nota-se, portanto, que existe uma imposição ao administrador de se anular os atos eivados de ilegalidade, pela exegese do artigo 53, da referida lei.

Neste diapasão, já se posicionou sobre o tema o Supremo Tribunal Federal, por meio da Sumula 473:

Sumula 473: **A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos**; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. (grifos no original).

Neste contexto, é fácil a compreensão de que a anulação de um ato por parte da própria Administração Pública, decorre do poder de autotutela administrativa. A Administração atua sob a direção do princípio da legalidade, de modo que, se o ato é ilegal, deve proceder à sua anulação para o fim de restaurar a legalidade malferida.

No caso em exame, verifica-se que não houve aprovação do legislativo quanto ao projeto de lei 020/2020, razão pela qual padece de vício insanável, uma vez que não atende ao rito processual de aprovação de lei ordinária.

Ante ao exposto, DECLARO A INVALIDADE do ato sancionatório da lei nº 1.470 de 24 de setembro de 2020, para operar com efeitos retroativo, "ex tunc", a data da publicação da lei, para não constituir situações jurídicas e não gerar direitos ou obrigações.

Dê-se conhecimento a Câmara Municipal de Vereadores.

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT., AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL E PARCIAL A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 043/2019

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL E PARCIAL A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 043/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 082/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2019

DO OBJETO E JUSTIFICATIVA: Rescisão amigável e parcial com base no lote 14 da ata, considerando o pedido de desistência da contratada e amparado pelo artigo 79 da lei n° 8.666/93 a administração aceita o pedido de cancelamento do item acima supracitado: DOMAPINA CLORIDRATO 5MG/ML

DATA: Vila Rica/MT, 07 de Outubro de 2020.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA/MT - DISTRATANTE

SEDINEI ROBERTO STIEVENS - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ nº 12.889.035/0001-02)- DISTRATADA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2020 PREGÃO Eletrônico Nº 029/2020

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços funerários do tipo: Preparação de corpos adulto e infantil (tanatopraxia), serviços de translado, serviços de ornamentação e aquisição de urnas.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 07 de Outubro de 2020.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

SP TEIXEIRA FUNERARIA EIRELI (20.349.139/0001-52) R$ **129.800,00 – Contratada**

DECRETO Nº 146 /2020 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

DECRETO Nº 146 /2020

DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

ALTERA O DECRETO DE Nº 005 DE 15 DE JANEIRO DE 2020 O QUAL DIVULGA OS DIAS DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE VILA RICA, DO ANO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA RICA, Estado de Mato *Grosso,* no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, no uso das atribuições que lhes são conferidas.

DECRETA:

Art. 1º Fica TRANSFERIDO para o dia 30 de outubro sexta-feira, o **ponto facultativo** referente ao Dia do **Servidor** Público, comemorado no dia 28. Com isso, no dia 30 não haverá expediente nas repartições públicas do município.

Paragrafo Único – O horário de trabalho volta ao normal dia 03 de Novembro de 2020.

Art. 2º Os serviços essências deverão ser contínuos, sendo o/a Secretário/a da Pasta, responsável a organizar a fim do cumprimento da Lei.

§ 1° Havendo necessidade específica de qualquer setor, fica a critério do secretário da pasta a escala de trabalho.

§ 2º - São considerados serviços essências:

Tratamento e abastecimento de água;

Assistência médica, ambulatorial e hospitalar;

Distribuição de medicamentos da farmácia básica,

Captação do lixo.

Segurança Pública

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO I PE 030/2020

AVISO DE RETIFICAÇÃO I

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 100/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2020

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 834928

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, mediante a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 012/2015 de 13/01/2015, tendo em vista o Processo já epigrafado e autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve **RETIFICAÇÃO** no pregão supracitado. O Edital de Retificação encontra-se disponível no site da Prefeitura www.vilarica.mt.gov.mt e pode ser solicitado no email licitavilaricamt@yahoo.com.br e ainda pelo Telefone 66 3554-1107 no horário de 07:30 às 17:30.

DATA DO CERTAME

• Início Acolhimento das propostas:

20/10/2020 às 08h00min

• Abertura da sessão:

22/10/2020 às 08h30min

• Início da Disputa de Preços:

22/10/2020 às 09h00min

Vila Rica / MT, 07 de Outubro de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Port. nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2019

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto o reajuste do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório nº 048/2019 na modalidade Pregão Eletrônico nº 016/2019 de acordo com a planilha abaixo:

ADITIVO DE REAJUSTE

LOTE	PRODUTO	VALOR REGISTRADO	% DE REAJUSTE	VALOR FINAL
39	Furosemida - concentração/dosagem 10mg/ml, forma farmacêutica solução injetável, forma de apresentação ampola, via de administração parenteral.	**R$ 0,43**	105%	**R$ 0,88**

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 07 de Outubro de 2020.

ASSINANTES /

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

CLEIDSON GODOY DE OLIVEIRA - PRÓ-REMEDIOS DISTR. DE PRODUTOS FARM. E COSM. EIRELI-ME, (05.159.591/0001-68) **– CONTRATADA**

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 030/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 030/2019

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto o REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 060/2019 na modalidade Pregão Eletrônico n° 023/2019 de acordo com a planilha abaixo:

LOTE Nº 79 – DIPIRONA SÓDICA

ITEM	PRODUTO	VALOR REGISTRADO	% DE REAJUSTE	VALOR FINAL
1	**Dipirona sódica - 50 mg/ml, solução oral, frasco, oral.**	R$ 0,63	33%	**R$ 0,84**
2	**Dipirona sódica - concentração/dosagem 500 mg/ml, forma farmacêutica solução injetável, forma de apresentação ampola, via de administração parenteral.**	R$ 0,52	17%	**R$ 0,61**

LOTE Nº 92 – PREDNISONA

ITEM	PRODUTO	VALOR REGISTRADO	% DE REAJUSTE	VALOR FINAL
1	**Prednisona - concentração/dosagem 20mg,forma farmacêutica comprimido, via de administração oral.**	R$ 0,12	42%	**R$ 0,17**
2	**Prednisona - concentração/dosagem de 5mg, forma farmacêutica comprimido, forma de apresentação em comprimido, via de administração oral.**	R$ 0,07	29%	**R$ 0,09**

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 07 de Outubro de 2020.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

EMERSON AMANCIO DE MELO - MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI (03.233.805/0001-73) - CONTRATADA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PE Nº 029/2020

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 099/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2020

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 834754

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados Resultado do Pre-

gão Eletrônico nº 029/2020 na modalidade Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços funerários do tipo: Preparação de corpos adulto e infantil (tanatopraxia), serviços de translado, serviços de ornamentação e aquisição de urnas, onde foi declarada vencedora a empresa:

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
SP TEIXEIRA FUNERARIA EIRELI (20.349.139/0001-52)	R$ 129.800,00

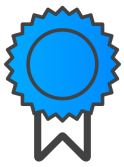
Vila Rica – MT, 07 de Outubro de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Oct 07 22:31:20 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)